



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS - TO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO
EM CIÊNCIAS E SAÚDE - PPGECS**

JÔNATAS SOUSA COSTA

**ESCOLA PROMOTORA DE SAÚDE: RECONSTRUINDO OS CAMINHOS PARA
UMA ABORDAGEM PEDAGÓGICA CRÍTICA NO AMBIENTE ESCOLAR.**

**PALMAS, TO
2025**

JÔNATAS SOUSA COSTA

**ESCOLA PROMOTORA DE SAÚDE: RECONSTRUINDO OS CAMINHOS PARA UMA
ABORDAGEM PEDAGÓGICA CRÍTICA NO AMBIENTE ESCOLAR.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ensino em Ciências e Saúde - PPGECS da Universidade Federal do Tocantins, para obtenção do título de Mestre em Ensino em Ciências e Saúde.

Linha de pesquisa: Ensino em Ciências.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lisiane Costa Claro.

PALMAS, TO
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

C837e Costa, Jônatas Sousa.

Escola promotora de saúde: reconstruindo os caminhos para uma abordagem pedagógica crítica no ambiente escolar. / Jônatas Sousa Costa. – Palmas, TO, 2025.

226 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Ensino em Ciências e Saúde, 2025.

Orientadora : Lisiane Costa Claro

1. Educação. 2. Promoção da saúde. 3. Programa Saúde na Escola. 4. Projeto Político Pedagógico. I. Título

CDD 372.35

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

JÔNATAS SOUSA COSTA

**ESCOLA PROMOTORA DE SAÚDE: RECONSTRUINDO OS CAMINHOS PARA UMA
ABORDAGEM PEDAGÓGICA CRÍTICA NO AMBIENTE ESCOLAR.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ensino em Ciências e Saúde - PPGECS da Universidade Federal do Tocantins, para obtenção do título de Mestre em Ensino em Ciências e Saúde.

Linha de pesquisa: Ensino em Ciências.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lisiane Costa Claro.

Data de aprovação: 07/07/2025

Banca Examinadora:

Dr^a. Lisiane Costa Claro. Orientadora. PPGECS/UFT

Dr^a. Cleiva Aguiar de Lima. Examinadora. IFRS

Dr^a Hellen Gregol Araujo. Examinadora. EDU/UERJ

Dr. Francisco Gilson Rebouças Porto Jr. Examinador. PROFNIT/UFT

Dedico esta dissertação, com profunda gratidão e carinho, à minha mãe e ao meu pai, que desde sempre me ensinaram, por palavras e exemplos, que o conhecimento é uma das mais poderosas ferramentas de transformação da realidade. Foram eles que, com coragem, amor e persistência, evidenciaram o valor da educação como caminho para a liberdade e a dignidade. Aos meus amigos professores, que foram fundamentais ao acreditarem em mim e me incentivarem a dar esse passo desafiador rumo ao mestrado. Suas palavras de encorajamento, companheirismo e partilhas de saberes foram essenciais nesta trajetória.

À minha orientadora, Prof^a Dr^a Lisiane Costa Claro, expresso minha sincera gratidão pela generosidade intelectual, pela escuta atenta e pelas ricas trocas que tanto contribuíram para o amadurecimento deste trabalho. Sua orientação foi uma bússola que guiou cada etapa desta pesquisa.

Dedico também aos meus filhos, que são fonte inesgotável de amor, inspiração e sentido para tudo o que faço. Que este trabalho seja, para eles, um exemplo do poder da educação na construção de novos caminhos e sonhos. E, especialmente, dedico à minha esposa, companheira de vida e de ideias, que me ofereceu apoio incondicional, incentivo constante e valiosa colaboração intelectual ao longo deste percurso. Seu amor e presença tornaram este caminho mais leve e significativo.

RESUMO

A escola é um espaço cuja relevância ultrapassa o ensino de conteúdos formais, sendo central para a formação cognitiva, emocional, social e humana dos sujeitos. Nesse contexto, a saúde deve ser compreendida em sua dimensão ampliada, considerando-se também como um fenômeno educativo que perpassa o cotidiano escolar. Nesta dissertação, analiso criticamente as estratégias pedagógicas voltadas à promoção da saúde na educação básica do Tocantins, articulando o Programa Saúde na Escola (PSE) às diretrizes curriculares e aos princípios da educação emancipadora. Com abordagem qualitativa, a pesquisa se fundamenta na análise documental de registros oficiais do Programa de Saúde na Escola (PSE) e do Projeto Político-Pedagógico (PPP) de uma escola pública estadual na cidade de Palmas Tocantins, à luz dos aportes teóricos de Paulo Freire, Humberto Maturana e Victor Valla. A investigação evidencia que, embora o PSE proponha a articulação entre saúde e educação, sua inserção no ambiente escolar ainda ocorre de forma fragmentada e pontual. A análise revela lacunas na integração entre os componentes curriculares e os temas da promoção da saúde, bem como a ausência de estratégias sistemáticas que favoreçam o protagonismo estudantil e o diálogo entre saberes científicos e populares. Diante disso, propõem-se caminhos pedagógicos para a consolidação da escola como promotora de saúde, tais como o desenvolvimento de projetos interdisciplinares, a realização de atividades de educação popular em saúde com os estudantes, a incorporação crítica do PSE ao currículo e a formação continuada de professores com base em uma perspectiva crítica e emancipadora. A pesquisa reforça que a efetiva articulação entre saúde e educação, quando pautada pela escuta, pelo diálogo e pelo compromisso com os direitos humanos, pode contribuir significativamente para a construção de práticas pedagógicas transformadoras.

Palavras-chave: Educação; Promoção da Saúde; Programa Saúde na Escola; Currículo; Educação Popular.

ABSTRACT

The school is a space whose relevance goes beyond the teaching of formal content, playing a central role in the cognitive, emotional, social, and human development of individuals. In this context, health must be understood in its broad dimension, also considered as an educational phenomenon that permeates everyday school life. This dissertation critically analyzes the pedagogical strategies aimed at health promotion in basic education in the state of Tocantins, articulating the School Health Program (PSE) with curriculum guidelines and the principles of emancipatory education. Using a qualitative approach, the research is based on the documentary analysis of official records from the School Health Program (PSE) and the Political-Pedagogical Project (PPP) of a public school in Palmas, Tocantins, in light of the theoretical contributions of Paulo Freire, Humberto Maturana, and Victor Valla. The investigation shows that, although the PSE proposes articulation between health and education, its implementation in schools still occurs in a fragmented and sporadic manner. The analysis reveals gaps in the integration between curriculum components and health promotion topics, as well as the absence of systematic strategies that encourage student protagonism and dialogue between scientific and popular knowledge. In view of this, pedagogical pathways are proposed to strengthen the school as a health-promoting environment, such as the development of interdisciplinary projects, the implementation of popular health education activities with students, the critical incorporation of the PSE into the curriculum, and the continuous training of teachers based on a critical and emancipatory perspective. The research reinforces that the effective articulation between health and education, when guided by listening, dialogue, and a commitment to human rights, can significantly contribute to the construction of transformative pedagogical practices.

Key-words: Education; Health Promotion; School Health Program; Curriculum; Popular Education.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	–	Unitarização do Programa de Saúde na Escola (PSE).....	53
Tabela 2	–	Unitarização do Projeto Político-Pedagógico da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto	55
Tabela 3	–	Categorias emergentes.....	57
Tabela 4	–	Excertos por categoria emergente segundo a ATD	76

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUDH	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos;
APS	Atenção Primária à Saúde;
ATD	Análise Textual Discursiva;
BNCC	Base Nacional Comum Curricular;
CEE	Conselho Estadual de Educação;
DCT	Documento Curricular do Tocantins;
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos;
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente;
GTI	Grupo de Trabalho Intersetorial;
PBL	Investigação Orientada por Problemas;
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis;
LDB	Lei de Diretrizes e Bases;
MS	Ministério da Saúde;
OMS	Organização Mundial da Saúde;
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde;
OSC	Organizações da Sociedade Civil;
PPP	Projeto Político-Pedagógico;
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais;
PIDESC	Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais;
PIDCP	Pacto Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos;
PNPS	Política Nacional de Promoção da Saúde;
PSE	Programa Saúde na Escola;
SUS	Sistema Único de Saúde;
UBS	Unidade Básica de Saúde;

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	OBJETIVO	15
2.1	Objetivo geral	15
2.2	Objetivos específicos	16
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
3.1	Saúde e Educação como Direitos Humanos	16
3.2	Políticas de Educação em Saúde	29
3.3	As políticas curriculares na Educação Básica e o reconhecimento do tema Saúde	40
4	METODOLOGIA	50
5	RESULTADOS	52
5.1	Unitarização	52
5.1.1	Unitarização do Programa de Saúde na Escola (PSE)	52
5.1.2	Unitarização do Projeto Político-Pedagógico da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto	54
5.2	Categorias Emergentes	57
5.3	Metatextos	58
5.3.1	Integração Saúde e Educação	58
5.3.2	Promoção da Saúde no Ambiente Escolar	61
5.3.3	Gestão Democrática e Participativa	64
5.3.4	Acolhimento, Protagonismo e Autonomia	67
5.3.5	Formação Continuada e Educação Permanente	69
5.3.6	Legalidade e Gestão Técnica	72
6	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS À LUZ DE PAULO FREIRE E HUMBERTO MATURANA	75

6.1	A escola como espaço ético de formação: entre o cuidado e o compromisso social	75
6.2	O diálogo como categoria fundante da práxis pedagógica	80
6.3	A cognição como ato biológico, afetivo e social: a contribuição de Maturana	84
6.4	Intersectorialidade como experiência ética e epistêmica	89
6.5	Sentidos emergentes da análise: por uma escola promotora da vida	93
6.6	Estratégias Pedagógicas para uma Escola Promotora de Saúde: Propostas Críticas e Emancipatórias	97
6.6.1	Projetos interdisciplinares envolvendo o tema saúde	98
6.6.2	Atividades de educação popular em saúde com os estudantes	99
6.6.3	Incorporação crítica do PSE ao currículo escolar	100
6.6.4	Formação continuada de professores com base em Paulo Freire, Maturana e Victor Valla	101
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
	REFERÊNCIAS	109
	ANEXO	116

1. INTRODUÇÃO

A qualidade do ensino na contemporaneidade está associada ao engajamento de docentes que, de forma colaborativa, buscam inovar em suas práticas pedagógicas por meio de metodologias diversificadas e contextualizadas. Apesar disso, ainda predominam práticas tradicionais, nas quais o professor assume um papel central como transmissor de conhecimento, geralmente por meio de aulas expositivas. Nesse cenário, torna-se essencial a adoção de estratégias que envolvam o estudante em sua aprendizagem, ampliando sua participação e autonomia.

A escola deve ser compreendida como um espaço formativo que extrapola a mera transmissão de conteúdos. Trata-se de um ambiente privilegiado para o desenvolvimento cognitivo, emocional, social e humano. Com isso, os temas de saúde, cada vez mais presentes na realidade dos alunos, demandam abordagens que superem a visão estritamente biológica. Embora os avanços da genética e da microbiologia sejam relevantes, a compreensão dos problemas de saúde exige uma leitura que contemple suas múltiplas dimensões, inclusive a educativa, na qual se insere a responsabilidade da escola em contribuir para o bem-estar coletivo.

Desde a década de 1970, a educação em saúde está presente na Educação Básica, inicialmente vinculada a programas de cunho higienista e comportamental. Com o surgimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), houve um redirecionamento no qual a saúde passou a figurar como tema transversal, devendo ser incorporada a todas as disciplinas, a fim de garantir um vínculo entre o currículo escolar e as necessidades reais da sociedade (MONTEIRO; BIZZO, 2015).

Dentre os instrumentos que fortalecem a presença da saúde no contexto escolar, destaca-se o Programa Saúde na Escola (PSE), instituído para articular ações entre os setores da saúde e da educação. Essa política visa promover a formação integral dos estudantes por meio de iniciativas que vão da prevenção à atenção em saúde, com o propósito de enfrentar vulnerabilidades que comprometem o desenvolvimento pleno de crianças e jovens nas redes públicas de ensino (BRASIL, 2007).

A promoção da saúde no ambiente escolar não se restringe à prevenção de doenças ou à difusão de informações biomédicas. Trata-se de um processo que pode fomentar a emancipação dos sujeitos, à medida que incentiva hábitos saudáveis e fortalece a capacidade crítica dos estudantes diante de sua própria realidade. Ao

integrar a temática da saúde de forma contextualizada ao currículo, a escola se transforma em um espaço de construção de conhecimentos e de atitudes que contribuem para o fortalecimento de uma comunidade escolar mais autônoma e participativa.

A concepção freireana de educação como prática da liberdade oferece bases importantes para pensar a saúde como processo educativo. De acordo com Freire (1970), educar é um ato político que deve promover a conscientização, a autonomia e a participação ativa dos sujeitos em sua realidade. Nesse sentido, a promoção da saúde não deve se limitar à prescrição de comportamentos, mas deve fomentar a reflexão crítica sobre os determinantes sociais e culturais do adoecimento.

A emancipação dos estudantes, nesse contexto, está vinculada à sua capacidade de compreender e intervir sobre os fatores que afetam sua saúde física, mental e emocional. Canário (2015) reforça que essa perspectiva exige uma educação crítica, que ultrapasse os limites da sala de aula e dialogue com os problemas vividos na comunidade. O objetivo é formar sujeitos que não apenas adquiram conhecimentos, mas que possam transformá-los em ações conscientes e coletivas.

A mediação pedagógica, quando fundamentada no diálogo e na escuta ativa, permite que os estudantes se reconheçam como protagonistas na construção de saberes sobre saúde. Conforme Freire (1979), o diálogo entre educador e educando é essencial para a produção do conhecimento, na medida em que rompe com a lógica bancária da educação e estimula a coautoria do processo formativo.

Por essa razão, a promoção da saúde na escola deve partir das vivências dos estudantes, incorporando seus saberes e experiências no planejamento das ações pedagógicas. Quando o currículo dialoga com o cotidiano dos educandos, cria-se um espaço propício para a adoção de comportamentos saudáveis de forma crítica e contextualizada. Trata-se, portanto, de reconhecer o educando como sujeito histórico, capaz de ler e intervir sobre sua realidade.

Maturana (2002), ao discutir a biologia do conhecer, afirma que o processo de aprendizagem está intrinsecamente relacionado às emoções e à convivência humana. Segundo o autor, o aprender só se concretiza nas relações pautadas pelo respeito mútuo, pela cooperação e pela legitimação do outro. Essa visão amplia a compreensão da escola como espaço ético, onde a saúde e o bem-estar se constroem nas interações diárias.

Nesse sentido, o Programa Saúde na Escola (PSE) deve ser compreendido não

apenas como política pública, mas como prática pedagógica que articula o cuidado, o diálogo e a formação integral. Sua implementação exige que as ações em saúde não sejam pontuais ou desvinculadas do currículo, mas inseridas de maneira estratégica no Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas, como um compromisso coletivo com a qualidade de vida e com a justiça social.

Inserir a promoção da saúde no PPP é reconhecer que esse documento não deve ser apenas um instrumento burocrático, mas um espaço de definição de princípios e de práticas que orientem a vida escolar. Conforme Veiga (2009), o PPP representa a identidade da escola, expressando seus compromissos pedagógicos e sociais. Assumir a saúde como eixo estruturante desse projeto é um gesto ético e político em defesa dos direitos humanos e da dignidade dos sujeitos escolares.

A perspectiva ampliada de saúde, defendida pela Organização Mundial da Saúde (1986), compreende o bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doenças. Essa visão dialoga diretamente com a proposta de uma escola promotora de saúde, que acolhe a pluralidade dos sujeitos e atua de forma integrada para a melhoria da qualidade de vida de toda a comunidade escolar.

Essa abordagem encontra respaldo também no pensamento complexo de Edgar Morin (2000), ao argumentar que os fenômenos sociais devem ser compreendidos em sua totalidade. A educação e a saúde, nessa perspectiva, não podem ser tratadas de maneira fragmentada. Ao contrário, devem ser articuladas de forma interdisciplinar e intersetorial, considerando os contextos históricos, culturais e sociais em que estão inseridas.

Freire (1992) destaca que os saberes oriundos da vivência e da cultura popular devem ser valorizados no processo educativo. No contexto da saúde, isso significa reconhecer os conhecimentos e práticas das comunidades como legítimos e integrá-los às ações escolares. Tal valorização favorece o protagonismo juvenil e fortalece a construção de uma educação que respeita a diversidade e promove a equidade.

A afetividade, por sua vez, é uma dimensão fundamental do processo educativo. Maturana e Verden-Zöller (2004) defendem que o amor é a base da convivência humana e da constituição do sujeito. Assim, promover a saúde na escola também significa cultivar relações pautadas pela escuta, pelo acolhimento e pelo respeito às singularidades de cada estudante.

Consolidar a escola como promotora de saúde implica repensar suas práticas pedagógicas, sua organização curricular e sua relação com a comunidade. Isso exige

uma postura crítica diante das políticas públicas e o engajamento coletivo na construção de alternativas que priorizem o cuidado, a justiça social e a emancipação dos sujeitos.

Dessa forma, esta pesquisa parte do pressuposto de que a articulação entre o Programa Saúde na Escola (PSE), os documentos curriculares (BNCC e DCT) e os fundamentos da educação crítica pode favorecer a construção de práticas pedagógicas transformadoras. Ao compreender a saúde como direito e a educação como processo emancipador, busca-se contribuir para o fortalecimento de uma escola democrática, inclusiva e comprometida com o bem comum.

Para responder ao problema de pesquisa, optamos por uma abordagem qualitativa de natureza documental, com base na Análise Textual Discursiva (ATD), conforme proposta por Moraes e Galiuzzi (2007). O corpus da análise foi composto pelo Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto e pelos documentos oficiais do Programa Saúde na Escola (PSE), especialmente o *Caderno do Gestor do PSE* (BRASIL, 2021). A ATD possibilitou a unitarização e categorização dos excertos mais significativos, permitindo a construção de sentidos a partir da articulação entre discurso, contexto e teoria crítica. Esta dissertação está organizada da seguinte forma: no capítulo 1, apresentamos o referencial teórico que fundamenta a pesquisa, com destaque para os aportes de Paulo Freire, Humberto Maturana e Victor Valla, evidenciando como suas ideias dialogam com a promoção da saúde no contexto escolar. No capítulo 2, descrevemos as políticas públicas e os marcos legais que sustentam a presença da saúde na escola, incluindo a BNCC, o Documento Curricular do Tocantins (DCT) e o próprio PSE. O capítulo 3 é dedicado à análise dos documentos por meio da Análise Textual Discursiva, da qual emergiram seis categorias: Integração Saúde e Educação, Promoção da Saúde no Ambiente Escolar, Gestão Democrática e Participativa, Acolhimento, Protagonismo e Autonomia, Formação Continuada e Educação Permanente e Legalidade e Gestão Técnica. Essas categorias expressam diferentes dimensões do vínculo entre educação e saúde, e serão discutidas criticamente nos capítulos seguintes à luz do referencial teórico adotado.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Compreender criticamente as estratégias pedagógicas voltadas à promoção da

saúde no contexto da educação básica do Tocantins, a partir da articulação entre o Programa Saúde na Escola (PSE), os documentos curriculares e os fundamentos da educação emancipadora.

2.2 Objetivos específicos

Examinar as diretrizes e princípios do PSE relacionados à promoção da saúde na escola, com foco nas dimensões intersetoriais e formativas.

Analisar a presença do tema saúde nos documentos curriculares e no Projeto Político-Pedagógico (PPP) de uma escola pública, sob a ótica da educação crítica e participativa.

Propor estratégias pedagógicas que articulem o ensino de Ciências e Biologia à promoção da saúde, com base nas abordagens da educação popular e nos marcos da BNCC e DCT.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Saúde e Educação como Direitos Humanos

Os direitos humanos são um conjunto de princípios e normas que visam garantir a dignidade, a liberdade, a igualdade e a justiça para todas as pessoas, independentemente de sua raça, sexo, nacionalidade, etnia, língua, religião ou qualquer outra condição. Esses direitos são inerentes a todos os seres humanos, sem discriminação. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, é o documento fundamental que estabelece a visão moderna dos direitos humanos. A DUDH afirma que "todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos" (Artigo 1), e especifica direitos como o direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal (ONU, 1948).

A universalidade dos direitos humanos é um princípio central, que sustenta que esses direitos são aplicáveis a todas as pessoas em todos os lugares, e que são indivisíveis e interdependentes. A indivisibilidade dos direitos humanos implica que os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais são igualmente importantes e não podem ser hierarquizados. Este conceito é reforçado pelos Pactos Internacionais de Direitos Humanos de 1966: o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) (Donnelly, 2013).

Os direitos humanos também são inalienáveis, o que significa que não podem

ser retirados, exceto em situações específicas e de acordo com o devido processo legal. Este princípio reflete a visão de que os direitos humanos são inerentes à dignidade humana e não podem ser renunciados voluntariamente ou arbitrariamente retirados pelo Estado. Além disso, os direitos humanos são interdependentes e inter-relacionados, significando que a realização de um direito muitas vezes depende, total ou parcialmente, da realização de outros (Nickel, 2007).

A história dos direitos humanos pode ser traçada desde a antiguidade, com exemplos como o Código de Hamurabi na Babilônia e os Edictos de Asoka na Índia, que estabeleceram normas de justiça e equidade. No entanto, o desenvolvimento dos direitos humanos como os entendemos hoje começou a tomar forma concreta com documentos e tratados dos séculos XVII e XVIII. A Magna Carta de 1215 foi um dos primeiros documentos a limitar o poder do governo e estabelecer alguns direitos fundamentais (Tuck, 1986).

Nos séculos XVII e XVIII, as ideias iluministas sobre a dignidade e a autonomia do indivíduo começaram a influenciar documentos fundamentais. A Declaração de Independência dos Estados Unidos de 1776 proclamou que todos os homens são criados iguais e têm direitos inalienáveis, como a vida, a liberdade e a busca da felicidade. Da mesma forma, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, fruto da Revolução Francesa, afirmou os direitos naturais e inalienáveis do homem e a igualdade perante a lei (Hunt, 2007).

O século XX marcou um período crucial na história dos direitos humanos, especialmente após as atrocidades cometidas durante a Segunda Guerra Mundial. A fundação das Nações Unidas em 1945 e a subsequente adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948 representaram um novo compromisso global com a proteção dos direitos humanos. A DUDH foi um marco importante, estabelecendo uma norma comum de direitos para todas as pessoas e todas as nações (Glendon, 2001).

A política dos direitos humanos envolve a implementação e monitoramento das normas internacionais de direitos humanos por estados, organizações internacionais e entidades não governamentais. Governos enfrentam o desafio de harmonizar suas políticas internas com os compromissos internacionais, um processo frequentemente complicado por questões de soberania e diferentes interpretações culturais dos direitos humanos. O papel das organizações internacionais, como o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), é crucial na supervisão do

cumprimento dos estados com os tratados de direitos humanos e na prestação de assistência técnica e apoio (Forsythe, 2000).

Além das organizações internacionais, as Organizações da Sociedade Civil (OSC) desempenham um papel vital na promoção e proteção dos direitos humanos. Organizações como a Human Rights Watch e a Anistia Internacional são fundamentais na documentação de abusos, na advocacia por reformas e na pressão sobre governos para que cumpram suas obrigações internacionais. As OSC também ajudam a sensibilizar o público e a mobilizar a opinião pública em prol dos direitos humanos (Hopgood, 2013).

A política dos direitos humanos é uma arena dinâmica, onde o progresso é frequentemente feito através de esforços combinados de atores estatais e não estatais. Apesar dos desafios, como a resistência de alguns estados à supervisão internacional e as diferentes interpretações culturais dos direitos humanos, a cooperação global e a pressão contínua das ONGs e da sociedade civil são essenciais para a promoção e proteção dos direitos humanos em todo o mundo (Keck & Sikkink, 1998).

Os direitos humanos, especialmente os das crianças e adolescentes, são fundamentais para garantir a dignidade, o desenvolvimento e a proteção dos indivíduos em suas fases mais vulneráveis da vida. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) são documentos centrais que estabelecem esses direitos. A Convenção, por exemplo, enfatiza o direito à vida, à sobrevivência e ao desenvolvimento, incluindo a educação e a saúde como elementos cruciais para o bem-estar das crianças (UNICEF, 2009). Esses direitos interligados formam a base para políticas públicas que visam assegurar uma infância saudável e um desenvolvimento pleno, destacando a importância de um ambiente que promova tanto a saúde física quanto a educação de qualidade.

Na interseção entre educação e saúde, o Programa Saúde na Escola (PSE) é uma iniciativa que exemplifica a aplicação prática desses direitos. O PSE busca integrar ações de saúde e educação, promovendo atividades que vão desde a prevenção de doenças até a promoção de hábitos saudáveis (Brasil, 2017). Essa integração é fundamental, pois a saúde das crianças e adolescentes impacta diretamente na sua capacidade de aprender e se desenvolver academicamente. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2015), a promoção da saúde nas escolas não só melhora os resultados educacionais, mas também contribui para a

formação de indivíduos mais conscientes e preparados para exercer seus direitos e deveres na sociedade.

O direito à educação, garantido pela Constituição Federal do Brasil de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), assegura a todos os cidadãos o acesso a uma formação integral, que promova o desenvolvimento pleno da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. A Constituição estabelece, em seu artigo 205, que a educação é “direito de todos e dever do Estado e da família”, devendo ser promovida com a colaboração da sociedade (BRASIL, 1988). A LDB, por sua vez, regulamenta esse direito ao definir os princípios e as finalidades da educação nacional, reforçando seu caráter formativo, inclusivo e emancipador (BRASIL, 1996).

A proteção dos direitos humanos das crianças e adolescentes também envolve a criação de ambientes escolares seguros e inclusivos. Segundo Freire (1996), a educação deve ser um ato de liberdade e emancipação, onde os alunos se sintam respeitados e valorizados. Isso inclui a implementação de políticas contra o bullying e a violência, bem como o apoio psicológico e social para aqueles que necessitam. Estudos mostram que ambientes escolares positivos e inclusivos estão associados a melhores resultados acadêmicos e à saúde mental dos estudantes (Oliveira et al., 2015). Portanto, promover um ambiente escolar que respeite e valorize os direitos humanos é essencial para o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes.

Por fim, é crucial que as políticas públicas de saúde e educação sejam desenvolvidas de forma intersetorial, considerando os múltiplos aspectos que afetam o bem-estar das crianças e adolescentes. A participação das famílias, das comunidades e dos próprios jovens na elaboração e implementação dessas políticas é fundamental para garantir que suas necessidades e direitos sejam plenamente atendidos. Conforme apontado por Maturana (1998), a aprendizagem e o desenvolvimento humano são processos profundamente interativos e emocionais, requerendo um ambiente de cooperação e respeito mútuo. Assim, a promoção dos direitos humanos na educação e na saúde não é apenas uma obrigação legal, mas uma responsabilidade ética e social que visa construir uma sociedade mais justa e equitativa.

Saúde é produto do estilo de vida e das condições de existência, sendo a vivência do processo saúde/doença uma forma de representação da inserção humana no mundo.

Os serviços de saúde devem desempenhar papel importante na prevenção, na cura ou na reabilitação e na minimização do sofrimento de pessoas portadoras de enfermidades ou deficiências. Devem funcionar como guardiões da saúde individual e coletiva, até mesmo para reduzir a dependência da população em relação a esses serviços, ou seja, devem ampliar a capacidade de autocuidado das pessoas e da sociedade.

A despeito de que educar para a saúde seja responsabilidade de muitas outras instâncias, em especial dos próprios serviços de saúde, a escola ainda é a instituição que, privilegiadamente, pode se transformar num espaço genuíno de promoção da saúde.” (Brasil, 1998, p.259).

E, quando a escola prioriza a dimensão biológica, as aulas sobre saúde têm como temas predominantes as doenças. E apesar de receber informações sobre formas específicas de proteção contra cada doença que “estuda”, o aluno tem dificuldade em aplicá-las às situações concretas de sua vida cotidiana. Da mesma maneira, quando a ênfase recai sobre a doença e a valorização dos comportamentos individuais capazes de evitá-la, abre-se pouco espaço para que se construa com o aluno a reflexão de que as condições de vida interferem na saúde.

Nesse sentido, vale a pena ampliar o estudo e discussão sobre o Programa de Saúde na Escola (PSE), buscando estratégias de efetivação e implementação conjunta entre educação e saúde pública a fim de alcançar os objetivos da prevenção e promoção à saúde da população.

De acordo com o filósofo e educador Ivo Tonet (2007, p. 79):

[...] a educação deve formar o homem integral, vale dizer, indivíduos capazes de pensar com lógica, de ter autonomia moral; indivíduos que se tornem cidadãos capazes de contribuir para as transformações sociais, culturais, científicas e tecnológicas que garantam a paz, o progresso, uma vida saudável e a preservação do nosso planeta. Portanto, pessoas criativas, participativas e críticas. Afirma-se que isto seria um processo permanente, um ideal a ser perseguido, de modo especial na escola, mas também fora dela.

Para que tal perspectiva seja possível, todos os indivíduos devem ter acesso aos bens materiais e espirituais necessários à sua autoconstrução como humanos no processo de elaboração de uma consciência do ser social, o que implica sua emancipação.

O Programa Saúde na Escola (PSE) é uma política intersetorial que integra as áreas de saúde e educação. Trata-se de uma iniciativa dos Ministérios da Saúde e da Educação voltada à formação integral dos estudantes da rede pública, por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde no ambiente escolar. Foi instituído

em 5 de dezembro de 2007 pelo decreto nº 6.286 e, atualmente, encontra-se regulamentado pela Portaria Interministerial nº 1.055, de 25 de abril de 2017, a qual redefine as diretrizes para sua execução. Como política ministerial do Ministério da Saúde (MS), o PSE busca fortalecer a articulação entre as equipes da Atenção Primária à Saúde (APS) e as escolas públicas, favorecendo o desenvolvimento de práticas pedagógicas que contribuam com a promoção da saúde, a cidadania e a melhoria da qualidade de vida dos educandos (BRASIL, 2007; BRASIL, 2017).

O PSE realiza uma série de ações voltadas para a saúde e o bem-estar dos alunos, como campanhas de vacinação, prevenção de doenças, promoção da alimentação saudável, atividades físicas, saúde bucal, entre outras. Além disso, promove atividades educativas que abordam temas como a prevenção de violência, a educação sexual e a promoção da saúde mental. Esse enfoque integrado reforça a ideia de que a saúde e a educação são indissociáveis e devem ser tratadas de maneira conjunta para garantir o desenvolvimento pleno das crianças e adolescentes.

Esta relação integradora entre Saúde e Educação, identificada na proposta do PSE, remete aos processos que buscam construir atuação de protagonismo desde o âmbito escolar. Neste sentido, cabe evidenciar que a emancipação é um dos conceitos centrais na obra de Paulo Freire. Para o autor, a emancipação humana se realiza pela transformação do ser, pela superação de sua submissão e sujeição, alcançada com o auxílio de processos pedagógicos democráticos, e não por meio de métodos educativos hegemônicos (Freire, 1988).

De modo a contribuir para uma educação emancipadora, o educador deve atuar como aquele que cria as possibilidades para a produção do conhecimento, ou a sua construção, por intermédio do estímulo à capacidade crítica do educando, sua curiosidade e insubmissão; o educador deve sonhar, decidir e romper com a falsa ideia de que nada podemos contra a realidade, pois ela seria imutável e “natural”. Afinal, para Paulo Freire (2001) a história é tempo de possibilidade e não de determinismo.

Logo, ao contrário do que se pode pensar, saúde e educação têm muito em comum. A respeito disso, Hortênsia Hollanda foi pioneira na crítica à lógica higienista, na década de 50, iniciando a abertura da educação em saúde valorizando a participação da comunidade, ao propor construir com a comunidade um saber para a vida a partir do referencial de Paulo Freire (SCHALL, 1999).

As relações entre emancipação, protagonismo e educação popular são centrais para a construção de práticas de saúde que promovam a autonomia e a participação

ativa das comunidades. Paulo Freire e Victor Valla são dois importantes teóricos cujas obras fornecem fundamentos essenciais para entender essas relações. Freire, com sua abordagem dialógica e emancipatória, propôs uma educação que liberta e capacita os indivíduos a serem sujeitos ativos de sua própria história. Valla, por sua vez, trouxe essa perspectiva para o campo da saúde, destacando a importância do conhecimento popular e das práticas participativas na promoção da saúde.

Paulo Freire definiu a emancipação como um processo de conscientização e libertação dos indivíduos e comunidades das estruturas opressivas que limitam suas capacidades de ação. Em sua obra *Pedagogia do Oprimido* (1970), Freire argumenta que a educação deve ser um ato de liberdade, onde o educando se torna sujeito de sua própria aprendizagem através de um processo de diálogo crítico. Este processo é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, onde todos têm a oportunidade de desenvolver plenamente seu potencial humano (Freire, 1970).

A educação popular, segundo Freire, é um processo educativo que valoriza o conhecimento e a experiência dos educandos, promovendo a reflexão crítica e a ação transformadora. Freire argumenta que a educação deve ser um processo dialógico, onde todos os participantes têm voz e contribuem para a construção do conhecimento. Esta abordagem é fundamental para a emancipação, pois permite que os indivíduos e comunidades reconheçam e desafiem as estruturas opressivas que os limitam (Freire, 1970).

O protagonismo se refere à capacidade dos indivíduos e comunidades serem agentes ativos em seus próprios processos de desenvolvimento e mudança social. Para Paulo Freire, o protagonismo é um elemento essencial da educação libertadora, onde os educandos deixam de ser objetos passivos para se tornarem sujeitos críticos e ativos. Este conceito é central para a educação popular, que busca capacitar as pessoas a assumirem o controle de suas vidas e lutarem por seus direitos (Freire, 1970).

No campo da saúde, o protagonismo dos estudantes se manifesta na participação ativa das comunidades na identificação de problemas, na tomada de decisões e na implementação de soluções. Victor Valla destacou a importância de envolver as comunidades em todas as etapas do processo de promoção da saúde. Ele argumenta que as intervenções de saúde pública só serão eficazes se forem desenvolvidas em parceria com as comunidades, respeitando e integrando seus conhecimentos e práticas (Valla, 2000).

A educação popular, conforme delineada por Paulo Freire, é um processo educativo que valoriza o conhecimento e a experiência dos educandos, promovendo a reflexão crítica e a ação transformadora. Esta abordagem é particularmente relevante no contexto da saúde, onde o conhecimento científico muitas vezes se sobrepõe e desvaloriza o conhecimento popular. Freire argumenta que a educação deve ser um processo dialógico, onde todos os participantes têm voz e contribuem para a construção do conhecimento (Freire, 1970).

Victor Valla aplicou os princípios da educação popular à saúde, defendendo que a educação em saúde deve ser participativa e baseada no diálogo com as comunidades. Em suas obras, ele argumenta que a promoção da saúde deve ser um processo coletivo, onde as comunidades são envolvidas ativamente na identificação de problemas, na definição de prioridades e na implementação de soluções. Esta abordagem participativa não apenas aumenta a eficácia das intervenções de saúde, mas também fortalece a autonomia e a capacidade de ação das comunidades (Valla, 2000).

A conscientização, é outro conceito central na obra de Paulo Freire, refere-se ao processo pelo qual os indivíduos e comunidades reconhecem e compreendem as condições sociais, políticas e econômicas que influenciam suas vidas. Na saúde, a conscientização é crucial para que as comunidades identifiquem as determinantes sociais da saúde e desenvolvam estratégias para enfrentá-las. Freire argumenta que a educação deve facilitar este processo de conscientização, permitindo que os educandos se tornem sujeitos críticos e transformadores de sua realidade (Freire, 1970).

Freire enfatiza que a educação popular deve ser uma prática libertadora, que promova a autonomia e a emancipação dos indivíduos e comunidades. Este enfoque é particularmente relevante no contexto da saúde, onde as práticas educativas tradicionais muitas vezes reforçam a passividade e a dependência. Freire argumenta que a educação deve ser um processo de diálogo e reflexão crítica, onde todos os participantes contribuem para a construção do conhecimento e para a transformação da realidade (Freire, 1970).

Neste horizonte, Victor Valla destaca a importância de valorizar o conhecimento popular na promoção da saúde. Ele argumenta que as práticas de saúde pública devem ser desenvolvidas em diálogo com as comunidades, reconhecendo e integrando seus saberes e experiências. Esta abordagem participativa é crucial para

a construção de intervenções de saúde que sejam culturalmente apropriadas e eficazes (Valla, 2000).

Assim, a participação comunitária é um elemento central da abordagem de Victor Valla para a promoção da saúde. Ele argumenta que as comunidades devem ser envolvidas ativamente em todas as etapas do processo de promoção da saúde, desde a identificação de problemas até a implementação de soluções. Esta abordagem não apenas aumenta a eficácia das intervenções de saúde, mas também fortalece a autonomia e a capacidade de ação das comunidades (Valla, 2000).

A implementação da educação popular na saúde enfrenta diversos desafios, incluindo a resistência das instituições de saúde e a desvalorização do conhecimento popular. Freire argumenta que a transformação das práticas educativas e de saúde requer um compromisso com a emancipação e a valorização do diálogo e da participação. Este enfoque é crucial para superar as barreiras que limitam a eficácia das intervenções de saúde e promover a autonomia e a capacidade de ação das comunidades (Freire, 1970).

A implementação da educação popular na saúde é não apenas possível, mas essencial para fortalecer práticas de promoção da saúde baseadas no diálogo, na participação social e na valorização dos saberes populares. Inspirada nos princípios de Paulo Freire e articulada ao ideário do SUS, essa abordagem compreende a saúde como um fenômeno social, histórico e político, que demanda ações pedagógicas emancipadoras. Para isso, é necessário criar espaços de escuta e diálogo com a comunidade, como rodas de conversa, oficinas temáticas e encontros intersetoriais, utilizando metodologias ativas e temáticas geradoras a partir da realidade vivida. A formação crítica de educadores e profissionais de saúde, aliada à articulação com escolas, conselhos e movimentos sociais, amplia o alcance das ações, favorecendo o protagonismo dos sujeitos e a transformação das condições de vida. Assim, a educação popular em saúde se afirma como uma prática ética e política, que rompe com modelos verticalizados e contribui para a construção coletiva de saberes e de uma sociedade mais justa e solidária (FREIRE, 1970; VALLA, 2000; BRASIL, 2014).

Victor Valla propôs diversas estratégias para integrar a educação popular na promoção da saúde, incluindo a formação de grupos de discussão, a realização de oficinas participativas e a utilização de metodologias participativas para a coleta e análise de dados. Estas estratégias são fundamentais para promover a participação ativa das comunidades e fortalecer sua autonomia e capacidade de ação (Valla, 2000).

Existem diversas experiências de sucesso na integração da educação popular e da promoção da saúde, que demonstram a eficácia desta abordagem. Estas experiências incluem a implementação de programas de saúde comunitária baseados no diálogo e na participação, e a valorização do conhecimento popular na construção de intervenções de saúde. Estas iniciativas destacam a importância de envolver as comunidades ativamente na promoção da saúde e de valorizar seus saberes e experiências (Valla, 2000).

A educação popular tem um impacto significativo na promoção da saúde, ao fortalecer a autonomia e a capacidade de ação das comunidades e aumentar a eficácia das intervenções de saúde. Freire argumenta que a educação deve ser um processo de libertação, onde os educandos se tornam sujeitos críticos e ativos. Esta abordagem é crucial para a construção de práticas de saúde que promovam a autonomia e a participação das comunidades (Freire, 1970).

A educação popular é uma ferramenta poderosa para abordar os determinantes sociais da saúde, que incluem fatores como a desigualdade econômica, a discriminação e o acesso limitado a serviços de saúde. Freire argumenta que a educação deve promover a conscientização e a ação transformadora, permitindo que os educandos compreendam e desafiem as condições sociais, políticas e econômicas que influenciam sua saúde (Freire, 1970).

As intervenções de saúde baseadas na educação popular são mais eficazes e sustentáveis, pois são desenvolvidas em diálogo com as comunidades e valorizam seus saberes e experiências. Valla argumenta que as práticas de saúde pública devem ser participativas e baseadas no conhecimento popular, para garantir que sejam culturalmente apropriadas e eficazes (Valla, 2000).

Victor Valla fez importantes contribuições para a promoção da saúde popular, destacando a importância do diálogo, da participação e da valorização do conhecimento popular. Suas obras fornecem uma base teórica e prática para a construção de intervenções de saúde que promovam a autonomia e a participação das comunidades (Valla, 2000).

O futuro da educação popular na saúde depende do compromisso contínuo com a valorização do diálogo, da participação e do conhecimento popular. Freire argumenta que a educação deve ser um processo de libertação, que promove a autonomia e a capacidade de ação dos educandos. Esta abordagem é crucial para a construção de práticas de saúde que sejam verdadeiramente inclusivas e eficazes

(Freire, 1970).

Portanto, este estudo reconhece que a saúde e a educação, além de serem Direitos Humanos, devem assumir processos de humanização desde os âmbitos coletivos, em uma abordagem emancipatória e capaz de instigar processos de transformação do mundo com base na participação, diálogo e consciência crítica.

A compreensão da saúde e da educação como direitos humanos exige uma leitura crítica da realidade que vá além da normatividade jurídica. É necessário entender como esses direitos se materializam – ou deixam de se materializar – nos cotidianos escolares e nos territórios periféricos, rurais ou invisibilizados. A simples existência de um arcabouço legal não garante, por si só, o acesso universal e igualitário. É nesse hiato entre o direito proclamado e o direito vivido que se insere a urgência de políticas públicas emancipatórias.

Conforme aponta Santos (2007), vivemos em uma sociedade que combina uma produção excessiva de normas com uma escassez dramática de sua efetivação. No campo da saúde e da educação, essa contradição é sentida de maneira aguda pelas populações mais vulneráveis. A ausência de serviços de saúde e escolas de qualidade nos territórios do campo expressa um quadro de negação histórica de direitos. Tal realidade exige ações que articulem o reconhecimento jurídico com a mobilização social e política para sua realização.

No contexto da educacional, o reconhecimento dos direitos humanos deve considerar a diversidade cultural e os modos de vida das populações. O direito à saúde, por exemplo, não pode ser reduzido ao atendimento médico, mas deve incluir o acesso a práticas e saberes tradicionais de cuidado, à terra, à água potável e à alimentação saudável – aspectos que compõem o determinante social da saúde. Isso está em consonância com a perspectiva ampliada de saúde defendida pela OMS (1986), que compreende a saúde como o completo bem-estar físico, mental e social.

Paulo Freire (1996) reforça que a defesa dos direitos humanos passa necessariamente por uma prática educativa crítica e libertadora. Para ele, ensinar é um ato político que deve capacitar os educandos a lerem o mundo e intervirem sobre ele. Assim, reconhecer a saúde e a educação como direitos humanos é também reconhecer o papel da escola na formação de sujeitos conscientes de seus direitos e capazes de lutar por sua efetivação.

A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 6º e 196, estabelece a saúde e a educação como direitos sociais fundamentais. Entretanto, a garantia desses

direitos depende da articulação entre políticas públicas e da atuação das comunidades na sua defesa. A escola, nesse contexto, emerge como um espaço privilegiado para fomentar essa articulação, sobretudo quando orientada por princípios de gestão democrática e participação popular.

O Programa Saúde na Escola (PSE), ao propor a integração entre os setores da saúde e da educação, reforça a interdependência entre esses direitos. Sua proposta parte do reconhecimento de que o desenvolvimento integral dos estudantes só pode ser alcançado quando o direito à saúde é assegurado no espaço escolar. Nesse sentido, a intersetorialidade se configura como uma estratégia para superar a fragmentação das políticas públicas e ampliar o alcance dos direitos humanos.

A efetivação dos direitos humanos no campo da saúde e da educação também passa pela valorização dos saberes populares e comunitários. Como enfatiza Valla (1999), a promoção da saúde deve ser construída em diálogo com os sujeitos sociais, respeitando suas culturas, crenças e práticas. Essa abordagem fortalece a autonomia das comunidades e amplia sua capacidade de protagonismo nas ações de cuidado e educação.

Além disso, Maturana (2002) contribui para essa reflexão ao destacar a importância das relações humanas na constituição do ser. Para ele, o aprender e o cuidar são processos relacionais que envolvem amor, escuta e responsabilidade. Nesse sentido, pensar saúde e educação como direitos humanos implica criar condições para que esses processos sejam vividos em ambientes escolares acolhedores, sensíveis às diferenças e abertos ao diálogo.

Os direitos humanos, para serem efetivos, devem ser vivenciados nas práticas cotidianas e não apenas proclamados em documentos oficiais. A pedagogia freireana convida a escola a ser espaço de denúncia e anúncio – denúncia das injustiças que negam direitos e anúncio de uma nova sociedade pautada na dignidade e na justiça social (FREIRE, 1970). Essa pedagogia engajada é essencial para que a escola se comprometa com a defesa e a realização dos direitos humanos.

Nesse sentido, é preciso considerar que a violação dos direitos à saúde e à educação impacta diretamente os processos de aprendizagem e desenvolvimento. Crianças com problemas de saúde não tratados, ou que enfrentam a fome e a insegurança alimentar, têm menor rendimento escolar, maior risco de evasão e maior vulnerabilidade a situações de violência e exploração. Esses fatores reforçam ciclos de pobreza e exclusão que só podem ser rompidos com políticas integradas e

transformadoras.

A atuação dos professores como defensores dos direitos humanos é fundamental nesse processo. É preciso que a formação docente inclua a perspectiva dos direitos, preparando os educadores para identificarem violações, acolherem os estudantes em situação de vulnerabilidade e promoverem práticas pedagógicas inclusivas. Segundo Araújo e Sousa (2021), uma educação comprometida com os direitos humanos deve ser crítica, participativa, contextualizada e sensível às desigualdades sociais.

Outro aspecto importante é a escuta ativa dos estudantes. Para que saúde e educação se concretizem como direitos, é necessário incluir os sujeitos do processo – sobretudo os mais jovens – nas decisões sobre as ações escolares. O protagonismo estudantil, incentivado por iniciativas como os grêmios e os conselhos escolares, é uma ferramenta potente para o exercício da cidadania e a garantia dos direitos.

No campo das políticas públicas, é fundamental que os marcos legais sejam acompanhados de orçamento adequado, mecanismos de controle social e instrumentos de monitoramento e avaliação. A participação das comunidades escolares nas conferências de saúde e educação, por exemplo, é um espaço importante para a reivindicação e construção coletiva de direitos.

A transversalidade entre saúde e educação deve ser compreendida como um princípio orientador das práticas pedagógicas. Em vez de tratar a saúde como tema isolado, a escola deve abordá-la como dimensão essencial da vida e da formação dos sujeitos. Isso exige romper com o modelo biomédico e conteudista e adotar uma abordagem integral, intersetorial e dialógica.

A justiça social, conceito inerente aos direitos humanos, pressupõe a superação das desigualdades e a redistribuição equitativa de oportunidades. No Brasil, onde as desigualdades estruturais persistem, políticas como o PSE e a educação popular são fundamentais para garantir o acesso aos direitos por populações historicamente marginalizadas, como indígenas, quilombolas, ribeirinhos e trabalhadores do campo.

O fortalecimento das redes de proteção social também é essencial para a efetivação dos direitos à saúde e à educação. Conselhos tutelares, unidades de saúde da família, centro de referência especializado de assistência social, centro de referência de assistência social e escolas devem atuar em rede, construindo planos de ação interinstitucionais e comunitários, com foco na promoção da vida e na garantia dos direitos.

Freire (1996) ressalta que ninguém educa ninguém sozinho. A educação como prática da liberdade requer o envolvimento de toda a comunidade, a escuta dos saberes populares e a valorização da cultura local. Nesse sentido, promover os direitos humanos é também promover a identidade, a memória e a história das comunidades do campo, muitas vezes silenciadas nos currículos escolares.

Por fim, a defesa dos direitos humanos no contexto escolar exige vigilância permanente. É necessário que os educadores, estudantes e famílias estejam atentos às formas sutis de exclusão e às práticas discriminatórias que persistem na escola. O compromisso com a equidade, a diversidade e a justiça deve orientar todas as dimensões da vida escolar – da gestão ao currículo, do espaço físico às relações humanas.

3.2 Políticas de Educação em Saúde

Na 1ª Conferência Internacional de Promoção da Saúde, realizada em Ottawa, Canadá, de 17 a 21 de novembro de 1986, e na 8ª Conferência Nacional de Saúde, ocorrida em Brasília, de 17 a 21 de março de 1986, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) destacou a necessidade de reverter o caráter biomédico e assistencialista dos programas de saúde escolar. Propôs-se, nessas ocasiões, uma revisão crítica do viés autoritário historicamente presente no setor saúde, que muitas vezes se sobrepõe ao da educação no planejamento dessas ações, recomendando uma atuação mais democrática, participativa e integrada entre os setores (OPAS, 1996).

O contexto era favorável para configurar proposta de integralidade das ações de saúde, reconhecendo dinâmicas sociais e políticas e a centralidade das relações intersetoriais para promover saúde na escola, então a OMS criou a Rede Europeia de Escolas Promotoras de Saúde. Com a proposta de envolvimento da comunidade escolar para promoção da saúde, com relevância em capacitar professores e o acesso aos serviços de saúde. Propunha que para aprender e se beneficiar dos investimentos da escola, crianças e jovens precisavam ter boa saúde como pré-requisito para educação e apesar da validade de seus princípios, na prática os avanços foram limitados para gerar novos saberes e ações integradoras (SILVA; BODSTEIN, 2016).

Além da Política Nacional de Promoção da Saúde e da Política Nacional de Atenção Básica, o Programa de Saúde na Escola (PSE), instituído por decreto presidencial, tem diretrizes na integralidade de ações educacionais e da saúde como

esforços de implementação intersetorial e territorial e de articulação horizontal. O PSE propõe a escola como espaço comunitário coletivo, dinamizadora de informações e conceitos que contribuirão para comunidades mais saudáveis, a partir da articulação de ações do Sistema Único de Saúde (SUS) às ações das redes de educação básica pública, com o objetivo de ampliar o alcance e o impacto nas condições de saúde de estudantes e suas famílias, otimizando os espaços, os equipamentos e os recursos disponíveis. Para isso, parte do pressuposto de que a promoção da saúde deve estar fundamentada na descentralização e no respeito à autonomia federativa, na integração e articulação das redes públicas de ensino e de saúde, na territorialidade, na interdisciplinaridade e intersetorialidade, bem como na integralidade do cuidado, no controle social e em processos contínuos de monitoramento e avaliação.

O Programa Saúde na Escola (PSE) tem como principal objetivo promover a saúde e o bem-estar dos estudantes, integrando ações de saúde e educação no ambiente escolar. Essas ações visam contribuir para o desenvolvimento integral dos alunos, promovendo hábitos saudáveis, prevenindo doenças e estimulando o autocuidado.

Segundo o Ministério da Saúde do Brasil (BRASIL, 2007), os principais objetivos do PSE são:

- ✓ Contribuir para a formação integral dos estudantes, promovendo o desenvolvimento de habilidades para a promoção da saúde e prevenção de doenças ao longo da vida.
- ✓ Identificar precocemente problemas de saúde e necessidades específicas dos estudantes, possibilitando intervenções oportunas e eficazes.
- ✓ Estimular a adoção de comportamentos saudáveis e a promoção de ambientes escolares seguros, acolhedores e favoráveis à saúde.
- ✓ Promover a integração entre os setores da saúde e da educação, fortalecendo a articulação entre políticas e ações voltadas para a saúde e a educação.
- ✓ Contribuir para a redução das desigualdades em saúde, garantindo o acesso equitativo a serviços de saúde e educação de qualidade para todos os estudantes.

Esses objetivos refletem a importância do PSE como uma estratégia para

promover a saúde e o desenvolvimento integral dos estudantes, reconhecendo a escola como um espaço privilegiado para a promoção da saúde e prevenção de doenças. Os componentes do PSE representam as diversas áreas de atuação e as atividades desenvolvidas para promover a saúde e o bem-estar dos estudantes no ambiente escolar.

O Programa de Saúde na Escola (PSE) é uma estratégia de grande importância para promover a saúde e o bem-estar dos estudantes, sendo implementado em diversas partes do mundo como uma forma de integrar ações de saúde e educação no ambiente escolar. Este programa representa uma abordagem holística que registra a escola não apenas como um local de aprendizagem acadêmica, mas também como um espaço fundamental para a promoção de hábitos saudáveis e prevenção de doenças entre os jovens.

A iniciativa do PSE baseia-se numa série de fundamentos teóricos que realçam a eficácia das intervenções de saúde no contexto escolar. Autores como Nutbeam (2000) destacam que a escola possui uma influência única e significativa na vida dos alunos, proporcionando um ambiente propício para o desenvolvimento de habilidades e comportamentos saudáveis. Além disso, a Organização Mundial da Saúde (OMS) confirma a relevância da abordagem escolar na promoção da saúde, enfatizando a importância de intervenções precoces para influenciar positivamente a saúde ao longo da vida (OMS, 1998).

Neste sentido, o PSE busca integrar atividades educativas, preventivas e de promoção da saúde no cotidiano escolar, envolvendo não apenas a saúde física, mas também a saúde mental, emocional e social dos estudantes. Ao oferecer conhecimentos e recursos para o desenvolvimento de estilos de vida saudáveis desde a infância, o programa capacita os jovens a fazerem escolhas conscientes e responsáveis em relação à sua saúde e bem-estar.

Para que o PSE alcance seus objetivos, é essencial que haja uma colaboração estreita entre os setores da saúde e da educação, bem como o envolvimento ativo da comunidade escolar, dos pais e dos próprios alunos. Somente por meio de uma abordagem integrada e participativa é possível promover uma cultura de saúde dentro e fora do ambiente escolar, contribuindo para o desenvolvimento integral dos estudantes e para a construção de uma sociedade mais saudável e equitativa.

A Avaliação de Saúde dos Estudantes no Programa de Saúde na Escola (PSE) é uma estratégia fundamental para compreender as necessidades de saúde dos

alunos e direcionar intervenções eficazes para promover seu bem-estar. Segundo o Ministério da Saúde do Brasil, a avaliação de saúde dos estudantes no PSE é conceituada como "um conjunto de procedimentos diagnósticos que permitem conhecer as condições de saúde dos estudantes" (Brasil, 2015, p. 13).

Esta avaliação é conduzida por equipes interdisciplinares, geralmente compostas por profissionais da saúde e da educação, e visa identificar fatores de risco, problemas de saúde e necessidades específicas dos alunos. De acordo com o Ministério da Saúde, a avaliação pode abranger diferentes dimensões da saúde, como alimentação, atividade física, saúde bucal, saúde mental, entre outras (Brasil, 2009).

Ao analisar os resultados da avaliação de saúde dos estudantes, as equipes do PSE podem elaborar planos de ação e estratégias de intervenção personalizadas, visando promover a saúde e prevenir doenças entre os alunos. Essa abordagem alinha-se com o objetivo maior do programa, que é contribuir para o desenvolvimento integral dos estudantes e para a construção de uma cultura de saúde nas escolas e comunidades.

A Promoção de Hábitos Saudáveis no Programa de Saúde na Escola (PSE) é uma estratégia voltada para incentivar a adoção de comportamentos e práticas que contribuam para a melhoria da saúde e bem-estar dos estudantes. De acordo com o Ministério da Saúde do Brasil (MS), a promoção de hábitos saudáveis no âmbito do PSE compreende ações que visam "fortalecer e consolidar hábitos e estilos de vida saudáveis" entre os alunos (Brasil, 2015, p. 21).

De acordo com o MS, o atendimento de saúde no PSE abrange diversas áreas, como atenção básica, saúde bucal, saúde mental, saúde sexual e reprodutiva, entre outras, e pode incluir serviços como consultas médicas, odontológicas e psicológicas, distribuição de medicamentos, vacinação, realização de exames preventivos, orientação sobre saúde e encaminhamento para outros serviços de saúde quando necessário (Brasil, 2015).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a promoção de hábitos saudáveis desempenha um papel crucial na prevenção de doenças e na promoção da qualidade de vida (OMS, 2009). Ao integrar a promoção de hábitos saudáveis nas atividades do PSE, as escolas se tornam ambientes propícios para a formação de crianças e adolescentes conscientes da importância de cuidar da saúde e adotar comportamentos saudáveis desde cedo. Essa abordagem contribui não apenas para a melhoria da saúde dos estudantes, mas também para o desenvolvimento de

habilidades e competências que serão úteis ao longo de suas vidas.

O Atendimento de Saúde no Programa Saúde na Escola (PSE) compreende uma série de ações direcionadas à promoção, prevenção, diagnóstico e tratamento de problemas de saúde dos estudantes, buscando garantir o acesso equitativo aos serviços de saúde dentro do ambiente escolar. Essas ações são realizadas por profissionais de saúde, como médicos, enfermeiros, dentistas, psicólogos, entre outros, em parceria com profissionais da educação, e têm como objetivo principal melhorar o estado de saúde e bem-estar dos alunos.

A oferta de atendimento de saúde no contexto escolar tem como objetivo facilitar o acesso dos estudantes aos serviços de saúde, reduzir as barreiras de acesso e contribuir para a detecção precoce de problemas de saúde, permitindo intervenções mais eficazes e oportunas. Além disso, o atendimento de saúde no PSE promove a integração entre saúde e educação, reconhecendo a importância da saúde para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos estudantes.

A Educação para a Saúde no PSE compreende um conjunto de atividades educativas voltadas para a promoção da saúde, prevenção de doenças e desenvolvimento de habilidades e competências relacionadas ao autocuidado e bem-estar dos estudantes. Essa componente do PSE busca capacitar os alunos para que possam tomar decisões conscientes e responsáveis em relação à sua saúde e estilo de vida.

Segundo o Ministério da Saúde do Brasil, a Educação para a Saúde no PSE tem como objetivo "promover práticas promotoras de saúde e prevenção de doenças por meio da capacitação e sensibilização dos estudantes, professores e comunidade escolar" (Brasil, 2015, p. 17). Essas atividades educativas são desenvolvidas de forma integrada ao currículo escolar, utilizando metodologias participativas e adequadas ao contexto e faixa etária dos estudantes. Elas envolvem ações como palestras, debates, oficinas, jogos educativos, distribuição de materiais informativos, entre outras estratégias, visando promover a reflexão, a conscientização e a adoção de comportamentos saudáveis.

A Educação para a Saúde no PSE é reconhecida como uma ferramenta essencial para fortalecer a promoção da saúde e prevenção de doenças entre os estudantes, contribuindo para o desenvolvimento integral dos alunos e para a construção de uma cultura de saúde nas escolas e comunidades.

Um Ambiente Saudável no PSE refere-se a um espaço físico, social e

emocional que promove a saúde, o bem-estar e o desenvolvimento integral dos estudantes. Essa componente do PSE busca garantir que o ambiente escolar seja seguro, inclusivo, estimulante e propício para a promoção de estilos de vida saudáveis e para a prevenção de doenças.

De acordo com o MS, um ambiente saudável no contexto escolar é caracterizado por condições que favorecem o crescimento e o desenvolvimento saudável dos estudantes, como a oferta de água potável, alimentação adequada, espaços seguros para atividades físicas e recreativas, instalações sanitárias adequadas, entre outros aspectos (Brasil, 2015).

Além disso, um ambiente saudável também se refere à promoção de relações interpessoais positivas, à valorização da diversidade, à promoção da cultura de paz e à prevenção do *bullying* e outras formas de violência. A criação de um ambiente acolhedor e respeitoso contribui para o bem-estar emocional e social dos estudantes, promovendo um clima escolar favorável ao aprendizado e ao desenvolvimento pessoal. A promoção de um ambiente saudável no contexto escolar é essencial para o sucesso do PSE, pois reconhece a importância do ambiente físico e social na promoção da saúde e no desenvolvimento integral dos estudantes.

A Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças entre os estudantes no PSE compreende uma série de ações direcionadas para promover estilos de vida saudáveis e prevenir o surgimento de doenças na comunidade escolar. Essas ações visam não apenas tratar doenças já existentes, mas também promover a saúde e o bem-estar geral dos estudantes.

Essas ações são desenvolvidas de forma integrada ao currículo escolar e à rotina dos estudantes, promovendo a formação de hábitos saudáveis desde a infância e adolescência. Ao promover a saúde e prevenir doenças entre os estudantes, o PSE contribui não apenas para o bem-estar individual, mas também para o sucesso educacional e o desenvolvimento de uma população mais saudável ao longo do tempo (BRASIL, 2009).

A melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes no Programa Saúde na Escola (PSE) refere-se ao impacto positivo que a promoção da saúde e prevenção de doenças podem ter no rendimento escolar e no sucesso educacional dos alunos. Existem diversas maneiras pelas quais a saúde dos estudantes pode influenciar seu desempenho acadêmico, incluindo a influência da saúde física, mental e emocional.

Estudos demonstraram que problemas de saúde física, como má nutrição, falta

de sono adequado e doenças crônicas, podem afetar adversamente o desempenho acadêmico dos estudantes (Dewald et al., 2010; Basch, 2011). Além disso, questões de saúde mental, como estresse, ansiedade e depressão, também podem impactar negativamente a capacidade de aprendizagem e o desempenho escolar dos alunos (Currie et al., 2008; Grist et al., 2018).

Ao promover a saúde física, mental e emocional dos estudantes, o PSE pode contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, proporcionando condições mais favoráveis para o aprendizado e desenvolvimento dos alunos. Estratégias como educação para a saúde, promoção de estilos de vida saudáveis, acesso a serviços de saúde e apoio psicossocial podem ajudar a criar um ambiente escolar propício para o sucesso educacional.

A redução do absenteísmo escolar no Programa Saúde na Escola refere-se ao impacto positivo que as ações de promoção da saúde e prevenção de doenças podem ter na frequência dos alunos à escola. Reduzir o absenteísmo escolar é fundamental para garantir que os alunos estejam presentes e engajados nas atividades de aprendizado, contribuindo para o sucesso educacional e o desenvolvimento acadêmico.

Estudos têm demonstrado que problemas de saúde física, mental e emocional podem estar associados ao absenteísmo escolar. Por exemplo, doenças crônicas, como asma e enxaqueca, podem levar os alunos a faltarem às aulas com frequência (Hersh, 2011). Além disso, questões de saúde mental, como ansiedade e depressão, também podem contribuir para o absenteísmo escolar (Suhrcke et al., 2010).

Estratégias como campanhas de vacinação, orientação sobre higiene e saúde, identificação precoce e tratamento de problemas de saúde, apoio psicossocial e acompanhamento de casos de saúde crônicos podem ajudar a manter os alunos saudáveis e presentes na escola. A redução da ausência escolar não apenas beneficia os alunos individualmente, mas também contribui para o fortalecimento do sistema educacional como um todo, promovendo o sucesso educacional e o desenvolvimento de uma sociedade mais saudável.

O estímulo à participação ativa dos estudantes na promoção da saúde no PSE refere-se à promoção da autonomia e responsabilidade dos alunos em relação à sua própria saúde, incentivando-os a se envolverem ativamente em atividades e iniciativas que promovam hábitos saudáveis e previnam doenças. Esse componente do PSE reconhece os estudantes como agentes ativos na busca pelo bem-estar e qualidade

de vida.

Estimular a participação dos estudantes na promoção da saúde pode envolver diversas estratégias (BRASIL, 2007), como:

- ✓ Envolver os alunos em atividades de planejamento e implementação de ações de promoção da saúde dentro da escola.
- ✓ Promover a educação entre pares, onde os alunos compartilham informações sobre saúde e incentivam comportamentos saudáveis entre si.
- ✓ Criar espaços de discussão e reflexão sobre temas de saúde relevantes para os estudantes, como alimentação saudável, atividade física, saúde mental, entre outros.
- ✓ Incentivar os alunos a se tornarem defensores da saúde em suas comunidades, compartilhando conhecimentos e práticas saudáveis com suas famílias e amigos.

Ao estimular a participação ativa dos estudantes na promoção da saúde, o PSE busca não apenas melhorar a saúde dos alunos, mas também promover o desenvolvimento de habilidades sociais, emocionais e cognitivas que serão úteis ao longo de suas vidas.

O fortalecimento da integração entre os setores da saúde e da educação no PSE refere-se à colaboração e articulação entre profissionais dessas duas áreas para implementar ações conjuntas visando a promoção da saúde e o bem-estar dos estudantes. Essa integração reconhece a importância da interdisciplinaridade e da cooperação entre os setores da saúde e da educação para alcançar melhores resultados em termos de saúde e educação.

A integração entre saúde e educação no PSE pode ocorrer de diversas maneiras (BRASIL, 2007), como:

- ✓ Formação de equipes multiprofissionais que incluem profissionais da saúde (como médicos, enfermeiros, psicólogos) e da educação (professores, diretores, orientadores educacionais).
- ✓ Desenvolvimento de planos de ação conjuntos que abordem as necessidades de saúde dos estudantes de forma integrada ao currículo escolar.

- ✓ Realização de atividades educativas que promovam a saúde dentro do ambiente escolar, envolvendo tanto profissionais da saúde quanto da educação.
- ✓ Troca de informações e dados entre os setores da saúde e da educação para garantir uma abordagem abrangente e eficaz na promoção da saúde dos estudantes.

O fortalecimento da integração entre os setores da saúde e da educação no PSE é essencial para garantir uma abordagem holística e abrangente na promoção da saúde dos estudantes, reconhecendo a escola como um espaço privilegiado para a promoção da saúde e prevenção de doenças. Ao integrar a saúde e a educação, o PSE oferece uma abordagem holística que visa não apenas o sucesso acadêmico, mas também o desenvolvimento físico, mental e social dos estudantes. Investir em programas de saúde na escola é investir no futuro de uma sociedade mais saudável e equitativa.

As políticas de educação em saúde, ao longo das décadas, têm refletido disputas epistemológicas entre modelos hegemônicos, centrados na medicalização e no controle comportamental, e propostas mais amplas, orientadas pela promoção da saúde e pela participação comunitária. A transição de uma abordagem prescritiva para uma abordagem crítica e dialógica ainda está em curso no Brasil, sendo tensionada por diferentes projetos de sociedade.

Nesse processo histórico, a educação em saúde foi inicialmente concebida como um instrumento para modificar comportamentos, baseada em campanhas verticais, com pouca ou nenhuma escuta das populações envolvidas. Essa lógica higienista e biomédica desconsiderava os determinantes sociais da saúde e não reconhecia os sujeitos como produtores de saberes e práticas de cuidado. Conforme aponta Schall (1999), esse modelo foi questionado pela perspectiva da educação popular em saúde, especialmente a partir dos anos 1980.

Com a redemocratização do Brasil e a promulgação da Constituição de 1988, que instituiu o Sistema Único de Saúde (SUS), a educação em saúde passou a integrar as ações de promoção e prevenção, com princípios como equidade, universalidade e participação social. A Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), instituída em 2006, consolidou esse entendimento, afirmando que a promoção da saúde deve ser construída com base no diálogo com os diferentes saberes e nos contextos de vida dos sujeitos (BRASIL, 2006).

A PNPS valoriza o protagonismo das comunidades e propõe a articulação entre diferentes políticas públicas e setores da sociedade. Essa perspectiva está em consonância com a educação freireana, que entende o processo educativo como construção coletiva e emancipatória. Freire (1970) afirma que “a educação autêntica não se faz de A para B, mas de A com B, mediado pelo mundo”, reforçando a importância do diálogo na prática educativa.

Victor Valla, ao discutir a educação popular em saúde, afirma que é necessário romper com a lógica da transmissão de informações e adotar práticas pedagógicas que envolvam os sujeitos em sua totalidade – história, cultura, afetividade e corporeidade. Para Valla (2000), a saúde não é apenas um bem individual, mas uma construção coletiva que se dá nas relações sociais e nas formas como os sujeitos se organizam para cuidar uns dos outros.

Nesse sentido, a intersetorialidade é um princípio estruturante das políticas de educação em saúde. Não é possível promover saúde apenas com ações do setor saúde, isoladamente. A escola, como espaço privilegiado de formação humana, deve ser um polo de articulação entre diferentes setores, serviços e saberes, reunindo profissionais da saúde, da educação, da assistência social e da cultura em torno de projetos comuns.

O Programa Saúde na Escola (PSE) surge como uma resposta a essa necessidade de articulação, propondo ações integradas de promoção e prevenção dentro do ambiente escolar. Entretanto, sua efetivação ainda encontra obstáculos, como a fragmentação das políticas públicas, a falta de diálogo entre as equipes intersetoriais e a ausência de formação adequada dos profissionais envolvidos (SILVA; BODSTEIN, 2016). Como observa Bodstein (2016), a intersetorialidade requer tempo, investimento e disposição para a escuta e o compartilhamento de poder.

Outro desafio está na formação dos profissionais da educação e da saúde. Muitas vezes, os currículos das licenciaturas e cursos da área da saúde ainda reforçam visões tecnicistas e descoladas da realidade das comunidades. A formação inicial e continuada precisa incorporar os princípios da educação popular e da promoção da saúde, preparando os profissionais para atuarem de forma crítica, ética e comprometida com os direitos humanos.

A produção de materiais pedagógicos também deve refletir essa abordagem crítica. Ao invés de cartilhas normativas ou campanhas massivas

descontextualizadas, é necessário construir recursos didáticos que dialoguem com a realidade dos estudantes, que estimulem a participação, a problematização e o protagonismo. Oficinas, rodas de conversa, projetos interdisciplinares e metodologias ativas são estratégias potentes nesse sentido.

A escola precisa ser compreendida como território de cuidado, onde o bem-estar físico, emocional e social dos estudantes é reconhecido como parte essencial do processo educativo. Isso significa superar a ideia de que a saúde é responsabilidade exclusiva do setor saúde, reconhecendo que a promoção da saúde é também um ato pedagógico, que se dá no cotidiano escolar.

As políticas públicas de educação em saúde devem ser construídas com base nas demandas reais das comunidades escolares. A escuta ativa dos estudantes, professores e famílias é fundamental para que as ações sejam significativas e eficazes. Essa escuta deve estar presente desde o planejamento até a avaliação das ações, garantindo o princípio da participação social.

A avaliação das políticas de educação em saúde também merece atenção. Muitas vezes, os indicadores utilizados não captam as transformações qualitativas promovidas pelas ações educativas. É necessário desenvolver instrumentos de avaliação que considerem a mudança de atitudes, o fortalecimento dos vínculos, o desenvolvimento da consciência crítica e o aumento do protagonismo dos sujeitos.

A inserção da temática da saúde nos currículos escolares, como previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é uma oportunidade para fortalecer a educação em saúde. No entanto, essa inserção deve ser feita de forma crítica, integrada e contextualizada, evitando abordagens reducionistas ou moralistas, especialmente em temas como sexualidade, uso de drogas e saúde mental.

É importante também reconhecer as desigualdades territoriais no acesso às políticas de educação em saúde. Escolas do campo, de territórios indígenas e quilombolas, por exemplo, enfrentam desafios específicos que precisam ser considerados na formulação das políticas. A equidade deve ser um princípio orientador, garantindo que todos os estudantes tenham acesso às ações e serviços necessários para seu desenvolvimento integral.

No cenário atual, marcado por retrocessos nas políticas sociais e por cortes orçamentários, a defesa da educação em saúde como direito e como prática emancipadora torna-se ainda mais urgente. É preciso fortalecer os espaços de

participação popular, como conselhos de saúde e educação, e incentivar o engajamento das comunidades escolares na construção e na fiscalização das políticas públicas.

A saúde mental, cada vez mais presente no cotidiano das escolas, é uma dimensão fundamental da educação em saúde. A escuta, o acolhimento e o cuidado com os afetos devem ser práticas cotidianas na escola. Freire (1996) já alertava para a importância da afetividade na relação pedagógica, entendendo que o afeto é parte constituinte do processo educativo.

A escola promotora de saúde é aquela que articula suas ações pedagógicas com os princípios da promoção da saúde, criando um ambiente físico e simbólico favorável à vida. Mais do que um conjunto de atividades pontuais, trata-se de uma proposta política e pedagógica que transforma a cultura escolar, valoriza a escuta, a empatia, o respeito e a solidariedade.

As políticas de educação em saúde, quando orientadas por uma perspectiva emancipadora, são capazes de fortalecer a democracia, a justiça social e a cidadania. Elas contribuem para a construção de sujeitos críticos, conscientes de seus direitos e capazes de agir coletivamente para transformar a realidade. Esse é o horizonte ético e político que orienta esta pesquisa e que inspira práticas pedagógicas transformadoras.

Por fim, é necessário afirmar que a educação em saúde é, antes de tudo, uma escolha política. Escolher uma educação em saúde crítica, participativa e transformadora é escolher estar ao lado dos que lutam pela dignidade, pela vida e pela justiça. É, como diria Paulo Freire (1996), assumir a educação como um ato de amor, de coragem e de esperança.

3.3 As políticas curriculares na Educação Básica e o reconhecimento do tema Saúde

A consolidação de uma educação comprometida com os direitos dos sujeitos e com a transformação da realidade exige a articulação entre diferentes políticas públicas e documentos normativos que orientam o trabalho pedagógico nas escolas brasileiras. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece os direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes em todas as etapas da educação básica, buscando garantir uma formação integral, com base na equidade e na valorização da diversidade (BRASIL, 2017). Complementarmente, o Programa Saúde

na Escola (PSE), instituído em 2007, configura-se como uma política intersetorial que une saúde e educação na perspectiva da promoção da saúde e da melhoria do rendimento escolar (BRASIL, 2009). No âmbito estadual, o Documento Curricular do Tocantins (DCT) orienta a implementação da BNCC com foco nas especificidades locais, assegurando uma abordagem pedagógica contextualizada e crítica (TOCANTINS, 2019). A articulação entre esses documentos encontra expressão concreta no Projeto Político-Pedagógico (PPP) de cada unidade escolar, o qual representa o instrumento de planejamento participativo que traduz a identidade da escola, seus princípios educativos e a proposta de formação que deseja promover (VEIGA, 2008).

A relação entre o Programa Saúde na Escola (PSE) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é fundamental para a promoção da saúde e o desenvolvimento integral dos estudantes no contexto educacional brasileiro. Ambos os documentos anunciam a importância de uma abordagem holística na educação, que considere não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também o bem-estar físico, emocional e social dos alunos.

A BNCC estabelece as competências e habilidades essenciais que todos os estudantes devem desenvolver ao longo da educação básica. De acordo com a BNCC, a educação deve promover o desenvolvimento integral dos estudantes, contemplando aspectos cognitivos, socioemocionais e éticos. Ela enfatiza a importância da formação de cidadãos autônomos, críticos, responsáveis e preparados para enfrentar os desafios da vida pessoal, profissional e social (BRASIL, 2018).

A relação entre o PSE e a BNCC está na complementaridade entre a promoção da saúde e o desenvolvimento das competências previstas na Base. As ações do PSE podem ser integradas ao currículo escolar, permitindo que os temas de saúde sejam abordados de forma transversal e interdisciplinar, contribuindo para o desenvolvimento integral dos estudantes. Além disso, a promoção da saúde no ambiente escolar pode proporcionar oportunidades para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como empatia, resiliência e autoconhecimento, que estão alinhadas com as competências socioemocionais previstas na BNCC.

Portanto, a relação entre o Programa Saúde na Escola e a Base Nacional Comum Curricular ressalta a importância de uma educação que considere não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também o bem-estar físico, emocional e social dos estudantes, preparando-os para uma vida plena e saudável.

Essa relação evidencia-se na promoção da transversalidade e interdisciplinaridade, proporcionando uma abordagem integral na formação dos estudantes brasileiros. Tanto o PSE quanto a BNCC compartilham o compromisso de promover não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também o bem-estar físico, emocional e social dos alunos, reconhecendo a escola como um espaço privilegiado para a promoção da saúde e o desenvolvimento integral.

A BNCC estabelece as competências essenciais que todos os estudantes devem desenvolver ao longo da educação básica, enfatizando a formação de cidadãos autônomos, críticos, responsáveis e preparados para enfrentar os desafios da vida pessoal, profissional e social (BRASIL, 2018). Por sua vez, o PSE tem como objetivo promover a saúde e prevenir doenças entre os estudantes, integrando ações de saúde e educação no ambiente escolar (BRASIL, 2015).

A promoção da transversalidade e interdisciplinaridade entre o PSE e a BNCC se dá pela integração dos temas de saúde aos diversos componentes curriculares. Os conteúdos relacionados à saúde podem ser trabalhados de forma articulada com as diferentes áreas do conhecimento, possibilitando uma abordagem holística e integrada na formação dos estudantes. Por exemplo, conceitos de alimentação saudável podem ser explorados nas disciplinas de ciências, matemática e geografia, enquanto questões de saúde mental podem ser abordadas nas aulas de história, filosofia e literatura.

Essa integração entre saúde e currículo escolar promove uma aprendizagem significativa e contextualizada, relacionando os conhecimentos acadêmicos com a realidade dos alunos. Além disso, contribui para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como empatia, resiliência e cooperação, que são fundamentais para o bem-estar e sucesso dos estudantes. Portanto, essa relação fortalece uma educação mais abrangente e que considere as diversas dimensões do ser humano, preparando os estudantes para uma vida plena e saudável.

A relação entre o PSE e a BNCC se manifesta na promoção de atividades que estimulam o desenvolvimento dessas habilidades socioemocionais. Por exemplo, projetos interdisciplinares que abordam questões de saúde e convivência podem proporcionar oportunidades para os alunos exercitarem a empatia ao colocar-se no lugar do outro, a cooperação ao trabalhar em equipe e a resolução de problemas ao buscar soluções conjuntas para questões complexas.

Nesse sentido, as ações do PSE, que visam promover uma cultura de paz e

respeito dentro do ambiente escolar, estão alinhadas com as competências socioemocionais previstas na BNCC. Ao promover a saúde mental e o bem-estar emocional dos estudantes, o PSE contribui para o desenvolvimento de habilidades essenciais para uma convivência harmoniosa e para o fortalecimento dos vínculos afetivos e sociais na escola.

Portanto, a relação entre o Programa Saúde na Escola e a Base Nacional Comum Curricular fortalece o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como empatia, cooperação e resolução de problemas, proporcionando uma formação mais completa e humanizada para os estudantes brasileiros.

Por meio de projetos interdisciplinares, é possível abordar temas relacionados à saúde de forma contextualizada, considerando as especificidades regionais e culturais de cada comunidade escolar. Esses projetos podem incluir ações de promoção da alimentação saudável, prática de atividades físicas, prevenção de doenças, cuidados com a saúde mental, entre outros aspectos relevantes para a promoção da saúde e o bem-estar dos alunos.

No contexto da implementação da Reforma do Ensino Médio, o estado do Tocantins elaborou seu próprio documento orientador, aprovado por meio da Resolução nº 169, de 20 de dezembro de 2022, do Conselho Estadual de Educação (CEE/TO), que homologa o Documento Curricular do Tocantins (DCT) voltado especificamente para essa etapa da educação básica. Esse documento tem como objetivo alinhar as diretrizes nacionais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) às particularidades do território tocantinense, respeitando as especificidades locais e buscando assegurar uma formação integral, crítica e contextualizada para os estudantes (TOCANTINS, 2022). Ao estabelecer itinerários formativos e organizar os componentes curriculares em áreas do conhecimento, o DCT do Ensino Médio reafirma o compromisso com uma educação que valoriza a diversidade e o protagonismo juvenil.

O Documento Curricular do Território do Tocantins propõe uma abordagem abrangente e integrada para os temas de saúde, visando promover o desenvolvimento integral dos estudantes e a construção de uma cultura de saúde nas escolas. Ele destaca a importância de uma educação que considere não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também o bem-estar físico, emocional e social dos alunos, alinhando-se aos princípios da educação integral.

Conforme destacado por Dewey (2007), a educação não deve se limitar apenas

à transmissão de conhecimentos acadêmicos, mas deve também promover o desenvolvimento completo do indivíduo. Nesse sentido, a preocupação com o bem-estar físico, emocional e social dos alunos é fundamental para proporcionar um ambiente educacional saudável e propício ao aprendizado.

A abordagem integral da educação está alinhada aos princípios da educação integral, que busca promover o desenvolvimento pleno dos estudantes em todas as suas dimensões. Segundo Fullan (2013), a educação integral reconhece a importância de proporcionar experiências educativas que considerem o aspecto acadêmico, mas também o desenvolvimento socioemocional e as habilidades para a vida. Dessa forma, a educação integral busca formar indivíduos autônomos, críticos, criativos e capazes de lidar com os desafios do mundo contemporâneo.

Ao considerar o bem-estar físico dos alunos, a educação integral valoriza a promoção da saúde e a adoção de hábitos saudáveis. Conforme ressaltado por Carvalho e colaboradores (2017), uma educação que prioriza o bem-estar físico dos alunos contribui para a prevenção de doenças, melhoria da qualidade de vida e promoção de hábitos saudáveis que podem perdurar ao longo da vida adulta.

Além disso, ao valorizar o bem-estar emocional e social dos alunos, a educação integral busca promover um ambiente escolar acolhedor, inclusivo e que valorize a diversidade. Segundo Santos e Tavares (2020), uma educação que considera o aspecto emocional dos alunos contribui para o desenvolvimento da inteligência emocional, resiliência e habilidades socioemocionais, fundamentais para o sucesso acadêmico e pessoal dos estudantes.

O Documento Curricular do Tocantins (DCT) sugere que os temas de saúde sejam abordados de forma transversal e interdisciplinar, permeando diversas áreas do conhecimento. Destaca-se a importância de promover hábitos saudáveis, como alimentação adequada, prática regular de atividades físicas e prevenção de doenças, além de valorizar a saúde mental, o bem-estar emocional e a qualidade de vida dos estudantes.

Abordar os temas de saúde de forma transversal e interdisciplinar no contexto educacional é uma estratégia eficaz para promover uma educação mais abrangente e integrada. Essa abordagem permite que os conceitos e práticas relacionados à saúde sejam explorados em diferentes disciplinas, enriquecendo o processo de ensino-aprendizagem e contribuindo para a formação integral dos estudantes.

Segundo Aquino e colaboradores (2012), a abordagem transversal dos temas

de saúde na educação possibilita a articulação entre diferentes áreas do conhecimento, proporcionando uma visão mais ampla e integrada das questões relacionadas à saúde. Dessa forma, temas como alimentação saudável, prevenção de doenças, educação sexual e saúde mental podem ser abordados em disciplinas específicas, mas também de forma contextualizada em outras áreas do currículo.

Além disso, a abordagem interdisciplinar dos temas de saúde estimula a colaboração entre professores de diferentes áreas, promovendo a troca de conhecimentos e experiências. Conforme ressaltado por Libâneo (2013), a interdisciplinaridade permite uma integração mais efetiva dos conteúdos curriculares, proporcionando uma aprendizagem mais significativa e contextualizada para os estudantes.

Ao adotar uma abordagem transversal e interdisciplinar dos temas de saúde, as escolas podem proporcionar uma educação mais abrangente e que considere as diversas dimensões do bem-estar humano. Essa prática contribui para a formação de estudantes mais conscientes, críticos e capazes de tomar decisões responsáveis em relação à sua saúde e qualidade de vida.

Portanto, a abordagem transversal e interdisciplinar dos temas de saúde no contexto educacional é uma estratégia relevante para promover uma educação integral e contribuir para o desenvolvimento saudável dos estudantes.

Uma das propostas do Documento Curricular do Território do Tocantins para os temas de saúde é a integração de ações e atividades que sensibilizem os estudantes para a importância da promoção da saúde e para a adoção de hábitos saudáveis. Isso pode incluir a realização de projetos interdisciplinares, debates, palestras, campanhas educativas e parcerias com profissionais da saúde e instituições da comunidade, buscando ampliar as oportunidades de aprendizagem e cuidado em saúde.

A promoção da saúde desempenha um papel fundamental na adoção de hábitos saudáveis e na melhoria da qualidade de vida das pessoas. Através de iniciativas que visam capacitar indivíduos e comunidades para tomar decisões que favoreçam seu bem-estar, a promoção da saúde contribui para a prevenção de doenças e para a promoção de um estilo de vida saudável.

Um estudo recente de Buckland et al. (2021) destaca que a promoção da saúde é essencial para enfrentar os desafios atuais relacionados às doenças crônicas não transmissíveis, como obesidade, diabetes e doenças cardiovasculares. Através de estratégias que incentivam a prática de atividade física regular, alimentação saudável

e redução do estresse, a promoção da saúde pode ajudar a reduzir os fatores de risco associados a essas doenças e promover a saúde e o bem-estar da população.

Além disso, a promoção da saúde desempenha um papel importante na criação de ambientes favoráveis à saúde, como destacado pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2016). Ao implementar políticas públicas, ações comunitárias e estratégias de comunicação que promovam a mudança de comportamento em direção a hábitos mais saudáveis, a promoção da saúde pode influenciar positivamente as escolhas individuais e coletivas em relação à saúde.

A promoção da saúde também desempenha um papel crucial na capacitação das pessoas para assumirem um papel ativo na gestão de sua própria saúde, conforme destacado por Kickbusch e Gleicher (2012). Ao fornecer informações e recursos sobre práticas saudáveis, a promoção da saúde capacita as pessoas a fazerem escolhas informadas sobre sua saúde e a adotarem comportamentos que promovam seu bem-estar ao longo da vida.

Portanto, a promoção da saúde é uma estratégia essencial para promover a adoção de hábitos saudáveis e para enfrentar os desafios relacionados às doenças crônicas não transmissíveis, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para a promoção da saúde da população em geral.

Portanto, a proposta do Documento Curricular do Território do Tocantins para os temas de saúde está alinhada com uma visão ampliada de educação, que reconhece a importância da promoção da saúde e do bem-estar como componentes essenciais para o desenvolvimento integral dos estudantes.

A incorporação da temática da saúde nas políticas curriculares da Educação Básica brasileira representa um avanço significativo na consolidação de uma formação integral dos estudantes. No entanto, esse processo não é isento de tensões e desafios, pois envolve disputas conceituais e políticas sobre o papel da escola, do currículo e da intersetorialidade no campo educacional. A saúde, nesse contexto, deve ser compreendida não como um conteúdo isolado, mas como uma dimensão transversal da formação humana.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao estabelecer competências gerais e específicas, propõe uma educação voltada para o desenvolvimento de sujeitos autônomos, críticos e participativos. Entre essas competências, destaca-se o desenvolvimento da responsabilidade e do cuidado consigo mesmo, com os outros e com o meio ambiente, o que pressupõe a inclusão de conteúdos que envolvem o

autocuidado, a saúde mental, a sexualidade e a prevenção de doenças (BRASIL, 2018).

Ainda assim, a implementação dessas diretrizes no chão da escola depende da mediação pedagógica dos docentes e da intencionalidade dos projetos político-pedagógicos. Como aponta Sacristán (2000), o currículo real, aquele que se efetiva nas práticas cotidianas, muitas vezes diverge do currículo prescrito. Assim, o reconhecimento do tema saúde exige formação docente, planejamento colaborativo e engajamento institucional.

O Documento Curricular do Território do Tocantins (DCT), em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), destaca a relevância de abordar a saúde de maneira interdisciplinar, integrando-a às diversas áreas do conhecimento e promovendo práticas pedagógicas que dialoguem com a realidade dos estudantes. Essa diretriz valoriza os saberes locais e incentiva a articulação entre escola, família e comunidade, favorecendo uma formação integral que considere os múltiplos determinantes sociais da saúde e estimule o protagonismo juvenil na promoção do bem-estar coletivo.

A transversalidade da saúde no currículo escolar possibilita que todos os componentes curriculares contribuam, de forma integrada, para a formação de uma consciência crítica sobre o corpo, o cuidado, a alimentação, o meio ambiente e os determinantes sociais da saúde. Independentemente da área do conhecimento, cada disciplina pode desempenhar um papel relevante nesse processo, desde que haja intencionalidade pedagógica e compromisso com uma abordagem crítica e contextualizada. Ao articular saberes diversos, o currículo se torna um espaço potente para o desenvolvimento de práticas educativas voltadas à promoção da saúde e ao fortalecimento do protagonismo estudantil.

No entanto, muitos professores ainda relatam dificuldades para abordar temas de saúde de forma articulada com suas disciplinas, seja pela insuficiência de formação inicial e continuada voltada para a educação em saúde, seja pela ausência de materiais didáticos adequados e contextualizados. Nesse sentido, a construção coletiva de projetos interdisciplinares e a valorização da experiência docente são estratégias fundamentais para consolidar a saúde como eixo transversal no currículo escolar.

A educação em saúde, quando integrada ao currículo, contribui para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como empatia, escuta ativa,

resolução de conflitos e autorregulação emocional. Essas competências são essenciais para a convivência democrática e para a construção de uma cultura de paz na escola. Além disso, fortalecem a saúde mental dos estudantes, prevenindo situações de violência, bullying e exclusão.

A efetivação do tema saúde nos currículos requer também o fortalecimento da gestão democrática nas escolas. A participação ativa da comunidade escolar na definição de prioridades e na implementação de ações voltadas à promoção da saúde é fundamental para garantir que essas iniciativas estejam alinhadas às reais necessidades dos estudantes. Nesse sentido, a Lei nº 14.644, de 4 de agosto de 2023, ao dispor sobre a criação e o funcionamento dos conselhos escolares, reforça o princípio da gestão democrática previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), instituindo mecanismos legais para a participação efetiva de estudantes, famílias, profissionais da educação e comunidade local nas decisões pedagógicas, administrativas e financeiras das escolas públicas (BRASIL, 2023). A construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico (PPP) é uma oportunidade para isso.

Além disso, é necessário pensar a saúde de forma ampliada, indo além da prevenção de doenças. A perspectiva da promoção da saúde, como preconizada pela OMS (1986), propõe o fortalecimento de fatores protetivos e a criação de ambientes favoráveis ao desenvolvimento humano. Essa visão deve estar presente no currículo escolar, promovendo práticas educativas que valorizem o bem-estar, a qualidade de vida e o respeito à diversidade.

A saúde mental, por exemplo, tem se tornado uma demanda urgente nas escolas. Questões como ansiedade, depressão e ideação suicida afetam diretamente o processo de aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes. Incorporar essas temáticas ao currículo, por meio de rodas de conversa, projetos e campanhas, contribui para o acolhimento, a prevenção e a construção de vínculos positivos no ambiente escolar.

Outro aspecto relevante é a abordagem da educação sexual no currículo, frequentemente alvo de controvérsias e resistências. A BNCC prevê que os estudantes desenvolvam competências relacionadas ao respeito às diferenças, à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e à construção de relacionamentos saudáveis. Para tanto, é preciso enfrentar os tabus e promover uma abordagem crítica, científica e ética da sexualidade.

A alimentação escolar é também um tema que pode ser explorado pedagogicamente, articulando conteúdos de ciências, matemática, geografia e história. Debater a origem dos alimentos, os impactos do uso de agrotóxicos, as práticas alimentares tradicionais e os transtornos alimentares é uma forma de promover uma educação em saúde crítica e situada.

A abordagem curricular da saúde deve ainda considerar as diversidades étnico-raciais, de gênero, de orientação sexual e de identidade de gênero. A interseccionalidade desses marcadores sociais é fundamental para compreender as desigualdades em saúde e para promover ações educativas inclusivas, que respeitem os direitos humanos e valorizem a diversidade.

A formação docente inicial e continuada precisa estar atenta a essas questões, capacitando os educadores para planejar e executar práticas curriculares que incluam a saúde de forma crítica e emancipadora. Instituições formadoras devem investir em currículos interdisciplinares e em metodologias ativas que preparem os futuros professores para lidar com as complexidades da sala de aula.

A política curricular, ao reconhecer a saúde como tema transversal, também assume um compromisso com a vida. Isso implica desenvolver uma pedagogia do cuidado, pautada no respeito, na empatia e na valorização das relações humanas. Como destaca Maturana (2002), somos seres de convivência, e o ambiente escolar precisa ser um espaço de relações saudáveis, que favoreçam o aprender e o viver juntos.

Nesse processo, o protagonismo estudantil desempenha um papel central. Ao serem chamados a participar da construção curricular, os estudantes desenvolvem senso de pertencimento, responsabilidade e compromisso com o coletivo. Projetos de juventude, grêmios estudantis e assembleias escolares são espaços potentes para essa participação e para a consolidação de uma cultura de direitos.

O currículo, portanto, deve ser compreendido como um campo de disputa, onde diferentes concepções de educação e sociedade se confrontam. A inserção da saúde como eixo transversal é uma escolha política que demanda coragem, compromisso ético e sensibilidade pedagógica. É preciso resistir às pressões conservadoras e afirmar o direito de todos os estudantes a uma educação que promova a vida, o cuidado e a justiça social.

Por fim, reconhecer o tema da saúde nas políticas curriculares da Educação Básica é reconhecer que a escola não pode ser neutra diante das violências,

exclusões e desigualdades que afetam a saúde e a dignidade dos sujeitos. É afirmar o compromisso da educação com a transformação da realidade, com a emancipação dos sujeitos e com a construção de uma sociedade mais justa, saudável e solidária.

4. METODOLOGIA

A presente pesquisa possui caráter qualitativo, por buscar compreender os sentidos e práticas relacionados à promoção da saúde no ambiente escolar, a partir da interpretação dos discursos e contextos. Conforme Denzin e Lincoln (2006), essa abordagem considera a realidade como construída socialmente e valoriza a experiência dos sujeitos. Trata-se também de uma pesquisa de natureza aplicada, pois se orienta para a proposição de soluções práticas a partir da análise de uma realidade concreta, como destacam Gerhardt e Silveira (2009).

Nesse contexto, optou-se por desenvolver uma pesquisa de abordagem documental, voltada à análise da presença e do tratamento da temática da promoção da saúde no Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto, bem como nos documentos oficiais do Programa Saúde na Escola (PSE). A referida escola está localizada em Palmas, capital do estado do Tocantins, e atende estudantes do ensino médio regular e curso técnico em enfermagem, inserindo-se em uma realidade urbana marcada por desafios sociais diversos. A escolha por essa instituição se justifica pela experiência do pesquisador como professor há mais de dez anos na escola, o que possibilita um conhecimento aprofundado de sua dinâmica institucional, de seus documentos pedagógicos e das práticas educativas desenvolvidas em seu cotidiano. Segundo Gil (2019), a pesquisa documental consiste na análise de materiais que ainda não foram explorados de forma sistemática, servindo como importantes fontes para a compreensão crítica do objeto investigado.

A presente pesquisa possui caráter qualitativo, de natureza aplicada e abordagem documental, com o objetivo de analisar como a temática da promoção da saúde está inserida no Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto, bem como nos documentos oficiais do Programa Saúde na Escola (PSE). De acordo com Gil (2019), a pesquisa documental caracteriza-se pelo exame de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico, sendo esses documentos fontes relevantes para a compreensão do objeto de estudo.

A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se pela natureza do fenômeno investigado, uma vez que a pesquisa busca compreender sentidos, significados e intencionalidades expressas nos textos institucionais. Como aponta Minayo (2016), a pesquisa qualitativa é adequada para estudar processos, relações, representações e estruturas sociais, elementos que não podem ser quantificados, mas que demandam interpretação para a compreensão de suas múltiplas dimensões.

Os documentos selecionados para análise compreendem o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto e os documentos oficiais que regulamentam e orientam as ações do Programa Saúde na Escola (PSE), em âmbito nacional. O PPP constitui o principal instrumento de planejamento e organização da escola, expressando sua identidade institucional, seus objetivos educacionais, princípios pedagógicos e diretrizes curriculares, sendo construído coletivamente pela comunidade escolar. Já os documentos do PSE, como a Portaria Interministerial nº 1.055/2017 e os manuais técnicos elaborados pelos Ministérios da Saúde e da Educação, delineiam as diretrizes, objetivos e ações prioritárias do programa, com foco na promoção da saúde, prevenção de doenças e articulação entre os setores da saúde e da educação. A análise integrada desses materiais permite compreender como as políticas públicas de promoção da saúde são (ou não) incorporadas na prática pedagógica da escola.

O método de análise utilizado foi a Análise Textual Discursiva (ATD), conforme proposta por Moraes e Galiazzi (2016). A ATD é um processo metodológico voltado para a compreensão e a produção de sentidos a partir de textos, buscando a construção de novas compreensões sobre o fenômeno estudado. Esse método fundamenta-se em uma perspectiva construtivo-interpretativa, em que o pesquisador assume um papel ativo na reconstrução dos significados, respeitando os contextos e intencionalidades presentes nos materiais analisados.

Segundo Moraes e Galiazzi (2016), a Análise Textual Discursiva desenvolve-se em três movimentos principais: a unitarização, que consiste na fragmentação dos textos em unidades de significado; a categorização, em que essas unidades são agrupadas em categorias emergentes a partir das leituras realizadas; e a produção de novas compreensões, que busca a síntese interpretativa e reflexiva sobre os dados, resultando na construção de sentidos acerca do objeto investigado.

Neste estudo, o processo de unitarização foi realizado a partir da leitura minuciosa e sistemática dos documentos, com a identificação das unidades de sentido

relacionadas à promoção da saúde, à articulação entre saúde e educação, e à perspectiva emancipadora presente nas propostas. A categorização se dará de forma emergente, considerando os núcleos temáticos que se destacarem ao longo da análise, respeitando a lógica interpretativa defendida por Moraes e Galiazzi (2016). Por fim, a etapa de produção de novas compreensões permitiu a síntese das reflexões, buscando articular os achados com a base teórica adotada, especialmente com os aportes de Paulo Freire (1970; 1996) e Humberto Maturana (2002), que fundamentam a compreensão crítica e emancipadora da educação e da promoção da saúde.

Dessa forma, a metodologia adotada possibilitou uma análise aprofundada dos documentos selecionados, com foco na compreensão dos sentidos atribuídos à promoção da saúde no ambiente escolar e sua integração com o Projeto Político-Pedagógico. O rigor na análise documental e a adoção da ATD como método visam garantir a consistência teórico-metodológica da pesquisa, respeitando os princípios da ética, da criticidade e da autonomia no processo investigativo.

5. RESULTADOS

Neste capítulo, apresentamos o processo de Análise Textual Discursiva (ATD) realizado com base nos documentos: Programa Saúde na Escola (PSE) e o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto. O método seguiu as etapas propostas por Moraes e Galiazzi, compreendendo: unitarização, categorização e produção de metatextos.

5.1 Unitarização

A seguir, apresentamos as unidades de sentido identificadas nos documentos analisados.

5.1.1 Unitarização do Programa de Saúde na Escola (PSE)

Na sequência, são apresentados trechos extraídos de documentos oficiais do Programa Saúde na Escola (PSE), organizados com o objetivo de ilustrar o processo de unitarização dessa política pública no contexto educacional. Os excertos foram sistematizados por unidade, acompanhados de observações que contextualizam seu conteúdo e indicam aspectos relevantes à compreensão das diretrizes do programa. Essa organização permite visualizar, de forma preliminar, como os fundamentos do

PSE se articulam com o cotidiano escolar.

Tabela 1 – Unitarização do Programa de Saúde na Escola (PSE)

Unidade	Trecho	Documento	Observação
1	A escola como um espaço de relações é ideal para o desenvolvimento do pensamento crítico e político	PSE	Importância da escola como espaço para a formação crítica e social
2	O PSE foi instituído em 2007 pelo Decreto Presidencial nº 6.286	PSE	Origem e institucionalização do PSE
3	O PSE vem contribuir para o fortalecimento de ações na perspectiva do desenvolvimento integral	PSE	Objetivos do PSE para o desenvolvimento integral
4	As ações do PSE, em todas as dimensões, devem estar inseridas no projeto político-pedagógico da escola...	PSE	Integração das ações do PSE no PPP da escola
5	As práticas em educação e saúde devem considerar os diversos contextos com o objetivo de realizar construções compartilhadas de saberes	PSE	Educação em saúde como construção coletiva de saberes
6	O PSE reconhece e acolhe as ações de integração entre saúde e educação já	PSE	Reconhecimento de ações pré-

	existentes e que têm impactado positivamente na qualidade de vida dos educandos		existentes de saúde e educação
7	A escola é um espaço privilegiado para práticas de promoção de saúde e de prevenção de agravos à saúde e de doenças	PSE	Escola como espaço central para promoção da saúde
8	As ações do PSE devem ser inseridas no projeto político-pedagógico da escola, respeitando a competência política executiva dos Estados e municípios...	PSE	Inserção das ações do PSE no PPP das escolas
9	Nas escolas, o trabalho de promoção da saúde precisa ter como ponto de partida 'o que eles sabem' e 'o que eles podem fazer'	PSE	Valorização do saber prévio e das potencialidades dos educandos
10	Profissionais de saúde e de educação devem assumir uma atitude permanente de empoderamento dos princípios básicos de promoção da saúde	PSE	Empoderamento como estratégia para promoção de saúde

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

5.1.2 Unitarização do Projeto Político-Pedagógico da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto

Posteriormente, são reunidos trechos extraídos do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto, com o intuito de evidenciar os elementos estruturantes que orientam a organização e a prática pedagógica da instituição. Os excertos foram organizados por unidade e acompanhados de observações interpretativas que destacam aspectos como a centralidade do planejamento, a gestão democrática, o protagonismo estudantil, a formação continuada dos professores, a participação da comunidade escolar e o compromisso com a diversidade, a inclusão e a avaliação contínua.

Tabela 2 – Unitarização do Projeto Político-Pedagógico da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto

Unidade	Trecho	Documento	Observação
1	O Projeto Político-Pedagógico – PPP da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto é o documento orientador do trabalho escolar nas dimensões pedagógica, administrativa, financeira e jurídica...	PPP - Escola Frederico José Pedreira Neto	PPP como documento orientador das ações pedagógicas, administrativas, financeiras e jurídicas
2	Para Veiga (2001) o projeto político-pedagógico – 'não se constitui na simples produção de um documento, mas na consolidação de um processo de ação-reflexão-ação'...	PPP - Escola Frederico José Pedreira Neto	PPP como processo contínuo de ação-reflexão-ação, segundo Veiga (2001)
3	O planejamento das atividades da escola é uma necessidade fundamental, visando nortear a	PPP - Escola Frederico José Pedreira Neto	Planejamento escolar com foco na gestão democrática e

	unidade escolar numa perspectiva de gestão democrática e autônoma...		autonomia
4	Esse trabalho em conjunto objetiva assegurar a permanência do estudante na escola, reduzir a evasão e a repetência por meio de ações de convivência escolar harmoniosa...	PPP - Escola Frederico José Pedreira Neto	Objetivo de permanência, redução da evasão e melhoria da convivência escolar
5	O protagonismo juvenil é incentivado por meio de projetos interdisciplinares e ações voltadas ao desenvolvimento de competências e habilidades dos estudantes.	PPP - Escola Frederico José Pedreira Neto	Incentivo ao protagonismo estudantil e desenvolvimento de competências.
6	A formação continuada de professores é parte fundamental das ações previstas no PPP, visando à qualificação das práticas pedagógicas e à melhoria da aprendizagem.	PPP - Escola Frederico José Pedreira Neto	Formação continuada como estratégia para aprimoramento pedagógico.
7	O PPP contempla a escuta ativa e o diálogo com as famílias, reconhecendo a importância da participação da comunidade escolar na construção	PPP - Escola Frederico José Pedreira Neto	Participação da comunidade escolar e fortalecimento da gestão democrática.

	coletiva do projeto educativo.		
8	O planejamento financeiro e administrativo é realizado em consonância com as normas legais, garantindo a viabilidade das ações pedagógicas e de infraestrutura.	PPP - Escola Frederico José Pedreira Neto	Garantia de respaldo legal e gestão técnica para a execução das ações.
9	O PPP prevê ações específicas para a valorização da diversidade e para o combate a qualquer forma de discriminação, promovendo uma cultura de respeito e inclusão.	PPP - Escola Frederico José Pedreira Neto	Valorização da diversidade e promoção da inclusão.
10	A escola adota instrumentos de monitoramento e avaliação contínua das ações propostas no PPP, assegurando a revisão e adequação das estratégias sempre que necessário.	PPP - Escola Frederico José Pedreira Neto	Monitoramento e avaliação contínua das ações do PPP.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

5.2 Categorias Emergentes

Em seguida, são apresentadas as categorias emergentes identificadas a partir da unitarização dos documentos analisados, relacionando-as diretamente com as unidades de sentido e trechos dos documentos.

Tabela 3 – Categorias Emergentes

Categoria	Unidades Relacionadas	Trechos Principais
-----------	-----------------------	--------------------

Integração Saúde e Educação	PSE 2, 3, 6, 8; PPP 1, 4, 5	PSE: Institucionalização do programa e inserção no PPP; PPP: Documento orientador, planejamento escolar e foco no acolhimento.
Promoção da Saúde no Ambiente Escolar	PSE 1, 3, 7, 9; PPP 5, 6	Escola como espaço privilegiado para promoção da saúde e prevenção de agravos; valorização do saber prévio.
Gestão Democrática e Participativa	PPP 3, 4, 6, 7, 9, 10; PSE 8	Planejamento coletivo, gestão democrática, escuta ativa e convivência respeitosa; inserção das ações no PPP.
Acolhimento, Protagonismo e Autonomia	PPP 4, 5, 6, 7; PSE 9, 10	Permanência dos estudantes, busca ativa, protagonismo estudantil, itinerários formativos, valorização da escuta.
Formação Continuada e Educação Permanente	PSE 10; PPP 7	Formação continuada e educação permanente de profissionais de saúde e educação para implementar o PSE.
Legalidade e Gestão Técnica	PPP 8, 9, 10	Organização financeira, administrativa e respaldo jurídico para viabilizar as ações pedagógicas e de saúde.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

5.3 Metatextos

Nesta seção, apresentamos os metatextos produzidos a partir das categorias emergentes, promovendo a interpretação e integração das unidades de sentido identificadas nos documentos, dialogando com o referencial teórico da pesquisa.

5.3.1 Integração Saúde e Educação

A análise dos documentos revela que o Programa Saúde na Escola (PSE) e o Projeto Político-Pedagógico (PPP) convergem para uma proposta de articulação entre os campos da saúde e da educação. Essa integração se sustenta no entendimento de

que a promoção da saúde não é responsabilidade isolada do setor saúde, mas uma construção coletiva que envolve a escola como espaço social privilegiado. A intersectorialidade, presente na base normativa do PSE, busca potencializar ações que favoreçam o desenvolvimento integral dos educandos, reconhecendo que saúde e aprendizagem são processos interdependentes. Este movimento encontra respaldo na perspectiva freireana, ao compreender que o conhecimento é produzido no diálogo entre sujeitos históricos inseridos em um contexto social, político e cultural.

A intersectorialidade, presente na base normativa do PSE, busca potencializar ações que favoreçam o desenvolvimento integral dos educandos, reconhecendo que saúde e aprendizagem são processos interdependentes (BRASIL, 2011). Este movimento encontra respaldo na perspectiva freireana, ao compreender que o conhecimento é produzido no diálogo entre sujeitos históricos inseridos em um contexto social, político e cultural (FREIRE, 1996).

A análise dos documentos evidencia que a integração entre saúde e educação vai além da justaposição de ações setoriais. Trata-se de um desafio epistemológico e político que exige a construção de uma nova cultura institucional, na qual os sujeitos da escola e os profissionais da saúde dialoguem a partir de seus saberes e experiências, superando práticas fragmentadas e verticalizadas. Essa integração se sustenta na lógica da intersectorialidade, prevista nas diretrizes do PSE, mas ainda pouco efetivada na rotina escolar (TOCANTINS, 2025, anexo).

A presença do Programa Saúde na Escola (PSE) nos documentos analisados indica um reconhecimento formal da importância da articulação entre saúde e educação no ambiente escolar. No entanto, observa-se que, na prática, essa integração ocorre de maneira pontual e desarticulada, sem estabelecer vínculos consistentes com o currículo e com o Projeto Político-Pedagógico (PPP). No caso da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto, embora o PPP reconheça a relevância da promoção da saúde, tal menção aparece de forma genérica, sem detalhamento quanto às estratégias de integração entre o PSE e as práticas pedagógicas da escola (TOCANTINS, 2025, anexo). Essa lacuna evidencia a distância entre o discurso institucional e a efetivação prática da política pública, reforçando o que Valla (2000) identifica como uma tendência recorrente nas escolas públicas: a redução das ações de saúde a práticas informativas e descontextualizadas, alheias aos saberes e vivências dos sujeitos. Como ressalta Freire (1996), a prática educativa emancipadora exige diálogo, escuta e a valorização do conhecimento popular. Dessa forma, a

ausência de formação crítica dos profissionais da educação, a frágil articulação intersetorial e a carência de planejamento participativo contribuem para que o PSE permaneça restrito a ações pontuais, comprometendo seu potencial formativo e transformador.

Paulo Freire (1996) nos ensina que a integração verdadeira entre campos distintos do saber acontece quando há escuta, diálogo e reconhecimento do outro como sujeito. A integração saúde-educação, nesse sentido, não pode ser imposta por decretos ou manuais, mas precisa ser construída por meio de práticas compartilhadas e significativas, que envolvam todos os atores escolares: gestores, professores, estudantes, famílias e comunidade.

A integração ganha potência quando é assumida como parte de um projeto educativo maior, comprometido com a formação integral dos sujeitos. Nesse cenário, o PPP precisa ser compreendido como mais do que um documento técnico: ele é uma construção coletiva que expressa os valores, objetivos e compromissos da comunidade escolar. A inclusão da promoção da saúde como um eixo estruturante do PPP representa um passo essencial para consolidar a integração entre saúde e educação.

A partir da perspectiva de Humberto Maturana (2002), a convivência e a cooperação são fundamentais para o aprender e para o viver ético. A integração entre os setores só se torna efetiva quando os sujeitos envolvidos estabelecem relações de confiança, afeto e compromisso mútuo. Assim, a articulação entre escola e serviços de saúde deve ser mediada por vínculos humanizados, baseados no respeito à autonomia de cada área, mas também na disposição para a construção conjunta de soluções.

O documento do PSE enfatiza a necessidade de alinhar as ações intersetoriais aos projetos pedagógicos das escolas, reforçando o princípio da integração entre saúde e educação (BRASIL, 2017). No entanto, a análise documental revelou que, na prática, esse alinhamento é frequentemente fragilizado pela ausência de uma cultura de planejamento coletivo e integrado. A escassez de momentos institucionais de diálogo entre as equipes de saúde e educação, somada à falta de formação continuada para atuar de forma intersetorial, acaba limitando o alcance e a efetividade das ações do programa. Como apontam Silva e Bodstein (2009), a atuação intersetorial no âmbito escolar exige não apenas diretrizes normativas, mas sobretudo práticas colaborativas consolidadas, o que ainda representa um desafio para grande

parte das redes públicas.

A experiência de integração só se torna significativa quando as ações de saúde são apropriadas pelo coletivo escolar e transformadas em práticas pedagógicas contextualizadas. A vacinação, por exemplo, não pode ser apenas um procedimento técnico, mas deve ser acompanhada de debates em sala de aula sobre saúde pública, direito à vida, políticas de prevenção e cidadania. É nesse movimento que a integração ganha sentido pedagógico e político.

Além disso, a integração entre saúde e educação deve considerar os contextos locais e os saberes das comunidades, reconhecendo que cada território carrega formas próprias de viver, cuidar e educar. Conforme defende Valla (2000), os territórios produzem práticas sociais e culturais que precisam ser respeitadas e incorporadas às políticas públicas, especialmente nas ações intersetoriais. Nesse sentido, é fundamental que as estratégias de promoção da saúde nas escolas sejam construídas de maneira participativa, levando em conta as realidades específicas de cada comunidade escolar e valorizando o diálogo entre saberes populares e científicos.

Outro ponto crítico é o reconhecimento da escola como território de cuidado. Isso implica superar a visão utilitarista da escola como mero espaço para execução de ações sanitárias e reconhecê-la como um ambiente de formação ética, política e afetiva. A integração com a saúde, nesse caso, deve potencializar a escola como espaço de produção de sentido, onde o cuidado com o corpo e a mente é indissociável do processo educativo.

Por fim, integrar saúde e educação significa romper com a lógica da compartimentalização dos saberes e das práticas. Trata-se de construir uma nova racionalidade, inspirada na complexidade (MORIN, 2000), onde os fenômenos são compreendidos em sua totalidade e interdependência. A escola que assume esse desafio educa para a vida, para o bem viver e para o exercício pleno dos direitos humanos.

5.3.2 Promoção da Saúde no Ambiente Escolar

A escola, enquanto espaço de convivência, aprendizagem e formação, é destacada nos documentos como locus estratégico para a promoção de saúde e prevenção de agravos. O PSE propõe que ações de saúde sejam articuladas ao cotidiano escolar, respeitando a autonomia pedagógica e os tempos da escola, o que

fortalece a noção de que o cuidado não deve ser medicalizado, mas educativo e preventivo.

Esse entendimento dialoga com Maturana ao considerar a saúde como resultado da qualidade das relações e das emoções vividas, destacando a importância de um ambiente escolar acolhedor e respeitoso para o desenvolvimento saudável dos educandos (MATURANA; VERDEN-ZÖLLER, 2004).

A promoção da saúde no ambiente escolar exige o reconhecimento de que a escola não é apenas espaço de aprendizagem formal, mas também um território de convivência, cuidado e formação integral. A análise documental revelou que, apesar das menções à promoção da saúde nos documentos do Programa Saúde na Escola (PSE), ainda persiste uma compreensão restrita sobre o que significa, de fato, promover saúde. Essa compreensão, em muitos casos, se reduz à realização de campanhas pontuais e a práticas higienistas, centradas na prevenção de doenças e na transmissão de normas de conduta individual, sem diálogo com os determinantes sociais e culturais da saúde. No PPP da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto (TOCANTINS, 2025, anexo), a promoção da saúde aparece como um princípio formativo, mas não há articulação concreta com o currículo ou detalhamento de estratégias intersetoriais integradas ao cotidiano pedagógico.

Esse distanciamento entre o discurso institucional e a prática revela o predomínio de uma lógica tecnicista, desprovida de um olhar crítico e participativo. Como aponta Valla (2000), as ações de saúde na escola, quando desconectadas dos saberes e das realidades dos sujeitos, tendem a se tornar prescritivas e ineficazes, esvaziando seu potencial educativo. Nessa mesma direção, Freire (1996) destaca que não se promove saúde apenas com informações, mas por meio de práticas pedagógicas libertadoras, que envolvam os sujeitos na construção do conhecimento sobre si, o outro e o mundo. Assim, para que a promoção da saúde seja efetiva e significativa no ambiente escolar, é necessário superar a lógica de intervenções pontuais e avançar rumo a uma abordagem crítica, dialógica e articulada ao projeto pedagógico da escola.

A Carta de Ottawa (OMS, 1986) define a promoção da saúde como o processo de capacitar as pessoas a aumentarem o controle sobre sua saúde e melhorá-la. Aplicada ao contexto escolar, essa concepção exige uma abordagem ampliada, que vá além da dimensão biomédica e inclua fatores sociais, emocionais, culturais e ambientais que impactam a saúde dos estudantes. Isso inclui, por exemplo, o

acolhimento de suas vulnerabilidades, a escuta ativa, o respeito à diversidade e a valorização de seus modos de vida.

Nos documentos analisados, observa-se que a promoção da saúde é reconhecida como parte integrante do currículo escolar. No entanto, sua execução, na prática, frequentemente ocorre de forma desarticulada, sem diálogo com os projetos pedagógicos e com a realidade concreta dos sujeitos envolvidos. No caso da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) menciona a importância da promoção da saúde como princípio educativo, mas não explicita estratégias pedagógicas integradas ao Programa Saúde na Escola (TOCANTINS, 2025, anexo). Como destaca Freire (1996), uma prática educativa que se desconecta da vivência dos educandos corre o risco de tornar-se mecânica e ineficaz, pois ignora o papel do sujeito como produtor de saberes e de sentido. Do mesmo modo, Valla (2000) aponta que políticas de saúde escolar devem ser construídas com base no diálogo entre os saberes institucionais e os saberes populares, considerando os territórios e as práticas sociais que os constituem.

É fundamental compreender que as ações de promoção da saúde devem perpassar o cotidiano da escola e não se limitar a eventos isolados. Um ambiente que promove saúde é aquele que garante relações respeitadas, práticas pedagógicas inclusivas, gestão democrática e espaços físicos seguros e acolhedores. Esses elementos foram pouco destacados nos documentos, revelando uma lacuna entre o discurso institucional e as práticas efetivas.

A promoção da saúde no espaço escolar deve ser construída de forma colaborativa, envolvendo estudantes, professores, famílias, gestores e profissionais da saúde. Essa construção só é possível com base em uma ética do cuidado e da corresponsabilidade. Maturana (2002) ressalta que o ser humano se constitui na convivência e na linguagem – é nessa relação com o outro que emergem o afeto, o cuidado e a possibilidade de transformação.

Além disso, a promoção da saúde no ambiente escolar exige o enfrentamento das desigualdades sociais que afetam diretamente a vida dos estudantes. A pobreza, a violência, a insegurança alimentar, o racismo e a homofobia são fatores que comprometem a saúde e o bem-estar dos sujeitos e, portanto, devem ser tematizados na escola como parte do seu compromisso com a formação cidadã e crítica.

As práticas pedagógicas voltadas à promoção da saúde devem integrar o currículo de maneira transversal e interdisciplinar. O tema da saúde pode estar

presente nas aulas de ciências, geografia, educação física, arte e língua portuguesa, por meio de projetos que articulem teoria e prática, respeitando o contexto e os interesses dos estudantes. Essa articulação exige planejamento coletivo e formação continuada dos docentes.

É também papel da escola construir redes de proteção social com os serviços de saúde, assistência social e órgãos de defesa dos direitos. A promoção da saúde escolar não se sustenta sem uma política pública intersetorial que assegure o acesso a serviços de qualidade, escuta qualificada e encaminhamentos eficazes. A articulação com o SUS, por meio das equipes da atenção primária, é essencial nesse processo.

Outro aspecto relevante é a valorização do protagonismo estudantil nas ações de promoção da saúde. Estudantes podem ser agentes multiplicadores, atuando em campanhas, rodas de conversa, oficinas e conselhos escolares. Como defendem Freire (1970) e Valla (2000), a participação ativa é condição para o empoderamento e a emancipação dos sujeitos, promovendo autonomia e corresponsabilidade.

Por fim, promover saúde na escola é afirmar a vida em todas as suas dimensões. É reconhecer que o cuidado é parte constitutiva do processo educativo e que o bem-estar dos sujeitos é condição para o aprender. Como afirma Tonet (2007), a educação deve formar sujeitos éticos, críticos e comprometidos com a transformação social. Nesse horizonte, a promoção da saúde torna-se uma prática pedagógica fundamental e inseparável do projeto de educação emancipadora.

5.3.3 Gestão Democrática e Participativa

A gestão democrática emerge como eixo central tanto no PPP quanto no PSE, sendo compreendida como processo de construção coletiva, baseado no diálogo, na escuta ativa e na participação dos diversos sujeitos da comunidade escolar. O planejamento, a execução e o acompanhamento das ações são apresentados como responsabilidades partilhadas entre educadores, gestores, estudantes, famílias e parceiros institucionais. Essa concepção está alinhada à pedagogia crítica de Paulo Freire, que defende a participação consciente e crítica dos sujeitos em todos os processos formativos, superando práticas autoritárias e verticalizadas na gestão escolar (FREIRE, 1996).

A gestão democrática no contexto escolar representa um dos pilares para a efetivação de uma educação comprometida com os direitos humanos e com a

promoção da cidadania. Nos documentos analisados, esse princípio aparece formalmente no Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto (TOCANTINS, 2025, anexo), onde se afirma o compromisso com a participação da comunidade escolar na tomada de decisões. Da mesma forma, a Portaria Interministerial nº 1.055/2017, que regulamenta o Programa Saúde na Escola (PSE), destaca a importância do planejamento intersetorial participativo como condição para o sucesso das ações de promoção da saúde (BRASIL, 2017).

Contudo, a análise qualitativa dos documentos revela que a presença da gestão participativa é predominantemente discursiva, com pouca tradução prática. Essa constatação se dá pela ausência de estratégias concretas que promovam o envolvimento contínuo de estudantes, famílias e profissionais da saúde e da educação nos processos decisórios. Como aponta Paro (2001), a gestão democrática vai além da consulta formal: ela implica partilha real de poder e construção coletiva de projetos. Entretanto, nas práticas escolares, ainda predominam mecanismos centralizados de decisão e fragilidade nos canais de escuta ativa da comunidade. Tal realidade foi perceptível na leitura do PPP, que, apesar de enunciar a importância da gestão participativa, não apresenta dispositivos efetivos de escuta nem diretrizes que favoreçam a participação contínua e estruturada.

Freire (1996) defende que a educação é um ato político e que a escola deve ser um espaço de diálogo e de construção coletiva. Para ele, a gestão democrática é uma expressão concreta do compromisso da escola com a liberdade e a emancipação dos sujeitos. Nesse sentido, promover a gestão democrática é promover também a consciência crítica, a autonomia e a responsabilidade coletiva.

Os Conselhos Escolares, as reuniões pedagógicas e os fóruns participativos são instrumentos fundamentais para garantir a escuta ativa e a intervenção dos diferentes atores escolares no processo de tomada de decisões. No entanto, a análise do Projeto Político-Pedagógico da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto (TOCANTINS, 2025, anexo) evidenciou que esses espaços são mencionados de forma protocolar, sem o detalhamento de estratégias que assegurem sua efetiva implementação. A ausência de registros sobre a frequência de reuniões, composição dos conselhos ou processos de deliberação coletiva sugere que esses mecanismos de participação "muitas vezes não funcionam de forma regular ou efetiva, sendo marcados por formalismos e pela baixa participação da comunidade". Essa constatação é corroborada por Paro (2001), que afirma que a gestão democrática nas

escolas públicas brasileiras frequentemente se limita ao plano do discurso, sem criar condições reais para a partilha de poder e a construção coletiva do projeto pedagógico. Diante disso, torna-se evidente a necessidade de investimentos em formação política e metodológica para os profissionais da educação, com vistas ao fortalecimento de uma cultura participativa e emancipadora nas escolas.

A integração entre gestão democrática e promoção da saúde também é um ponto crucial. As decisões sobre as ações do PSE devem ser construídas coletivamente, envolvendo os diferentes setores da escola e do território. Essa construção conjunta fortalece o sentimento de pertencimento e amplia a eficácia das ações, pois parte das necessidades e potencialidades reais da comunidade escolar.

Gestão democrática não se resume à consulta, mas implica coautoria, corresponsabilidade e transparência nos processos. Maturana (2002) ressalta que as relações humanas são fundadas na confiança e no reconhecimento mútuo. Aplicado à gestão escolar, esse princípio reforça a importância de vínculos horizontais e da valorização de todos os sujeitos como legítimos interlocutores no processo de tomada de decisões.

As práticas de gestão devem ser formativas, ou seja, devem contribuir para o crescimento ético e político dos envolvidos. Isso significa que a escola precisa se organizar como um espaço de aprendizagem democrática, no qual os conflitos são tratados com escuta ativa, respeito às diferenças e busca de consensos construídos coletivamente. Assim, a gestão torna-se parte do processo pedagógico e não uma instância separada da vida escolar.

A promoção da saúde depende diretamente do modo como a escola se organiza. Uma gestão autoritária tende a reproduzir relações de dominação e silenciamento, o que impede a emergência do cuidado e da autonomia. Por outro lado, uma gestão participativa cria condições para que a saúde seja pensada como prática social e coletiva, articulada ao projeto pedagógico e à realidade dos estudantes.

A análise documental aponta também que muitas ações do Programa Saúde na Escola (PSE) são implementadas de forma isolada, sem articulação com o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e sem consulta efetiva aos professores e estudantes. Essa constatação se evidencia na ausência de registros de planejamento coletivo ou de ações interdisciplinares envolvendo o corpo docente, conforme verificado no PPP da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto (TOCANTINS, 2025, anexo). Tal afastamento entre a gestão e a prática pedagógica compromete a efetividade das

ações do programa e reforça a crítica de Valla (2000), ao apontar que, quando desarticuladas do cotidiano escolar e dos saberes dos sujeitos, as iniciativas em saúde tendem a se esvaziar de sentido e a reproduzir uma lógica assistencialista. Além disso, como destaca Minayo (2006), incorporar a promoção da saúde como eixo transversal na escola requer um movimento de integração entre currículo, projeto pedagógico e participação democrática, superando a visão de que essas ações cabem exclusivamente à equipe gestora ou aos profissionais da saúde.

Por fim, uma gestão democrática e participativa é aquela que se compromete com a transformação da realidade e com a garantia de direitos. Como afirma Valla (2000), é no coletivo que se constroem os caminhos para uma saúde emancipada. Portanto, o fortalecimento da gestão democrática é condição indispensável para que a escola assuma seu papel como promotora de saúde e cidadania, articulando saberes, afetos e práticas sociais transformadoras.

5.3.4 Acolhimento, Protagonismo e Autonomia

A valorização do protagonismo estudantil, do acolhimento e da autonomia é enfatizada como estratégia para a permanência e sucesso dos estudantes na escola. O PPP da escola destaca ações de busca ativa, itinerários formativos e projetos que estimulam a escuta, o diálogo e o respeito à diversidade. O PSE contribui para esse cenário ao propor ações que consideram o saber prévio dos educandos, reforçando a necessidade de partir das suas experiências e necessidades concretas. Esse caminho encontra base em Freire, ao afirmar que “ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho, os homens se educam em comunhão” (FREIRE, 1996, p. 68), e em Maturana, ao defender o respeito à autonomia dos sujeitos no processo de aprendizagem (MATURANA; VERDEN-ZÖLLER, 2004).

O acolhimento, o protagonismo e a autonomia aparecem como dimensões indissociáveis na construção de uma escola democrática e promotora de saúde. Os documentos analisados indicam a importância desses princípios, mas apontam também desafios significativos para sua concretização. Em muitas escolas, o acolhimento ainda é compreendido de forma assistencialista, desvinculado de processos educativos que fortaleçam o sujeito em sua totalidade.

Acolher, na perspectiva freireana, é escutar com empatia, respeitar a trajetória do outro e reconhecer seus saberes como legítimos. Acolher é criar condições para que o estudante se sinta pertencente, valorizado e digno. Isso implica romper com

práticas autoritárias e punitivistas que ainda marcam o cotidiano escolar, sobretudo em comunidades historicamente marginalizadas. O acolhimento verdadeiro promove vínculos e abre caminhos para o protagonismo.

O protagonismo estudantil, por sua vez, não se resume à participação formal em espaços de representação. Ele se expressa nas pequenas escolhas do cotidiano, na possibilidade de opinar sobre o que e como aprender, de organizar projetos, liderar ações e transformar o ambiente escolar. O protagonismo é um exercício de cidadania e precisa ser cultivado desde as séries iniciais, por meio de práticas pedagógicas que estimulem a autonomia, a criatividade e a responsabilidade.

Autonomia, nesse contexto, não significa individualismo, mas capacidade de tomar decisões com base na reflexão crítica, no diálogo e no compromisso com o coletivo. Para Freire (1996), a autonomia é condição para a liberdade e para a construção de um projeto de vida ético e solidário. Já Maturana (2002) reforça que a autonomia se constitui na relação com o outro, na convivência amorosa e respeitosa que reconhece a legitimidade das diferenças.

As ações de promoção da saúde, quando realizadas com participação ativa dos estudantes, tornam-se espaços privilegiados para o exercício da autonomia e do protagonismo. Projetos de educação entre pares, grupos de apoio, campanhas organizadas por estudantes e mediação de conflitos são exemplos de práticas que integram saúde e educação sob uma perspectiva emancipadora.

A partir da análise dos metatextos produzidos no processo de Análise Textual Discursiva (ATD), observou-se que os estudantes expressam interesse em participar ativamente das decisões escolares e das ações do Programa Saúde na Escola (PSE). Os metatextos, construídos a partir da desconstrução e reconstrução dos dados documentais, possibilitaram identificar sentidos emergentes que revelam a disposição dos sujeitos em assumir papéis mais ativos na vida escolar. No entanto, também emergiram indícios de que essa participação ainda enfrenta resistências no contexto institucional. Em alguns casos, há uma cultura escolar marcada pela centralização das decisões e pela percepção, por parte de certos profissionais da educação, de que o protagonismo estudantil representa uma ameaça à autoridade docente. Como destaca Freire (1996), romper com práticas autoritárias exige a construção de relações pedagógicas baseadas no diálogo, na escuta e no reconhecimento do outro como sujeito do processo educativo. Superar essa visão implica investir em formação crítica e na construção de uma nova ética nas relações escolares, pautada no respeito, na

cooperação e na corresponsabilidade.

O acolhimento também se relaciona diretamente à saúde mental dos estudantes. Um ambiente acolhedor é aquele onde o erro é compreendido como parte do processo de aprendizagem, onde há escuta sensível para o sofrimento psíquico e onde os vínculos são fortalecidos com base no respeito mútuo. Isso requer que a escola vá além de conteúdos e avaliações e se comprometa com o bem-estar integral dos sujeitos.

No campo da saúde pública, Valla (2000) destaca a importância do reconhecimento das subjetividades e das experiências dos sujeitos como elemento central para a promoção da saúde. A escola, nesse sentido, deve ser espaço de expressão, de escuta ativa e de valorização das narrativas individuais e coletivas dos estudantes, sobretudo dos que vivem em contextos de vulnerabilidade social.

O protagonismo também deve ser compreendido como direito das juventudes do campo, que historicamente foram silenciadas pelas políticas públicas. Valorizar o saber local, a cultura camponesa, os modos de vida sustentáveis e a identidade rural é fundamental para que esses estudantes se reconheçam como sujeitos de direitos e de conhecimento, capazes de transformar suas comunidades com dignidade e criatividade.

Assim, acolher, promover o protagonismo e cultivar a autonomia não são tarefas isoladas, mas partes de um mesmo processo formativo e ético. Trata-se de reconhecer que os estudantes não são recipientes vazios a serem preenchidos, mas sujeitos históricos, produtores de cultura, portadores de direitos e protagonistas de suas próprias histórias. Essa é a base de uma educação crítica e libertadora, comprometida com a promoção da saúde e da justiça social.

5.3.5 Formação Continuada e Educação Permanente

Os documentos analisados indicam a formação continuada de profissionais como condição essencial para a efetividade das ações integradas entre saúde e educação. A proposta de educação permanente reafirma a necessidade de processos formativos dialógicos e reflexivos, que ultrapassem a lógica bancária de transmissão de conhecimentos.

Essa perspectiva está alinhada ao entendimento de que a prática educativa deve ser constantemente problematizada e reelaborada, considerando o contexto histórico, social e cultural dos sujeitos envolvidos. Para Freire (1996), ensinar exige

reflexão crítica sobre a prática e abertura para o inédito, pois “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (p. 47). O autor defende que o educador precisa estar em permanente atitude de escuta e diálogo, reconhecendo o educando como sujeito do processo e não como objeto da transmissão de saberes. Nessa concepção, a prática pedagógica se torna um exercício constante de recriação, guiado por uma ética do cuidado, da escuta e da liberdade.

De forma convergente, Moraes e Galiazzi (2013), ao proporem a Análise Textual Discursiva (ATD), enfatizam a importância da reflexão contínua na produção de sentidos, tanto na pesquisa quanto na formação docente. Para os autores, “compreender é sempre um movimento de recriação dos sentidos, de diálogo com o texto, de abertura a novas possibilidades interpretativas” (MORAES; GALIAZZI, 2013, p. 28). Assim, no campo metodológico, a ATD não apenas organiza dados, mas favorece um processo de investigação que é também formativo, permitindo ao pesquisador e aos sujeitos envolvidos reconstruírem seus olhares sobre a realidade.

Desse modo, a prática educativa — assim como a pesquisa em educação — deve ser concebida como um campo vivo de transformação, onde a crítica e a criatividade se entrelaçam para construir caminhos mais humanos, justos e integrados com os sujeitos e seus territórios de existência.

A formação continuada dos profissionais da educação e da saúde é condição essencial para a efetivação das ações intersetoriais e da promoção da saúde no ambiente escolar. Os documentos analisados, como o Projeto Político-Pedagógico da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto (TOCANTINS, 2025, anexo) e a Portaria Interministerial nº 1.055/2017, reconhecem a importância da formação como estratégia fundamental para a integração entre saúde e educação. No entanto, a análise documental revela que essa formação tem ocorrido de forma fragilizada, caracterizada por ações esporádicas, pontuais e desvinculadas dos contextos escolares concretos. Essa constatação é reforçada por estudos como o de Silva e Bodstein (2009), que identificam a ausência de políticas estruturantes de educação permanente como um dos principais entraves à consolidação do PSE nas escolas públicas brasileiras. A descontinuidade das formações, a ausência de planejamento intersetorial e a baixa participação dos professores nas decisões relacionadas ao programa comprometem a construção de práticas pedagógicas transformadoras e integradas.

Formar continuamente significa reconhecer que o saber docente se constrói na prática e com a prática, e que essa prática exige reflexão sistemática, diálogo coletivo e abertura ao novo. Freire (1996, p. 43) destaca que “ensinar exige reflexão crítica sobre a prática”, reforçando que o ato de ensinar é um processo inacabado, dialógico e ético. Assim, a formação continuada deve se dar no espaço escolar, envolvendo toda a comunidade educativa em processos colaborativos.

A educação permanente, conceito ampliado no campo da saúde, contribui para pensar a formação como parte da própria dinâmica do trabalho. De acordo com Ceccim e Feuerwerker (2004), a educação permanente em saúde propõe que se aprenda no e com o cotidiano, transformando as práticas ao mesmo tempo em que se constroem novos saberes. Esse princípio deve ser incorporado também na escola, rompendo com a ideia de formação como evento e reforçando sua dimensão processual.

Os documentos analisados demonstram que há pouco incentivo para práticas formativas intersetoriais, ou seja, formações que integrem profissionais da saúde e da educação em espaços conjuntos de reflexão, escuta e planejamento. Essa lacuna dificulta a construção de ações verdadeiramente integradas e compromete o fortalecimento dos vínculos entre as equipes, prejudicando tanto o alcance dos objetivos do Programa Saúde na Escola (PSE) quanto sua efetiva inserção no Projeto Político-Pedagógico (PPP). Segundo Silva e Bodstein (2009), a ausência de espaços sistemáticos de formação intersetorial é um dos principais entraves à consolidação do PSE como política de promoção da saúde no ambiente escolar, uma vez que a articulação entre os setores ainda se baseia, em grande parte, em ações pontuais e descontinuadas.

É fundamental que a formação continuada valorize os saberes locais, as experiências dos profissionais e as especificidades dos territórios onde as práticas educativas e de cuidado acontecem. Cada comunidade escolar apresenta realidades singulares, marcadas por contextos sociais, culturais e econômicos diversos, que devem ser considerados nos processos formativos. Para que a promoção da saúde ocorra de forma significativa e integrada, é necessário que tanto os profissionais da educação quanto da saúde sejam formados para atuar de maneira sensível às particularidades dos sujeitos e aos desafios concretos de cada território, fortalecendo vínculos, escuta e pertencimento.

A formação deve também abordar criticamente os determinantes sociais da

saúde, as desigualdades que afetam o acesso a direitos e as múltiplas violências presentes nos territórios escolares. Esse olhar ampliado é essencial para que os profissionais compreendam o papel da escola na promoção da saúde e desenvolvam práticas pedagógicas integradoras, sensíveis às condições de vida dos estudantes.

Outro aspecto relevante é a inclusão de metodologias participativas nos processos formativos. Oficinas, rodas de conversa, análise de casos, grupos de estudos e projetos colaborativos são estratégias que favorecem a construção coletiva do conhecimento e o fortalecimento dos vínculos entre os profissionais. Maturana (2002) ressalta que aprendemos na relação, e a formação, para ser significativa, precisa se dar nesse espaço de convivência e escuta.

A ausência de uma política articulada de formação intersetorial revela uma lacuna importante nos documentos (TOCANTINS, 2025, anexo). É necessário que os sistemas municipais e estaduais de ensino e de saúde construam conjuntamente planos de formação, com objetivos comuns, temáticas compartilhadas e estratégias integradas. Essa articulação é o que permite que o discurso da intersectorialidade se traduza em práticas efetivas e transformadoras.

Freire (1970) afirma que “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”. A formação continuada, nesse horizonte, é espaço de libertação coletiva, onde os profissionais se reconhecem como sujeitos do processo educativo e da promoção da saúde. É também espaço de resistência, onde se alimenta a esperança e se constrói a capacidade de sonhar e transformar.

Por fim, investir em formação continuada e educação permanente é investir na qualidade da escola pública e na efetividade das políticas públicas. É reconhecer que os profissionais da educação e da saúde são protagonistas das transformações que desejamos e que, para isso, precisam ser valorizados, escutados e acompanhados em sua trajetória de desenvolvimento profissional e humano.

5.3.6 Legalidade e Gestão Técnica

A base legal e administrativa, abordada no PPP, sustenta as ações da escola e permite a efetivação das propostas pedagógicas e de saúde (BRASIL, 2011). A dimensão jurídica assegura a conformidade com as leis educacionais e de saúde pública, enquanto a gestão financeira e administrativa garante os recursos necessários para a implementação das ações. Esse suporte técnico é fundamental para que a gestão democrática não se restrinja ao discurso, mas se materialize em

práticas efetivas de cuidado e aprendizagem.

A análise dos documentos revela que a legalidade e a gestão técnica são dimensões presentes de forma expressiva na formulação e na implementação das políticas públicas relacionadas ao Programa Saúde na Escola (PSE) e ao Projeto Político-Pedagógico (PPP). A ênfase nos dispositivos legais, nos normativos e nas diretrizes técnicas indica uma tentativa de institucionalização das ações, o que é relevante para a consolidação das práticas. No entanto, também evidencia uma tendência à burocratização, que pode enfraquecer o caráter participativo e crítico dessas políticas.

A legalidade é fundamental para garantir direitos e assegurar que as ações sejam sustentadas em princípios constitucionais, como a universalidade, a equidade e a integralidade. A Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica constituem o arcabouço jurídico que fundamenta a integração entre saúde e educação. Contudo, a legalidade, por si só, não assegura a efetividade das ações, se não vier acompanhada de intencionalidade pedagógica e compromisso político.

A gestão técnica, embora necessária para a organização e o monitoramento das ações, precisa estar ancorada na realidade dos sujeitos e dos territórios. O risco da tecnocracia é tratar as políticas como “receitas prontas”, desconectadas das especificidades locais. Como alerta Valla (2000), as políticas públicas devem reconhecer os saberes populares e dialogar com as práticas já existentes nas comunidades, sob pena de se tornarem instrumentos de imposição e controle.

Nos documentos analisados, observa-se que a linguagem técnica, muitas vezes excessiva, dificulta a apropriação dos programas por parte dos sujeitos escolares. A compreensão dos instrumentos de gestão do Programa Saúde na Escola (PSE), como formulários, indicadores e plataformas digitais, requer familiaridade com terminologias específicas da saúde pública e domínio de ferramentas informatizadas. Essa exigência técnica pode gerar insegurança entre os gestores escolares e limitar sua autonomia no processo de implementação. Segundo Silva, Bodstein e Lima (2014), a ausência de linguagem acessível e a complexidade burocrática nos processos de planejamento e execução das ações intersetoriais constituem obstáculos reais à efetivação do PSE, especialmente quando não há formação adequada e diálogo entre os setores.

A articulação entre legalidade e gestão técnica precisa ser equilibrada com a

dimensão formativa e participativa das políticas. A técnica deve estar a serviço da educação e da saúde, e não o contrário. Freire (1996) lembra que a neutralidade é impossível nas práticas sociais. Toda técnica é carregada de intencionalidade política e, portanto, deve ser refletida criticamente. O uso acrítico da gestão técnica pode conduzir à reprodutibilidade e à desumanização dos processos educativos.

Outro desafio identificado na análise documental e nas discussões presentes na literatura especializada é a fragmentação entre as instâncias responsáveis pela coordenação das ações do Programa Saúde na Escola (PSE). Essa fragmentação se expressa na ausência de fluxos bem definidos entre as equipes de saúde e de educação, na falta de planejamento conjunto e na centralização das decisões em esferas técnicas superiores — como secretarias municipais ou estaduais —, com pouca escuta das unidades escolares e das equipes de base. A gestão técnica, nesses casos, se mantém distante da realidade concreta das escolas, o que compromete a autonomia institucional e dificulta a construção de projetos intersetoriais que respondam às demandas reais da comunidade escolar. Segundo Silva, Bodstein e Lima (2014), essa lógica centralizadora enfraquece o protagonismo local e revela falhas na governança intersetorial, evidenciando a necessidade de mecanismos de coordenação mais horizontais, pautados na escuta ativa dos sujeitos do território e no fortalecimento das instâncias locais de decisão.

A legalidade deve ser compreendida também como instrumento de proteção e resistência. Conhecer os direitos assegurados em leis, portarias e diretrizes fortalece os profissionais da educação e da saúde na defesa de condições dignas de trabalho e na luta contra retrocessos nas políticas públicas. Maturana (2002) lembra que a ação ética nasce do reconhecimento da legitimidade do outro. Garantir os direitos por meio da legalidade é, portanto, um ato de responsabilidade e de cuidado com o coletivo.

A gestão técnica deve incorporar a dimensão pedagógica da saúde e da educação. Isso significa que os instrumentos de planejamento, avaliação e monitoramento não podem ser neutros ou meramente quantitativos. É preciso incluir indicadores qualitativos, que considerem aspectos como vínculo, acolhimento, participação e transformação das práticas. Essa abordagem humaniza a gestão e aproxima as políticas da vida concreta das pessoas.

Nos documentos, percebe-se ainda que as ações do PSE são muitas vezes entendidas como cumprimento de metas e obrigações administrativas. Essa lógica reduz a complexidade das relações escolares e dos processos formativos, afastando

a proposta pedagógica do seu potencial transformador. O desafio está em ressignificar a gestão técnica como aliada da emancipação, e não como obstáculo à criatividade, à escuta e à sensibilidade pedagógica.

Concluir que legalidade e gestão técnica são dimensões importantes não significa, portanto, submeter a escola a um modelo gerencialista. Pelo contrário, é reconhecer que elas devem estar subordinadas ao projeto ético-político da educação pública, que visa à formação de sujeitos críticos, autônomos e comprometidos com a transformação da realidade. A escola que se organiza a partir desse horizonte compreende a técnica como meio e a legalidade como instrumento de luta por justiça social.

6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS À LUZ DE PAULO FREIRE E HUMBERTO MATURANA

6.1 A escola como território ético do cuidado e da emancipação: entre vínculos afetivos e compromisso social

A análise textual discursiva evidenciou que tanto o Programa Saúde na Escola (PSE) quanto o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Frederico José Pedreira Neto compartilham uma concepção ampliada de educação: não apenas como instrução, mas como prática de formação do ser humano em sua integralidade.

Essa concepção encontra eco no pensamento de Paulo Freire, que entende a escola como um espaço de transformação da realidade social. Em sua obra *Pedagogia do Oprimido* (1970), Freire afirma que a educação libertadora exige um compromisso ético com a vida. A escola, portanto, deve ser um espaço de acolhimento, escuta, criticidade e ação consciente, o que se manifesta também nos princípios que orientam o Programa Saúde na Escola (PSE), especialmente quando propõe a promoção da saúde como parte integrante do processo formativo dos sujeitos. Nesse sentido, a Tabela 4 apresenta excertos selecionados a partir da análise textual discursiva (ATD), os quais foram organizados em unidades e acompanhados de observações interpretativas que permitem evidenciar como o PSE incorpora, em sua formulação, elementos centrais da ética do cuidado, do compromisso social e da articulação entre saúde e educação, alinhando-se à perspectiva freireana de uma escola comprometida com a vida e a emancipação dos sujeitos.

Tabela 4 – Excertos por categoria emergente segundo a ATD

Excerto	Categoria emergente	Interpretação inicial
A escola desenvolverá ações integradas com a equipe de saúde da UBS local.	Integração saúde educação	Indica uma articulação concreta entre escola e UBS, sinalizando ações intersetoriais no cotidiano.
É papel da escola contribuir para a formação de hábitos saudáveis e promoção do bem-estar.	Promoção da saúde no ambiente escolar	Revela o reconhecimento da escola como espaço de formação integral e promoção da saúde.
O PPP assegura a participação da comunidade escolar nas decisões	Gestão democrática e participativa	Destaca o princípio da gestão democrática como estruturante do PPP e das ações escolares.
Os estudantes são incentivados a participar de atividades que promovam sua autonomia.	Acolhimento, Protagonismo e participação	Aponta para a valorização do protagonismo juvenil na construção de práticas educativas em saúde.
A formação dos profissionais será pautada nas demandas do cotidiano escolar.	Formação Continuada e Educação Permanente	Evidencia a necessidade de formação contextualizada dos profissionais, considerando as realidades escolares.
A escola seguirá as normativas legais vigentes e os protocolos do Ministério da Saúde.	Legalidade gestão técnica	Demonstra o compromisso institucional com o cumprimento das diretrizes legais e normativas técnicas.

Fonte: elaborado pelo autor (2025)

No PSE, essa mesma ética aparece ao propor que a promoção da saúde deve considerar o sujeito em sua historicidade e contexto social. Não se trata apenas de evitar doenças, mas de criar condições para a vida digna, o que Freire chamaria de exercício da autonomia como condição para a liberdade.

A análise documental realizada evidencia que tanto o PSE quanto o PPP da Escola Frederico José Pedreira Neto apontam para uma concepção ampliada de educação, comprometida com a formação integral dos sujeitos. A presença de valores como acolhimento, escuta, busca ativa e permanência no contexto escolar demonstra que a escola se reconhece como espaço ético e político de cuidado com a vida.

Freire (1996) ensina que educar é um ato político, um ato de compromisso com a libertação do outro. Isso significa que a escola, ao assumir seu papel como espaço

de formação humana, não pode se restringir à instrução técnica, mas deve se comprometer com o desenvolvimento ético, crítico e solidário dos sujeitos que ali convivem.

A ética de que falamos aqui não é normativa ou impositiva, mas relacional e amorosa, como propõe Maturana (2002). Trata-se de um modo de estar com o outro que reconhece sua dignidade e sua capacidade de aprender e ensinar. Nesse sentido, a escola se constitui como espaço ético quando assume o cuidado como eixo transversal de sua prática pedagógica.

Esse cuidado se expressa nas ações que garantem o direito à educação, mas também naquelas que asseguram o acesso à saúde, à alimentação, à segurança e ao pertencimento. A escola ética é aquela que não se omite diante do sofrimento dos seus sujeitos e que age para transformar as condições que produzem a exclusão e o adoecimento.

A dimensão ética da escola é inseparável do seu compromisso social. Isso significa que o papel da escola não é apenas reproduzir conhecimentos legitimados, mas produzir sentidos coletivos a partir das experiências e necessidades da comunidade em que está inserida. A escola ética é, portanto, uma escola situada, sensível às demandas do território.

No contexto da escola analisada, percebe-se que há esforços para construir esse espaço ético. As ações de busca ativa, compreendidas como estratégias sistemáticas de identificação de estudantes em situação de vulnerabilidade, especialmente aqueles faltosos ou em risco de evasão escolar — por meio de chamadas frequentes, acompanhamento da frequência e contato direto com as famílias —, revelam o compromisso da instituição com a permanência e o cuidado. Tais ações estão alinhadas às diretrizes do Programa Saúde na Escola, que orienta a realização de busca ativa como mecanismo de promoção da equidade, com foco na inclusão de crianças e adolescentes em situação de risco, visando à garantia do direito à educação e à saúde (BRASIL, 2012). Somadas a isso, os projetos voltados ao protagonismo juvenil, a valorização da escuta e a articulação com os serviços de saúde evidenciam uma pedagogia comprometida com a vida em sua complexidade.

Freire (1970) enfatiza que não há neutralidade na educação. Toda prática pedagógica expressa uma visão de mundo. Assim, quando a escola se omite diante das desigualdades sociais, ela se posiciona a favor da manutenção do status quo. Quando, ao contrário, ela se engaja no enfrentamento das injustiças, ela se torna

espaço de resistência e de reinvenção da realidade.

A escola como espaço ético exige relações horizontais entre todos os sujeitos da comunidade escolar. Isso inclui o respeito às diferenças, a valorização da diversidade e o combate a todas as formas de opressão. A ética freireana e maturaneana é uma ética da convivência, da solidariedade e do reconhecimento do outro como legítimo.

A materialização dessa ética passa também pela estrutura física e organizacional da escola. Ambientes seguros, limpos, acessíveis e afetivamente significativos contribuem para o bem-estar dos estudantes e profissionais. O espaço físico é pedagógico: comunica valores, estabelece vínculos e produz sentidos.

O cuidado, como princípio pedagógico, deve atravessar todas as dimensões da escola: o currículo, a avaliação, a gestão, o planejamento e as relações interpessoais. Cuidar não é apenas proteger, mas responsabilizar-se pelo outro, criar condições para seu desenvolvimento integral e garantir sua participação ativa no processo educativo.

A ética do cuidado também implica o reconhecimento das vulnerabilidades dos estudantes. Muitos chegam à escola marcados por experiências de violência, fome, negligência ou discriminação. A escola ética é aquela que acolhe sem julgar, que protege sem infantilizar e que educa sem hierarquizar os saberes.

O PPP, ao colocar o acolhimento como eixo de ação, aproxima-se dessa ética freireana. O acolhimento não é apenas uma atitude afetiva, mas uma escolha política, que implica reconhecer a história de cada estudante, valorizar suas potencialidades e construir com ele uma trajetória de pertencimento e superação.

Maturana (2002) afirma que todo ser humano precisa se sentir aceito para poder aprender. O afeto, o vínculo e o reconhecimento são condições fundamentais para a aprendizagem significativa. Uma escola ética, portanto, é uma escola que escuta, que respeita e que cuida da subjetividade dos sujeitos.

O compromisso social da escola se expressa também na sua articulação com as políticas públicas. O PSE, ao propor a integração entre saúde e educação, reconhece que a promoção da vida exige ação intersetorial, compartilhada e territorializada. A escola não está sozinha na tarefa de cuidar.

A ética na escola exige coragem para romper com práticas autoritárias, excludentes e normativas. É preciso construir novas formas de organização pedagógica, que valorizem a autonomia dos sujeitos e promovam a participação democrática de todos os segmentos da comunidade.

A escuta é uma dimensão central dessa ética. Escutar é um ato político, que implica reconhecer o outro como sujeito de direito e de saber. Quando a escola escuta verdadeiramente seus estudantes, famílias e profissionais, ela transforma o diálogo em ação pedagógica potente.

A formação ética dos sujeitos não acontece apenas nas aulas de filosofia ou ética, mas nas relações cotidianas. O modo como o professor trata seus estudantes, como o gestor acolhe as demandas da equipe, como a escola responde às violências sofridas pelos alunos — tudo isso ensina.

Freire (1996) propõe uma pedagogia da autonomia, que parte do respeito ao saber do outro. O cuidado, nesse sentido, é uma atitude política de reconhecimento. A escola ética é aquela que não apenas ensina conteúdos, mas forma sujeitos críticos, sensíveis e comprometidos com o bem comum.

O compromisso social da escola se realiza quando ela não apenas identifica os problemas da comunidade, mas atua coletivamente para enfrentá-los. Projetos de intervenção social, articulação com o território, pesquisa-ação e ações colaborativas são exemplos dessa postura ética.

A ética também se constrói na coerência entre o discurso e a prática. Uma escola que fala em equidade, mas discrimina; que fala em saúde, mas ignora o sofrimento psíquico; que fala em autonomia, mas impõe regras arbitrárias — não é uma escola ética.

A avaliação escolar também deve ser orientada por princípios éticos. Isso significa respeitar o tempo de aprendizagem de cada estudante, evitar comparações injustas e construir instrumentos que valorizem os processos e não apenas os resultados. Avaliar é cuidar.

O compromisso ético da escola exige que ela enfrente as desigualdades. O combate à evasão, à reprovação e à exclusão escolar deve ser prioridade. A escola ética não naturaliza o fracasso escolar, mas o compreende como expressão de injustiças sociais que precisam ser transformadas.

A formação dos profissionais da educação deve incluir a dimensão ética como eixo estruturante. Os cursos de licenciatura e os programas de formação continuada precisam promover reflexões sobre o cuidado, a escuta, a convivência e a responsabilidade social da escola.

O cuidado ético também inclui os profissionais da escola. Muitos professores e trabalhadores da educação adoecem em razão da sobrecarga, da violência simbólica

e da falta de apoio institucional. Uma escola ética cuida de quem cuida, promove saúde ocupacional e valoriza o trabalho docente.

A escola como espaço ético precisa também garantir a liberdade de expressão, o respeito às diferentes crenças, culturas e identidades. A pluralidade é um valor pedagógico e deve estar presente nas práticas curriculares, nas relações e nas decisões da gestão escolar.

A ética da convivência proposta por Maturana (2002) nos lembra que aprender é um ato de confiança. Quando o estudante se sente respeitado e amado, ele se abre para o conhecimento. A escola que cuida é a escola que ensina com mais potência e mais sentido.

Finalmente, a escola ética é aquela que se coloca a serviço da emancipação dos sujeitos. Que não aceita a injustiça como algo natural. Que educa para a liberdade, para a solidariedade e para o compromisso com a transformação do mundo. Como diria Freire, uma escola que “se faz com amorosidade, com ética e com esperança”.

6.2 O diálogo como categoria fundante da práxis pedagógica

Paulo Freire coloca o diálogo como fundamento da educação transformadora. Não há formação sem relação dialógica. A prática educativa que impõe e silencia o outro reproduz a lógica da opressão.

Nos documentos analisados, o diálogo aparece tanto no plano formal — como nas ações intersetoriais previstas no PSE e nas escutas institucionais descritas no PPP — quanto no plano afetivo, como prática cotidiana entre educadores, estudantes, profissionais de saúde e famílias. Essa vivência do diálogo remete à ideia de Freire de que dialogar é um ato amoroso e político, pois “ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho, os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 2005, p. 72).

Este diálogo, quando genuíno, cria o que Freire chama de inédito viável — a possibilidade de romper com o ciclo da exclusão e construir uma nova realidade. O PSE e o PPP, ao colocarem o estudante no centro, abrindo espaço para escuta e participação, operam nesse horizonte: não informam apenas, formam para transformar.

O diálogo ocupa um lugar central na proposta pedagógica freireana e na concepção de educação como convivência, defendida por Maturana. Ao longo da

análise dos documentos e dos metatextos, observou-se que a escuta, a participação e a comunicação horizontal aparecem como elementos essenciais para a construção de uma escola democrática, promotora de saúde e de relações mais humanas.

Freire (1996, p. 94) afirma que “o diálogo é o encontro amoroso dos que buscam a verdade”. Em uma perspectiva crítica, o diálogo é muito mais do que uma conversa: é a base de uma práxis transformadora, na qual educadores e educandos se reconhecem como sujeitos inacabados, em constante construção, capazes de aprender uns com os outros e com o mundo.

Nos documentos analisados, o diálogo é apresentado como um princípio norteador das relações escolares, sendo associado à mediação de conflitos, ao enfrentamento das violências e à gestão democrática. A escuta atenta às demandas dos estudantes, das famílias e dos profissionais é referida em trechos do Projeto Político-Pedagógico (PPP), especialmente quando se destaca a importância da participação da comunidade escolar na construção coletiva do projeto educativo. Tais registros documentais revelam uma concepção de escola comprometida com a ética relacional e com o fortalecimento da participação social.

Humberto Maturana (2002) acrescenta a essa discussão o conceito de linguagem como fenômeno relacional e afetivo. Para ele, dialogar é existir com o outro, é construir sentidos compartilhados por meio da linguagem. A escola que dialoga é aquela que reconhece a linguagem como espaço de construção de convivência, identidade e pertencimento.

A práxis pedagógica que se funda no diálogo rompe com a lógica do ensino bancário, denunciada por Freire (1970). Em vez de transmitir conteúdos, o professor problematiza a realidade junto com os estudantes, construindo conhecimentos significativos a partir das experiências, dúvidas e saberes dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

No cotidiano da escola, o diálogo se expressa nas rodas de conversa, nos projetos interdisciplinares, nos conselhos escolares e nas assembleias estudantis. Essas práticas, quando efetivamente participativas, fortalecem os vínculos, promovem autonomia e estimulam o protagonismo estudantil.

Entretanto, a análise dos documentos também revelou que, muitas vezes, o diálogo ainda é entendido como um recurso metodológico e não como um princípio formativo. A efetivação do diálogo como categoria fundante da práxis exige uma mudança cultural e epistemológica na escola, que passa pela revisão das relações de

poder, da organização curricular e das práticas avaliativas.

Dialogar implica escutar com atenção, acolher as diferenças e estar disposto a rever posições. A escuta autêntica, como destaca Freire (1996), exige humildade e coragem. O educador que dialoga não se coloca como dono da verdade, mas como alguém disposto a aprender com os estudantes, reconhecendo a legitimidade de suas vivências e interpretações do mundo.

A prática do diálogo também humaniza os processos educativos. Em contextos de sofrimento psíquico, insegurança alimentar, violência ou abandono, o simples ato de escutar um estudante com empatia pode representar uma forma de cuidado e de afirmação da sua dignidade.

Maturana (2002) aponta que a aprendizagem só é possível quando o sujeito se sente aceito e reconhecido. O diálogo, nesse sentido, cria as condições emocionais para que o conhecimento aconteça. Não há aprendizado significativo sem vínculo afetivo, sem confiança e sem respeito mútuo.

No campo das políticas públicas, o diálogo é fundamental para a construção de propostas intersetoriais e territorializadas. A articulação entre saúde e educação, por exemplo, só se efetiva quando os profissionais das duas áreas se encontram em espaços de escuta, negociação e planejamento conjunto.

No plano curricular, o diálogo pode se expressar na escolha dos temas geradores, na escuta das demandas dos estudantes e na construção colaborativa do conhecimento. Isso requer flexibilidade pedagógica, abertura às incertezas e disposição para construir um currículo vivo e conectado à realidade.

A cultura da escola também deve ser atravessada pelo diálogo. Isso significa que o diálogo não pode estar restrito à sala de aula, mas deve orientar a gestão, o planejamento, a formação docente e a relação com as famílias. A comunicação vertical, hierárquica e autoritária enfraquece o sentido educativo da instituição.

É necessário reconhecer que o diálogo não elimina os conflitos, mas oferece ferramentas para seu enfrentamento ético. Em uma escola onde o diálogo é prática cotidiana, os conflitos são compreendidos como oportunidades de aprendizagem e de fortalecimento das relações.

O diálogo também fortalece a construção da identidade dos estudantes. Ao terem suas vozes ouvidas, suas ideias consideradas e suas experiências valorizadas, os estudantes se percebem como sujeitos ativos do processo educativo e não como meros receptores de conteúdos.

O projeto político-pedagógico da escola, quando construído de forma dialógica, se torna um instrumento de resistência, identidade e transformação. Ele deixa de ser um documento burocrático e se converte em um pacto coletivo, construído com base na escuta, na confiança e no compromisso mútuo.

O diálogo como práxis exige tempo, disposição emocional e condições institucionais. Não é possível promover o diálogo em contextos marcados pela pressa, pela fragmentação das tarefas ou pela sobrecarga dos profissionais. É necessário criar tempos e espaços dedicados ao encontro.

A valorização da escuta dos professores também é um aspecto essencial nas relações escolares. Nos documentos analisados, observa-se que a escuta ativa é destacada como princípio da gestão democrática, embora nem sempre se explicita como essa prática se concretiza no cotidiano escolar. Em diferentes redes de ensino, estudos evidenciam que os docentes nem sempre se sentem ouvidos pelas instâncias de gestão escolar ou pelas secretarias de educação, o que pode gerar sentimentos de desvalorização profissional e distanciamento dos processos coletivos (OLIVEIRA, 2010). O diálogo horizontal entre gestão e docentes, quando promovido de forma efetiva, fortalece o trabalho pedagógico, potencializa a corresponsabilidade e contribui para a construção de ambientes escolares mais cooperativos, participativos e saudáveis (BRASIL, 2004).

O diálogo é também uma ferramenta de inclusão. Ele permite que estudantes com deficiência, de diferentes culturas, gêneros e orientações sexuais possam se expressar, participar e contribuir com suas perspectivas. Uma escola dialógica é uma escola inclusiva por essência.

Os processos de avaliação também podem ser construídos de forma dialógica. Quando os estudantes participam da construção dos critérios, da escolha das estratégias e da análise dos resultados, a avaliação se torna formativa, ética e promotora de autonomia.

O diálogo é um ato de resistência frente às lógicas autoritárias, técnicas e neoliberais que têm marcado as políticas educacionais nas últimas décadas. Em contextos de silenciamento e de ataques à educação pública, dialogar é afirmar a democracia, o direito à diferença e o compromisso com a vida.

É preciso considerar que o diálogo, como prática ética, é sempre inacabado. Ele não se esgota em uma reunião ou em um projeto, mas se renova cotidianamente, nas relações interpessoais, nos gestos de cuidado e na disposição constante de

aprender com o outro.

A construção de uma cultura do diálogo requer formação continuada dos educadores, investimento institucional e envolvimento da comunidade escolar. A formação para o diálogo não se dá apenas por meio de cursos, mas sobretudo pela vivência concreta de relações respeitosas e cooperativas.

O diálogo também deve orientar as relações entre escola e família. Superar a lógica da culpabilização das famílias e construir canais abertos de comunicação e parceria são passos fundamentais para o fortalecimento da rede de cuidado em torno dos estudantes.

Nos territórios do campo, o diálogo assume um papel ainda mais relevante, pois permite o reconhecimento dos saberes populares, das práticas tradicionais e das demandas específicas dessas comunidades. Uma escola que dialoga com o campo respeita a diversidade e promove justiça territorial.

O uso das tecnologias pode ampliar os canais de diálogo, desde que orientado por princípios éticos e inclusivos. Plataformas digitais, redes sociais e aplicativos podem ser usados para escutar os estudantes, compartilhar decisões e aproximar a escola da comunidade.

Em momentos de crise, como a pandemia da COVID-19, o diálogo se mostrou ainda mais essencial. As escolas que conseguiram manter vínculos, escutar as famílias e reorganizar as práticas com base nas necessidades reais foram aquelas que valorizavam o diálogo como eixo formativo.

Finalmente, o diálogo como categoria fundante da práxis pedagógica é um chamado à educação comprometida com a liberdade, com a justiça e com a humanização. Como afirmam Freire e Maturana, dialogar é educar-se com o outro e para o outro, na construção permanente de um mundo mais ético, mais justo e mais vivo.

6.3 A cognição como ato biológico, afetivo e social: a contribuição de Maturana

Humberto Maturana, a partir da Biologia do Conhecer, rompe com a visão racionalista de sujeito e propõe que todo ato cognitivo é também um ato afetivo. O aprender só acontece em um espaço relacional de aceitação, confiança e legitimidade do outro.

Isso é central para interpretar os resultados da ATD. Quando o PPP fala em

valorização do projeto de vida e cuidado com a saúde mental dos estudantes, e o PSE propõe a escuta ativa e o vínculo entre saúde e educação, ambos estão operando a partir de uma pedagogia relacional, que reconhece que não há aprendizagem significativa sem afeto e pertencimento.

Para Maturana (1997), a aprendizagem é uma mudança estrutural do ser, e só ocorre em um ambiente onde o sujeito se sente seguro e reconhecido. Essa noção aparece refletida nos documentos analisados, especialmente nas ações descritas no PPP e nas diretrizes do PSE, que destacam o cuidado com o outro, a articulação com o território, os projetos de prevenção e o incentivo ao protagonismo como elementos centrais da experiência educativa. Tais aspectos dialogam com o que o autor denomina “linguagem amorosa” — um modo de estar com o outro que favorece a convivência ética e o florescimento humano.

Ao analisar os dados produzidos na ATD e os documentos escolares, fica evidente que a cognição é compreendida, ainda de forma implícita, como um processo que extrapola o simples acúmulo de informações. O PPP e as ações do PSE, embora muitas vezes guiadas por exigências normativas, revelam preocupações com o bem-estar, o acolhimento, os vínculos e a aprendizagem situada. Esses elementos remetem diretamente à concepção de cognição como fenômeno relacional, como propõe Humberto Maturana (2002).

Maturana rompe com a ideia de que conhecer é apenas representar o mundo externo. Para ele, todo ato cognitivo é um ato biológico, afetivo e social. Conhecemos a partir da experiência, da emoção e da linguagem. O aprendido é, antes de tudo, um processo de viver com o outro, de pertencer e de interagir com os contextos nos quais estamos inseridos.

Essa perspectiva desafia a escola tradicional, centrada na transmissão de conteúdos descontextualizados. A cognição, segundo Maturana, não se dá por imposição, mas por imersão em ambientes afetivamente seguros e epistemicamente desafiadores. Isso significa que a escola precisa ser um lugar onde os estudantes sintam-se respeitados, acolhidos e motivados a aprender.

A emoção, nesse sentido, é indissociável do conhecimento. Maturana afirma que não há aprendizagem fora do campo afetivo. Assim, uma criança que sente medo, insegurança, desvalorização ou desprezo terá dificuldade de aprender, não por limitação intelectual, mas por ruptura no espaço relacional que sustenta a cognição.

A escola que compreende essa concepção de cognição se preocupa com os

vínculos, com o clima organizacional, com a escuta e com o cuidado. O acolhimento, muitas vezes compreendido como gesto assistencialista, ganha aqui um sentido pedagógico: ele é condição de possibilidade para a aprendizagem.

Os metatextos revelam, por exemplo, a presença de práticas de escuta, iniciativas voltadas à saúde mental e ações intersetoriais que, conforme os documentos analisados, são valorizadas como estratégias para o fortalecimento dos vínculos entre escola, estudantes e comunidade. Embora muitas vezes não sejam nomeadas diretamente como ações pedagógicas, essas práticas assumem uma dimensão profundamente cognitiva, pois recriam os ambientes relacionais que favorecem o aprender, em consonância com a concepção de aprendizagem como fenômeno afetivo, ético e social (MATURANA, 1997).

Freire (1996), por sua vez, também compreende a cognição como ato dialógico, ético e político. Para ele, não se aprende sozinho, mas em comunhão, e todo ato cognitivo é também um ato de intervenção no mundo. Assim, conhecer não é apenas acumular dados, mas transformar a realidade a partir da consciência crítica.

A afetividade, na perspectiva maturaneana, é o “fundo emocional” da cognição. Isso significa que toda aprendizagem está condicionada pela emoção que acompanha o processo. Professores que criam ambientes de confiança, que validam as experiências dos estudantes e que demonstram empatia estão, na verdade, criando as bases para a aprendizagem significativa.

Na escola analisada, conforme descrito em seu Projeto Político-Pedagógico, algumas práticas evidenciam o cuidado com os sujeitos do território: a valorização da identidade cultural dos estudantes do campo, a escuta das famílias, os projetos interdisciplinares e os espaços de diálogo. Esses elementos, presentes nos princípios e diretrizes do PPP, favorecem o sentimento de pertencimento e reconfiguram a sala de aula como espaço de convivência, construção coletiva e produção de sentidos (TOCANTINS, 2025).

Maturana propõe que a cognição é também um fenômeno social, pois se realiza na linguagem e na interação. Isso desafia as práticas pedagógicas centradas na memorização e nas avaliações padronizadas. A verdadeira aprendizagem ocorre no diálogo, na colaboração e na problematização da experiência vivida.

Essa concepção dialoga com a proposta freireana de educação como prática da liberdade. Quando os estudantes são convidados a refletir sobre sua realidade, a construir projetos coletivos e a expressar seus saberes, eles se tornam sujeitos

cognoscentes e não apenas receptores de conteúdos.

O contexto da pandemia de COVID-19 revelou com força a dimensão afetiva da cognição. Muitos estudantes enfrentaram dificuldades para aprender não pela ausência de tecnologia, mas pela ruptura dos vínculos. O afastamento dos colegas, o sofrimento psíquico e a insegurança impactaram diretamente a capacidade de se envolver com os processos de aprendizagem.

Essa experiência reforça a tese de que o aprender é uma atividade complexa, que exige corpo, emoção, sentido e vínculo. A escola precisa reconhecer esses elementos e reorganizar seus tempos, espaços e práticas para responder de forma mais humana e integral às necessidades dos estudantes.

O corpo também é parte da cognição. Maturana enfatiza que somos seres corporificados, e que o corpo sente, reage e aprende. Isso implica rever a lógica das salas de aula enfileiradas, dos estudantes imóveis e das aulas expositivas centradas na fala do professor. A cognição exige movimento, expressão, experimentação e envolvimento.

A dimensão biológica da cognição nos lembra que aprender não é um ato puramente racional ou desvinculado do corpo: depende de condições básicas como sono adequado, alimentação regular, ambiente físico acolhedor e estado geral de saúde. Humberto Maturana (1997) enfatiza que todo processo cognitivo está inserido em uma rede biológica, afetiva e social, sendo influenciado diretamente pelo bem-estar do organismo. Nesse sentido, o Programa Saúde na Escola (PSE), ao articular ações de saúde e educação, atua na promoção dessas condições objetivas e subjetivas, criando um ambiente mais favorável à aprendizagem e à permanência escolar. Ao reconhecer a centralidade do corpo e das emoções no processo de aprender, o PSE reforça o papel da escola não apenas como espaço de instrução, mas como promotora do bem-estar e do desenvolvimento integral dos sujeitos.

Ao incluir a cognição na análise da prática pedagógica, desloca-se o foco do conteúdo para o sujeito. O que o estudante sente? Como ele se vê no processo de aprendizagem? Que experiências o mobilizam? Essas perguntas orientam um fazer pedagógico mais ético, afetivo e situado.

As práticas educativas que ignoram o componente afetivo da aprendizagem tendem ao fracasso. Estudantes desmotivados, com baixa autoestima e sem vínculos com a escola apresentam maior risco de evasão e de insucesso escolar. Por isso, investir em relações de confiança é investir em cognição.

Maturana nos lembra que toda aprendizagem é uma escolha. Ninguém ensina ninguém a não ser que o outro esteja disposto a aprender. Esse querer aprender só se sustenta em ambientes que promovem curiosidade, segurança e valorização do sujeito.

O currículo, nesse contexto, deve ser repensado a partir da experiência dos estudantes. O que eles vivem? O que os mobiliza? O que faz sentido para eles? Um currículo centrado no sujeito é um currículo mais potente, mais inclusivo e mais transformador.

As práticas avaliativas também precisam incorporar essa concepção de cognição. Avaliar não é apenas medir resultados, mas compreender processos, reconhecer avanços e fortalecer vínculos. Uma avaliação formativa, dialógica e sensível é mais coerente com a proposta maturaneana.

A formação docente deve incluir reflexões sobre a cognição como processo afetivo e social. Professores precisam ser preparados para escutar, acolher, mediar conflitos e construir ambientes de aprendizagem respeitosos e desafiadores.

A cognição como ato social exige também práticas pedagógicas colaborativas. Trabalhos em grupo, projetos interdisciplinares e metodologias ativas são estratégias que valorizam o diálogo, a cooperação e o aprendizado com o outro.

É preciso também combater a cultura da medicalização dos processos de aprendizagem. Dificuldades cognitivas muitas vezes têm origem em fatores sociais, emocionais e culturais, e não em patologias. A escola deve ser um espaço de escuta antes de ser um espaço de diagnóstico.

A tecnologia pode contribuir para a cognição se for usada de forma crítica e contextualizada. Ferramentas digitais que promovem a interação, a autoria e o protagonismo ampliam as possibilidades cognitivas dos estudantes.

O espaço escolar precisa ser repensado como território cognitivo. Corredores, pátios, jardins, salas temáticas e espaços de convivência devem ser ambientes de aprendizagem. A arquitetura da escola comunica se o aprender é valorizado ou silenciado.

A cognição é também um ato ético. O que aprendemos molda nossas ações no mundo. Por isso, a escola deve cuidar não apenas do aprender a fazer, mas também do aprender a ser, a conviver e a transformar a realidade com responsabilidade e solidariedade.

Por fim, reconhecer a cognição como ato biológico, afetivo e social é reafirmar

a necessidade de uma escola viva, relacional e ética. Como nos ensinam Freire e Maturana, conhecer é um modo de viver, e viver plenamente é um direito de todos os sujeitos.

6.4 Intersetorialidade como experiência ética e epistêmica

Ambos os autores, Freire e Maturana, ajudam a compreender que intersectorialidade não é mera técnica de gestão, mas uma forma de viver e construir o mundo em parceria. No caso da escola e do PSE, isso se traduz em práticas de co-responsabilidade, onde profissionais de diferentes áreas compartilham saberes, poderes e afetos.

Essa intersectorialidade se revela nos Grupos de Trabalho Intersetoriais (GTIs) propostos no PSE e nas ações interdisciplinares descritas no PPP. Trata-se de superar a lógica da fragmentação e instituir um novo modo de ver e agir, no qual saúde e educação não disputam espaços, mas constroem juntos territórios de cuidado, aprendizagem e emancipação.

Freire falava de educação como ato de coragem, de se expor ao mundo e à possibilidade do encontro com o outro. Maturana, por sua vez, fala da aceitação do outro como legítimo outro na convivência. É essa postura ética e epistêmica que sustenta qualquer prática intersectorial verdadeira.

A intersectorialidade, enquanto proposta presente nos documentos do Programa Saúde na Escola (PSE) e nos discursos que emergem do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto, aparece como um princípio estruturante das ações integradas entre educação e saúde. No entanto, conforme o próprio PPP (TOCANTINS, 2025), embora haja valorização da articulação com setores como saúde e assistência social, observa-se uma ausência de detalhamento sobre as formas operacionais de cooperação, o que evidencia limites práticos para a efetivação dessa articulação. Tais lacunas revelam desafios operacionais, culturais e epistemológicos ainda presentes na materialização da intersectorialidade, indicando a necessidade de se compreender criticamente como esses princípios se desdobram nas práticas escolares.

A análise documental revelou que as ações intersectoriais tendem a se restringir a eventos pontuais e à lógica da demanda, o que enfraquece seu potencial formativo e coletivo. A intersectorialidade, quando esvaziada de seu sentido político e ético, corre o risco de ser reduzida a uma estratégia técnica ou administrativa.

Para Freire (1996), não há possibilidade de transformação social sem diálogo e construção coletiva. A intersectorialidade, nesse sentido, deve ser compreendida como um projeto político que reconhece a complexidade da vida humana e a necessidade de respostas integradas, construídas com a participação dos sujeitos do território.

Humberto Maturana (2002) nos oferece uma perspectiva relacional da intersectorialidade. Para ele, a convivência é o fundamento da vida social, e é por meio da linguagem, do afeto e da escuta que construímos redes de colaboração. Assim, a intersectorialidade é uma experiência de convivência, que exige confiança, legitimidade mútua e respeito à diversidade de saberes.

No contexto da escola pública, a intersectorialidade é condição para a efetivação de direitos. Crianças e adolescentes não vivem realidades fragmentadas; suas necessidades de saúde, educação, alimentação, segurança e afeto são inseparáveis. A escola, ao reconhecer isso, amplia sua potência como promotora da vida.

Victor Valla (2000) reforça que a intersectorialidade nasce da escuta dos sujeitos, da valorização dos saberes populares e da construção de vínculos territoriais. Não se trata apenas de juntar profissionais de áreas diferentes, mas de criar processos compartilhados de escuta, planejamento e ação.

A experiência intersectorial é ética porque reconhece a dignidade dos sujeitos e epistemológica porque produz conhecimento situado, construído a partir da realidade vivida. É nesse ponto que a intersectorialidade se aproxima da educação popular: ambas são práticas de diálogo, respeito e transformação.

As escolas que conseguem consolidar ações intersectoriais contínuas e contextualizadas compartilham algumas características em comum: gestão democrática, protagonismo estudantil, articulação com o território e compromisso com a escuta. Esses elementos também aparecem como princípios e intenções no Projeto Político-Pedagógico da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto, ainda que, conforme evidenciado nos documentos, nem sempre se desdobrem em práticas intersectoriais consolidadas ou sistematizadas (TOCANTINS, 2025).

A ética da intersectorialidade se expressa na corresponsabilidade. Cada setor tem um papel, mas ninguém atua sozinho. O cuidado com a infância e a adolescência exige colaboração ativa entre profissionais da educação, da saúde, da assistência social, da cultura e da justiça.

A episteme intersectorial rompe com a lógica fragmentada dos saberes e

reconhece que os problemas sociais não cabem em compartimentos estanques. Uma criança que apresenta dificuldades de aprendizagem pode estar enfrentando insegurança alimentar, conflitos familiares, racismo estrutural ou sofrimento psíquico. A resposta a essa situação exige diálogo entre os saberes e práticas.

A articulação entre escola e unidade básica de saúde, por exemplo, só é eficaz quando há confiança mútua, respeito às rotinas de cada setor e planejamento conjunto. A simples presença física de profissionais de saúde na escola não garante a integração se não houver construção relacional.

O PPP pode ser um importante instrumento de institucionalização da intersectorialidade. Ao incluir as ações do PSE e as articulações com os serviços do território, o PPP amplia seu alcance e se torna expressão do cuidado coletivo. No entanto, isso exige que o PPP seja construído de forma participativa e revisitado constantemente.

A escuta da comunidade é outro elemento essencial. A intersectorialidade ganha força quando parte das demandas reais das famílias, estudantes e profissionais. Diagnósticos participativos, assembleias escolares, conselhos de saúde e fóruns territoriais são espaços de construção da intersectorialidade democrática.

O tempo é um recurso político fundamental. Muitas vezes, a falta de tempo institucional para o planejamento intersectorial inviabiliza a continuidade das ações. É necessário garantir momentos específicos para o encontro entre os setores, com reconhecimento institucional e suporte técnico.

As práticas intersectoriais devem respeitar a autonomia dos sujeitos e das instituições. A imposição de ações sem diálogo ou o desrespeito às práticas pedagógicas da escola geram resistências e esvaziam o sentido do trabalho conjunto. A intersectorialidade se constrói com base na horizontalidade e no reconhecimento mútuo.

Freire (1970) nos ensina que o saber se constrói na relação com o mundo. A intersectorialidade, ao promover o encontro entre saberes e setores, amplia o horizonte pedagógico da escola e permite uma leitura mais complexa e crítica da realidade social.

As experiências de intersectorialidade bem-sucedidas são marcadas pela presença de lideranças comprometidas, que conseguem mobilizar equipes, articular recursos e criar pontes entre as políticas públicas. Esses sujeitos são fundamentais para sustentar os processos no longo prazo.

A gestão democrática da escola deve incluir a intersetorialidade como princípio organizador. Isso significa que o planejamento pedagógico deve dialogar com o calendário da saúde, com as demandas da assistência social e com os projetos culturais e comunitários do território.

A intersetorialidade também se realiza na formação dos profissionais. Professores e profissionais da saúde precisam ser formados para o trabalho em equipe, para o diálogo entre saberes e para o enfrentamento dos determinantes sociais das desigualdades. A formação inicial e continuada deve incluir essa dimensão.

As práticas intersetoriais devem ser avaliadas não apenas pelos resultados quantitativos, mas pela qualidade dos vínculos, pela capacidade de escuta, pela efetividade das ações e pelo impacto no cotidiano das pessoas. Avaliar é cuidar do processo e garantir sua permanência.

Nos territórios rurais, a intersetorialidade assume contornos ainda mais desafiadores. A escassez de serviços, a distância física e a invisibilidade social tornam ainda mais urgente a articulação entre setores. A escola do campo precisa ser reconhecida como polo irradiador de direitos e cuidado.

A tecnologia pode ser aliada da intersetorialidade, desde que utilizada para fortalecer a comunicação, registrar práticas e ampliar o acesso à informação. Aplicativos, grupos de mensagens e sistemas integrados são ferramentas úteis, mas não substituem o vínculo humano.

A intersetorialidade exige escuta das juventudes. Os estudantes precisam ser incluídos no planejamento, na execução e na avaliação das ações. O protagonismo juvenil é condição para a construção de políticas públicas sensíveis às suas necessidades.

É preciso enfrentar o preconceito institucional que marca algumas relações intersetoriais. Profissionais da educação e da saúde, muitas vezes, reproduzem estigmas e desconfianças entre si. A formação ética e o diálogo são caminhos para superar essas barreiras.

A intersetorialidade se fortalece quando há clareza de objetivos comuns. A promoção da saúde, a garantia da permanência escolar, a prevenção de violências e o fortalecimento da comunidade devem ser metas compartilhadas entre os setores.

As ações intersetoriais devem considerar os marcadores sociais da diferença. Gênero, raça, classe, geração e território influenciam o acesso a direitos e precisam

orientar o planejamento. A intersectorialidade crítica é aquela que reconhece as desigualdades e atua para superá-las.

A dimensão ética da intersectorialidade está no compromisso com a vida. Quando os setores se unem para garantir os direitos das crianças e adolescentes, estão afirmando que nenhuma vida é descartável, que todo sujeito importa e que a escola é lugar de cuidado coletivo.

A construção de redes intersectoriais é um processo de longo prazo. Exige persistência, flexibilidade, empatia e compromisso. Pequenos avanços devem ser valorizados como sementes de uma cultura mais cooperativa e solidária.

Por fim, compreender a intersectorialidade como experiência ética e epistêmica é reconhecer que o cuidado não se faz sozinho, que os saberes se constroem na convivência, e que a escola, ao se abrir para o diálogo com outros setores, amplia sua potência transformadora. Como ensina Freire, “é na prática da liberdade que nos educamos mutuamente” (FREIRE, 1992, p. 81), em um movimento de partilha, responsabilidade coletiva e compromisso com a emancipação.

6.5 Sentidos emergentes da análise: por uma escola promotora da vida

Os dados analisados revelam que, quando a escola assume sua função social como formadora de sujeitos críticos e saudáveis, e quando as políticas públicas reconhecem o papel pedagógico da saúde, ocorre um potente entrelaçamento entre discurso e prática. Essa convergência traduz-se na construção de uma educação integral orientada pelo diálogo, pelo cuidado e pelo compromisso ético com a vida. A articulação entre os documentos do Programa Saúde na Escola (PSE) e do Projeto Político-Pedagógico (PPP), interpretada à luz dos pensamentos de Paulo Freire e Humberto Maturana, permitiu a emergência de sentidos que reafirmam a escola como território ético, político e afetivo — um espaço de convivência, transformação e promoção da dignidade humana. Este tópico, portanto, apresenta os sentidos críticos construídos ao longo da análise, valorizando as categorias emergentes como expressões de uma práxis pedagógica comprometida com a emancipação dos sujeitos e com a promoção da vida em sua complexidade.

As discussões apresentadas ao longo deste capítulo evidenciam a complexidade do fenômeno educacional quando analisado a partir da perspectiva da saúde, do cuidado, da ética e da formação integral dos sujeitos. Os resultados da

Análise Textual Discursiva (ATD), construídos a partir dos documentos do Programa Saúde na Escola (PSE) e do Projeto Político-Pedagógico (PPP), revelam que a escola é, cada vez mais, interpelada por demandas que ultrapassam os limites do conteúdo disciplinar e convocam para práticas intersetoriais, dialógicas e humanizadoras.

A articulação dos resultados com os pensamentos de Paulo Freire e Humberto Maturana permitiu interpretar a escola não apenas como lugar de instrução, mas como espaço de convivência, escuta, transformação e promoção da vida. Em outras palavras, reafirmou-se a escola como território ético, político e afetivo, no qual o processo educativo acontece no entrelaçamento de relações humanas, vínculos afetivos e práticas de cuidado.

As categorias emergentes da ATD – acolhimento, diálogo, intersetorialidade, protagonismo, formação e compromisso com o território – demonstram a potência que a escola tem quando assume seu papel como promotora de saúde e formadora de sujeitos históricos, éticos e críticos. Essas categorias não se apresentam de forma estanque, mas se interligam, formando uma rede de sentidos que sustenta a práxis pedagógica como ação comprometida com a vida.

Paulo Freire, ao conceber a educação como prática da liberdade, nos ensina que não há neutralidade na escola. Toda ação pedagógica carrega um projeto de mundo, e cabe aos educadores e educadoras optarem por um projeto emancipador, que reconhece o outro como sujeito de direitos e como construtor da própria história. Essa concepção esteve presente nos indícios encontrados nos documentos analisados, ainda que de forma parcial e, muitas vezes, não sistematizada.

Humberto Maturana, por sua vez, nos lembra que educar é conviver. Que não há cognição sem afeto, nem aprendizagem sem vínculo. A escola que deseja formar integralmente precisa, antes de tudo, cultivar relações amorosas e respeitosas, que acolham a diversidade, escutem o sofrimento e fortaleçam a autonomia dos sujeitos. Essa dimensão afetiva da escola apareceu com destaque na categoria “escola como espaço ético de formação”.

O diálogo, como categoria fundante da práxis pedagógica, se mostrou presente nas ações relatadas nos documentos, mas ainda precisa ser mais profundamente incorporado como princípio de gestão, de currículo e de avaliação. Dialogar não é apenas escutar, mas construir junto, aceitar a incompletude e se abrir ao outro com disposição ética e política.

A cognição como ato biológico, afetivo e social, conforme defendido por

Maturana, revelou-se nos trechos dos documentos que apontam para a importância do acolhimento, da escuta, da valorização da experiência dos estudantes e da criação de vínculos. A aprendizagem, nesses contextos, é compreendida como um processo relacional, em que o corpo, a emoção e o contexto influenciam diretamente o aprender.

A intersetorialidade foi outra dimensão fundamental da análise. Ela apareceu como prática ainda em construção, com muitas potencialidades, mas também com inúmeros desafios. Sua concretização depende de diálogo entre setores, escuta do território, formação continuada dos profissionais e compromisso político das instâncias gestoras.

Os dados construídos a partir da Análise Textual Discursiva (ATD), com base nos excertos selecionados dos documentos do Programa Saúde na Escola (PSE) e do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto, revelam que, apesar das dificuldades estruturais e operacionais, há experiências significativas de construção de uma escola promotora de saúde. Essas experiências se evidenciam na presença de práticas como a escuta ativa, os projetos interdisciplinares, a busca ativa de estudantes em risco de evasão e a articulação com os serviços de saúde do território. Embora essas ações ainda ocorram de forma localizada e muitas vezes não sistematizada, elas apontam caminhos possíveis para a consolidação de uma política pública mais integrada, participativa e comprometida com a emancipação dos sujeitos.

As escolas, sobretudo as situadas em contextos de vulnerabilidade social e territorial, como a do campo, enfrentam inúmeros desafios para garantir o direito à educação e à saúde. No entanto, também são nesses espaços que se constroem práticas criativas, resistentes e profundamente enraizadas nas realidades locais. A valorização dessas práticas é fundamental para o fortalecimento de políticas públicas intersetoriais.

O PPP, enquanto documento orientador da escola, precisa ser compreendido como instrumento de luta, de identidade e de afirmação de um projeto de educação comprometido com os direitos humanos. Sua construção deve ser coletiva, dialógica e permanente, incorporando as experiências e os saberes de todos os sujeitos que compõem a comunidade escolar.

O PSE, por sua vez, deve ser compreendido não apenas como uma política de saúde, mas como uma estratégia de integração de direitos. Quando articulado ao PPP, o PSE pode fortalecer o projeto pedagógico da escola e ampliar sua capacidade

de cuidar, escutar e transformar realidades.

As considerações finais desta discussão reafirmam o papel da escola como espaço de cuidado e compromisso social. A promoção da saúde, o diálogo, a escuta, a participação e a intersetorialidade são práticas pedagógicas e políticas que precisam estar no centro do projeto educativo das escolas públicas.

É preciso superar a lógica da fragmentação e construir uma cultura institucional que valorize o trabalho coletivo, o planejamento participativo e a formação continuada. Esses elementos são essenciais para que a escola se torne, de fato, promotora de saúde e de justiça social.

A formação docente tem papel central nesse processo. Os professores e professoras precisam ser preparados para atuar em contextos complexos, marcados por vulnerabilidades sociais, culturais e emocionais. Para isso, é fundamental que a formação inicial e continuada inclua discussões sobre saúde, território, intersetorialidade e políticas públicas.

É necessário também fortalecer a gestão democrática como espaço de construção coletiva de saberes, de decisões e de vínculos. A gestão que escuta, acolhe e compartilha responsabilidades contribui para a consolidação de um ambiente escolar mais saudável e participativo.

A escuta dos estudantes deve ser valorizada como fonte legítima de conhecimento e como princípio pedagógico. O protagonismo estudantil, quando efetivado, fortalece a autonomia, a responsabilidade e o sentido de pertencimento, além de contribuir para a construção de políticas públicas mais sensíveis às juventudes.

A participação das famílias é outro aspecto fundamental. O vínculo escola-família, quando construído com base no respeito e na escuta, amplia a rede de proteção e favorece o desenvolvimento integral dos estudantes. As famílias não são auxiliares da escola, mas parceiras na formação ética e cidadã dos filhos.

As políticas públicas precisam garantir as condições objetivas para que a escola cumpra seu papel formativo. Isso inclui financiamento adequado, valorização dos profissionais, apoio técnico-pedagógico e articulação entre as diferentes esferas do poder público.

A avaliação das práticas escolares deve ser repensada a partir dos princípios da justiça social, da equidade e da inclusão. Avaliar é também um ato político, e não pode estar dissociado dos contextos e das trajetórias dos sujeitos. Avaliar é cuidar.

A escola promotora de saúde não é uma utopia inatingível, mas uma possibilidade concreta, construída no cotidiano, nas relações e nas práticas. Ela nasce do compromisso com a vida, com a dignidade e com o direito de todos os sujeitos de aprender, de ser cuidados e de cuidar.

É necessário reconhecer que a escola está situada em uma sociedade marcada por desigualdades estruturais, que impactam diretamente sua capacidade de garantir direitos. Por isso, o compromisso da escola com a promoção da saúde e da justiça precisa ser também um compromisso de denúncia e de transformação das condições sociais.

Freire (1996, p. 32) afirma que “educar é impregnar de sentido o que fazemos a cada instante”. A escola que educa com sentido é aquela que valoriza os vínculos, que reconhece os sujeitos e que constrói conhecimento a partir da realidade. Essa é a escola ética, dialógica e comprometida.

Maturana (2002, p. 29) nos lembra que “nós seres humanos nos constituímos na convivência”. A escola, como espaço privilegiado de convivência, é também lugar de constituição do ser, da afetividade e da consciência. Promover a saúde, nesse contexto, é promover também a vida em sua plenitude.

Ao final desta discussão, reafirma-se que uma escola viva, humana e libertadora só é possível com base na ética, no diálogo e na escuta. Esses são os pilares que sustentam a práxis pedagógica crítica e transformadora, necessária para enfrentar os desafios do presente e construir um futuro mais justo.

6.6 Estratégias Pedagógicas para uma Escola Promotora de Saúde: Propostas Críticas e Emancipatórias

A construção de uma escola promotora de saúde não se limita à execução de ações pontuais no âmbito do Programa Saúde na Escola (PSE). Ela exige uma profunda ressignificação do papel da escola, do currículo e das relações pedagógicas, incorporando práticas que promovam o cuidado, a autonomia, o diálogo e o reconhecimento dos sujeitos enquanto produtores de conhecimento. Nesse horizonte, propõem-se quatro frentes de ação interligadas: projetos interdisciplinares sobre saúde, atividades de educação popular com estudantes, incorporação crítica do PSE no currículo e formação continuada de professores com base em Paulo Freire, Maturana e Victor Valla.

6.6.1 Projetos interdisciplinares envolvendo o tema saúde

Os projetos interdisciplinares são estratégias potentes para integrar o ensino de Ciências e Biologia com temas da promoção da saúde. A BNCC (2018) e o Documento Curricular do Tocantins (2022) orientam a construção de um currículo que articule saberes e desenvolva competências relacionadas à saúde, à cidadania e ao cuidado com o outro e consigo mesmo.

A interdisciplinaridade permite uma abordagem mais próxima da complexidade da vida, como propõe Edgar Morin (2000), ao integrar conhecimentos distintos em uma rede de saberes que dialogam entre si. Essa articulação supera a fragmentação do currículo e possibilita uma compreensão mais contextualizada dos fenômenos. Para Japiassu (1976, p. 74), a interdisciplinaridade “é um esforço de integração recíproca entre disciplinas, com vistas à construção de um saber mais globalizado”. No contexto escolar, a temática da saúde pode ser trabalhada de forma interdisciplinar por meio da articulação entre Ciências, Educação Física, Geografia, História e Língua Portuguesa, permitindo que os estudantes compreendam os determinantes sociais e biológicos da saúde sob múltiplos olhares.

Complementarmente, a transversalidade permite que a saúde esteja presente em todo o projeto pedagógico, independentemente da disciplina. Segundo Zabala (1998), os temas transversais não pertencem a uma única área do conhecimento, mas atravessam todas elas, por tratarem de questões sociais urgentes e de caráter formativo. A Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) também reconhece a saúde como um tema transversal, ao afirmá-la como dimensão fundamental da formação integral, devendo ser contemplada em todas as etapas e modalidades da educação básica. Assim, saúde como tema transversal e como eixo interdisciplinar reforça a importância de um currículo vivo, sensível ao contexto e à realidade dos estudantes, capaz de contribuir para a formação crítica, ética e cidadã.

Projetos sobre alimentação saudável, saúde mental, sexualidade, prevenção de doenças, entre outros, podem ser desenvolvidos a partir da realidade vivida pelos estudantes. Nesse contexto, o tema da saúde deixa de ser um conteúdo meramente informativo para tornar-se experiência formativa, que mobiliza valores, atitudes e habilidades.

Um exemplo de projeto interdisciplinar seria o desenvolvimento de um diagnóstico comunitário sobre as condições de saúde da comunidade escolar, com a participação ativa dos estudantes. Essa proposta dialoga com a educação popular,

pois estimula a escuta ativa da comunidade, a valorização dos saberes locais e a problematização das condições sociais que determinam o adoecimento.

Além disso, as metodologias ativas de ensino, como investigação orientada por problemas (PBL), rodas de conversa, oficinas temáticas e produções multimídia, podem potencializar o engajamento dos estudantes. Essas práticas fortalecem o protagonismo juvenil e estabelecem pontes entre o conhecimento científico e o cotidiano dos sujeitos.

A interdisciplinaridade, nesse sentido, contribui para que a escola seja um espaço de leitura crítica do mundo, como propõe Freire (1996). Ao trabalhar o tema da saúde sob diferentes perspectivas, a escola se torna também um território de escuta, acolhimento e transformação social.

Portanto, os projetos interdisciplinares não apenas integram saberes, mas também mobilizam dimensões cognitivas, afetivas e sociais, contribuindo para a formação integral dos estudantes e para o fortalecimento de práticas pedagógicas emancipatórias.

6.6.2 Atividades de educação popular em saúde com os estudantes

A educação popular em saúde, fundamentada em Paulo Freire e desenvolvida no campo da saúde por Victor Valla, propõe práticas educativas centradas no diálogo, na escuta e na valorização dos saberes populares. No espaço escolar, essa abordagem se concretiza na construção coletiva do conhecimento e no reconhecimento dos estudantes como sujeitos históricos.

Victor Valla (2000) destaca que a saúde deve ser pensada como um bem coletivo, construído nas relações sociais. Nesse sentido, atividades de educação popular em saúde com os estudantes devem estar ancoradas no território, na escuta sensível e na problematização das condições que afetam o bem viver da comunidade escolar.

As rodas de conversa, por exemplo, são ferramentas fundamentais para fomentar o diálogo horizontal entre estudantes e professores. Temas como ansiedade, alimentação, prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), consumo de álcool e drogas, e saúde ambiental podem ser debatidos de forma crítica, a partir das vivências dos próprios estudantes.

Outra proposta é a realização de oficinas participativas, nas quais os estudantes pesquisem, dialoguem com profissionais da saúde, familiares e lideranças

comunitárias e elaborem intervenções em seus contextos. A produção de cartilhas, podcasts, vídeos e ações de mobilização escolar são formas de ampliar a voz dos estudantes e fomentar a participação ativa.

Essas atividades devem ser pautadas por uma pedagogia da problematização (Freire, 1970), na qual o conteúdo emerge da realidade concreta e é tratado com profundidade crítica. Ao fazer isso, a educação popular em saúde contribui para o empoderamento dos estudantes e para o fortalecimento da consciência coletiva.

É importante ressaltar que a educação popular não se opõe ao conhecimento científico, mas busca estabelecer um diálogo de saberes, onde a experiência de vida, o corpo e a cultura são valorizados. A escuta ativa e o acolhimento se tornam, portanto, fundamentos essenciais dessa prática.

Ao vivenciar a educação popular em saúde, os estudantes desenvolvem habilidades de análise crítica, empatia, cooperação e ação transformadora. Esses são pilares de uma escola que deseja formar cidadãos conscientes, protagonistas de sua história e comprometidos com o bem comum.

6.6.3 Incorporação crítica do PSE ao currículo escolar

O Programa Saúde na Escola (PSE) não deve ser tratado como um apêndice das atividades escolares, mas sim como parte integrante do currículo e do Projeto Político-Pedagógico (PPP). Essa incorporação crítica requer uma leitura aprofundada das diretrizes do programa e sua articulação com os princípios da educação emancipadora.

Segundo Veiga (2009), o PPP é o espaço onde a escola explicita sua concepção de educação, seus objetivos e suas práticas. Incluir o PSE nesse documento é reconhecer que a saúde é parte do processo educativo e que a escola tem responsabilidade na formação de sujeitos autônomos e saudáveis.

Contudo, essa inclusão não pode ocorrer de maneira superficial. É necessário que os temas do PSE sejam tratados de forma interdisciplinar, contextualizada e crítica, dialogando com as competências da BNCC e com os eixos formativos propostos nos documentos curriculares locais.

A análise documental realizada nesta pesquisa, com base no Projeto Político-Pedagógico da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto (TOCANTINS, 2025) e nos documentos normativos do Programa Saúde na Escola (BRASIL, 2009; 2021), evidenciou que, embora haja diretrizes que apontam para a integração entre saúde e

educação, na prática, as ações do PSE nem sempre são articuladas ao currículo escolar ou acompanhadas por processos participativos envolvendo toda a comunidade escolar. Essa constatação decorre da recorrência de excertos nos documentos que tratam o PSE como ação complementar e episódica, sem clara conexão com os projetos interdisciplinares ou com os objetivos de aprendizagem definidos no PPP. Superar essa limitação exige, como apontam os próprios documentos, investimento em formação continuada, fortalecimento da gestão democrática e compromisso político das instâncias responsáveis pela implementação do programa.

Uma possibilidade concreta é incluir no planejamento pedagógico anual as ações do PSE como projetos integradores, envolvendo múltiplas disciplinas. Outra possibilidade é estabelecer comitês escolares intersetoriais, com participação de estudantes, profissionais da saúde e familiares, para pensar conjuntamente as ações.

Essa incorporação crítica exige também a superação de uma visão biomédica da saúde, centrada apenas na prevenção de doenças. O foco deve estar na promoção da vida, na equidade, na justiça social e na cidadania. Para isso, é fundamental que o currículo trate da saúde como direito humano e dimensão do bem viver.

O fortalecimento do protagonismo estudantil na gestão do PSE é outro ponto estratégico. Os estudantes devem ser ouvidos e mobilizados para sugerir temas, elaborar propostas e avaliar as ações. Isso fortalece a participação cidadã e contribui para o sentido ético e político da escola.

6.6.4 Formação continuada de professores com base em Paulo Freire, Maturana e Victor Valla

A formação de professores é uma condição indispensável para a construção de uma escola promotora de saúde. No entanto, essa formação não pode estar ancorada em modelos técnicos e descontextualizados. É necessário que ela esteja fundamentada em uma perspectiva crítica, dialógica e libertadora.

Paulo Freire (1996) defende que o educador deve ser um intelectual comprometido com a transformação do mundo, capaz de escutar, dialogar e problematizar a realidade com seus educandos. Para isso, a formação continuada precisa provocar, sensibilizar e mobilizar os professores como sujeitos históricos.

Victor Valla (2000) complementa essa visão ao destacar que a promoção da saúde exige educadores que compreendam os determinantes sociais da saúde e

valorizem o conhecimento popular. A formação docente, nesse sentido, deve possibilitar a construção coletiva de saberes e práticas que articulem educação, saúde e participação.

Oficinas pedagógicas, círculos de cultura, grupos de estudo e projetos colaborativos podem ser espaços férteis para essa formação. Mais do que oferecer "receitas", trata-se de construir um processo permanente, no qual os professores reflitam sobre suas práticas, identifiquem desafios e elaborem estratégias de transformação.

Essa formação também deve contemplar aspectos emocionais e éticos da docência. Como aponta Maturana, educar é um ato que envolve amor, escuta e responsabilidade. Para ele, "só se pode educar no amor" (MATURANA, 2002, p. 140). Portanto, é essencial que os professores se sintam acolhidos, apoiados e fortalecidos em sua dimensão humana, uma vez que o vínculo afetivo e o reconhecimento são condições fundamentais para a construção de ambientes educativos mais éticos e promotores de saúde.

A integração entre profissionais da educação e da saúde nos processos formativos é outro aspecto estratégico. A troca de experiências entre diferentes áreas amplia a visão sobre o cuidado, possibilita a construção de ações intersetoriais e enriquece o trabalho pedagógico.

Além disso, é necessário que as Secretarias de Educação e de Saúde elaborem e consolidem políticas públicas estruturadas de formação continuada, com previsão orçamentária, cronogramas integrados e estratégias intersetoriais de acompanhamento. Isso implica, por exemplo, garantir tempo remunerado na carga horária dos profissionais, espaços formativos colaborativos (como grupos de trabalho interprofissionais e comunidades de prática), e recursos didáticos e tecnológicos adequados. A criação de protocolos conjuntos, editais de fomento à formação em serviço e parcerias com instituições de ensino superior também são caminhos viáveis. Sem esse investimento institucional, as propostas de integração entre saúde e educação correm o risco de se tornarem experiências isoladas ou dependentes da boa vontade de poucos atores, dificultando sua consolidação como política pública sustentável.

A formação continuada, quando orientada por uma pedagogia crítica, tem o poder de transformar a escola em um espaço de resistência, criação e promoção da vida. Ela fortalece o papel dos educadores como agentes políticos, capazes de lutar

por uma educação pública, democrática e humanizadora.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como propósito investigar, por meio de uma abordagem qualitativa e crítica, as formas como as práticas pedagógicas na educação básica do Tocantins, quando articuladas ao Programa Saúde na Escola (PSE), podem contribuir para a construção de uma escola promotora de saúde. Para isso, foi necessário compreender que essa construção não se dá apenas por adesão formal a programas institucionais, mas exige uma transformação profunda nas concepções pedagógicas, nas práticas curriculares e na gestão democrática do espaço escolar.

A análise documental do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola investigada, em articulação com os marcos normativos do PSE, da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Documento Curricular do Território Tocantinense (DCT/TO), evidenciou que a temática da saúde aparece de forma residual e fragmentada, revelando desafios significativos para sua consolidação como eixo estruturante do currículo escolar. A saúde, muitas vezes, é percebida como um apêndice das ações pedagógicas, desvinculada do projeto formativo da escola.

Essa constatação revela uma contradição entre os princípios orientadores do PSE e sua efetivação na prática. Estudos como os de Silva (2015) e Santos (2017), além de documentos oficiais do próprio Ministério da Saúde (BRASIL, 2015), indicam que a integração entre saúde e educação ainda se dá de forma pontual e fragmentada, sem articulação sistemática com o currículo escolar. Na análise documental realizada nesta pesquisa, as ações do PSE aparecem desvinculadas das práticas pedagógicas cotidianas, limitando sua potência transformadora e sua contribuição à formação cidadã dos estudantes.

A partir da análise documental realizada no Projeto Político-Pedagógico da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto e dos materiais do Programa Saúde na Escola (PSE), é possível perceber que a centralidade da dimensão biológica da saúde — expressa em ações voltadas à prevenção de doenças e ao controle de agravos — não é acompanhada, de forma sistemática, por uma abordagem crítica que problematize os determinantes sociais, culturais e afetivos do processo saúde-doença. Nesse sentido, evidencia-se a urgência de deslocar o foco de uma concepção

higienista e prescritiva para uma perspectiva educativa, dialógica e emancipadora da saúde no contexto escolar.

A Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto, apesar de apresentar em seu PPP a intenção de formar sujeitos críticos, capazes de intervir em seu meio social, ainda carece de dispositivos concretos que promovam a integração curricular da saúde com os demais componentes e que favoreçam a participação efetiva dos estudantes. Os vínculos entre o PSE e o currículo são frágeis, o que dificulta a apropriação do programa como parte constitutiva do projeto educativo da instituição.

A análise textual discursiva dos documentos revelou que o PSE tende a ser operacionalizado de modo tecnicista, orientado por metas e procedimentos definidos externamente à escola, o que compromete sua potencialidade como estratégia de formação integral (TOCANTINS, 2025). Isso reitera a importância de que a implementação do programa esteja vinculada ao PPP e às práticas pedagógicas cotidianas, e que seja ressignificado no interior da escola, a partir da escuta e do protagonismo dos sujeitos envolvidos.

Superar essa lógica implica compreender a saúde como direito humano e como prática social que se constrói em contextos concretos, marcados por desigualdades estruturais e por disputas de sentidos. A escola, nesse cenário, pode ser um espaço privilegiado para promover a consciência crítica sobre essas desigualdades e fomentar a mobilização coletiva em torno da garantia de direitos, desde que assuma uma postura pedagógica comprometida com a transformação social.

A construção de uma escola promotora de saúde requer, portanto, a adoção de uma abordagem pedagógica crítica e integrada, em que os conhecimentos escolares dialoguem com as experiências de vida dos estudantes e da comunidade. A perspectiva freireana de educação como prática da liberdade oferece as bases epistemológicas e metodológicas para essa reconstrução, ao conceber o conhecimento como construção coletiva, situada historicamente e mediada pelo diálogo.

Como pesquisador comprometido com uma abordagem crítica e emancipadora da educação, reconheço que os documentos analisados evidenciam avanços importantes na incorporação da promoção da saúde como pauta educativa. No entanto, também revelam contradições estruturais e lacunas práticas que fragilizam a efetivação da intersetorialidade no cotidiano escolar. A análise textual discursiva me permitiu perceber que, embora o discurso da integralidade esteja presente em ambos

os documentos (PPP e PSE), sua materialização ainda é parcial, dependente de iniciativas pontuais e, por vezes, desarticuladas da prática pedagógica. Essa constatação reforça a necessidade de repensar a implementação das políticas públicas não apenas como obrigação técnica, mas como compromisso ético e pedagógico com os sujeitos da escola.

A realização deste estudo fortaleceu minha convicção de que é no entrelaçamento entre saúde, educação e participação que se desenharam os caminhos para uma escola verdadeiramente promotora de vida. A escuta dos estudantes, o protagonismo juvenil, o diálogo entre saberes e a construção coletiva do conhecimento não podem ser tratados como elementos acessórios, mas como fundamentos de um novo paradigma educativo. Reafirmo, assim, a urgência de políticas públicas integradas que reconheçam o território escolar como espaço ético de formação, e de processos formativos contínuos que fortaleçam o papel dos educadores e educadoras como sujeitos políticos, capazes de transformar realidades e de produzir sentidos compartilhados de bem viver.

Paulo Freire enfatiza que educar é um ato político, que envolve escolha de valores, leitura crítica da realidade e compromisso com a transformação. Aplicar esses princípios à promoção da saúde no contexto escolar significa reconhecer os estudantes como sujeitos históricos, capazes de refletir sobre as condições que afetam sua saúde e de atuar na construção de alternativas emancipatórias para seu bem viver.

Humberto Maturana, ao compreender o conhecimento como fenômeno relacional, fundado na afetividade e na linguagem, contribui com a ideia de que o cuidado é um ato de reconhecimento da legitimidade do outro. Esse princípio ético é essencial para pensar práticas educativas em saúde que valorizem a escuta, o respeito à diversidade e a promoção de vínculos que favoreçam o desenvolvimento humano integral.

A contribuição de Victor Valla, por sua vez, é decisiva para incorporar à promoção da saúde uma perspectiva de educação popular, que valoriza os saberes populares, as práticas culturais e a experiência dos sujeitos. Para Valla, a saúde não se promove com discursos verticalizados, mas por meio do diálogo, da participação e do enraizamento das ações nos territórios onde as pessoas vivem.

A partir dessas referências teóricas e da análise dos documentos, o estudo propôs quatro direções estratégicas para fortalecer a construção de uma escola

promotora de saúde: o desenvolvimento de projetos interdisciplinares sobre saúde; a realização de práticas de educação popular com os estudantes; a incorporação crítica do PSE ao currículo e ao PPP; e a formação continuada de professores a partir de uma pedagogia emancipadora.

Os projetos interdisciplinares se apresentam como estratégia fundamental para integrar os saberes escolares e promover a articulação entre as áreas do conhecimento e as questões reais vividas pelos estudantes. Ao trabalhar a saúde de forma transversal, é possível mobilizar diferentes áreas previstas na BNCC — como Ciências da Natureza, Linguagens, Ciências Humanas e Educação Física — articulando conteúdos escolares com problemáticas sociais relevantes. Isso contribui para a construção de aprendizagens contextualizadas, integradoras e socialmente significativas, em sintonia com os princípios da formação integral.

Esses projetos podem, por exemplo, investigar os impactos da alimentação, da saúde mental ou da violência doméstica na vida dos estudantes, articulando teoria e prática, ciência e cotidiano, conhecimento acadêmico e saber popular. O projeto, nesse sentido, se torna um espaço de escuta, de análise crítica e de proposição de alternativas, configurando-se como prática de cidadania.

As atividades de educação popular com os estudantes, inspiradas na pedagogia freireana, fortalecem a autonomia, o pensamento crítico e a ação transformadora. Rodas de conversa, oficinas participativas, produção de materiais educativos e escuta ativa são estratégias potentes para promover o diálogo de saberes e valorizar a voz dos jovens como sujeitos do processo educativo.

Ao se sentirem reconhecidos e convocados à participação, os estudantes desenvolvem vínculos com a escola, ampliam seu repertório crítico e se engajam na promoção da saúde como prática coletiva. Esse envolvimento é essencial para que o PSE não seja apenas um programa executado na escola, mas uma prática vivenciada pelos sujeitos que a habitam.

A incorporação crítica do PSE ao currículo escolar requer que ele seja compreendido não como uma ação externa, mas como parte integrante do projeto pedagógico da escola. Isso implica incluí-lo nos planejamentos anuais, nos horários escolares e nas discussões coletivas da equipe pedagógica, de modo que sua execução seja compartilhada e comprometida com os objetivos formativos da escola.

Essa incorporação precisa ser feita com base em uma leitura crítica do contexto, superando a visão normativa do currículo e assumindo-o como construção

social e histórica. Inserir o PSE no currículo significa, portanto, assumir a saúde como dimensão do processo formativo e como expressão do compromisso ético da escola com o bem comum.

A formação continuada dos professores aparece como condição indispensável para que essas transformações se concretizem. É necessário que os docentes sejam formados não apenas para ensinar conteúdos, mas para mediar processos de reflexão crítica, escuta sensível e atuação emancipatória, em diálogo com os saberes dos estudantes e da comunidade.

Essa formação deve ser coletiva, contextualizada, situada na prática, e orientada por princípios de autonomia, ética e diálogo. Oficinas pedagógicas, grupos de estudo, círculos de cultura e formação intersetorial entre profissionais da saúde e da educação são estratégias viáveis para promover esse desenvolvimento docente.

As secretarias de educação e de saúde, por sua vez, precisam garantir condições estruturais, financeiras e políticas para que a formação continuada ocorra de forma sistemática, com tempo e espaços institucionais para estudo, planejamento e avaliação coletiva. Sem essa sustentação, as propostas tornam-se frágeis e dependentes da boa vontade individual.

A intersetorialidade é, portanto, um dos pilares para que o PSE seja efetivo. Saúde e educação não devem atuar em paralelo, mas em sinergia, reconhecendo suas especificidades e construindo projetos conjuntos com base em objetivos comuns. Essa articulação exige diálogo, escuta, partilha de responsabilidades e reconhecimento mútuo dos saberes de cada área.

O fortalecimento de comitês escolares de saúde, com participação efetiva de estudantes, pais, professores e profissionais da saúde, pode ser uma via concreta para materializar essa intersetorialidade e garantir o controle social sobre a política pública no território escolar.

A escola promotora de saúde é, portanto, aquela que reconhece o cuidado como prática pedagógica, que valoriza a vida como princípio educativo e que entende a saúde como direito social inalienável. Essa escola está comprometida com a formação de sujeitos éticos, críticos e engajados na transformação da sociedade.

A pesquisa desenvolvida permitiu constatar que, mesmo diante de limites estruturais e da fragmentação das políticas públicas, é possível vislumbrar práticas pedagógicas transformadoras, desde que a escola se disponha ao diálogo, reconheça a diversidade e assuma um compromisso com a justiça social. No Projeto Político-

Pedagógico da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto, por exemplo, observam-se iniciativas como o incentivo ao protagonismo estudantil, a valorização da escuta das famílias e os projetos interdisciplinares que tratam de temas como saúde, convivência e cidadania. Tais práticas, ainda que pontuais, revelam movimentos cotidianos que, quando orientados por uma perspectiva crítica, podem constituir sementes de mudança. São ações que, ao se articularem a um projeto político-pedagógico emancipador, adquirem potencial formativo e transformador, alinhado aos princípios da educação como prática da liberdade (FREIRE, 1996).

O PSE, nesse sentido, representa uma importante oportunidade de transformação, mas é preciso que seja ressignificado pelas escolas como instrumento de democratização do cuidado e da educação. Quando vinculado a uma pedagogia crítica, o programa deixa de ser mera política pública e passa a ser uma prática educativa comprometida com o direito à vida.

A escola que assume esse compromisso torna-se um espaço de resistência às lógicas excludentes, um lugar onde se aprende não apenas a ler e escrever, mas a amar, cuidar e transformar o mundo. Uma escola assim forma sujeitos sensíveis, conscientes e ativos em suas comunidades.

Ainda que o presente estudo tenha se limitado à análise documental de uma única escola, seus achados dialogam com uma realidade mais ampla do sistema educacional brasileiro e apontam para a necessidade de pesquisas que ampliem a escuta dos sujeitos escolares e investiguem experiências concretas de transformação.

É recomendável que futuras pesquisas avancem com metodologias participativas, como grupos focais, entrevistas, observação participante e pesquisa-ação, para aprofundar a compreensão das práticas escolares voltadas à promoção da saúde e à formação crítica dos estudantes.

Conclui-se, assim, que a escola promotora de saúde, fundada nos princípios da educação popular, do diálogo, da intersetorialidade e da emancipação humana, é uma construção política e coletiva. Uma escola que educa para a liberdade, cuida da vida e aposta, como dizia Freire, na “inérita possibilidade” de um mundo mais justo, solidário e saudável.

REFERÊNCIAS

ANTOS, José Carlos. *A intersectorialidade no Programa Saúde na Escola: desafios e possibilidades*. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva), UFRJ, 2017.

ARAÚJO, L. *S.*; SOUSA, A*. R. Formação de professores e direitos humanos: desafios e possibilidades. *Revista Educação e Políticas em Debate*, v. 9, n. 1, p. 118-135, 2021.

BODSTEIN, Regina C. *A*. Educação e Promoção da Saúde: articulando saberes e práticas. In: FONSECA, Angélica; BODSTEIN, Regina (Orgs.). *Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendências*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2016.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 29 jul. 2025.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. *Lei nº 14.644, de 4 de agosto de 2023*. Dispõe sobre a constituição e o funcionamento dos conselhos escolares, no âmbito dos sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 162, n. 149, p. 1, 7 ago. 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.644-de-4-de-agosto-de-2023-500134712>. Acesso em: 29 jul. 2025.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. *Ministério da Educação*. Base Nacional Comum Curricular: competências gerais da educação básica. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 24 jul. 2025.

BRASIL. *Ministério da Educação*. Gestão democrática da educação: subsídios para políticas municipais e práticas escolares. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. *Ministério da Educação*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. *Ministério da Educação*. Programa Saúde na Escola: saúde e educação integral. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

BRASIL. *Ministério da Educação*. Temas Transversais: introdução ao estudo dos

Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, DF: MEC, 1998. p. 259.

BRASIL. *Ministério da Saúde*. Caderno de Educação Popular em Saúde. Brasília, DF: MS, 2014.

BRASIL. *Ministério da Saúde*. Caderno do Gestor do PSE – Programa Saúde na Escola. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_gestor_programa_saude_escola.pdf. Acesso em: 24 jul. 2025.

BRASIL. *Ministério da Saúde*. Caderno do Gestor do PSE. Brasília: MS, 2015.

BRASIL. *Ministério da Saúde*. Ministério da Educação. Caderno do gestor do Programa Saúde na Escola. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. *Ministério da Saúde*. Ministério da Educação. Programa Saúde na Escola: tecendo caminhos da intersetorialidade. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. *Ministério da Saúde*. Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_3ed.pdf. Acesso em: 24 jul. 2025.

BRASIL. *Ministério da Saúde*. Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. *Ministério da Saúde*. Programa Saúde na Escola: Caderno do Gestor. Brasília: MS, 2009.

BRASIL. *Ministério da Saúde*. Programa Saúde na Escola: guia para a gestão local. Brasília: MS, 2021.

BRASIL. *Ministério da Saúde*. Programa Saúde na Escola: tecendo caminhos da intersetorialidade. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. *Ministério da Saúde; Ministério da Educação*. Caderno do Gestor do Programa Saúde na Escola. Brasília: MS/MEC, 2012.

BRASIL. *Ministério da Saúde; Ministério da Educação*. Portaria Interministerial nº 1.055, de 25 de abril de 2017. Institui o Programa Saúde na Escola (PSE). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 78, p. 41, 26 abr. 2017.

BRASIL. *Programa Saúde na Escola: tecendo caminhos da intersetorialidade*. Brasília: Ministério da Saúde; Ministério da Educação, 2009.

BUSS, Paulo Marchiori. *Promoção da saúde e qualidade de vida: uma perspectiva histórica*. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 19-31, 2003.

BUSS, Paulo Marchiori; PELLEGRINI FILHO, Alberto. *A saúde e seus determinantes sociais*. Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77-93, 2007.

CANÁRIO, Rui. **A escola: o lugar onde se aprende a ler o mundo**. Porto: Porto Editora, 2015.

CECCIM, Ricardo Burg; FEUERWERKER, Laura Camargo Macruz. **O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social**. *PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva*, v. 14, n. 1, p. 41-65, 2004.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DONNELLY, Jack. **Universal Human Rights in Theory and Practice**. 3. ed. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2013.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 24. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação? 8**. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 45. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. p. 72.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 70. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/52806>. Acesso em: 29 jul. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

MACHADO, Ana Maria; VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Políticas Públicas, Intersetorialidade e Promoção da Saúde: desafios e perspectivas**. *Revista Ciência &*

Saúde Coletiva, v. 14, n. 3, p. 861-870, 2009.

MATURANA, Humberto. *A ontologia da realidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.

MATURANA, Humberto. *A ontologia da realidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

MATURANA, Humberto. *Emoções e linguagem na educação e na política*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco J. *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. 6. ed. Campinas, SP: Editora Psy II, 1992.

MATURANA, Humberto; VERDEN-ZÖLLER, Gerda. *Amor e jogo: fundamentos esquecidos da condição humana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Promoção da saúde: uma análise situacional*. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANTOS, Simone Gonçalves dos (Orgs.). Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. p. 9-27.

MONTEIRO, Aline R.; BIZZO, Neusa. *Temas transversais na educação em ciências: dificuldades e possibilidades*. Ciência & Educação, v. 21, n. 1, p. 57-76, 2015.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. *Análise textual discursiva*. 2. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2013.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. *Análise Textual Discursiva*. Ijuí: Editora Unijuí, 2013.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. *Análise textual discursiva*. Ijuí: Editora Unijuí, 2016.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez; UNESCO, 2000.

NICKEL, James W. *Making Sense of Human Rights*. 2. ed. Malden, MA: Blackwell Publishing, 2007.

OLIVEIRA, Dalila Andrade de. *Professores e reformas educacionais: entre o prescrito e o vivido*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

OMS – Organização Mundial da Saúde. *Carta de Ottawa para a Promoção da Saúde*. Ottawa: OMS, 1986.

OMS – Organização Mundial da Saúde. *Health Promoting Schools: a framework for action*. Geneva: OMS, 1998.

ONU – Organização das Nações Unidas. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Paris, 1948.

OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde. *Escolas Promotoras de Saúde: fundamentos, estratégias e linhas de ação*. Brasília: OPAS, 1996.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Carta de Ottawa para a Promoção da Saúde*. 1ª Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, Ottawa, Canadá, 1986.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Milestones in Health Promotion: Statements from Global Conferences*. Geneva: World Health Organization, 2009. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789241564003>. Acesso em: 24 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Promoting health through the life-course: report of the Secretariat*. Geneva: World Health Organization, 2016. Disponível em: . Acesso em: 29 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *WHO guideline on school health services*. Genebra: World Health Organization, 2015. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240029392>. Acesso em: 24 jul. 2025. PARO, Vitor Henrique. *Gestão democrática da escola pública*. São Paulo: Ática, 2001.

SACRISTÁN, J. *G*. O currículo: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTOS, B. *de S*. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Lúcia Helena Souza; TAVARES, Tânia Maria Vidigal. *Educação integral: políticas públicas e práticas pedagógicas em perspectiva*. São Paulo: Cortez, 2020. SCHALL, Virgínia Torres. *Educação e Saúde: interfaces contemporâneas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

SILVA, Carlos dos Santos; BODSTEIN, Regina Cele de Andrade. *A theoretical framework on intersectoral practice in School Health Promotion*. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 21, n. 6, p. 1777–1788, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/5QXfQJVsrDVPZY9WwDhmT8z/>. Acesso em: 24 jul. 2025.

SILVA, Karina Nascimento da; BODSTEIN, Regina Célia de Souza. *A intersectorialidade como dispositivo de integração entre saúde e educação: avaliação

do Programa Saúde na Escola*. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 14, supl. 2, p. 2133-2144, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/VbJGgGfLFNd6ZRBmVbVqKy>. Acesso em: 29 jul. 2025.

SILVA, Karina Nascimento da; BODSTEIN, Regina Célia de Souza; LIMA, Ligia Maria Vieira-da-Silva. *Desafios da intersectorialidade na gestão do Programa Saúde na Escola*. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, v. 18, supl. 2, p. 1255-1265, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/xFXcMZ6vFLYznk5XP8HpkcH>. Acesso em: 29 jul. 2025.

SILVA, Maria Aparecida. *Educação e saúde no cotidiano escolar: limites da intersectorialidade no PSE*. *Revista Saúde e Sociedade*, v. 24, n. 3, 2015.
TOCANTINS. *Conselho Estadual de Educação*. Resolução CEE/TO nº 169, de 20 de dezembro de 2022. Aprova e homologa o Documento Curricular do Tocantins (DCT) referente ao Novo Ensino Médio no estado do Tocantins. Palmas: CEE/TO, 2022. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/694015/>. Acesso em: 29 jul. 2025.

TOCANTINS. *Documento Curricular do Tocantins: Educação Infantil e Ensino Fundamental*. Palmas: Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Esportes, 2019.

TOCANTINS. *Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto*. Projeto Político-Pedagógico. Palmas: Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto, 2025.
Documento interno (anexo à dissertação).
TONET, Ivo. *Educação e projeto histórico: um estudo a partir de Lukács*. São Paulo: Cortez, 2007.

VALLA, Victor Vincent. *Educação popular, saúde comunitária e práxis educativa: diálogo com Paulo Freire*. In: ALMEIDA, Marta; VALLA, Victor V. (Orgs.). *Educação popular em saúde: repensando práticas*. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2000. p. 39-56.

VALLA, Victor Vincent. *Educação Popular, Saúde e Desenvolvimento*. In: VALLA, Victor Vincent (Org.). *Educação Popular, Saúde e Formação de Recursos Humanos*. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2000. p. 13-36.

VALLA, Victor Vincent. *Educação popular, saúde e meio ambiente: diálogos possíveis*. In: CARVALHO, Anna Maria (Org.). *Educação, meio ambiente e cidadania: a complexidade do desafio*. São Paulo: Cortez, 1999. p. 109-129.

VALLA, Victor. *Educação Popular, Saúde e Meio Ambiente*. São Paulo: Hucitec, 2000.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. *Educação Popular, Saúde e Desenvolvimento Local*. São Paulo: Hucitec, 2009.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão; SCHALL, Virgínia Torres. *Intersetorialidade e Educação Popular em Saúde: reflexões a partir da prática*. *Interface: Comunicação*,

Saúde, Educação, Botucatu, v. 16, n. 40, p. 41-55, 2012.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. 27. ed. Campinas, SP: Papirus, 2009.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. Campinas: Papirus, 2001.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. Campinas: Papirus, 2008.

ZABALA, Antoni. *A prática educativa: como ensinar*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ANEXO**ANEXO A – PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL
FREDERICO JOSÉ PEDREIRA NETO – 2025**

SECRETARIA DA
EDUCAÇÃO

TOCANTINS



ESCOLA ESTADUAL FREDERICO JOSÉ PEDREIRA NETO

Fone: (63)3218-6251/3218-6252/3218-6253/3218-6257

QDR 106 Sul AL 02 LT 01 Plano Diretor Sul

CEP: 77.020-068. Palmas - TO

E-mail: fredericojosepedreira@ue.seduc.to.gov.br

ESCOLA ESTADUAL FREDERICO JOSE PEDREIRA NETO**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP)**

EXPEDIENTE**Governador do Estado do Tocantins**

Wanderlei Barbosa Castro

Secretário de Estado da Educação

Fábio Pereira Vaz

Secretário Executivo da Secretaria da Educação

Eder Martins Fernandes

Superintendente de Educação Básica

Celestina Maria Pereira de Souza

Diretor de Gestão da Educação Básica

Adolfo Bezerra de Menezes

Gerente de Fortalecimento da Gestão Democrática e Apoio Pedagógico

Odaléa Barbosa de Sousa

Gerente de Desenvolvimento e Monitoramento Pedagógico

Saionara Moraes Marinho

Diretora Regional de Educação de Palmas

Maristélia Alves Santos

Diretor da Unidade Escolar

Werky Silva Nolêto

EQUIPE DE SISTEMATIZAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**DIRETOR DA UNIDADE ESCOLAR**

Werky Silva Noletto

SECRETÁRIA GERAL

Malena de Souza Pereira

COORDENADOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

Robson José Fonseca de Araújo

COORDENADORAS PEDAGÓGICAS

Bruna Cunha

Raquel Marinho Silva Antunes

Luciana Gomes da Silva

Lívia Júnias Moreira Reis Acácio

Milena Ferreira Galvão

PROFESSORA COORDENADORA DE ÁREA DE CONHECIMENTO

Larissa Rocha de Paula Oliveira

ORIENTADORES EDUCACIONAIS

Angelita Divina Cavalcante

João da Silva Pinto

PROFESSORA DE PROJETO DE VIDA

Jaqueline Costa Rodrigues Nogueira

SUMÁRIO

01. Apresentação	05 a 06
02. Identificação	06 a 08
03. Diagnóstico	08 a 15
04. Missão, Visão e Princípios	20
05. Estrutura Organizacional	21 a 30
06. Organização da rotina escolar e tempo de duração	30 a 37
07. Concepções Pedagógicas e Referencial Teórico e Legal	37
08. Avaliação da Aprendizagem	38
09. Gestão Escolar	41
10. Monitoramento e avaliação do Projeto Político Pedagógico	44
11. Plano de Ação relativo às dimensões da gestão contempla elementos como:	59
12. Referencial Teórico	56
13. Anexos – Plano de Ação do Diretor e do Coordenador Pedagógico, Orientador Educacional, Instrumento de Escuta e outros	57 a 103

1. APRESENTAÇÃO

O Projeto Político Pedagógico – PPP da **Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto**, é o documento orientador do trabalho escolar nas dimensões pedagógica, administrativa, financeira e jurídica, pertencente à comunidade escolar e local, onde as ações da mesma estão planejadas e direcionadas para atender aos estudantes e as pessoas que adentrem a escola, com objetivo no ensino aprendizagem e na apresentação dos trabalhos desenvolvidos pela equipe, que procura trabalhar nas ofertas das inovações que a sociedade busca. Sua formação e organização baseiam-se no processo abrangendo todo o planejamento escolar, visando nortear a unidade escolar numa perspectiva de gestão democrática e autônoma de forma coesa e equilibrada, o mesmo terá vigência de um ano, podendo nesse período readequar quando se fizer necessário.

O planejamento das atividades da escola é uma necessidade fundamental e, por esta razão, o objetivo principal do Projeto Político Pedagógico deve ser o de propor um encaminhamento para as ações pedagógicas, apresentando a organização e operacionalização do trabalho pedagógico escolar de acordo com os princípios e metas estabelecidas para o desenvolvimento da aprendizagem, da melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem, da pesquisa como processo de construção do conhecimento, do respeito às diferenças e à diversidade, da formação continuada dos professores, da contextualização dos procedimentos avaliativos e da valorização do estudante como sujeito do processo ensino e aprendizagem e, principalmente para a concretização dos Itinerários Formativos que culminarão no Projeto de Vida do nosso estudante dentro da proposta do Ensino Médio.

Para Veiga (2001) o projeto político pedagógico – “não se constitui na simples produção de um documento, mas na consolidação de um processo de ação-reflexão-ação” que exige o esforço conjunto e vontade política do coletivo escolar.

Esse trabalho em conjunto objetiva assegurar a permanência do estudante na escola, reduzir a evasão e a repetência por meio de ações de convivência escolar harmoniosa, que garantam um ensino de qualidade para o crescimento pessoal, protagonizar o social de forma consciente, incentivando a autorregulação, a partir dos projetos interativos e base do ensino regular, solidária, responsável e participativa. Garantir assim ações que desenvolvam atividades interativas e integradoras dos conhecimentos e saberes através do tempo e espaço. Realizar ações inovadoras, com

uso das tecnologias, das mídias, das ciências e da cultura socioemocionais como eixos integradores entre as áreas de conhecimentos distintos. Trabalhar o Projeto de Vida como ponto central, abrangendo os fatores socioemocionais para transformar os estudantes em protagonistas das suas escolhas. Favorecendo o autoconhecimento e um planejamento consciente das suas metas para o futuro. Ter como foco o trabalho como princípio educativo; a pesquisa como princípio pedagógico; os direitos humanos como princípio norteador e a sustentabilidade socioambiental como meta universal.

Mediante isto, vamos fazer um breve histórico da unidade escolar: características da comunidade escolar, função social e a sua concepção filosófica.

Apresentaremos um diagnóstico da unidade escolar tanto do ponto de vista pedagógico, administrativo, jurídico e financeiro apontaremos os pontos fortes e fracos no processo de ensino e aprendizagem tanto de educandos como dos educadores e os gargalos administrativos e estruturais que limitam as ações no campo pedagógico. Também apresentaremos a missão, visão e os princípios éticos que norteiam nossas ações. Enfatizamos o compromisso com os quatro pilares da educação (Aprender a Conhecer, Aprender a Fazer, Aprender a Conviver e Aprender a Ser), dirigindo nossas ações dentro dos 10 (dez) competências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), dos DCTs e dos Itinerários Formativos.

2. IDENTIFICAÇÃO

Nome: Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto

Endereço: Quadra 106 Sul, Alameda 02, Lote 01, S/N – Centro, CEP: 77.020-068 Palmas/ TO.

Telefones: Secretaria: (63) 3218-6251 e 99209-9800;

Coordenação Pedagógica: (63) 3218-6252

Orientação Educacional (63) 99209-6327 e 99211-0126

Assistente Social: (63) 99244-3468

Coordenação do PROEJA: (63) 99244-3240

Email: fredericojosepedreira@ue.seduc.to.gov.br

Código do INEP – 17026296

CNPJ Nº 01.862.534/0001-50

Dados Autorizatórios (Lei de Criação e Portaria de Reconhecimento) Lei de Criação nº 309, de 30 de outubro de 1991. Portaria de Reconhecimento nº 042, de 30 de agosto de 1996 - CEE/TO. Esta Instituição foi criada em 30 de outubro de 1991, no Governo de Moisés Avelino e autorizada pela **Resolução nº 042/96, do Conselho Estadual do Tocantins**.

Curso Técnico de Enfermagem: Portaria/SEDUC nº 1.224, de 28 de setembro de 2020. As atividades escolares tiveram início a partir da Portaria nº 0286/93, pelo Secretário de Estado da Educação, Cultura e Desporto, Professor Ruy Rodrigues da Silva, nesta época foi autorizada a implantação do Curso de 1ª a 8ª série do 1º grau. Segundo o Parecer nº 069/96, aprovado em 30/08/1996, referente à autorização de funcionamento e avaliação de estudos, a Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto inicia suas atividades com o Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série, em seguida o Projeto Palmas iniciado em 1994. A mesma tem como patrono o Professor Frederico José Pedreira Neto, filho de Manuel José Pedreira e Custódia da Silva Pedreira, tradicional família da cidade de Porto Nacional, onde viveu até concluir seus estudos no Seminário São José. A sociedade Palmense, representada pela Câmara Municipal de Palmas, reconhecendo o elevado mérito do Professor Frederico José Pedreira Neto (DIDI PEDREIRA como era conhecido), considerando o que ele representava para a população originária de Taquaruçu, procedência de Palmas, por ter dedicado 50 anos de sua vida ao altruísmo serviço educacional e serviços sociais com a população carente, concedeu-lhe Título Honorífico de Cidadão Palmense.

Ao ingressar nessa Instituição de Ensino os estudantes informam através da ficha de matrícula sua condição sócia econômica, emocional e diversidade cultural, onde percebemos que uma parte desses estudantes está inserida em programas do Governo Federal e Estadual, tais como: Bolsa Família, ID JOVEM, Tarifa Social de Energia Elétrica, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, Casa Verde e Amarela, Criança Feliz, BPC (Benefício de Prestação Continuada). A escola por sua vez, procura trabalhar de forma que valorize o ser humano na sua totalidade, inserindo o cidadão dentro da sociedade.

Nossos estudantes são compostos por jovens, adolescentes e adultos de diferentes níveis de ensino aprendizagem socioeconômico e com diferentes histórias de vida. A Escola Frederico José Pedreira Neto, atende no período vespertino um grande percentual de estudantes que residem em comunidades da Zona Rural, que são atendidos pelo programa de Transporte Escolar do Governo do Estado. A escola

recebeu uma verba em 2022 destinada à adequação do espaço físico para melhorar a acessibilidade dos estudantes deficientes com possibilidades de alcance para a utilização com segurança e autonomia na instituição. Na área externa conta com faixas de pedestres para garantir com segurança o acesso dos mesmos à unidade escolar e compartilha e/ou aluga os espaços da escola para atividades de Integração comunidade/escola, com o propósito de ajudar na busca ativa realizada pela orientação educacional. Além disso, a escola tem uma localização privilegiada – no Centro da cidade perto da Avenida JK, com acesso ao ponto de ônibus em frente à unidade escolar.

3. DIAGNÓSTICO

No Instrumento de Escuta que foi realizado no final do ano de 2024, observamos o seguinte:

- Estudantes: verificou-se que na unidade escolar existem pontos que precisam ser revistos tais como: acolhimento, organização da escola com relação ao ensino aprendizagem, integração da equipe, os laboratórios não estão sendo utilizados adequadamente, aperfeiçoar a metodologia dos professores e melhorar o uso das tecnologias. A partir dessa escuta serão feitas ações para aperfeiçoar os pontos críticos.

- Pais e/ou responsáveis: relatam que a gestora possui perfil de liderança, sentem-se acolhidos pela equipe escolar e afirmam que a escola realiza reuniões ao longo do ano para socialização das ações desenvolvidas.

- Corpo Docente: planejam e ministram as aulas de acordo com o DCTs buscando o fortalecimento do projeto de vida dos estudantes.

- Servidores e Parceiros: sugestão de melhoria para prevenção ao abandono/evasão realizadas pela unidade escolar é as seguintes: maiores parcerias com outros órgãos com uma equipe multiprofissional para atuar com maior frequência dentro da escola, visita domiciliar e trazer a família para realidade escolar.

O foco central da nossa Unidade de Ensino é o acolhimento, a busca ativa escolar e os itinerários formativos. A Escola sempre teve como característica o registro e a sistematização das contribuições da comunidade escolar nos espaços coletivos de discussões e deliberações. Desse modo uma alternativa bem aceita e que

funcionou com êxito, foi a utilização das mídias digitais (Google Meet, Grupos no Whatsapp, Google Forms, entre outros) para ouvir a comunidade escolar (estudantes, pais e/ou responsáveis, servidores e parceiros) e fornecer um feedback acerca das ações que estão sendo realizadas.

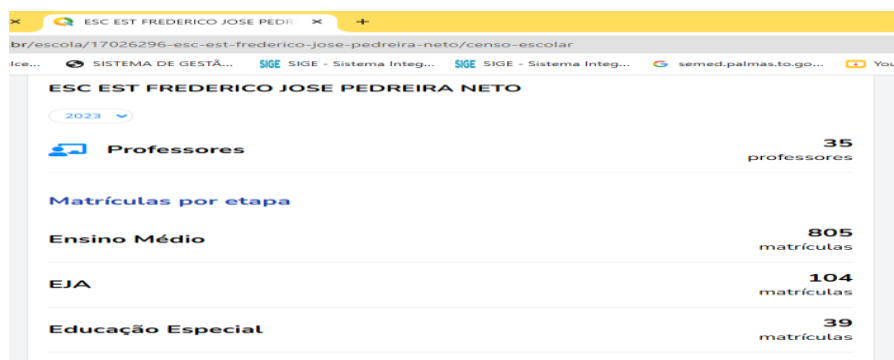
As dimensões: pedagógica, administrativa, jurídica e financeira, contém a visão da comunidade escolar acerca dos nossos pontos fortes e críticos. Partindo dessa visão que temos mais condição de estabelecer nossas prioridades.

A dimensão pedagógica da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto se desenvolve através do diálogo e do processo de escuta. O diálogo é fundamental no processo de ensino e aprendizagem pensado a partir das metodologias ativas e numa convivência respeitosa, através da democracia.

As quatro dimensões seguindo o Protocolo de Prevenção à Violência resolveram de acordo com a normativa criar um plano de ação que trará equilíbrio emocional e mais segurança para unidade escolar (citado na Portaria/SEDUC nº 469, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 6.310, de 17 de abril de 2023).

A unidade escolar trabalha os dias letivos propostos no Calendário Escolar seguindo as normativas vigentes. Trabalhamos dentro do planejamento coletivo com todos os servidores, com reuniões de Formação, com o objetivo de estudar os documentos e demandas recebidas pela Diretoria Regional de Educação/DRE e Secretaria Estadual de Educação/SEDUC.

A dimensão administrativa escolar possui servidores qualificados. Todos participam da Formação Continuada para aprimorar sua área profissional esta entrelaçada com o financeiro que fica na responsabilidade do coordenador financeiro da escola e a cargo da diretoria executiva da Associação de Apoio Escolar. Preocupa-se em manter os estoques dos materiais, as instalações físicas em condições adequadas. Possui um olhar maximizado para todos os processos que fluem dentro do ambiente escolar priorizando as necessidades do ensino e aprendizagem.



The screenshot shows a web browser window with the URL br/escola/17026296-esc-est-frederico-jose-pedreira-neto/censo-escolar. The page title is "ESC EST FREDERICO JOSE PEDREIRA NETO". Below the title, there is a dropdown menu for the year "2023". The main content area displays enrollment statistics for the year 2023:

Category	Count	Unit
Professores	35	professores
Matrículas por etapa		
Ensino Médio	805	matrículas
EJA	104	matrículas
Educação Especial	39	matrículas

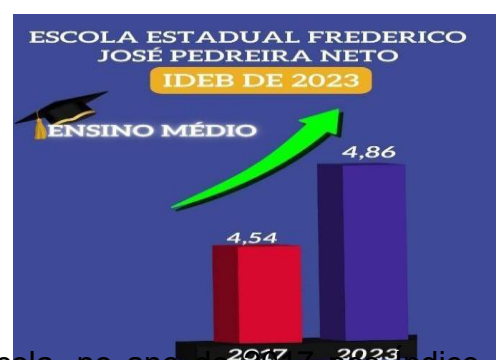
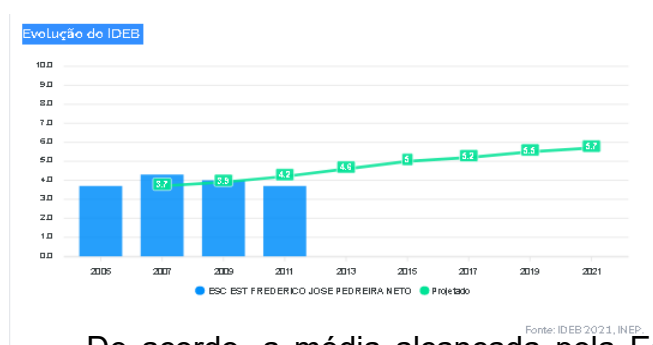
A secretaria da unidade escolar mantém um registro atualizado com documentos referentes à vida escolar de todos que fazem parte da comunidade escolar, manter e organizar os arquivos passivos e ativos, faz o Censo Escolar, organizar modulação e lotação de servidores, realizar matrículas e transferências pelo Sistema de Gerenciamento Escolar (SGE), gerenciar tramitação de documentos através de e-mail institucional e Sistema de Gerenciamento de Documentos (SGD).

A Gestão Financeira equilibra as contas da escola, cuidar das inadimplências, é responsável pela requisição do material pedagógico, higienização do ambiente e da merenda escolar.

A Associação da unidade escolar recebe recursos federais e estaduais para manutenção, alimentação e aquisição de materiais e equipamentos, através de Programas específicos como: Gestão Compartilhada (Estadual), PNAE (Estadual e Federal), PDDE Regular (Federal) e PDDE Qualidade (Federal), com os programas Novo Ensino Médio, Educação Conectada.

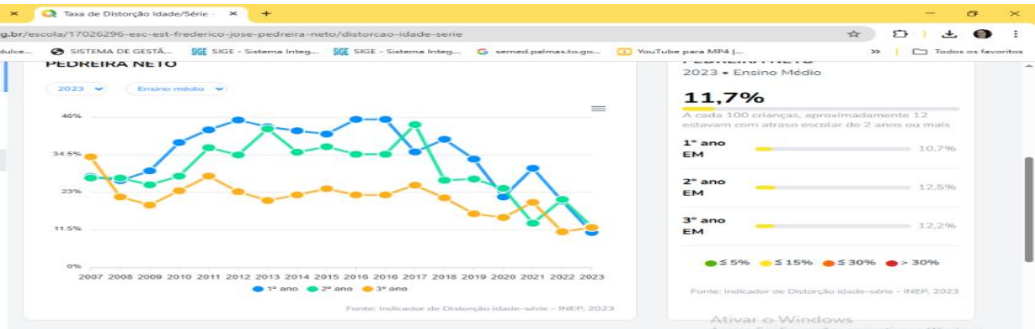
3.1 – Dimensões Pedagógica, administrativa, financeira e jurídica

A dimensão pedagógica da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto se desenvolve através do diálogo e do processo de escuta. O diálogo é fundamental no processo de ensino e aprendizagem pensado a partir das metodologias ativas e numa convivência respeitosa, em um sistema democrático.



De acordo, a média alcançada pela Escola, no ano de 2017 nos Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB verifica-se que a mesma não alcançou sua meta projetada, onde obteve uma pontuação pouco abaixo do esperado, mais significativa mediante aos anos anteriores, no qual torna o trabalho da escola satisfatório e com incentivo para melhorar ainda mais nos próximos anos. No ano de 2021 a Escola não obteve resultado devido ao número de estudantes que fizeram a

Avaliação terem sido insuficiente para contabilização. Mas os resultados de 2023, mostram que a nossa Unidade Educacional vem crescendo significativamente, e a projeção é de melhorar cada vez mais. Na análise dos indicadores de rendimento escolar, verifica-se um aumento na aprovação de 2020 para 2021 que foi de 76,7% para 81,88 e de 2021 para 2022 foi de 81,88% para 84,69%, de 2022 para 2023 houve um retrocesso de 84,69% para 80,98%, mas em 2024 a aprovação dos estudantes obteve um resultado muito significativo que foi de 94,24%. %. Em 2025 estabelecemos a meta de 94,30% e esperamos alcançá-la.



	Índices Gerais de Rendimento dos Estudantes no Ensino Médio			
	Fonte: SGE			
Ano Indicador	Matrícula	Aprovação (%)	Reprovação (%)	Abandono (%)
2022	791	85,84%	7,71%	5,06%
2023	820	80,98%	19,02%	0,00%
2024	865	94,24%	3,61%	2,15%

Este aumento, deve-se às ações desenvolvidas na Escola através do realinhamento pedagógico realizado pela equipe diretiva e administrativa, docentes e comunidade de apoio à escola. Uma dessas estratégias foi realizar a busca ativa aos estudantes evadidos ou com baixo rendimento. Esse trabalho foi realizado através de plantões pedagógicos, conselho de classe, contatos e atendimento presencial aos pais e/ou responsáveis, estudantes através do whatsapp, ligações telefônicas e parcerias com o Conselho Tutelar.

Com o objetivo de atingir as metas, faz-se necessário o acolhimento, o fortalecimento do projeto de vida, dar continuidade às ações que tiveram resultados positivos, orientar, acompanhar diariamente o fluxo escolar, atendendo às orientações das diretrizes operacionais do Programa Evasão Escolar, Busca Ativa e do processo de escuta com Orientador Educacional e desenvolver o trabalho de acordo com o Programa Recomeçar e os Itinerários Formativos.

Neste ano teremos um olhar diferenciado para os pontos críticos:

- ✓ Falta de formação para a boa utilização dos recursos disponíveis;
- ✓ Índice de desmotivação e falta de propósito dos estudantes;
- ✓ Recursos financeiros do Novo Ensino Médio;
- ✓ Falta de conhecimento/prática no uso de tecnologias educacionais digitais;
- ✓ Índice de ansiedade, depressão na vida dos estudantes;
- ✓ Maior comprometimento das famílias no acompanhamento dos seus filhos;
- ✓ Necessidade de mais formação continuada com aplicação de estratégias, com a equipe de professores para trabalhar com os estudantes deficientes.

Os objetivos da unidade escolar foram realinhados conforme a necessidade da escola no Ensino Médio, os mesmos serão distribuídos da seguinte maneira – Formação Geral Básica e os Itinerários Formativos (Projeto de Vida, Eletivas – 1ª (1ª com 1ª) 2ª e 3ª séries (juntas), ambas por escolhas dos estudantes, garantindo o estudante à flexibilidade que visa o desenvolvimento integral fortalecendo as habilidades e competências para rumos futuros. Na unidade escolar serão trabalhados os seguintes projetos: Festival de Talentos no primeiro semestre, com o objetivo de

despertar o talento de cada estudante. Na Gincana da Matemática, é usado para desenvolver o raciocínio lógico através de disputas entre estudantes. No Workshop, é realizada a feira de Ciências onde cada um mostra as habilidades adquiridas no processo de ensino aprendizagem. A reativação da horta escolar, também é uma proposta que será trabalhada com os estudantes nos componentes curriculares de ciências da natureza, o objetivo será o de melhor atender o cardápio e consequentemente a merenda escolar, oferecida na escola. O Evento Cultural é voltado para conscientizar os estudantes e servidores sobre a importância do combate ao racismo estrutural. Na sala multidisciplinar é desenvolvido a oficina de pintura em tela “Um Olhar sobre o Tocantins” que tem como propósito a socialização (entre estudantes da sala de recurso multifuncional e os da sala regular) e o desenvolvimento de novas habilidades.

Projeto Amamentar, Projeto – Viver com Saúde, Saúde Mental na Escola, Semana da Enfermagem, Primeiros Socorros na Escola, Todos Sorridentes, Feira de Alimentação Saudável e entre outros. Através deste projeto espera-se desenvolver ações de prevenção e promoção de saúde capacitando os estudantes do Curso Técnico de Enfermagem.

Após análise dos Índices Gerais de Aproveitamento dos estudantes do PROEJA, constata-se que a taxa de aprovação em 2022 cresceu significativamente em relação ao ano de 2021, isso aconteceu devido ao empenho de toda equipe escolar e de algumas medidas pedagógicas. Observa-se que o índice de reprovação em 2021, está calculado devido aos estágios que ficaram pendentes durante a pandemia, visto que já foram realizados em 2022, 75% dos estágios supervisionados das turmas que estavam em aberto. Na mesma tabela, podemos verificar que os abandonos no ano de 2022 tiveram um acréscimo, constatando-se que isso ocorreu devido ao número de estudantes trabalhadores, com a jornada de oito horas; idade avançada dos estudantes, distorção idade/série; questões financeiras, falta de recurso para aquisição de passe escolar; o tempo de aula reduzido; a não climatização das salas; falta de tempo para fazer as atividades escolares extraclasse durante a pandemia, e assim também muitos conseguiram emprego no horário da aula. No Conselho de classe foram registrados os resultados finais para o ano de 2022, ficando pendente o fechamento dos estágios supervisionados que já foram encerrados. Em 2023 e 2024 os índices de aprovação nas turmas do PROEJA foram significativos em relação aos anos anteriores.

	Índices Gerais de Rendimento dos Estudantes no Ensino Médio- PROEJA- Técnico de Enfermagem				129
	Fonte: SGE				
Ano Indicador	Matrícula	Aprovação (%)	Reprovação (%)	Abandono (%)	
2022	228	74.56%	11.84%	13.16%	
2023	315	84.44%	15.56%	0.00%	
2024	135	93.54%	6.50%	12.69%	

Ensino Médio Diurno

Nas séries do Ensino Médio, precisamos intensificar a participação dos pais, uma vez que, a grande maioria já participa, mas é perceptível que muitos confiam que os filhos estando na adolescência/juventude já são de certa maneira, autossuficientes. Há problemas quanto à frequência regular às aulas e durante o ano letivo, há muitos remanejamentos de alunos devido ao ingresso no mercado de trabalho. Contatos são feitos às famílias, visando maior empenho por parte do alunado, frequência regular às aulas e incentivo ao prosseguimento dos estudos por parte da família. Quando o tempo disponível e a quantidade de aulas apontadas nas situações de aprendizagens são insuficientes para cumprir o currículo, nossos professores trabalham com seminários em sala de aula, trabalhos escritos, atividades extraclasse, vídeos, pesquisas na Sala Ambiente de Informática. O corpo docente direciona ações pedagógicas visando despertar o interesse do educando a partir de aulas dinâmicas, que possam levá-los a construção de conhecimentos, servindo como base os pilares da educação segundo Delors (2012), aprender a aprender, aprender a ser, aprender a conviver e aprender a viver. As metodologias empregadas estão baseadas na construção do conhecimento, respeitando-se as experiências culturais, sociais, políticas, econômicas e religiosas de cada um, promovendo a articulação entre os componentes curriculares, contemplando sequência e significado nos componentes contemplados pela BNCC. A avaliação não é um instrumento para apontar erros, mas para quantificar os conhecimentos adquiridos pelos alunos e oferecer ao educador, momento de reflexão quanto a sua prática docente, servindo como instrumento de apoio para revisão e reformulação de seu plano de ensino. Com o objetivo de incentivar a frequência regular e a permanência do educando na escola, serão desenvolvidos projetos que despertem o aluno pelo conhecimento, por meio de metodologias diversificadas, e informações, planejamento de aulas práticas e experimentais,

utilização de recursos multimídias e uso das tecnologias – web sites e outros. A coordenação pedagógica dá continuidade e amplitude às ações de formação e capacitação contínua em serviço, durante as atividades de trabalho pedagógico coletivo. Quando se trata de avaliar a aprendizagem dos alunos, os professores procuram observar se os mesmos alcançaram as competências e habilidades propostas durante as aulas, utilizam avaliações escritas, aulas práticas, trabalhos escritos, atividades complementares, tarefas, entre outros meios. Os alunos que não desenvolveram as competências e habilidades de determinado conteúdo, os professores procuram retomar os conteúdos com metodologias diversificadas. Durante todo o ano letivo, os alunos têm oportunidades para sanar as defasagens por meio de recuperação contínua, compensação de ausências, reescritas, interpretações de textos, avaliações de preparação para o ENEM e o SAETO.

O **Programa Correção de Fluxo Avança Mais**, implantado este ano pela Seduc, tem como objetivo promover o avanço na aprendizagem e corrigir a distorção idade-série nas escolas da rede pública de ensino do Estado do Tocantins. A iniciativa baseia-se na Proposta Pedagógica e no Guia, documentos que orientam o trabalho de toda a equipe escolar. A avaliação no programa desempenha um papel essencial no monitoramento do aprendizado e na adequação do ensino às necessidades dos estudantes. Os principais aspectos avaliativos são: elemento central para o avanço dos estudos, Verificação da aprendizagem (entrada/saída do ciclo), Identificação das habilidades adaptativas, priorização do avanço dos estudos/escolarização. O programa conta com duas turmas, distribuídas da seguinte forma: Turno matutino: 23 estudantes e Turno vespertino: 23 estudantes. A metodologia adotada no Avança Mais prioriza práticas inovadoras e estratégias que favorecem a aprendizagem significativa, com foco nos seguintes aspectos: Aprendizagem colaborativa, ênfase nas habilidades adaptativas selecionadas e reorganizadas, material didático específico, plataforma de apoio ao docente (gamificação, metas de leitura, tarefas de casa).

O programa Jornada Ampliada está em fase de implantação na escola, A Escola Frederico José Pedreira Neto contará com uma turma do programa no turno vespertino com o mínimo de 20 alunos. A turma será composta por estudantes da 1ª, 2ª e 3ª série do Ensino Médio. As atividades da jornada escolar ampliada funcionarão em consonância ao funcionamento do ensino regular da unidade escolar. No que se

refere a alimentação escolar do programa será ofertada pela unidade, o lanche às 16 horas. A Unidade Escolar visualizando os modelos propostos, selecionou o que atende às necessidades educacionais dos estudantes. Desse modo, a turma funcionará com o modelo 11, contemplando os Reforços em Língua Portuguesa e em Matemática, Desporto e Experiências Esportivas e Produção e Fruição Artística Cultural.

O **Curso Técnico em Enfermagem Integrado ao Ensino Médio** na área específica acontece de forma individualizada por disciplina, no contraturno, entre os horários de estágios e as aulas noturnas. Percebe-se que especialmente por se tratarem em sua maioria de alunos trabalhadores, o cansaço e a escala de trabalho dos alunos é fator predominante nos números excessivos de ausências ao longo do ano letivo, o que neste ano de 2025, já estão sendo desenvolvidas algumas ações para retorno e atendimento a estes alunos que apresentarem estas dificuldades, tais como: Monitoramento da frequência diária para identificar os alunos faltosos, contato via telefone para entender o motivo da ausência deste alunos, contrato pedagógico, incentivo a participação ativa dos alunos em sala de aula, criação de canais permanentes de diálogo e escuta ativa aos estudantes, a fim de mantê-los motivados a continuar o curso em andamento.

O período de aulas, sendo menor que o do diurno, obriga de certa maneira, o docente a realizar adequações no desenvolvimento dos conteúdos do currículo e a intensificação de outros recursos, pesquisas além de apoios multimídias. É notório no perfil destes alunos, porque apresentam maior defasagem na aprendizagem, necessitando de muito empenho do corpo docente, com a sucessivas intervenções pedagógicas em sala de aula pelos professores e também da Coordenação Pedagógica, com a aplicação de estratégias, metodologias de aprendizagem e recuperação e compensação de ausências.

Dimensão administrativa

A dimensão administrativa escolar considera aqui que não é possível à escola atingir seus objetivos de melhoria da aprendizagem escolar dos alunos sem formas de organização e gestão, tanto no seu sentido de provimento de condições e meios para o funcionamento da escola, quanto no sentido de práticas socioculturais e institucionais com caráter formativo. Há uma íntima relação entre o que acontece na organização da escola e o que acontece na sala de aula, porque, sendo a

aprendizagem uma atividade situada num contexto sociocultural e institucional, o ambiente escolar, as formas de organização e gestão e a cultura da escola são práticas sociais que afetam os motivos dos alunos e suas disposições para aprender. As formas de organização e gestão da Escola Estadual Frederico adquirem um caráter eminentemente pedagógico, implicando a definição de objetivos educativos a serem assumidos pela equipe, a mobilização do corpo docente em torno de objetivos comuns, a formação continuada no contexto de trabalho, a valorização das reuniões efetivamente “pedagógicas”, a busca de metas comuns em torno dos procedimentos didáticos, considerando-se que esses fatores têm um impacto nos resultados escolares. O conceito ampliado de organização nos levou a compreender a escola como uma comunidade de aprendizagem ou comunidade de aprendizes. Nossa escola desenvolve a atividade de aprendizagem e, em função dela, a atividade de ensino, realizada pelos professores, de forma coletiva e colaborativa. Dirigentes, professores e alunos buscam objetivos comuns, valores e práticas compartilhadas, assumindo-se como pertencentes à mesma instituição e cientes de que podem transformar o currículo, as metodologias e as próprias formas de organização, mediante um trabalho conjunto. A equipe administrativa concilia diariamente o bom andamento pedagógico, buscando sobretudo o cuidado com os recursos humanos: corpos docente e discente. A Unidade de Ensino possui servidores qualificados. Todos participam da Formação Continuada para aprimorar sua área profissional, e está entrelaçada com a dimensão financeira que fica na responsabilidade do coordenador financeiro da escola e a cargo da diretoria executiva da Associação de Apoio Escolar. Preocupa-se em manter os estoques dos materiais, as instalações físicas em condições adequadas. Possui um olhar maximizado para todos os processos que fluem dentro do ambiente escolar priorizando as necessidades do ensino e aprendizagem. A secretaria da unidade escolar mantém um registro atualizado com documentos referentes à vida escolar de todos que fazem parte da comunidade escolar, mantém e organizam os arquivos passivos e ativos, facilitando o Censo Escolar, com modulação organizada e atualizada a lotação de servidores, realiza matrículas e transferências pelo Sistema de Gerenciamento Escolar (SGE), gerencia a tramitação de documentos através de e-mail institucional e Sistema de Gerenciamento de Documentos (SGD).

Dimensão financeira

A Gestão Financeira equilibra as contas da escola, cuida das inadimplências, e é responsável pela aquisição do material pedagógico, higienização do ambiente e da merenda escolar. A Associação da unidade escolar Frederico José Pedreira Neto recebe recursos federais e estaduais para manutenção, alimentação e aquisição de materiais e equipamentos, através de Programas específicos como: Gestão Compartilhada (Estadual), PNAE (Estadual e Federal), PDDE Regular (Federal) e PDDE Qualidade (Federal), e com estes programas, Itinerários formativos, Educação Conectada e PDDE, ainda assim para angariar recursos compartilha e aluga os espaços da escola para atividades de Integração comunidade/escola, com o propósito de custear a busca ativa realizada pela orientação educacional.

Os alimentos são adquiridos através de Pregão Eletrônico feitos no programa Comprasnet e através da Lei n.º 11.947, de 16 de junho de 2009, e seus anexos que determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e aquisição dos produtos da Agricultura Familiar poderá ser realizada por meio da Chamada Pública, dispensando-se, nesse caso, o procedimento licitatório. Os cardápios são escolhidos após análise dos Testes de Aceitabilidade, aprovados pelas nutricionistas da Superintendência Regional de Ensino, seguindo as recomendações nutricionais para a faixa etária de nossos estudantes. A aplicação e o resultado do teste de aceitabilidade tornam-se um importante instrumento pedagógico para inclusão da prática de educação alimentar e nutricional no ambiente escolar, cumprindo o disposto na Resolução vigente. As verbas do Programa PDDE Regular são utilizadas com aquisições de materiais/equipamentos e de pequenos serviços de manutenção que estejam relacionados diretamente aos estudantes. O objetivo desses recursos é a melhoria da infraestrutura física e pedagógica, o reforço da autogestão escolar e a elevação dos índices de desempenho da educação básica. Outro Programa realizado em nossa Escola é o Educação Conectada cujo objetivo é apoiar a Universalização do acesso à internet de alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na Educação Básica. As prestações de contas da Unidade Escolar são realizadas bimestralmente nas reuniões da ACE e trimestralmente para análise e conferência no setor de Prestação de contas na Superintendência Regional de Educação. As solicitações de melhoria da infraestrutura física da Unidade de

Ensino, tem sido encaminhada para o setor de Engenharia da Seduc, bem como, solicitado visitas in loco para verificação das necessidades apontadas pela comunidade escolar e local junto a direção desta Escola. Temos a esperança de que sejam atendidas brevemente, com foco nas melhorias que serão implementadas, vislumbrando maior motivação da equipe e alunos, consequentemente melhores resultados.

Dimensão jurídica

A dimensão Jurídica é a Legalização que oferece respaldo para todas as ações, pois essa trata do conjunto de Leis que a escola precisa conhecer e fazer valer, elas orientam toda organização escolar desde o cumprimento da carga horária, participação da comunidade, protagonismo juvenil, gestão de recursos, Associação de Apoio, Grêmio Estudantil, Atos regulatórios, entre outros, uso dos materiais, correta escrituração dos documentos, e uso consciente dos recursos financeiros, do patrimônio escolar e da Gestão de pessoas. A legislação que norteia a educação no Brasil é composta por leis, decretos, e outras normas que orientam as práticas de ensino e a administração escolar. A equipe da Escola Estadual Frederico está atenta às normas e leis que regulamentam a educação no Brasil/Tocantins, e é cumpridora do que é determinado por elas, a fim de dar respaldo à educação oferecida em nossa Instituição.

Leis

Lei nº 9.394/96: Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)

Constituição Federal de 1988: Consagra as crianças de 0 a 6 anos como "sujeitos de direitos"

Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990: Consagra as crianças de 0 a 6 anos como "sujeitos de direitos"

Lei nº 13.005/2014: Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), para o período de 2014 a 2024

Decretos

Decreto n. 9.991 de 2019: Regulamenta a quantidade de servidores que terão direito a formação, como também o período e os critérios para essa formação

Normas

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica

A legislação educacional é fundamental para assegurar a qualidade e a equidade no

sistema educacional. Ela também orienta as práticas de ensino e a administração escolar. O artigo 205 da Constituição Federal define a educação como direito de todos e dever do Estado e da família.

Estabelece as diretrizes e bases da educação

A lei 9394/96 e a educação infantil Além da LDBEN/96, a própria Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

A Equipe Diretiva da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto desempenha um papel crucial no ambiente escolar, pois reúne profissionais das diferentes áreas, sendo elas para oferecer suporte abrangente aos alunos. A equipe trabalha em estreita colaboração com os professores, pais ou responsáveis dos alunos para compartilhar informações, fornecer suporte e envolvê-los no processo educacional de seus filhos. Isso pode incluir reuniões regulares, orientação familiar e encaminhamento para serviços externos, como o Conselho Tutelar, quando necessário.

4. MISSÃO, VISÃO E PRINCÍPIOS.

MISSÃO

Proporcionar ao estudante uma educação integral, inovadora, que os tornem capazes de fazer escolhas, de valorizar e interagir com a comunidade e o mundo, visando o bem-estar social, a preservação do ambiente e a valorização da vida, contribuindo para a formação de um sujeito protagonista participativo, responsável, consciente de seus direitos e deveres.

VISÃO

Ser reconhecida como instituição de educação que concretiza o Projeto de Vida e o processo ensino e aprendizagem, com qualidade, ética e comprometimento.

PRINCÍPIOS

A Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto baseia-se em valores tais como: protagonismo, cooperação; responsabilidade; solidariedade; ética; respeito; comunicação clara, assertiva e acolhedora - (Não Violenta); reciprocidade; tolerância; empatia; primando por uma convivência de forma democrática e harmoniosa com respeito às diversidades em um lugar agradável para ensinar e aprender.

5. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Para a realização dos objetivos em comum, muitos são os envolvidos, e para que a escola seja organizada é necessário termos conhecimento e saber como é feita a divisão das responsabilidades. Toda escola conta com a parte administrativa, onde observamos o departamento de pessoal, a estrutura física, financeira e jurídica. É necessário que tudo seja organizado e muito bem planejado para o bom funcionamento da mesma. Contamos também com a parte pedagógica que tem por finalidade o pleno desenvolvimento dos educandos, seu preparo para o exercício da cidadania. A Escola Estadual Frederico possui 90 servidores, concursados e contratados, distribuídos nas mais diversas funções e integram o Corpo Docente todos os professores da escola, que exercem suas funções, incumbindo-se, além do previsto na legislação vigente: participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico, do Plano de Gestão, dos planos de curso e dos planos de ensino desta escola, cumprindo os planos de ensino; zelar pela aprendizagem dos alunos, elaborando e executando a programação e o planejamento das aulas referente a regência de classe e atividades afins; planejar e executar atividades de recuperação para os alunos com rendimento insatisfatório, avaliando para buscar novas estratégias de aprendizado; responsabilizar-se pelo controle da disciplina em sala de aula e da frequência dos alunos, efetuando seu registro nos diários de classe, cumprir os dias letivos e carga horária de efetivo trabalho escolar sendo pontual, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; participar dos Conselhos de Classe e do Conselho de Escola; manter contato com os pais ou responsáveis, informando-os e orientando-os sobre o desenvolvimento do aluno e obtendo dados de interesse para o processo educativo; participar dos projetos da escola, das atividades cívicas, culturais e educativas da comunidade, previstas no calendário escolar; participar da Associação de Pais e Mestres e de outras instituições auxiliares da escola; executar e manter atualizados os registros relativos às suas atividades e fornecer informações sempre que solicitadas pela direção da Escola; responsabilizar-se pela utilização e conservação de equipamentos e instrumentais em uso; responsabilizar-se pela entrega de documentos relativos a frequência e rendimento escolar dos alunos, bem como de outros, nos prazos estabelecidos.

A equipe administrativa tem a função de dar apoio ao processo educacional, auxiliando a direção nas atividades relativas à: documentação e escrituração escolar e de pessoal; organização e atualização de arquivos; expedição, registro e controle de expedientes; registro e controle de bens patrimoniais, bem como de aquisição, conservação de materiais e de gêneros alimentícios; registro, controle e prestação de contas dos recursos financeiros; atendimento a comunidade nas questões referentes à documentação escolar. O ambiente escolar é acolhedor, limpo, organizado e agradável. O prédio da escola encontra-se em condições precárias devido aos seus muitos anos de funcionamento, necessita de reparos na rede hidráulica, elétrica, pinturas para manutenção, pois está bem danificado. Devido ao aumento da demanda de alunos, a cozinha deve ser ampliada e reformada para atender as exigências legais.

A estrutura escolar divide-se em:

- ✓ 13 salas de aula;
- ✓ 02 salas de Recursos Multifuncionais;
- ✓ 01 Direção;
- ✓ 01 financeiro, incluso banheiro masculino e feminino;
- ✓ 01 Coordenação;
- ✓ 01 Orientação Educacional;
- ✓ 01 Secretaria;
- ✓ 01 Biblioteca;
- ✓ 01 Sala para professores e dois banheiros: masculino e feminino;
- ✓ 01 sala de Vídeo;
- ✓ 01 sala de Balé;
- ✓ 06 Laboratórios: Matemática, Física, Biologia, Química, Enfermagem e Labin;
- ✓ 01 Pátio;
- ✓ 01 Quadra de Esporte com cobertura;
- ✓ 01 Cozinha, com depósito;
- ✓ 02 Banheiros: Masculino e Feminino;
- ✓ 02 Banheiros da Sala de Recursos Multifuncionais: Masculino e Feminino;

- ✓ 02 Banheiros na Quadra Poliesportiva: Masculino e Feminino;
- ✓ 04 Depósito, sendo: 1 para laboratório de matemática, 1 para laboratório de Química, Arquivo e 1 para material esportivo.
- ✓ 01 Área de Serviço;
- ✓ Clube de Protagonismo;
- ✓ 02 praças;
- ✓ 01 Bicicletário.

A escola possui 90 servidores, concursados e contratados, distribuídos entre diretor, secretária geral, orientadores, professores, profissionais de Apoio Escolar, Educação Especial e Inclusão, professores de Balé, Manipulador de Alimentação Escolar/MÃE, Agente de Higienização Escolar/AHE, Agente de Manipulação do Patrimônio Escolar/AMPE, coordenadores pedagógicos, coordenadores de área, coordenador financeiro, Inspetor, secretária geral, Assistente e Auxiliar Administrativo e Analista Educacional, os quais estão discriminados com cargo e formação.

ADMINISTRATIVO:

SERVIDOR	FORMAÇÃO	AREA DE ATUAÇÃO	CH
Afonso José Azevedo Lyra	Licenciatura em História	Coordenador da área de Ciências Humanas	180H
Almerinda do Espírito Santo	Ensino Médio	Auxiliar de higienização do ambiente Escolar	180H
Angelita Divina Cavalcante	Orientadora Educacional	Orientadora Educacional	180H
Antônio da Costa Silva	Ensino Médio	Capp	90H
Bruna Reges Furtado da Cunha	Pedagogia	Coordenação Pedagógica	180H
Cátia Cilene Araújo Vieira	Pedagogia	Auxiliar de apoio escolar	180H
Daniel Romeiro Vasco	Ensino Médio	Auxiliar de monitoramento do Patrimônio escolar	180H

		e meio ambiente	
Daniel Bedoni Italiano	Letras	Coordenador da área de Linguagens	180H
Eden Evangelista Mascarenhas dos Santos	Licenciatura em Pedagogia	Coordenador de apoio Pedagógico	180H
Erique Pereira Reis	Ensino Médio	Auxiliar de monitoramento do Patrimônio escolar e meio ambiente	180H
Erivânia Freire Cunha	Licenciatura em Pedagogia	Coordenador Pedagógico	90H
Gilvania Lisboa Rodrigues		Manipulador de alimentação Escolar	180H
Ivânia Ribeiro de Queiroz	Pedagogia	Pós-Graduação em Gestão Educacional e Metodologia do Ensino de Ciências Humanas – História e Geografia; em Pedagogia Escolar: Supervisão, Orientação e Administração.	90H
João da Silva Pinto	Licenciatura em Pedagogia	Orientador Pedagógico	180H
José Luis da Silva	Pedagogia	Contrato	180H
Josélio Chagas Lima	Licenciatura em Pedagogia	Coordenador Pedagógico	90H
Josilene Sousa Silva	Letras	Auxiliar administrativo	90H
Larissa Rocha Paula de Oliveira	Licenciatura em Matemática	Coordenadora da área de matemática	180H
Livia Júnia Moreira Reis Acácio	Pedagogia	Coordenadora Pedagógica	90H

Luciana Gomes da Silva	Licenciatura em Pedagogia	Coordenadora Pedagógica	180H
Maria da Luz Borges	Ensino Médio	Auxiliar de higienização do ambiente Escolar	180H
Maria de Deus Silva Araújo	Ensino Médio	Manipulador de alimentação escolar	180H
Maria de Lourdes Silva	Ensino Médio	Manipulador de alimentação escolar	180H
Magda de Souza Pereira	Licenciatura em Pedagogia	Professor Inspetor	180H
Marcicleide Celina Carolina Leal Oliveira	Ensino Médio	Auxiliar de higienização do ambiente Escolar	180H
Maria Aparecida da Silva	Ensino Médio	Manipulador de alimentação Escolar	180H
Malena de Souza Pereira	Licenciada em Educação Física	Auxiliar administrativo	180H
Márcia Aurélia Martins Belarmino Lacerda	Pedagoga	Auxiliar Administrativo	180H
Marcos Vinicius Araújo Cardoso	Ensino Médio	Auxiliar Administrativo	180H
Maria Tenise Ramos Pereira	Licenciatura em Pedagogia	Coordenador Pedagógico	180H
Milena Ferreira Galvão	Licenciatura em Pedagogia	Coordenador Pedagógico	180H
Pollyanna Barreira Reis	Professor Magistério	Professor Inspetor	180H
Raquel Marinho Silva	Pedagogia	Coordenador Pedagógico	180H
Robson José Fonseca de Araújo	Matemática	Coordenador administrativo financeiro	180H
Rogério Soares Carvalho	Física	Coordenador da área de Ciências da natureza	180H

Rosangela de Lima do Nascimento	Letras	Biblioteca	180H
Rosinete Alves da Silva	Ensino Médio	Auxiliar de higienização do ambiente Escolar	180H
Silvana de Andrade Rocha	Pedagoga	Apoio ao financeiro	180H
Talita Tedesco Santana	Bacharel em Enfermagem	Coordenador de curso profissionalizante	180H
Viviane Gonzaga Maia	Ensino Médio	Manipulador de alimentação Escolar	180H
Waldina Sena Pascoal	Ensino Médio	Auxiliar de monitoramento do Patrimônio escolar e meio ambiente	180H

QUADRO DO CORPO DOCENTE

PROFESSORES	FORMAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO ESPECIALIZAÇÃO	FUNÇÃO/CARGO	CH
Afonso José Azevedo de Lyra	História		PROEB	180
Alcides do Nascimento Moreira	História	Pós-Graduação: Políticas e Estratégias Nacionais; Em Gestão Escolar. Mestrado no Curso de Educação.	PROEB	180
Alex Barbosa de Araujo	Geografia História	-	PROEB	180
Ana Carolina Duailibe	Matemática	-	PROEB	180

Murici Lentine				
Ana Karolina de Araújo	Sociologia	-	PROEB	180
Ana Lucia Pinto	Letras-Português	-	PROEB	180
Andreia Holanda Bispo de Castro	Letras	Linguística Textual	PROEB	134
Antônia Maria Fernandes de Sousa	Biologia	Gestão e Educação ambiental	PROEB	90
Carla Andreia Pereira de Almeida Costa	Letras	-	PROEB	180
Carla Cavalcante de Souza	Letras/Inglês	-	CT	180
Camila Queiroz Gameiro	Biologia	-	PROEB	180
Cristiane Garcia Silva	Ciências Biológicas		CT	180
Cristiany Rezende da Silva Moreira	Bacharel em Enfermagem	Pós-Graduação em Docência e Enfermagem	CT	180
Daniel Bedoni Italiano	Letras	-	PROEB	180
Divino Ribeiro Viana	Filosofia	-	PROEB	180
Ecláís Tamisa Delazeri Correa	Bacharel em Enfermagem	Especialização em Enfermagem do Trabalho	CT	180
Edilson Frasso Pereira	Letras – LG Inglesa e Resp. Literatura	Linguística Textual	PROEB	90
Edglês Gomes Kruk	Arte	-	PROEB	90
Francisca Gabrielli de Andrade Sousa	Apoio escolar Educacional Especial de Inclusão	-	PROEB	180
Francisco Pereira de Sousa	Química	-	PROEB	90
Gabriela Vieira Bessa	Professora de Balé	-	PROEB	180
Ghellyb dos Santos	Educação		PROEB	180

Silva	física	-		
Isadora Alves dos Anjos	Bacharel em enfermagem	-	CT	180
Jaqueline Costa Rodrigues Nogueira	Letras com Habilitação em Inglês e Literatura	Pós-Graduação Metodologia do Ensino de Língua Inglês; Em Tecnologias em Educação e Mestrado em Letras: Ensino de Língua e Literatura.	PROEB	180
Jonatas Sousa Costa	Ciências Biológicas	Tecnologia Educacionais para a prática docente no Ensino da Saúde na Escola	PROEB	180
Joneidson Marinho Lustosa	Licenciatura em Matemática	Gestão Escolar	PROEB	90
José Lúcio Leal da Cruz	Pedagogia; Bacharel em Ciências Contábeis	Educação Matemática	PROEB	90
Lara Cristina Martins da Costa Cabral	Bacharel em Enfermagem	-	PROEB	180
Larissa Rocha Paula de Oliveira	Matemática	-	PROEB	180
Marcus de Almeida Sales	Bacharel em Matemática	Ciências e Estatística	PROEB	180
Maria Auxiliadora do Nascimento Miranda	Ciências Contábeis	Pós-Graduação em Metodologia de Ensino da Língua Inglesa; Gestão e Auditoria na Gestão Pública	PROEB	90
Maria Eleneuda e Silva	Química	-	PROEB	180
Matheus Batista	Geografia	-	PROEB	180

Firmato de Almeida				
Monique Do Monte Machado	Letras	-	PROEB	180
Myroslávia Fernandes Ferreira do Nascimento	Bacharel em Enfermagem	-	CT	180
Núbia Nogueira Nascimento	Arte	-	PROEB	180
Raday de Carvalho Ribeiro	Geografia	-	PROEB	180
Raabe Freitas dos Santos	Química	-	PROEB	180
Rafaela da Cruz Souza	Educação Física	-	PROEB	180
Raimundo Santana Bastos	Licenciatura em Matemática	Especialização em Gestão de Desenvolvimento Regional Sustentável	PROEB	128
Renata Mendes Monteiro	Língua Portuguesa	-	PROEB	180
Ricardo Antônio Pereira da Costa	Educação física	-	PROEB	90
Rogério Soares Carvalho	Física	-	PROEB	180
Sarah Júlia Silva Cunha	Bacharel em Enfermagem	-	PROEB	180
Sandra de Sousa Lima	Bióloga	-	PROEB	180
Silvia Maria Américo Feitosa	Licenciatura em Pedagogia	Pós-Graduação em Transtorno do Espectro Autista no Âmbito das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação; Em Supervisão, Orientação e	PROEB	180

		Administração.		
Tereza Gorete Fortaleza de Sousa	Pedagogia	-	PROEB	90
Vanessa Lidiane Barreira Gonçalves	Bacharel em Enfermagem	-	CT	180
Valmerice Dias Alencar Botelho	Letras – LG Inglesa e Respectivas Literatura	Pós-Graduação em Gestão da Educação Municipal	PROEB	180
Vilson Pereira dos Santos	Pedagogia e História	História da África da Cultura Negra e Negro no Brasil/ Mestre em Educação	PROEB	90
Washington Batista Cristã de Sousa	Letras- Português	-	PROEB	180
Weslany Barros Pereira	Bacharel em Enfermagem	-	CT	
Ysrael Renan Alves Falcão	Física	-	PROEB	180

6. ORGANIZAÇÃO DA ROTINA ESCOLAR E TEMPO DE DURAÇÃO

Níveis e modalidades de ensino oferecido na Escola a Comunidade:

- ✓ Ensino Médio – Diurno;
- ✓ Curso Técnico em Enfermagem Integrado ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA – Noturno;
- ✓ Avança Mais;
- ✓ Jornada ampliada
- ✓ Atendimento Educacional Especializado – AEE - Diurno;
- ✓ Balé Popular e Dança – Diurno;
- ✓ Centro de Idiomas – Noturno;
- ✓ Treinamento Esportivo.

Ressaltamos que a escola oferece atendimento nos três turnos, nos

seguintes horários:

Matutino: 7h30m às 11h50m

Vespertino: 13h30m às 17h50m

Noturno: 18h50m às 22h10m

A nossa unidade escolar atende nos três períodos, no momento com 949 estudantes matriculados, distribuídos da seguinte forma:

No período matutino temos 533 estudantes de classe média baixa, entre eles filhos de servidores públicos estaduais e municipais, que possuem na grande maioria transporte próprios. No vespertino, 339 matriculados, a maioria dos estudantes é da zona rural, alguns são de baixa renda e de classe média baixa, alguns trabalham como menor aprendiz no turno matutino.

Na escola existe uma sala de recurso/multifuncional, que funciona nos turnos matutinos e vespertinos, no contra-turno escolar, sendo o atendimento de até vinte estudantes por sala, nos respectivos turnos, a unidade escolar oferta o Atendimento Educacional Especializado - AEE para apoiar o desenvolvimento dos estudantes das escolas públicas, instituições privadas e Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, em todas as etapas, níveis e modalidades, ao longo de todo o processo de escolarização. Cabe à escola orientar a família e o estudante quanto à importância da participação nesse atendimento.

As aulas de Balé Popular do Tocantins funcionam nos períodos Diurno e as do programa Aprendendo Idiomas nas escolas com os cursos de Inglês, Espanhol e Libras no noturno, recebendo vários estudantes de outras unidades escolares e servidores estaduais e municipais, as matrículas estão em andamento.

E no noturno atendemos 77 estudantes, o Curso Técnico em Enfermagem Integrado ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA.

O tempo é organizado através dos horários das aulas disponibilizados aos professores e turmas, tendo quatro aulas de 50 minutos nos turnos diurnos com 10 minutos de intervalo para o lanche. No período noturno está organizado de quatro aulas de 50 minutos, sendo, que o Curso Técnico em Enfermagem Integrado ao Ensino Médio são trabalhadas as disciplinas específicas da grade curricular, também distribuídas em 26 unidades curriculares organizadas em 02 (dois) semestres/ano, 06(seis) períodos durante o curso. Com aulas de 50min, sendo entre 11 (onze) aulas presenciais e 04 (quatro) não presenciais, respeitando a Carga Horária das disciplinas

específicas distribuídas na grade curricular por período.

A escola possui normas e regras escolares, fundamentadas no Regimento Escolar do Tocantins, no Estatuto da Criança e dos Adolescentes - ECA e ainda discutido em reuniões com os pais e/ou responsáveis, Associação de Apoio Escolar, lavrada e assinada em ata, a mesma está em anexo. Os estudantes e seus pais e/ou responsáveis são conscientizados das normas e regras internas da unidade escolar, sendo apresentadas aos mesmos no ato da matrícula e no primeiro dia de aula.

A secretaria escolar é responsável pelo primeiro contato entre a comunidade e os demais setores da instituição, tem a responsabilidade organizar, sistematizar, registrar e documentar todos os processos que ocorrem na instituição de ensino, o que facilita o seu funcionamento administrativo e garante a sua legalidade, e funciona nos três turnos, inclusive, tem atendimento no horário que intercala um turno ao outro, para melhor atendimento a comunidade que necessita dos serviços e atendimento.

A biblioteca é um ambiente escolar acolhedor que faz parte da rotina dos estudantes, professores, demais funcionários e comunidade escolar. A equipe da biblioteca cataloga os livros paradidáticos no sistema e faz distribuição do livro didático por série e os livros paradidáticos, são emprestados somente aos estudantes e servidores da unidade escolar, e tem atendimento nos três turnos, para subsidiar o trabalho do professor e atendimento aos estudantes.

O planejamento é realizado semanalmente por área de conhecimento. Os professores / professoras coordenadores de área junto com seus docentes realizam a avaliação do planejamento observando seus sucessos e falhas, em seguida desenvolvem a preparação do planejamento escolar da semana, com duração de 8 horas cumpridas na escola, sempre observando os documentos vigentes.

O planejamento da professora da sala de recurso multifuncional acontece na segunda-feira, contribuindo para as habilidades do ensino aprendizagem do estudante deficiente.

O planejamento do Curso Técnico em Enfermagem Integrado ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, na área específica acontece de forma individualizada por disciplina, no contraturno, entre os horários de estágios e as aulas noturnas.

A Equipe Diretiva planeja as segundas-feiras, podendo ter flexibilidade no dia e horário, se houver necessidade, para articular e planejar a semana dentro do plano de ação nas suas metodologias.

A Equipe Multidisciplinar faz atendimento individual e coletivo dos estudantes, pais e/ou responsáveis tratando de vários assuntos, entre eles: resolver conflitos entre professores e estudantes, estudantes com estudantes e torná-los cientes do seu aproveitamento escolar em cada bimestre. Além disso, a Orientação Educacional e a Assistente Social atuam na promoção do bem-estar sócio emocional dos estudantes, fazendo esse trabalho em parcerias com a polícia militar (patrulha escolar), com o SEPSI (Serviço de Psicologia – ULBRA), Ambulatório Professora Izabel para onde são orientados os pais e/ou responsáveis a procurar atendimento com especialistas. Outra parceria importante é o Conselho Tutelar. Quando a orientação não logra êxito na localização dos estudantes faltosos, é encaminhada a Ficha Ficaí ao órgão competente para tomar as devidas providências.

O Grêmio Estudantil será reativado no ano de 2025.

Os Itinerários Formativos são ofertados aos estudantes, protagonizando a elaboração do seu currículo, que escolhem as Trilhas e Eletivas, de acordo com seu Projeto de Vida e/ou área de Conhecimento afim:

ELETIVAS

Turmas matutino		
Turmas	Professor(a)	Tema
13.01	Marcus Salles	Boatemática e a Cultura Maker
13.02	Alex	Desenvolvimento Sustentável
13.03	Cristiane	Cientificamente Falando
13.04	Renata	Navegando em Mares Gregos
23.01	Washington	Ler, Contar e Escrever
23.02	Ana Carolina	Como Cuidar do Nosso Dinheiro
23.03	Carla Andréa	A Arte de Falar Bem Com as Pessoas
23.04	Divino	Filosofia e Inteligência Artificial
33.01	Camila	Com Ciência e Saúde na Adolescência
33.02	Joneidson	Educação Financeira
33.03	Rogério	Xadrez em movimento
33.04	Francisco	A físico-química do artesanato de argila e porcelana e seus aspectos históricos, culturais, econômicos e

		artísticos
33.05	Ricardo	Performance e Gestão Esportiva
Turmas Vespertino		
13.05	Andreia	Poesia nossa de cada dia
13.06	Marcus Salles	Boatemática
23.05	Carla	Aprender inglês com maquetes
23.06	Carla Andreia	A arte de falar bem com as pessoas
23.07	Larissa	Operação x
23.08	Ana Karolina	Ampliando Horizontes: Repertório Sociocultural para o ENEM e para a vida
33.06	Camila	Com Ciência e Saúde na Adolescência
33.07	Ana Carolina	Como cuidar do nosso dinheiro
33.08	Rafaela	Saúde, alimentação e qualidade de vida

E o Projeto de Vida é garantir a inclusão do estudante na sociedade por meio do acesso a ciências, à tecnologia e à cultura, mas sem perder de vista a importância da profissionalização, bem como, oportunizar aos nossos estudantes suporte para que reconheçam suas potencialidades e vocações para o futuro.

No Conselho de Classe Pedagógico existem três momentos distintos e

articulados: Pré-Conselho, Conselho e Pós-Conselho, os quais possuem a finalidade de avaliar e reconduzir o ensino e aprendizagem em consonância com a BNCC/DCTs. O Pré-Conselho é realizado com a participação de toda a equipe escolar e líderes de turmas, 15 (quinze) dias antes do Conselho de Classe Pedagógico. O Conselho Pedagógico é realizado ao final de cada bimestre, podendo a gestora convocar um Conselho de Classe Extraordinário, caso haja necessidade. O Pós-Conselho é o momento de realizar as ações de intervenção traçadas pela Equipe Diretiva e os professores no processo de devolutiva coletiva e/ou individualizada, conforme as necessidades dos resultados para os estudantes e seus pais e/ou responsáveis, para que garantam as intervenções que forem necessárias.

A avaliação adotada para o ano letivo será de forma diagnóstica, flexível, somativa, formativa e com foco nas habilidades da matriz curricular dentro do Programa de Recomposição das Aprendizagens – Recomeçar. Os professores juntos com a equipe diretiva fizeram a distribuição dos 10 (dez) pontos das seguintes maneiras:

- ✓ Avaliação Bimestral de 0,0 (zero) a 5,0 (cinco);
- ✓ Projeto Integrador de 0,0 (zero) a 2,0 (um), será incorporado na nota das atividades de (sala e participação);
- ✓ Atividades (de sala) e participação de 0,0 (zero) a 5,0 (cinco).
- ✓ A recuperação paralela acontecerá durante todo processo educacional e tem por finalidade sanar as dificuldades de aprendizagem verificadas no aproveitamento dos estudantes.
- ✓ A recuperação final será realizada após a conclusão do ano letivo, com caráter substitutivo da média anual igual ou superior a 6,0 (seis), para os estudantes que na média anual não alcançaram entre 5,0 e 5,9. Conforme Portaria/SEDUC nº 3.166, de 18 de setembro de 2017 e Resolução CEE/TO nº 082, de 3 de agosto de 2017 e dá outras providências.

Em 2009 foi criado o Curso Técnico em Enfermagem Integrado ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos/PROEJA, com o intuito de aperfeiçoar a educação e capacitar os estudantes para uma melhor oportunidade no mercado de trabalho. O curso funciona no período noturno, tem seis (5) turmas, com média entre 18 a 30 estudantes por séries, com professores específicos para formação básica e professor especialista na área da saúde. A Resolução do Conselho

Estadual de Educação do Tocantins - CEE/TO nº 160, de 15 de julho de 2020, aprova o Plano de Curso e a Portaria-SEDUC nº 1.224, de 28 de setembro de 2020, credenciar, por um período de cinco anos, a Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto para ofertar Educação Profissional Técnica de Nível Médio, em Palmas/TO. As disciplinas específicas oferecidas para o Curso Técnico em Enfermagem Integrado ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos/PROEJA são trabalhadas as disciplinas específicas da grade curricular, também distribuídas em 24 unidades curriculares organizada em 02 (dois) semestres/ano, 06 (seis) períodos durante o curso. Com aulas de 50min, sendo entre 11 (onze) aulas presenciais e 03 (três) não presenciais, respeitando a carga horária de disciplinas específicas distribuídas na grade curricular por período. O Curso Técnico de Enfermagem manterá o método de Avaliação de acordo que está instruído no Plano de Curso, aprovado pelo Conselho Estadual de Educação do Tocantins – CEE/TO. O mesmo processo de avaliação qualitativa será usado no curso Técnico de Enfermagem com metodologias básica, flexível e específica, individualmente e coletiva, proporcionando o estudante a desenvolver sua prática profissionalmente.

**Disciplinas específicas do curso Técnico em Enfermagem
PROEJA – 1 Semestre 2025**

TURMAS	DISCIPLINAS	PROFESSORES
28.1	Doenças Transmissíveis	Talita Tedesco
	Saúde da Criança e do Adolescente	Vanessa Lidiane
	Saúde da Mulher Aplicada a Ginecologia	Vanessa Lidiane
	Instrumentalização Científica	Maria Auxiliadora
	Anatomia e Fisiologia	Antônia Maria Fernandes de Sousa
38.1	Saúde da Mulher Aplicada a Ginecologia	Cristiany Rezende da Silva Moreira
	Noções em Farmacologia	Talita Tedesco
	Nutrição e Dietética	Antônia Maria Fernandes de Sousa
	Semiotécnica	Ecláfs Tamisa Delazeri
	Neonatologia	Vanessa Lidiane
48.1	Neuropsiquiatria	Vanessa Lidiane
	Enfermagem cirúrgica	Weslany
	Enfermagem Médica I	Talita Tedesco
	Microbiologia	Antônia Maria Fernandes de Sousa
	Noções em Farmacologia	Vanessa Lidiane
	Semiotécnica	Isadora dos Anjos

58.1	Enfermagem médica II	Talita Tedesco
	Pronto Socorro	Talita Tedesco
	Semiotécnica	Lara Cristina Cabral
	Enfermagem Cirúrgica II	Weslany
	Saúde do Idoso	Vanessa Lidiane
68.1	Semiotécnica	Myroslavia Fernandes Ferreira
	Microbiologia	Antônia Maria Fernandes de Sousa
	Saúde do Idoso	Vanessa Lidiane
	Pronto Socorro	Talita Tedesco
	Nutrição e Dietética	Isadora dos Anjos

A realização das Formações e Capacitações dos professores para o ano letivo será ofertada de acordo com o calendário da Secretaria Estadual de Educação – SEDUC e Superintendência Regional de Educação - SRE/TO que acontecerão presencial, não presenciais-Híbridas e de acordo com as pautas da SEDUC/DRE/TO uma das formações é o projeto **“Escolas que Aprendem”** que tem o objetivo de desenvolver competências que promovem, nos estudantes e profissionais da educação, a mobilização de saberes, habilidades e atitudes, diante de uma situação ativa real para transformação da sua realidade, preparando-o para alcançar os seus objetivos de vida. O projeto acontecerá, nos momentos de formações na escola, bem como, no planejamento de cada área de conhecimento, contemplando as seguintes fases: Apresentação, Planejamento, Execução e Monitoramento/Avaliação. Dentro de cada ciclo acontecerão 04 (quatro) encontros para a implementação do projeto, com o Grupo de Trabalho formado pelas lideranças escolares: diretor, coordenadores pedagógicos, orientadores educacionais, coordenador de área, professores. O grupo de trabalho desenvolverá um Plano de Ação, construído através da equipe, presencialmente. O Plano será implementado pela escola, na tentativa de solucionar ou amenizar os desafios encontrados. A equipe gestora será responsável por monitorar o programa por meio de um cronograma, que incluirá análises da implantação e avaliações contínuas das ações planejadas para o programa. Para tanto, serão utilizados diversos instrumentos, como monitoramento, observação, elaboração e análise de relatórios, avaliação dos indicadores educacionais, entre outros mecanismos. Este processo garantirá uma gestão eficiente e uma resposta ágil às necessidades identificadas durante a implementação do programa.

7. CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS E REFERENCIAIS TEÓRICAS E LEGAIS

A Educação está alicerçada por uma concepção de homem e sociedade que carrega em si uma dimensão histórica em tempo e espaço, determinados pela dinamicidade da relação dos homens com o meio natural e social. Portanto, compete aos educadores contribuir para que os estudantes desenvolvam habilidades necessárias à sua formação fundamentada em experiências de gerações anteriores que são referências para as futuras aprendizagens, conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Neste mesmo contexto, entende-se que a vertente de ensino e aprendizagem não deve estar centrada apenas no conteúdo, mas no sujeito, pois o mesmo possibilita a construção de conhecimento a partir das suas próprias referências individuais e cultural, alicerçado pelo Documento Curricular do Tocantins (DCTs) que vem consolidar, aprofundar e ampliar a formação dos estudantes de forma mais interessante, flexível, diversificada e que se conecte aos interesses dos estudantes e favorece a reflexão sobre seu eu no Projeto de vida, assim como a Lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB, Art. 1º, a educação abrange os processos formativo que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade, essas concepções respondem pelo caráter transformador da educação.

Concepção de Aprendizagem

A equipe escolar, compreende a aprendizagem como um processo pelo o qual as competências, habilidades, conhecimentos, comportamentos e valores são adquiridos ou transformados a partir de estudo, relação, experiência, vivência e observação, possível para todos; mas também entendem e respeitam as formas de aprender e os ritmos de aprendizagem, a Escola busca atender às orientações profissionais (médicas, psicólogos, entre outros.) Prescritas comprometendo-se com o processo de avaliação que leva em consideração o crescimento do estudante no contexto em que se encontra. O aspecto importante é a compreensão do ser humano como um ser social e histórico (sócio-interacionismo). Desse modo os professores estão preparados para trabalhar nesse ambiente marcado pela diversidade – com pessoas de origem sociocultural e histórica cultural diferente. O planejamento é

realizado semanalmente por área de conhecimento. Os professores/professoras coordenadores de área junto com seus docentes realizam a avaliação do planejamento observando seus sucessos e falhas, em seguida desenvolvem a preparação do planejamento escolar da semana, com duração de 8 horas cumpridas na escola, sempre observando os documentos vigentes. O planejamento da professora da sala de recurso multifuncional acontece na segunda-feira, contribuindo para as habilidades do ensino aprendizagem do estudante deficiente. O planejamento do Curso Técnico em Enfermagem Integrado ao Ensino Médio, na área específica, acontece de forma individualizada por disciplina, no contraturno, entre os horários de estágios e as aulas noturnas.

Concepção de aluno

Na construção de uma educação em nossa escola, buscamos um aluno ativo e participativo no seu processo de aprendizagem. Que assuma um papel central na construção do conhecimento, em vez de apenas recebê-lo passivamente. Com as seguintes características: autônomo, comprometido e curiosidade, que expõe e debata suas ideias, que saiba melhorar suas habilidades socioemocionais, que consiga resolver problemas, que busca conhecimento de forma autônoma e crítica, que saiba acessar diferentes fontes, que construa alternativas para melhorar a sua compreensão. Sabemos que é um caminho longo a percorrer, mas estamos dispostos a insistir neste caminho.

8. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação é a grande parceira da aprendizagem, é inerente ao processo ensino-aprendizagem, tem função de ajudar os alunos a superar as dificuldades e avançar no processo de conhecimento e no desenvolvimento de competências. A avaliação vai além das provas, notas e exames, por isso, não pode ser definida como um “julgamento” dos alunos, mas como um “caminho”, um “ponto indicador” que possibilitará ao professor discernir as dificuldades dos alunos a fim de replanejar e redefinir seus objetivos e práticas pedagógicas. Portanto, a avaliação em todos os níveis de escolaridade deve ser entendida como uma grande parceira da aprendizagem, com a função de ajudar os alunos a superar as dificuldades e avançar no processo de conhecimento e no desenvolvimento de competências. O processo de avaliação da aprendizagem escolar deve ter como objetivo detectar

problemas, servir como diagnóstico da realidade em função da qualidade que se deseja atingir. A avaliação não deve servir apenas para atribuir notas aos alunos e informar as famílias o seu resultado, mas sim, servir para constatar onde está o problema, se no aluno ou na forma de ensinar ou avaliar do professor. A avaliação adotada para o ano letivo em nossa Unidade Escolar será de forma flexível, somativa, formativa e com foco nas habilidades da DCT do ensino médio dentro do Programa de Recomposição das Aprendizagens – Recomeçar. As ações de Recomposição das Aprendizagens contribuem nesse movimento ao priorizar a formação integral dos estudantes e a promoção de aprendizagens significativas que foram afetadas pelo contexto excepcional da pandemia. Consequentemente, os estudantes podem traçar um plano que lhes permitam visualizar os melhores caminhos para atingir seus sonhos, a partir de estratégias que levam ao autoconhecimento. Nesse processo, cabe aos gestores e professores o importante papel de apoiar as escolhas dos jovens. Desse modo, as aulas demandam a aplicação de metodologias mais ativas e diversificadas, bem como requerem criatividade e inovação, com mudanças significativas na organização de tempos, espaços e práticas escolares, de forma a assegurar maior protagonismo dos estudantes, gerando aprendizagens significativas e o desenvolvimento de competências e habilidades essenciais aos jovens do século XXI. A avaliação adotada para o ano letivo em nossa Unidade Escolar será realizada de três formas:

Avaliação Diagnóstica: identificar a realidade de conhecimento de cada estudante e verificar suas habilidades ou dificuldades de aprendizagem, com o objetivo de conhecer melhor os estudantes, identificando e compreendendo suas necessidades;

Avaliação Formativa: medir o desempenho escolar dos estudantes ao longo do processo de ensino-aprendizagem para acompanhar a evolução da aquisição de conhecimento a fim de realizar os ajustes na prática docente;

Avaliação Somativa: determinar o grau de domínio dos objetos de conhecimento, com foco nas habilidades da matriz curricular dentro do Programa de Recomposição das Aprendizagens – Recomeçar. Os professores juntos com a equipe diretiva fizeram a distribuição dos 10 (dez) pontos das seguintes maneiras:

- ✓ Avaliação Bimestral de 0,0 (zero) a 5,0 (cinco);

- ✓ Atividades (de sala) e participação, projetos integradores, de 0,0 (zero) a 5,0 (cinco).

A recuperação contínua acontecerá durante todo processo educacional e tem por finalidade sanar as dificuldades de aprendizagem verificadas no aproveitamento dos estudantes. A recuperação final será realizada após a conclusão do ano letivo, com caráter substitutivo da média anual igual ou superior a 6,0 (seis), para os estudantes que na média anual não alcançaram entre 5,0 e 5,9. Conforme Portaria/SEDUC nº 3.166, de 18 de setembro de 2017 e Resolução CEE/TO nº 057, de 21 de fevereiro de 2024 e dá outras providências.

A frequência escolar é acompanhada regularmente pela equipe de orientadores educacionais, através de lista de frequência, feita pelos professores e ou pelos próprios orientadores, contatos telefônicos e visitas as famílias, pois entendemos que o índice de frequência escolar deve ser um dos indicadores de performance definidos na estratégia de organização, tanto para identificar formas de motivar o aluno quanto para aprimorar a qualidade das aulas e evitar reprovações por motivos de infrequências.

A reclassificação escolar é o processo de reposicionar um aluno para uma série mais adequada ao seu nível intelectual. Quem pode solicitar a reclassificação?

- ✓ O aluno ou o seu responsável, através de um requerimento dirigido ao diretor da escola;
- ✓ Os professores do aluno, através de uma proposta;

No caso em que a escola necessitar realizar uma reclassificação com um aluno, ela irá obedecer às normas do regimento Escolar da Seduc, observando o que diz o artigo 181 do Regimento Escolar e a resolução do CEE. Art. 181. A classificação e a reclassificação de estudos obedecerão ao disposto na Resolução do CEE-TO no 186/2005, ou em outra que a substituir.

9. GESTÃO ESCOLAR

A Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto tem como princípio uma gestão pedagógica democrática, que articula a comunidade escolar, professores, estudantes, servidores, em momentos de reuniões, reflexões sobre o andamento da Escola e na execução do projeto político pedagógico, com a participação de todos.

O trabalho desenvolvido na Escola, está baseado nas orientações da Secretaria Estadual de Educação do Tocantins - SEDUC/TO. Portanto, a equipe escolar reconhece sua importância no processo de reflexão organizando suas atividades e projetos para favorecer sua clientela estudantil.

É uma Instituição democrática e participativa, Desenvolvendo estratégias e um plano de ação para aprendizagem dos estudantes, a Gestão prima pela organização das ações com a equipe escolar, no que diz respeito: ao planejamento; a tomada de decisões; a definição do uso de recursos e necessidades de investimento; na execução das deliberações coletivas; nos momentos de avaliação da Escola e na garantia da política educacional, além de articular a formação continuada para professores e servidores. A Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto tem como princípio uma gestão pedagógica democrática, que articula a comunidade escolar, professores, estudantes, servidores, em momentos de reuniões, reflexões sobre o andamento da Escola e na execução do projeto político pedagógico, com a participação de todos.

O trabalho desenvolvido na Escola, está baseado nas orientações da Secretaria Estadual de Educação do Tocantins - SEDUC/TO/DCT do ensino médio. A metodologia utilizada são caminhos para se distinguir os objetivos e metas propostas e se faz coerente com a concepção pedagógica, utilizando-se de todos os recursos didáticos, pedagógicos e tecnológicos, inclusive, projetos de trabalhos interdisciplinares que através das interações aluno x aluno, professor x aluno medir o conhecimento e as aprendizagens de forma significativa. A filosofia adotada pela escola compromete-se com o desenvolvimento integral do aluno, buscando a participação coletiva numa educação inovadora e significativa que forme cidadãos competentes e habilidosos para a vida, para o mercado de trabalho e convivência social e solidária. A materialização da concepção e finalidades da escola se dá fundamentalmente, pela articulação teoria/prática. Em outras palavras, a visão de mundo, de sociedade e de ser humano assumida pela Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto se materializa na medida em que sua prática pedagógica como um todo é a expressão concreta da sua concepção. Portanto, a equipe escolar reconhece sua importância no processo de reflexão organizando suas atividades e projetos para favorecer sua clientela estudantil. A Direção da escola é o centro executivo do planejamento, organização, coordenação, avaliação e integração de todas as atividades desenvolvidas no

âmbito da escola. Cabe ainda à direção subsidiar os profissionais da escola, em especial os representantes dos diferentes colegiados, no tocante às normas vigentes e representar aos órgãos superiores da administração. Envolver toda a comunidade escolar nas tomadas decisões é uma das dificuldades ainda encontrada pela Escola Estadual Frederico, embora a equipe gestão venha buscando a cada dia envolver toda a comunidade escolar e diversos segmentos na elaboração do Projeto Político Pedagógico, Conselhos e Plano de Desenvolvimento da Escola, definindo junto aos pares metas, ações e objetivos a serem traçados. Uma das maiores dificuldades enfrentadas é o envolvimento e participação dos segmentos nas reuniões da ACE e nos processos de decisões. A equipe gestora vem reafirmando em cada reunião a importância da participação dos segmentos neste espaço de discussão, fiscalização, consulta e deliberação das questões educacionais da Escola a fim de garantir a qualidade no processo educativo. A Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto, buscando uma participação democrática, desenvolve estratégias e um plano de ação para aprendizagem dos estudantes, a Gestão prima pela organização das ações com a equipe escolar, no que diz respeito: ao planejamento; na tomada de decisões; na definição do uso de recursos e necessidades de investimento; na execução das deliberações coletivas; nos momentos de avaliação da Escola e na garantia da política educacional, além de articular a formação continuada para professores e servidores, e propõe que as Formações Continuidas sejam realizadas conforme Calendário Escolar, Documentos Orientadores da SRE/SEDUC e interesse da própria Unidade Escolar, que desenvolverá este ano o Projeto: **“Escolas que aprendem”**, nos momentos de estudos e planejamentos, com o objetivo de reflexão e aprimoramento da organização do trabalho pedagógico em nossa Unidade Educacional, e que devem ocorrer de forma presencial, salvo quando houver documentos que amparam/recomendam outro formato de formação em trabalho. No Conselho de Classe Pedagógico existem três momentos distintos e articulados: Pré-Conselho, Conselho e Pós-Conselho, os quais possuem a finalidade de avaliar e reconduzir o ensino e aprendizagem em consonância com a BNCC/DCTs, no processo de devolutiva coletiva e/ou individualizada, conforme as necessidades dos resultados para os estudantes e seus pais e/ou responsáveis, para que garantam as intervenções que forem necessárias.

Os instrumentos de autoavaliação Institucional serão construídos e

aplicados em todos os setores da Unidade Educacional este ano, para identificar alternativas, para superação das dificuldades e tomadas de decisão da gestão, na busca de melhoria dos serviços oferecidos.

10. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

As reuniões acontecerão bimestralmente na unidade escolar com a equipe de Sistematização do Projeto Político Pedagógico para fazer as adequações necessárias durante o período de vigência e fazer um diagnóstico do cumprimento das ações.

11. PLANO DE AÇÃO RELATIVO ÀS DIMENSÕES DA GESTÃO CONTEMPLA ELEMENTOS COMO:

A Gestão Pedagógica, nas dimensões Financeira, Administrativa e Jurídica tem como objetivo garantir ensino de qualidade para todos os discentes, foi estabelecida com intuito de complementar e diferenciar a conjuntura educacional, administrativa e dos recursos materiais e financeiros do ambiente escolar. A gestão financeira tem o reconhecimento especial, por meio da democratização, construção da autonomia da escola e gestão escolar, o mesmo favorece resoluções de problemas, manutenções e reparos, gerenciando a sua administração e seu planejamento, assegurando as questões de captações e aplicações dos recursos financeiros, conta também com uma dimensão jurídica, que trata da legalidade das ações e relacionamento com outras instâncias e instituições, assim como a gestão pedagógica é uma categoria importante de análise para melhor compreendermos a estrutura escolar em suas demais variantes.

DIMENSÃO PEDAGÓGICA

EDUCAÇÃO BÁSICA

Competência Geral - 1. Conhecimento; 2. Pensamento Científico, Crítico e Criativo; 3. Repertório Cultural; 4. Comunicação; 5. Cultura Digital; 6. Trabalho e Projeto de Vida; 7. Argumentação; 8. Autoconhecimento e Autocuidado; 9. Empatia e Cooperação; 10. Responsabilidade e Cidadania.

Objetivo - Realizar ações voltadas para o fortalecimento e desenvolvimento da aprendizagem e a oportunidade de aprimorar os conhecimentos adquiridos e consolidar suas práticas.

Meta - Realizar as ações para melhorar o desempenho acadêmico do estudante.

Líder da Meta - Coordenação Pedagógica

Nº	Projeto/ação/atividade	Início	Término	Responsável	Custo		Fonte	Metodologia	Resultado esperado	Resultado alcançado
					Custeio	Capital				
01	Realizar o Acolhimento aos estudantes.	Fevereiro	Dezembro	Orientadores Educacionais, coordenação pedagógica.	—	—	Gestão	Acolher os estudantes com alegria e motivação no portão da escola..	Promover ações de autocuidado, reflexão sobre a vida e a acolhida de estudantes matriculados.	
02	Planejar e promover os Itinerários Formativos. (Eletivas)	Fevereiro	Dezembro	Coordenação Pedagógica e de Área / e Professores.	—	—	Gestão	Apresentação das temáticas, escolha dos temas e Aulas práticas	Desenvolver o Protagonismo dos estudantes e o aprofundamento do conhecimento, habilidades e competências para o ensino médio.	
03	Conscientizar os alunos para participar das avaliações do SAETO.	Março	outubro	Coordenação Pedagógica e de Área / e Professores	—	—	—	Conversas, reuniões, diálogos.	Melhorar a participação dos estudantes nas avaliações.	
04	Realizar o dia "D" da leitura, conforme datas previstas no calendário.	abril	setembro	Professores da área de linguagens	R\$ 1.000,00	—	—	Apresentação das atividades realizadas na sala de aula	Melhorar a participação dos estudantes no processo de leitura e interpretação dos diferentes tipos de texto.	
05	Realizar ao final de cada bimestre o pré-conselho, Conselho de Classe Pedagógico.	Abril	Dezembro	Coordenadores Pedagógicos e coordenador	—	—	—	Levantamento de dados, reunião, Ata.	Identificar o índice escolar	

				es das áreas de conhecimento, professores.						
06	Realizar ao final de cada bimestre o pós - conselho, de Classe Pedagógico com ações de intervenção junto aos alunos que apresentaram dificuldades de aprendizagem.	bimestral	bimestral	Coordenadores Pedagógicos	-	-	-	Reuniões, atas, reforço escolar	Intervenções realizadas	
07	Fomentar e criar os Clubes de Protagonismo e Grêmio Estudantil.	Março	Dezembro	Orientação Educacional / Coordenação Pedagógica/ Coordenação de Área/ Professores de Projeto de Vida, Balé e Dança/ Equipe da Biblioteca/ Grêmio Estudantil	R\$ 2.000,00	—	Gestão	Divulgação das mídias, Montar Projetos, preenchimentos das fichas e divisão das tarefas.	Maior interação entre os estudantes, instigando-os a serem protagonistas autênticos.	
08	Realizar os Projetos Integradores por área de Conhecimento: Festival de Talentos do Fred, Gincana da Matemática, Workshop de Ciências da natureza, Consciência Negra,	Abril	Novembro	Coordenação Pedagógica e de Área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias e os professores e Grêmio Estudantil	R\$ Festival 5.000,00, Gincana 3.000,00, Workshop 4.000,00 e Cons. Negra 4.000,00	—	Gestão	Divulgação, Inscrição, Culminância dos Projetos.	Que os estudantes sejam os protagonistas das ações desenvolvidas	
09	Desenvolver o projeto: Navegando em mares gregos: Um olhar sobre a literatura grega.	Março	Dezembro	Professores da área de Linguagem (Professora Renata)	1.500,00	—	Gestão	Incentivar a leitura de obras clássicas universais.	Aperfeiçoamento da Leitura e produção de textos dos alunos da 2ª série do EM.	

10	Realizar nos 1º e 2º semestres os Jogos Interclasses, envolvendo todos os estudantes em parceria com voluntários da comunidade Escolar.	Maio	Dezembro	Professores de Educação Física, Coordenação Pedagógica e da Área de Linguagem e suas tecnologias	3.000,00	—	Gestão	Divulgação, Inscrição, usando fichas, competição entre turmas e premiação.	Aperfeiçoamento da prática esportiva, integração e entretenimento.	
11	Desenvolver a oficina de pintura em tela, com o tema: "Um Olhar sobre o Tocantins", pelos estudantes da Educação Inclusiva e do Ensino Médio.	Outubro	Novembro	Professora da Sala de Recurso Multifuncional e Profissionais de Inclusão, apoio da servidora Joice	R\$ 4.000,00	—	Gestão	Materiais como: Tintas, pinceis, telas e Humanos.	Trabalho e Aperfeiçoamento da arte e socialização entre estudantes.	
12	Realizar a cerimônia do Jaleco para os alunos do curso de técnico de enfermagem.	Agosto	Agosto	Coordenador Pedagógico, do Curso e professores de Enfermagem		—	Gestão	Preparar o pátio com cadeiras, murais, Evento no Pátio da escola	Promover no início do semestre o evento, para estimular os alunos do curso Técnico de Enfermagem.	
13	Realizar o Projeto – Amamentar, com os alunos do curso técnico de enfermagem.	Agosto	Dezembro	Coordenação Pedagógica de Enfermagem e Professores do curso técnico de de Enfermagem	—	—	Gestão	Palestras e Teatro	Através do Projeto Amamentar o aluno do curso técnico em enfermagem vivenciará experiências exitosas adquirindo habilidades e competências compreendendo a importância de estimular as mães para o processo de amamentação.	
14	Realizar a Semana da Enfermagem.	Maio	Maio	Coordenação Pedagógica e Professores de Enfermagem	R\$ 2.500,00	—	Gestão	Palestras motivacionais e curso de aperfeiçoamento.	Formar profissionais capacitados para atuar no sentido de identificar os indicadores de saúde e doença da população e desenvolver atividades que possam melhorar as condições de saúde	

									da coletividade, compreendendo o ser humano de forma integral.	
1 5	Realizar o Projetos do Curso Técnico em Enfermagem: Primeiro Socorros na Unidade Escolar.	Agosto	Dezembro	Coordenação Pedagógica de Enfermagem		—	Gestão	Formação e Aulas Práticas	Intervir de maneira rápida, logo após o acidente ou mal súbito, que visam a evitar o agravamento do problema	
1 6	Realizar o Projeto – Todos Sorridentes.	Agosto	Dezembro	Coordenação Pedagógica de Enfermagem e Professores de Enfermagem.	R\$ 500,00	—	Gestão	Palestras, Teatro, entrega dos Kits e a prática da escovação oral com os estudantes escolar.	O aluno do curso técnico em enfermagem vivenciará experiências exitosas compreendendo a política de saúde mental e contribuindo para a saúde	

									e bem estar dos alunos portadores de necessidades especiais.	
17	Realizar o Projeto: Viver com Saúde. Saúde Mental na Escola.	Fevereiro	Dezembro	Coordenador Pedagógico de Enfermagem	R\$	—	Gestão	Palestras motivacionais.	Promover ações/atividades de caráter educativo – informativo junto a profissionais da educação e pais de alunos visando a promoção e prevenção da saúde mental dos estudantes, assim como a redução do estigma/preconceito associado a questões envolvendo saúde mental.	
18	Realizar aulas práticas em todas as disciplinas específicas, fazendo uso do laboratório de enfermagem 2 (duas) aulas por dia. Usando os materiais adquiridos para a complementação e melhoria do laboratório do curso.	Novembro	Novembro	Coordenador Pedagógico, do Curso e professores de Enfermagem	R\$ 1.000,00	—	Gestão	Agendamento e uso nas aulas práticas dos materiais para utilização no curso.	Uso diário do laboratório de Enfermagem.	
19	Confraternizar no final de Ano e comemorar os aniversariantes, envolvendo uma lembrancinha para os estudantes da Sala de Recurso Multifuncional.	Dezembro	Dezembro	Coordenação Pedagógica, professora de sala de recurso multifuncional e Profissionais da Inclusão.	R\$ 500,00	—	Gestão	Compras das Lembrancinhas, confecção dos convites e Culminância com a participação dos Professores, Profissionais de Inclusão,	Valorização dos estudantes.	

								estudantes e família.		
20	Promover formação para os professores e profissionais de Apoio para uso das fichas de PDI e PEI, junto a educação Inclusiva com a equipe da SRE	Março	Junho	Professora da Sala de Recurso e Milena	R\$ 200,00	—	Gestão	Ofício, agendar a sala de vídeo e culminância na formação.	Definir quais são os dados essenciais para seu objetivo e quais dados adicionais podem ajudar a conhecer melhor o estudante.	
21	Realizar ações com os estudantes sobre o bullying.	Abril	Abril	Orientadores Educacionais	R\$	—	Gestão	Divulgar, Microfone, caixa, Datashow, Humano.	Combater, prevenir e trazer mais conscientização a respeito do problema.	
22	Promover ações de Combate a violência contra a mulher.	Março	Agosto	Orientadores Educacionais	R\$	—	Gestão	Divulgação, Palestra, Microfone, caixa, Datashow, ed e social, cartaz e folders.	Esclarecer sobre as diversas formas de violência doméstica, sobre os direitos, a necessidade de equidade de gênero e trazer informações sobre a rede de apoio.	
23	Realizar ações de combate a prevenção ao abuso e exploração sexual do adolescente.	Maio	Maio	Orientadores educacionais	R\$	—	Gestão	Microfone e caixa. Divulgação através de Cartaz.	O objetivo é conscientizar as famílias dos perigos iminentes e acolher as demandas que surgem no processo, informar a população sobre as leis e disseminar uma cultura de proteção das crianças e adolescentes.	

24	Promover ações sobre depressão e ansiedade com os estudantes.	Junho	Setembro	Orientadores Educacionais	R\$	—	Gestão	Microfone e caixa, Psicólogos, Gráficos e decoração temática.	Estimular o autoconhecimento, autoestima e autoconfiança. Informações e discussões sobre a saúde mental e suicídio.	
25	Realizar o Dia Mundial da Alimentação.	Outubro	Outubro	Coordenação de apoio.	—	—	—	Ações com estudantes e professores da área de Ciências Biológicas	Conscientização e valorização de hábitos de ingestão de alimentos saudáveis	
26	Promover duas Reuniões com os pais e ou responsáveis.	Fevereiro	Agosto	Equipe diretiva	—	—	—	Data Show, microfone, notebook.	Mostrar aos pais e responsáveis os índices de aproveitamento dos estudantes e torná-los cientes das regras e normas da escola.	
27	Realizar ações sobre as diferentes profissões para as 3ª séries com apoio do professor de Projeto de Vida.	Outubro	Outubro	Orientadores Educacionais	—	—	—	Datashow, notebook, microfones, caixa de som, pátio	Auxiliar os estudantes na escolha da profissão.	
28	Organizar um grupo de alunos com o objetivo de promover ensaios musicais utilizando a Banda da escola.	março	dezembro	Diretor, coordenadora Pedagógica	—	—	Gestão	Parcerias com Músicos, reuniões periódicas, ensaios com os estudantes	Formação da banda para protagonismo dos estudantes interessados em músicas e que queiram seguir carreira na área.	
29	Apoiar os estudantes em competições esportivas.	Março	Dezembro	Coordenação Pedagógica, professores de educação física e Grêmios Estudantil	—	—	—	Acompanhar atividades esportivas por estudantes, encaminhamento de ofício para DRE.	Incentivar os estudantes interessados em esportes a competir.	

30	Realizar o exame para o Jet's e compra dos uniformes para participação nos jogos.	Abril	Dezembro	Professores de Educação Física, Coordenação Pedagógica e financeira e da Área de Linguagem e suas tecnologias	R\$ 5.000,00	—	Gestão	Comunicar através do cartaz do evento, Inscrição usando fichas, competição entre turmas e premiação.	Aperfeiçoamento da prática esportiva, integração e entretenimento.	
31	Realizar a formatura e Certificação dos estudantes da 3ª série do Ensino Médio e do 6º período Curso Técnico de Enfermagem.	Dezembro	Dezembro	Direção/ Coordenação Pedagógica e de Área/ Professores Líderes R\$	5.000,00	—	Gestão	Entrega do Certificado (simbologia) aos estudantes aprovados.	Reconhecimento do desenvolvimento e do desempenho dos estudantes.	
32	Desenvolver as ações do Projeto: Esporte, Inclusão e Participação.	março	novembro	Professores de Educação Física	R\$17.120,00		Gestão/ Seduc	Adquirir materiais esportivos	Melhorar o desempenho esportivo dos alunos	
33	Desenvolver ações de Teatro e Música com os alunos.	Abril	novembro	Professor Afonso	R\$3.000,00		Gestão	Revitalizar a banda da escola e adquirir alguns figurinos.	Estimular a arte e a música na escola.	

DIMENSÃO ADMINISTRATIVA/JURÍDICA - LEGISLAÇÃO VIGENTE										
EDUCAÇÃO BÁSICA										
Competência Geral - 1. Conhecimento; 4. Comunicação; 5. Cultura digital; 6. Trabalho e Projeto de Vida; 7. Argumentação; 9. Empatia e Cooperação; 10. Responsabilidade e Cidadania.										
Objetivo - Promover ações que demonstram práticas de organização, atualização da documentação, escrituração, registros dos estudantes e servidores, diário de classe, estáticas e legislação.										
Meta – Manter a organização dos documentos em dias e as informações devidas à comunidade escolar e local em tempo hábil.										

Líder da Meta – Secretária Geral										
Nº	PROJETO/AÇÃO / ATIVIDADE	INÍCIO	TÉRMINO	RESPONSÁVEL	CUSTO		FONTE	METODOLOGIA	RESULTADO ESPERADO	RESULTADO ALCANÇADO
					CUSTEIO	CAPITAL				
01	Realizar matrícula dos estudantes na Unidade Escolar.	Janeiro	Dezembro	Equipe da secretaria	—	—	—	Atender aos pais e/ ou responsáveis e estudantes.	Preencher as vagas disponíveis no SGE.	
02	Realizar o Censo Escolar.	Maio	Maio	Malena	—	—	—	Inserir as informações no Sistema.	Inserir as informações solicitadas.	
03	Acompanhar, receber e arquivar bimestralmente os diários de classe, documentos dos servidores e outros. Receber, selecionar, ordenar, encaminhar e arquivar documentos.	Janeiro	Dezembro	Equipe Secretaria	—	—	—	Digitalizar os documentos e arquivar em pastas.	Acompanhar o instrumento legal que os docentes utilizam no registro das informações sobre a vida escolar dos estudantes.	

04	Confeccionar os Certificados.	Março	Dezembro	Márcia	—	—	—	Uso tecnológico, para preenchimento e impressão.	Certifica todos os estudantes concluíram em 2022.	
05	Modulação dos Servidores	Janeiro	Fevereiro	Secretária Geral	—	—	—	Inserção dos dados no SGE	Todos os servidores modulados de acordo com a Instrução Normativa.	
06	Avaliação Periódica dos Servidores.	Quando o solicitante do pela Seduc-To	—	Diretor e Secretária Geral	—	—	—	Uso do formulário impresso enviado pela SEDUC/TO.	Todos os servidores avaliados em Tempo hábil.	

DIMENSÃO ADMINISTRATIVA / FINANCEIRA

EDUCAÇÃO BÁSICA

Competência Geral - 1. Conhecimento; 4. Comunicação; 7. Argumentação; 9. Empatia e Cooperação; 10. Responsabilidade e Cidadania.

Objetivo - Promover ações eficientes e eficazes de Gestão dos Servidores de Apoio, Recursos Físicos e Financeiros que envolvem toda a infraestrutura necessária para o desenvolvimento de atividade afim.

Meta – Mapear em 2025, 97% do patrimônio escolar. Valorizar as boas práticas desenvolvidas por servidores na unidade escolar.

Líder da Meta – Coordenador Financeiro

Nº	PROJETO/AÇÃO / ATIVIDADE	INÍCIO	TÉRMINO	RESPONSÁVEL	CUSTO		FONTE	METODOLOGIA	RESULTADO ESPERADO	RESULTADO ALCANÇADO
					CUSTEIO	CAPITAL				
01	Realizar o planejamento dos recursos financeiros recebidos pela As- Associação de Pais e Mestres.	Janeiro	Fevereiro	Robson e Werki	—	—	—	Estudo dos gastos do ano letivo	Planejamento dos Recursos recebidos pela unidade escolar.	
02	Adquirir semestralmente material esportivo para subsidiar as aulas de Educação Física e arbitragem para os jogos internos.	Março	Dezembro	Robson	R\$ 10.000,00	—	PDDE	Aquisição de material com planilhas e nota fiscal	Subsidiar as aulas de Educação Física, tornando as mais atrativas.	

03	Confeccionar Banners (Calendários 2024) e outros.	Abril	Dezembro	Robson	R\$ 800,00	—	Gestão e parceria	Adquirir serviços com planilhas e nota fiscal	Melhoria do ambiente escolar, tornando um ambiente informativo e em dias com os dias letivos.	
04	Aquisição de um microondas para utilização dos servidores.	Abril	Dezembro	Robson	—	R\$ 1.500,00	Gestão	Aquisição de material com planilhas e nota fiscal	Melhoria de qualidade de vida dos servidores.	
05	Realizar o projeto Alimentação Saudável em parceria com o Programa Nacional de Alimentação Saudável - PNAI.	Abril	Dezembro	Manipulador de Alimentação Escolar, e professores de Biologia.	—	—	—	Ação com estudantes e professores da área de Ciências Biológicas	Conscientizar a comunidade para uma alimentação mais saudável.	
06	Fortalecer o desenvolvimento da horta conscientizando os bons hábitos alimentares melhorando a qualidade de vida.	Feve re ir o	Dezembro	Professores de Biologia	R\$	—	Gestão	Aquisição de material com planilhas e nota fiscal e atividades pedagógicas	Melhoria da Merenda Escolar	
07	Adquirir materiais de papelaria para subsidiar todos os setores da escola.	Janeiro	Dezembro	Robson	R\$ 50.000,00	—	PDDE/ Gestão	Aquisição de material com planilhas e nota fiscal	Atender as demandas em todos os setores da unidade escolar em relação a material de papelaria.	
08	Manutenção das câmeras de vigilância, com intuito de melhor proteger a Unidade Escolar.	Abril	Dezembro	Robson	R\$ 7.000,00	—	Gestão	Serviços especializados para segurança escolar	Aumentar a segurança da unidade escolar.	
09	Realizar trimestralmente a prestação de contas dos recursos financeiros recebidos para Associação de Pais e Mestres e através de mural escolar.	Feve re ir o	Dezembro	Robson	—	—	—	Apresentar as Prestações de Contas à comunidade através de reuniões e mural	Divulgação das prestações de contas trimestralmente para conhecimento da equipe escolar, dos pais e da comunidade escolar.	

1 0	Comprar café e açúcar para consumo geral na U.E, com intuito de melhorar o desempenho dos funcionários.	Janeiro	Dezembro	Robson	R\$ 10.000,00	—	Gestão	Aquisição de produtos com planilhas e nota fiscal	Disponibilizar café para os setores da unidade escolar.	
1 1	Aquisição de gás de cozinha.	Janeiro	Dezembro	Robson	R\$ 13.500,00	—	Gestão	Adquirir serviços com planilhas e nota fiscal	Disponibilizar gás para merenda escolar.	
1 2	Contratar serviços de serralheria para conservação da estrutura da unidade escolar.	Abril	Dezembro	Robson	R\$ 5.000,00	—	Gestão	Adquirir serviços com planilhas e nota fiscal	Melhorar a manutenção e conservação dos bens imóveis.	
1 3	Contratar serviços de eletricitista e encanador para conservação da estrutura da unidade escolar.	Janeiro	Dezembro	Robson	R\$ 15.000,00	—	PDDE Gestão	Adquirir serviços com planilhas e nota fiscal	Melhorar a manutenção e conservação dos bens imóveis.	
1 4	Contratar serviços de informática para manutenção e conservação de máquinas e equipamentos.	Janeiro	Dezembro	Robson	R\$ 9.000,00	—	Gestão	Adquirir serviços com planilhas e nota fiscal	Melhorar a manutenção e informações na unidade escolar.	
1 5	Contratar serviços de manutenção e Conservação de bens e imóveis.	Abril	Dezembro	Robson	R\$ 5.000,00	—	Gestão	Adquirir serviços com planilhas e nota fiscal	Melhorar a manutenção, aquisição e conservação dos bens imóveis.	

1 6	Serviços de reforma do piso da entrada da Escola	Janeiro	Junho	Robson	R\$ 1.000,00	—	Gestão	Serviços em parceria com a SEDUC	Melhoria e conservação do patrimônio escolar.	
1 7	Serviço de manutenção nos equipamentos de som e aquisição de produtos e materiais.	Março	Dezembro	Robson	R\$ 3.000,00	—	Gestão	Adquirir serviços com planilhas e nota fiscal	Melhoria na aparelhagem de som para reuniões e apresentações pedagógicas.	

18	Aquisição de um jogo de estofado para sala de professores	Feveiro	Dezembro	Robson	—	R\$ 4.000,00	Gestão Capital	Aquisição de material com planilhas e nota fiscal	Melhoria de qualidade de vida dos servidores.	
19	Realizar sanitização periodicamente na Unidade Escolar, bem como a limpeza da caixa d'água.	Janeiro	Dezembro	Robson	—	—	—	Serviços em parceria com a SEDUC	Melhoria da limpeza e maior conservação do patrimônio.	
20	Aplicar o teste de aceitabilidade bimestralmente em conformidade à reafirmação da felicidade dos estudantes.	Feveiro	Dezembro	Kátia	—	—	—	Através de formulários próprios do PNAE	Tornar a merenda mais atrativa e gostosa para os estudantes	
21	Realizar o planejamento, previsão dos cardápios da alimentação escolar bem como a realização de Pregão Eletrônico e participação na Chamada Pública.	Janeiro	Dezembro	Robson	—	—		Através de estudo dos cardápios mais bem aceitos pelos alunos em concordância com os elaborados pela SEDUC	Melhoria da Merenda Escolar.	
22	Adquirir Roteador de alta capacidade	Janeiro	Dezembro	Robson	—		Parceria Seduc	Aquisição de material com planilhas e nota fiscal	Melhorar a internet da Unidade Escolar	
23	Adquirir 70 camisetas para os alunos participarem do desfile cívico do dia 07 de setembro de 2024.	agosto	setembro	Robson	8.000,00	—	Gestão	Aquisição de 70 camisetas	Participação no desfile cívico do dia 07 de setembro.	
24	Adquirir uniformes, EPI'S, ASO e Alimentos, para subsidiar o trabalho dos manipuladores de alimentos da Merenda Escolar.	abril	novembro	Robson	15.000,00		Gestão	Aquisição dos uniformes, alimentos.	Melhorar a qualidade da merenda escolar oferecida para os alunos.	

2 5	Adquirir 2 caixas de som JBL 710 e outra JBL G04 e 2 microfones sem fio, para subsidiar o trabalho dos professores na sala de aula.	Março	novembro	Robson	5.906,04	-----	Gestão	Aquisição dos aparelhos eletrônicos	Melhoria na aparelhagem de som para reuniões e apresentações pedagógicas.	
--------	---	-------	----------	--------	----------	-------	--------	-------------------------------------	---	--

12. REFERENCIAL TEÓRICO:

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: 2017.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola**: teoria e prática. Goiânia. 2004.

BRASIL, LDB. Lei 9394/96- **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO.

Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB nº 05 de 04 de maio de 2011. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília, DF, 2011.

GADOTTI, Moacir. **Dimensão política do projeto pedagógico da escola**. Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, Diretoria de Capacitação de Recursos Humanos PROCAD – Projeto de Capacitação de Dirigentes Fase Escola Sagarana.

VEIGA, Ilma Passos da. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva**. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1998. p.11-35.

**PLANO DE AÇÃO DO GESTOR E DOS COORDENADORES
PEDAGÓGICOS, ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL,
INSTRUMENTOS DE ESCUTA E OUTROS.**

**PLANO DE AÇÃO DO GESTOR E DAS COORDENADORAS
PEDAGÓGICAS**

WERKI SILVA NOLÊTO

Diretor

LUCIANA GOMES DA SILVA

RAQUEL MARINHO

Coordenadoras Pedagógicas

APRESENTAÇÃO

As ações da direção e coordenação pedagógica, estarão baseadas em um trabalho onde haja uma integração maior entre estudantes, professores e equipe diretiva, alinhada a uma dinâmica ativa e coerente que constituiu num resultado cujas linhas norteadoras contribuirão para um desenvolvimento eficaz da escola.

A dinâmica do processo didático e do conhecimento que se ensina, construída na escola, solicita da Equipe Diretiva que incentive e promova o hábito de estudos, leituras e discussões coletivas de textos, tanto os que trazem subsídios aos conteúdos específicos, quanto os que ampliam e aprofundam o conhecimento da BNCC e DCTs. Sendo assim, a função e/ou a “missão” da equipe, requer, então uma ampla e bem apoiada visão dos fundamentos, princípios e conceitos do processo didático, propiciando assim o desenvolvimento do currículo da escola, visando o melhor e mais eficiente desempenho do trabalho didático pedagógico e, obviamente, a melhoria da qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

JUSTIFICATIVA

O presente plano tem a função de orientar, articular e avaliar todas as atividades do corpo docente, dinamizado, facilitando, ajudando e esclarecendo as situações e demandas que irão surgindo ao longo desse período e a atuação da coordenação pedagógica e direção, junto a eles ao corpo administrativo e discente da escola.

E promover nos ambientes escolares momentos que possibilitem aos professores, avaliar e repensar sua prática, almejando assim, a melhoria da qualidade do ensino.

DIAGNÓSTICO

Através dos dados coletados a gestora e a coordenação pedagógica busca fortalecer determinados aspectos pedagógicos que precisam de atenção, como: mais participação da comunidade e pais e/ou responsáveis, melhorar a forma de como trabalhar o regimento escolar.

OBJETIVOS GERAIS

Analisar, acompanhar, orientar e responsabilizar-se pelas atividades desenvolvidas, pelo funcionamento adequado da unidade escolar considerando as metas estabelecidas para escola.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Articular a elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico da unidade escolar, assegurando a participação efetiva da comunidade escolar;

Garantir a integração da unidade escolar com a comunidade, por meio de parcerias e cooperação na realização das atividades de caráter cívico, social e cultural; Participar e garantir a participação dos servidores em formação continuada;

- Divulgar, bimestralmente, junto à comunidade escolar, os resultados de aprendizagem;
- Participar do Conselho de Classe, homologar os seus resultados e acompanhar a aplicabilidade das ações de intervenção de melhoria;
- Zelar pelo atendimento à educação especial;
- Acompanhar o planejamento dos professores por área de conhecimento, baseado nas competências e habilidades da BNCC;
- Organizar o cronograma de avaliações;
- Analisar e orientar a elaboração das avaliações;
- Acompanhar horário dos professores e estudantes: entrada/ saída/ horário de lanche e faltas;
- Supervisionar semanalmente os lançamentos no SGE, orientando os lançamentos realizados pelos professores dos Planos de Aula, Conteúdos e Frequência.

METAS

Garantir a qualidade da educação básica de forma que haja aprendizagem com domínio e saberes específicos em todas as etapas, de modo a atingir as seguintes médias no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB: 2023 – “4,6”; 2025 – “5,7”.

METODOLOGIA

O trabalho é dinâmico, democrático, flexível, cooperador e de acordo com as necessidades apresentadas, ajudando os professores na procura de meios e fins para melhor aprendizagem e formando um trinômio indispensável entre estudante, professor e equipe diretiva, procurando cada vez mais o aperfeiçoamento da política Educacional como forma de organização para atingir os objetivos e procurando obter adesão e colaboração de toda equipe escolar, desenvolvendo assim, um verdadeiro trabalho de equipe

PLANO DE AÇÃO - 2025			
AÇÃO	INÍCIO	TÉRMINO	METODOLOGIA
Articular a elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico da unidade escolar, assegurando a participação efetiva da comunidade escolar.	Janeiro	Março	Uso de pesquisa Reuniões.
Participar e garantir a participação dos servidores em formação continuada.	Janeiro	Dezembro	Divulgação nas redes sociais, grupos de Whatsapp.
Acompanhar horário dos professores e estudantes: entrada/ saída/ horário de lanche e faltas	Fevereiro	Dezembro	Reunir com a equipe diretiva
Acompanhar o planejamento dos professores por área de conhecimento.	Fevereiro	Dezembro	-Participar dos planejamentos semanais
Participar do Conselho de Classe, homologar os seus resultados e acompanhar a aplicabilidade das ações de intervenção de melhoria.	Abril	Dezembro	Reuniões Ata
Divulgar, bimestralmente, junto à comunidade escolar, os resultados de aprendizagem.	Fevereiro	Dezembro	Reuniões depaíse/ou responsáveis -Gráficos por turma -Mural -Grupos dos estudantes e pais
Zelar pelo atendimento à educação especial	Fevereiro	Dezembro	Reuniões pais e/ou responsáveis e Profissional de Apoio Escolar, Educação Especial e Inclusão Visita semanal a Sala de Recurso Multifuncional

AVALIAÇÃO

A avaliação consiste num trabalho progressivo, cooperativo e ativo, entre a direção, coordenação pedagógica, orientador educacional, assistente social e o corpo docente, integrados no diagnóstico dos problemas que interferem no processo ensino- aprendizagem, para dar-lhe solução adequada. Análise do plano elaborado, para verificar se os objetivos foram alcançados.

CONCLUSÃO

O alcance dos objetivos deste plano de ação é melhoria do processo ensino- aprendizagem no qual não depende somente da atuação da Equipe Diretiva, mas também da colaboração todos os funcionários da unidade Escola, do comprometimento dos professores, do desempenho dos demais funcionários, do interesse dos educandos e ainda do compromisso dos pais e/ou responsáveis pelos estudantes e parceiros.

Portanto, toda equipe precisa estar sempre atenta ao cenário que se apresenta à sua volta. Cabe também à equipe refletir sobre sua prática constantemente, para superar os obstáculos e tentar criar estratégias bem formuladas para desenvolver com qualidade o processo de ensino- aprendizagem do educando.



ESCOLA ESTADUAL FREDERICO JOSÉ PEDREIRA NETO

Plano de Ação Equipe Multiprofissional - Dimensão Técnica					
Ação	Objetivo	Meta	Período	Responsável	Recursos materiais
Planejamento	Participar da semana pedagógica	100% da ação realizada	Janeiro	Equipe diretiva	Planejamento da formação; Formação continuada on-line; Formação e revisão do PPP; Acolhimento dos novatos;
Revisão e elaboração do Plano de Ação 2025	Revisar e elaborar o plano de ação	100% da ação realizada	janeiro	Equipe Multiprofissional	Computador,
Arquivamento dos dossiês dos estudantes;	Manter a organização	100% da ação realizada	Fevereiro	Equipe Multiprofissional	Pastas em L
Fortalecimento de parcerias com a rede de proteção da criança e do adolescente.	Fortalecer o trabalho em rede - CREAS, Conselho Tutelar, Patrulha Escolar, Universidade, área de psicologia da Ulbra (SEPS), ambulatório-professora Isabel Auler (APIA), na UFT, CPAS, MP, DPE.	100% da ação realizada	Março a novembro	Equipe Multiprofissional	Celular. Microfone, caixa de som, data show, notebook.
Revisão e adequação do Regimento Escolar e Normas Internas.	Adequar o regimento interno às necessidades e demandas escolares e informar os estudantes quanto ao cumprimento do Regimento Escolar e Normas Internas.	100% da ação realizada	Fevereiro e agosto	Equipe Multiprofissional	Regimento impresso

Atualização dos grupos de Whatsapp dos estudantes, pais/mães e/ou responsáveis.	Facilitar a comunicação entre família e escola.	100% da ação realizada	Fevereiro	Equipe Multiprofissional	Internet, celular
Orientação aos professores/as quanto a importância do preenchimento e encaminhamento da Ficha FICAI.	Reduzir a evasão escolar	100% da ação realizada	Fevereiro a dezembro	Equipe Multiprofissional	Ficha FICAI
Programa Evasão Nota Zero - busca ativa aos estudantes faltosos.	Reduzir a evasão escolar – prática de acesso, permanência e acolhimento aos estudantes.	100% da ação realizada	Fevereiro a dezembro	Equipe Multiprofissional;	Recurso financeiro para o combustível.
Taxa de frequência dos/as estudantes	Identificar os estudantes com mais de três faltas consecutivas no bimestre. Acompanhar a frequência escolar.	100% da ação realizada	Fevereiro a dezembro	Equipe Multiprofissional	Ficha de frequência
Controle de Frequência – envio da FICHA PAPE para a SER.	Identificar os estudantes infrequentes e o resultado da busca ativa.	100% da ação realizada	Fevereiro a dezembro	Equipe Multiprofissional	Ficha PAPE
Encaminhamento da Ficha FICAI ao Conselho Tutelar.	Informar ao Conselho Tutelar os estudantes faltosos ou outras situações adversas.	100% da ação realizada	Fevereiro a dezembro	Equipe Multiprofissional	Fichas, computador
Encaminhamento de estudantes para a rede de proteção da criança e do adolescente.	Assegurar os direitos fundamentais.	100% da ação realizada	Março a novembro	Assistente Social	Fichas
Enfrentamento à violência no ambiente escolar.	Prevenir e Combater qualquer tipo de violência no espaço escolar. Realizar capacitação para a equipe escolar sobre a “Escola das Emoções” -	100% da ação realizada	Fevereiro a dezembro	Equipe Multiprofissional	Quadro, data show

	Lei Nº 13.185 - Bullying. Projeto de Lei 1.725/2023 – Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência no ambiente escolar.				
Plano de Ação - Dimensão Humana					
Escolha dos/as professores líderes/orientadores de turma.	Acompanhar o desenvolvimento dos estudantes e aconselhar as turmas, assim como representá-las nos Conselhos de Classe e eventos da escola.	100% da ação realizada	Início de Fevereiro	Equipe Multiprofissional	Lista com os números das turmas.
Escolha dos representantes de turma.	Identificar as lideranças estudantis para colaborar com a equipe diretiva da escola.	100% da ação realizada	Última semana de fevereiro.	Equipe Multiprofissional	Lista com nomes de quatro lideranças de cada turma. Pinceis; Quadro; Urna
Semana Escolar de Combate à violência contra a mulher – tema: “Por todas as Marias”.	Esclarecer sobre as diversas formas de violência doméstica, sobre os direitos e a necessidade de equidade de gênero.	100% da ação realizada	De 5 a 8 de março.	Equipe Multiprofissional em parceria com o Ministério Público Estadual e com o Núcleo Maria da Penha.	Microfone e caixa
Combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes.	Reduzir o índice de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.	100% da ação realizada	Maio	Equipe Multiprofissional em parceria com o CEDECA.	Microfone e caixa
Pré-Conselho de Classe	Realizar escuta ativa dos estudantes por meio de instrumento personalizado,	100% da ação realizada	Bimestral	Equipe Multiprofissional	Sala de vídeo

	objetivando diagnosticar e intervir de modo a impactar no processo de aprendizagem dos estudantes.				
Intervenções Pós-conselho de Classe.	Realizar ligações e atendimento às famílias dos estudantes que estão com notas abaixo da média e solicitar que compareçam à escola.	100% da ação realizada	Bimestral	Equipe Multiprofissional	Celular
Programa Jovem Aprendiz.	Inserir os/as estudantes no mundo do trabalho no contraturno escolar, a fim de minimizar a evasão escolar.	100% da ação realizada	Março a dezembro	Equipe Multiprofissional	Banco de Currículo dos estudantes
Atendimento individual e coletivo aos estudantes com baixo rendimento, infrequência e indisciplina.	Assegurar a aprendizagem, a melhoria das notas, a disciplina em sala de aula, respeito aos professores e a permanência na escola com sucesso.	100% da ação realizada	Abril a dezembro	Equipe Multiprofissional	Boletim impresso
Atendimento às famílias dos estudantes.	Orientar a família quanto às demandas emergentes.	100% da ação realizada	Abril a novembro	Equipe Multiprofissional	Fichas
Reunião e Plantão pedagógico com os pais/mães e/ou responsáveis, para apresentar os índices de aproveitamento, o Regimento Escolar e Normas Internas da escola.	Apresentar os índices de aproveitamento dos estudantes e informá-los acerca das regras e normas da escola.	100% da ação realizada	Fevereiro e agosto	Equipe diretiva	Datashow, microfone, notebook
Atendimento aos estudantes com mais de cinco atrasos consecutivos. (Identificar os atrasos com a equipe de inspetores do pátio).	Orientar os estudantes e as famílias quanto à assiduidade e pontualidade.	100% da ação realizada	Fevereiro a dezembro	Equipe Multiprofissional	Frequência dos estudantes; Celular;

Registros dos atendimentos realizados.	Registrar todos os atendimentos.	100% da ação realizada	Fevereiro a dezembro	Equipe Multiprofissional	Papel, computador, SGE.
Fomentar e criar os Clubes de Protagonismo e Grêmio Estudantil - Criação do estatuto e do Grêmio.	Desenvolver o protagonismo estudantil.	100% da ação realizada	Março	Equipe Multiprofissional em parceria com o representante do Grêmio da SER.	Sala de vídeo
Reuniões com líderes de turma em preparação ao ciclo de monitoramento.	Discutir os apontamentos do ciclo de monitoramento.	100% da ação realizada	Bimestral	Equipe Multiprofissional	Sala de vídeo
Prática de acolhimento e recepção dos estudantes no portão.	Receber os estudantes.	100% da ação realizada	semanal	Equipe Multiprofissional; coordenação pedagógica; Coordenação de área;	
Realização de reuniões da equipe multiprofissional.	Planejar e avaliar o trabalho.	100% da ação realizada	Semanal	Equipe Multiprofissional	Pauta da reunião
Plano de Ação - Dimensão Ética					
Valorização dos princípios éticos nas relações interpessoais.	Fomentar a ética nas relações interpessoais.	100% da ação realizada	Fevereiro a dezembro	Equipe Multiprofissional	Servidores/as.

INSTRUMENTO DE ESCUTA

O gestor da escola de seu filho(a) tem perfil de liderança?*

29 respostas



A escola apresenta espaços adequados para o desenvolvimento pedagógico dos estudantes?

29 respostas



Você se sente escutado pela equipe escolar, quando seu filho apresenta dificuldade?
E nessa escuta, você é compreendido?

29 respostas



A escola realiza reuniões frequentes com os pais/responsáveis para a socialização das ações desenvolvidas na escola?

29 respostas



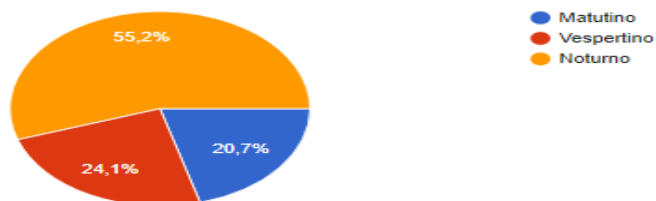
Você participa das reuniões propostas pela Equipe Escolar?*

29 respostas



Qual o melhor turno (matutino, vespertino ou noturno) para a realização de reuniões com os pais/responsáveis?

29 respostas



Você é convidado a participar das discussões referentes a reelaboração ou revisão do Projeto Político Pedagógico?

29 respostas



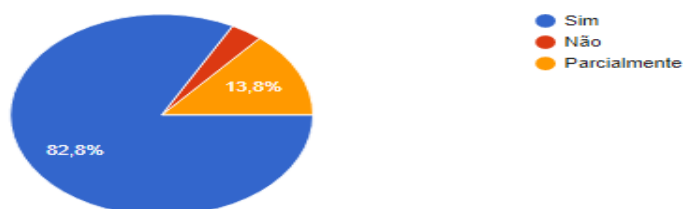
Você acompanha o projeto de vida do seu filho desenvolvido pela escola?*

29 respostas



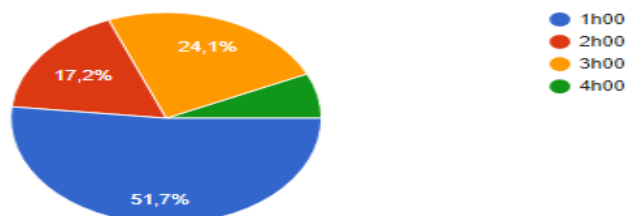
Você acompanha a vida escolar do seu filho?

29 respostas



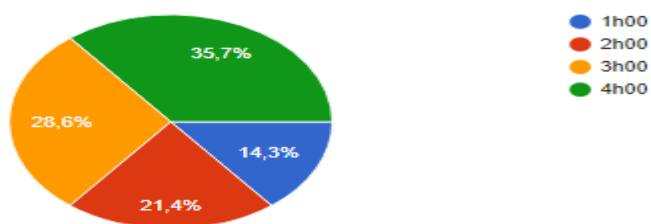
Quantas horas por dia o seu filho tira pra estudar?

29 respostas



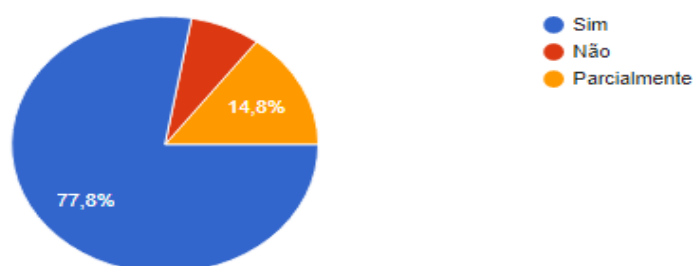
Quantas horas por dia o seu filho fica nas redes sociais?

28 respostas



O seu filho realiza as atividade enviada pelos professores?

27 respostas



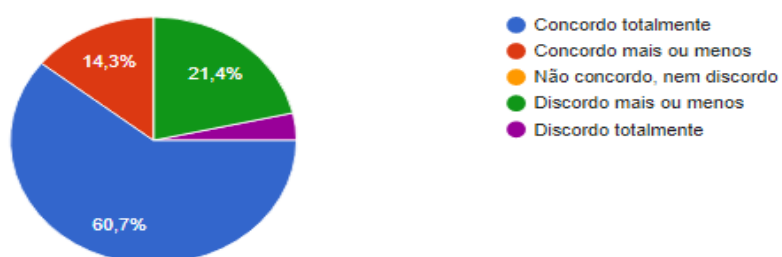
A escola desenvolve ações preventivas de combate ao Bullying, violências, drogas, preconceito, e outros?

28 respostas



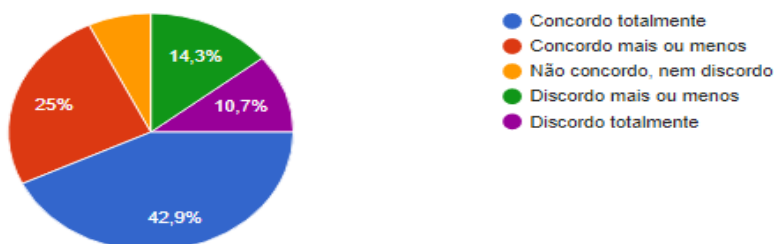
O seu filho aprende com a metodologia de ensino adotada pelos professores?*

28 respostas



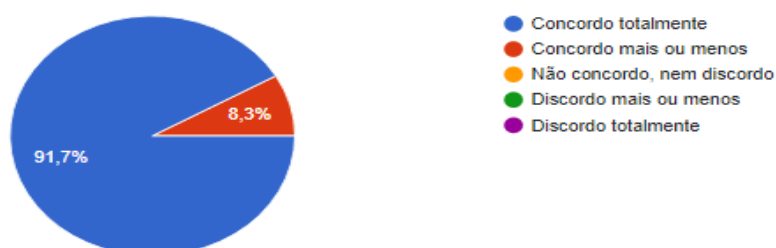
Há muita falta de professores?*

28 respostas



Você conhece os membros e as atribuições da Associação de Apoio à escola?

12 respostas



Os membros da Associação de Apoio participam do planejamento, execução e validação do Projeto Político Pedagógico (PPP)?

12 respostas



Há um grupo de sistematização do PPP articulado e consolidado na escola?

12 respostas



As ações do PPP estão em consonância com o que é realizado na escola?*

12 respostas



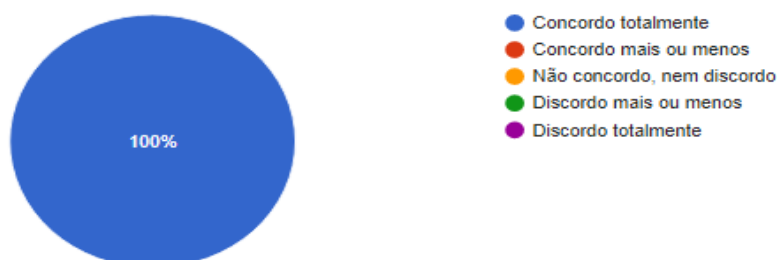
Enquanto professor da unidade escolar, você tem voz para sugerir o que precisa ser mudado na escola, com foco nas aprendizagens dos estudantes?

12 respostas



A coordenação pedagógica e de áreas acompanha e orientam o planejamento ?*

12 respostas



Há uma organização de horário de aulas, que favoreça o planejamento coletivo por área de conhecimento?

12 respostas



A coordenação pedagógica apresenta antecipadamente um cronograma com horários para o planejamento coletivo semanal?

12 respostas



Você planeja, ministra e avalia as aulas por competência e habilidades, conforme o Documento Curricular do Tocantins (DTC)?

12 respostas



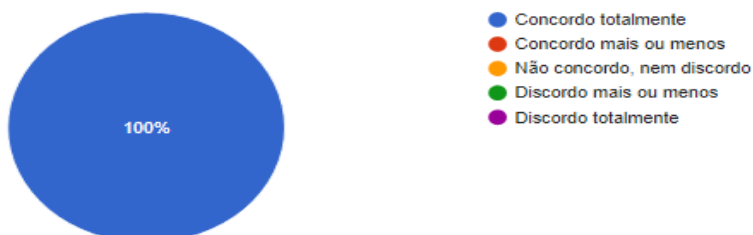
Os critérios avaliativos são definidos pela equipe, contemplando os três tipos de avaliação: diagnóstica, somativa e formativa.

12 respostas



No seu planejamento de aula é contemplado o desenvolvimento das competências e habilidades socioemocionais?

12 respostas



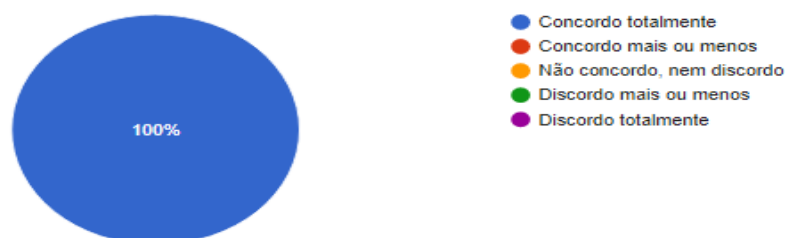
Você identifica e encaminha os nomes dos estudantes faltosos para o setor orientação educacional?

12 respostas



O planejamento do professor tem como centralidade o fortalecimento do projeto de vida dos estudantes?

12 respostas



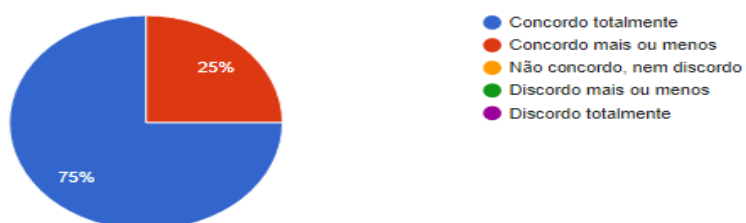
Os recursos aplicados na escola contribuem para a aprendizagem dos estudantes?

12 respostas



OS trabalhos propostos estão sendo bem desenvolvidos na Unidade Escolar?

12 respostas



A escola propicia aos estudantes liberdade para protagonizar e participar de projetos e ações na Unidade Escolar?

8 respostas



A organização da gestão escolar favorece o clima escolar?

8 respostas



As rotinas da escola favorecem a aprendizagem dos estudantes?

*

8 respostas



A deliberação e execução dos recursos acontecem de maneira participativa e transparente?

8 respostas



Os membros da Associação de Apoio à Escola agem como membro integrante da gestão escolar? Você conhece os membros da associação?

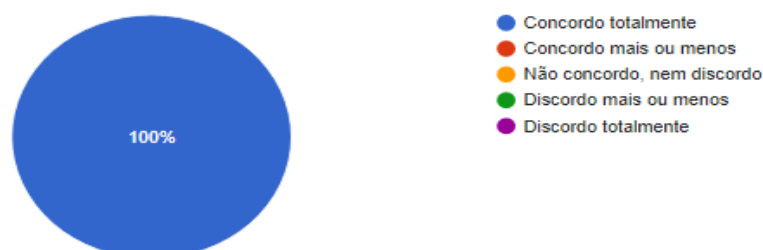
7 respostas



A Prestação de Contas da escola é informada nos murais da escola?

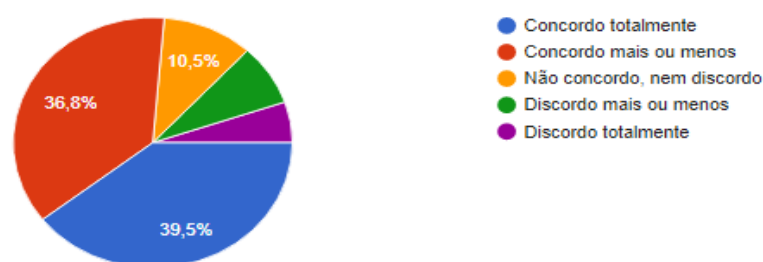
*

7 respostas



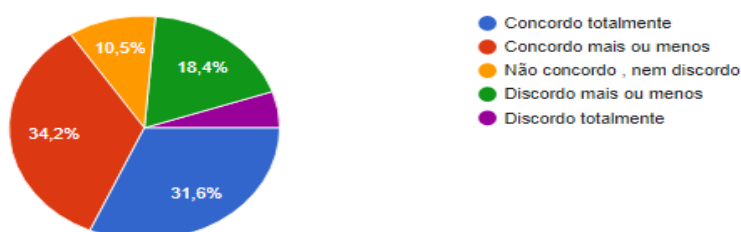
Você se sente acolhido na escola?*

38 respostas



A organização da escola contribui para a aprendizagem dos estudantes?*

38 respostas



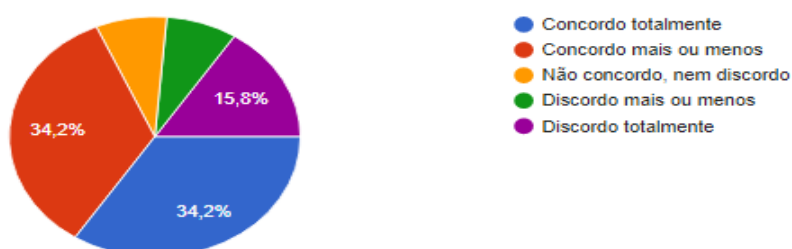
O(a) gestor(a) da Unidade Escolar consegue integrar a equipe pedagógica para o desenvolvimento de projetos para a melhoria da aprendizagem?

38 respostas



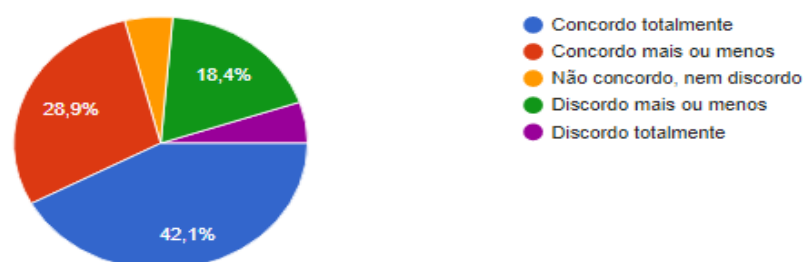
A metodologia de ensino usada pelos professores favorece e estimula a aprendizagem?

38 respostas



A equipe pedagógica e professores explicam os objetivos dos projetos executados?

38 respostas



A escola oportuniza momentos de Consulta para que você contribua com as decisões da gestão escolar?

38 respostas



A escola estimula o protagonismo, por meio da participação efetiva dos estudantes, com atividades que fortaleçam o projeto de vida?

38 respostas



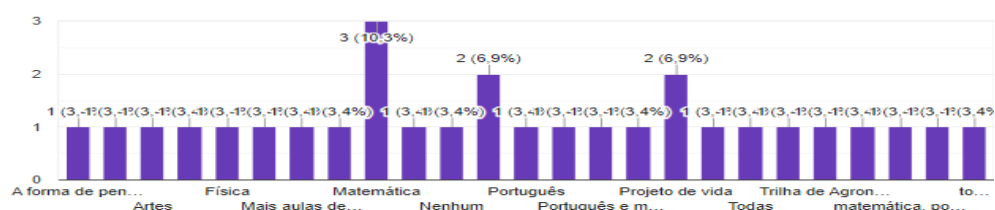
Você tem acesso a recursos tecnológicos na escola?*

38 respostas



Quais componentes curriculares (Disciplina/Matéria) auxiliam na sua aprendizagem?

29 respostas



Com relação ao itinerário formativo trilha, qual área do conhecimento você gostaria de aprofundar os seus conhecimentos para obter um melhor ensino aprendido?

1º Opção

37 respostas



2º Opção

36 respostas



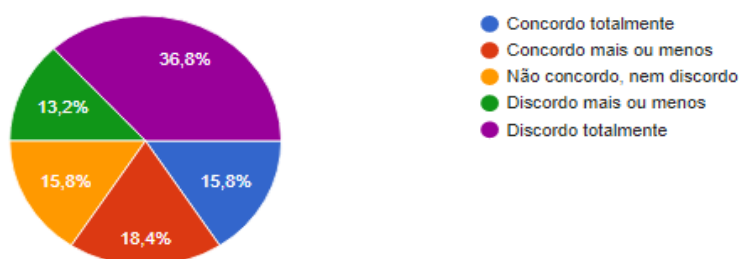
Com relação ao itinerário formativo eletiva, qual a área de conhecimento você gostaria de aprofundar os seus conhecimentos para obter um melhor ensino aprendido?

36 respostas



Na sua opinião os laboratórios de Ciências da Natureza, Matemática, Ciências Humanas e Linguagem, estão sendo utilizados adequadamente?

38 respostas



ATA DE VALIDAÇÃO DO PPP/2025

ASSOCIAÇÃO COMUNIDADE ESCOLA DA UNIDADE ESCOLAR

FREDERICO JOSÉ PEDREIRA NETO

QUADRA 106 SUL – ALAMEDA 02 – LOTE 01 – CEP: 77.020-068 – PALMAS/TO – TELEFONE:

3218-6251 – CNPJ: 01.862.534/0001-90

Aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, a partir das dez horas, reuniram-se nas dependências da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto, os membros da Associação e representantes da equipe Escolar para validar as Ações do Projeto Político Pedagógico que foram planejadas no início do ano letivo com a equipe Pedagógica, para serem desenvolvidas no ano letivo de 2025. O Diretor Werky Noleto, ressaltou a importância da reunião para validar as ações que foram previstas. O Coordenador Financeiro da escola deu as boas-vindas aos presentes e iniciou a reunião. Robson falou que está acabando de chegar na Unidade Escolar e que está tomando ciência das suas atribuições. Em seguida passou a palavra para a Coordenadora Livia para falar sobre o PPP. Livia mostrou as ações das dimensões Pedagógica, Administrativa, Jurídica e Financeira, que estão planejadas para serem desenvolvidas no decorrer do ano letivo. Em seguida falou sobre as adequações sobre as ações que foram planejadas neste ano e que contemplará os estudantes. Segue as ações do PPP de dois mil e vinte e cinco que foram apresentadas no início do ano, discutidas e aprovadas pela Associação e APROVADAS pelos presentes:

Robson Noleto, Kalena de Souza Pereira,
 Mariana R. Fonseca de Almeida, Livia Lima Moreira Reis,
 Luciana Gomes da Silva, Claudia Costa de Queiroz, Edalir Gomes da Silva,
 Silvana de Araújo Pacheco, Agnieszka Jurek, Robson FFA – 6,
 Silvia Maria Amorim Feitoria, Marcela de Saly,
 Marissa Uliana, Pedro do Nascimento, Moreira Werky Silva,
 Noleto, Dalila, Dedeco, Rafaela da Cruz Souza.

Sensibilização e Prevenção da Violência na Escola
Estadual Frederico José Pedreira Neto

Diretor da Unidade Escolar

Werki Silva Noleto

Equipe de Elaboração

João da Silva Pinto
Talita Tedesco Santana
Malena de Souza Pereira

Palmas/TO, de 2025

PLANO DE AÇÃO DO COMITÊ ESCOLAR DE SEGURANÇA – 2025

Orientações sobre os Protocolos de Segurança Escolar de acordo com a Portaria/SEDUC nº 469, 17/04/2023 e Documento de Protocolo de Prevenção à Violência no Ambiente Escolar no Território do Tocantins.

A **Escola Estadual Frederico Jose Pedreira Neto** seguindo as orientações da Portaria/SEDUC nº 469, de 17/04/2023. Decidiu criar o Comitê Escolar de Segurança.

O **Comitê Escolar de Segurança** é composto por:

Diretora da UE: Werki Noletto

Secretária Geral: Malena de Souza Pereira

Coordenador Administrativo Financeiro: Robson José

Coordenadora do Curso Técnico de Enfermagem/PROEJA: Talita Tedesco Santana

Coordenadoras Pedagógicas: Ivania Ribeiro de Queiroz, Luciana Gomes da Silva, Livia Júnia Moreira Reis Acácio, Milena Ferreira Galvão, Raquel Marinho Silva Antunes.

Orientadores Educacionais: João da Silva Pinto e Angelita Divina Cavalcante.

Professores: Marcus de Almeida Sales, Afonso Lyra.

Pais e/ou Responsáveis: Rosângela de Lima do Nascimento e Polianna Barreiras Reis

Membros da Associação de Apoio: Márcia Aurélia Martins, Maria de Deus Silva Araújo

Profissionais de Segurança Pública: Major PM Derval Neres Cardô, Delegado Glauber e Patrulhamento Escolar

APRESENTAÇÃO

O Plano de ação tem como objetivo amenizar e prevenir a crescente onda de disseminação de violência na UE, para isso serão feitas ações voltadas para o fortalecimento da segurança dos estudantes, servidores, pais e comunidade escolar. Mediante essa situação serão implementadas medidas já existentes e outras que serão iniciadas. A escola preocupa-se com o bem-estar dos estudantes, pais, e servidores por isso posiciona-se tomando providências visando um ambiente seguro para todos.

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto

Endereço: Quadra 106 Sul, Alameda 02, Lote 01, S/N – Centro, CEP: 77.020-068
Palmas/ TO.

Telefones: Secretaria: (63) 3218-6251;

Orientação Educacional (63) 99209-6327 e 99211-0126

Email: fredericojosepedreira@ue.seduc.to.gov.br Código do

INEP – 17026296

CNPJ Nº 01.862.534/0001-50

Dados autorizatórios (Lei de Criação e Portaria de Reconhecimento) Lei de Criação nº 309, de 30 de outubro de 1991.

JUSTIFICATIVA

Em um momento marcado por violência e insegurança voltados para o âmbito escolar a escola elaborou um plano de ação para assegurar um ambiente tranquilo e amenizar as tensões geradas pela violência verbal (bullying, cyberbullying) e física, para isso contamos com a colaboração de toda equipe escolar, pais e/ou responsáveis e comunidade em torno da unidade escolar Juntos, em equipe conseguiremos manter a escola mais tranquila e assim contribuir para uma sociedade segura.

OBJETIVO GERAL

Desenvolver com o comitê escolar de segurança ações para prevenir e diminuir a violência no ambiente escolar.

AÇÕES QUE SERÃO DESENVOLVIDAS NA UNIDADE ESCOLAR

IND	O que será realizado?	Por que essa atividade será executada?	Onde será realizada?	Quando será realizada	Quem será o responsável	Como será realizada?
1	Monitorar a entrada e saída dos estudantes	Para garantir a segurança e controlar a entrada de pessoas estranhas sem autorização no ambiente escolar.	Unidade Escolar	Abril a Dezembro	Equipe Diretiva	Será realizado pela Equipe Diretiva, onde duplas, estarão no portão de entrada e saída para controle, que é o momento de fluxo maior.
2	Manter os portões fechados.	Para garantir a segurança dos servidores e estudantes.	Unidade Escolar	Abril a Dezembro	Coordenador Financeiro	Funcionários Porteiro e Guardas Noturno ficam em postos.
3	Monitorar a entrada e saída de visitantes na apresentação de documento de identificação com foto. Orientar o visitante a não usar sacolas, bolsas, dentre outros.	Para garantir a segurança dos servidores e estudantes.	Unidade Escolar	Abril a Dezembro	Equipe Diretiva, Coordenação Financeira e Secretaria Escolar	Fazer o uso do livro de registro, identificando a pessoa e o objetivo da ida a escola e ainda ser acompanhado por um profissional da escola até o ambiente de destino
4	Orientar o uso de uniformes	Para identificação dos estudantes da unidade escolar.	Unidade Escolar	Abril a Dezembro	Coordenação Pedagógica e de Área	Orientar, conscientizar a importância do uso do uniforme, organizar por ficha tamanho e número de uniforme doados pela SEDUC/TO.

5	Abolir o uso de acessórios como bonés, chapéus, casaco com capuz e outras vestimentas que não fazem parte do uniforme escolar	Para segurança do ambiente escolar.	Unidade Escolar	Abril a Dezembro	Orientação Educacional	Orientando e conscientizando o estudante das regras escolares.
6	Vistoriar mochilas, bolsas e objetos portados pelas estudantes, quando necessário	Para evitar acidentes na unidade escolar.	Unidade Escolar	Abril a Dezembro	Equipe Multidisciplinar	Caso haja necessidade a equipe chamará o estudante para uma conversa e se necessário será feita a vistoria, se o caso for mais sério a equipe entrará em contato com a polícia militar e a família.
7	Controlar diariamente a frequência escolar	Diminuir a evasão escolar.	Unidade Escolar	Abril a Dezembro	Professores	Observando a frequência e repassando para coordenação pedagógica e de área, para que possa iniciar a busca ativa.
8	Proibir o uso de objetos perfuro cortantes (estiletas, tesouras, canivetes, agulhas, lâminas e outros semelhantes)	Para evitar que aconteça acidentes na unidade escolar.	Unidade Escolar	Abril a Dezembro	Equipe Multidisciplinar	Orientando e conscientizando o estudante das regras escolares.
9	Orientar os pais e/ou responsáveis sobre o acompanhamento escolar dos filhos, notificando ao conselho tutelar, quando houver necessidade	Para melhorar o desempenho escolar do estudante.	Unidade Escolar	Abril a Dezembro	Equipe Multidisciplinar	Convocação dos pais e/ou responsáveis para repasse sobre a vida estudantil de seu(sua) filho(a).
10	Manter contato com a Polícia Militar para promover a patrulha escolar com frequência.	Promover a segurança no ambiente escolar	Unidade Escolar	Abril a Dezembro	Equipe Diretiva	Através de contato de Whatsapp e ligação.

11	Conhecer a legislação pertinente aos atos infracionais para a adoção de medida imediatas junto ao conselho tutelar e as forças de segurança	Para ter conhecimento e saber como agir quando houver necessidade.	Unidade Escolar	Abril a Dezembro	Equipe Diretiva	Momento de estudos e debate.
12	Integrar a associação a Escola/ Conselho escolar, representantes da comunidade local, vizinhança e parcerias efetivadas nas discussões e decisões do comitê escolar de segurança	Para envolvimento de todos, afins de que tenha conhecimento dos acontecimentos no ambiente escolar (dentro e fora e ao redor).	Unidade Escolar	Abril a Dezembro	Gestor	Convocação pelo Whatsapp para repasse das deliberações sobre a segurança da unidade escolar.
13	Promover estudos com a equipe escolar e estudantes com técnicas de comunicação não violenta.	Evitar violência no Ambiente Escolar.	Unidade Escolar	Abril a Dezembro	Equipe Triade multiprofissional	Buscar apoio de profissionais e pais que possam contribuir com o tema: Roda de Conversas; Conversas por turmas.
14	Mobilizar o Grêmio Estudantil e líderes de turma na divulgação dos protocolos de segurança e viabilizar reuniões para escutar as demandas dos estudantes	Agilizar e expandir as informações sobre segurança na escola.	Unidade Escolar	Abril a Dezembro	Orientação Educacional	Através de WhatsApp, visitas em salas de aulas para repasses.

15	Promover rodas de conversas/diálogo educativo com as equipes escolares para escutar, orientar, criar ambiente de acolhimento e resiliência na escola	Trabalhar o socioemocional do estudante.	Unidade Escolar	Abril a Dezembro	Equipe Multidisciplinar	A psicóloga reunirá com estudantes por turma para diálogo onde trabalhará as emoções do estudante.
16	Adotar o uso do livro de registro para os atos infra- cionais ocorrido na Uni- dade Escolar	Para registrar e resguardar a uni- dade escolar.	Unidade Escolar	Abril a Dezembro	Coordenação Pedagógica e de Apoio.	Usando o livro Ata onde será registrado as de- mandas.
17	Alertar os estudantes da existência e a perspectivas do enfrentamento e da coibição do cyberbullying e de comportamentos violentos em múltiplas instan- cias	Combater o Bul- lyng dentro da unidade escolar.	Unidade Escolar	Abril a Dezembro	Equipe Multidisciplinar	Através de Palestras, trabalhos dentro do pro- jeto de vida, conversas individuais e coletivas, advertência e encaminhamento aos órgãos competentes quando necessário.
18	Evitar que as notícias de violências escolares sejam a centralidade dos planeja- mentos e atividades pro- posta. As temáticas devem ser trabalhadas de forma a produzir aprendizado/co- nhecimento e não fomen- tar sentimentos e ou emo- ções de medo e ansiedade	Combater a inse- gurança no ambi- ente escolar.	Unidade Escolar	Abril a Dezembro	Equipe Escolar	Conscientizando os estudantes que a divulga- ção da violência gera insegurança. Conversas individuais com o propagador da notícia vio- lenta e advertir caso insista.

19	Manutenção das câmeras e aquisição de novas.	Para maior segurança e registros das atividades escolares.	Unidade Escolar	Abril a Dezembro	Coordenação Financeira	Serão instaladas em pontos estratégicos, visando resguardar a segurança
20	Aquisição de chaves e maçanetas universais para salas de aulas e os demais departamentos do prédio escolar	Manter a segurança	Unidade Escolar	Abril a Dezembro	Coordenação Financeira	As chaves serão afixadas do lado de dentro das salas.
21	Confeccionar identificação para funcionários internos- Uso de crachá	Para segurança no ambiente.	Unidade Escolar	Abril a Dezembro	Coordenação Financeira	Serão confeccionados crachás e distribuídos aos departamentos.

22	Detector de metais	Manter a segurança	Unidade Escolar	Abril a Dezembro	Coordenação Financeira	Após a aquisição será usado na entrada da escola para detectar objetos perfurante e armas brancas
----	--------------------	--------------------	-----------------	------------------	------------------------	---

Medidas a serem tomadas em eventuais ataques. Ligar imediatamente para: A Polícia Militar (190), Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU (192), Ronda Escolar e Corpo de Bombeiros (193) e enviar denúncia anônima na plataforma do Governo Federal – GOV.BR ou no disque denúncia (197).

Resultados esperados

- ✓ Diminuir o índice de violência na unidade Escolar;
- ✓ Incentivar e disseminar a gentileza no meio escolar;
- ✓ Cumprir as metodologias através da prática.

Avaliação

Monitorando ações periodicamente, observando a execução, a realização e os impactos que elas causarão no ambiente escolar. Se houver necessidade as ações poderão ser mudadas para se adequar a Unidade Escolar.

Este **Plano de Ação (Protocolos de Segurança Escolar)** entrará em vigor a partir de 25 de abril de 2025.

DOCUMENTOS

DECRETO	DATA	COMPETÊNCIA
Decreto nº 11.901	16/01/2024	Institui incentivo financeiro educacional, na modalidade de poupança aos estudantes matriculados no ensino médio público.
Resolução CEE/TO	16/01/2024	Dispõe sobre a regulação da Educação Básica e suas modalidades e a regulação da vida escolar dos estudantes
Resolução nº 019	16/01/2024	Estabelece normas complementares que regulamentam o acesso, a permanência e o direito à aprendizagem dos estudantes da Educação Especial
Instrução normativa nº3	06/02/2024	Dispõe sobre a regulamentação do Programa Esporte na Escola de Tempo Integral no âmbito da Seduc.
Medida provisória nº 4	07/02/2024	Dispõe sobre a criação do sistema de avaliação da Educação Básica do Estado do Tocantins- SAETO
Instrução normativa nº4	05/03/2024	Estabelece normas sobre os procedimentos necessários para a designação de professores para a extensão de carga horária.
Instrução normativa nº15	22/12/2023	Dispõe sobre os procedimentos relativos à lotação e remoção de servidor público e adota outras providências, para o exercício de 2024, Jornada Escolar ampliada.
Instrução normativa nº16	22/12/2023	Estabelece normas sobre o perfil, atribuição e lotação do profissional de apoio escolar Especial e inclusão, lotados nas unidades escolares da Rede Estadual de Ensino e dá outras providências.
Lei nº 4.220	28/08/2023	Institui o Programa de Fortalecimento da Educação- PROFE das unidades escolares da Rede Estadual de Ensino, e dá outras providências.
Instrução normativa nº 12	18/09/2023	Estabelece os critérios do Programa de Bolsa Permanência- “presente, Profel!” destinado aos estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental, e todas as séries do Ensino Médio das Escolas em Regime de Tempo Integral da Rede Estadual de Ensino.
Portaria/ SEDUC nº 469, DOE nº 6310	17/04/2023	Dispõe sobre medidas preventivas e protetivas no âmbito das Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino do Tocantins para fins de enfrentamento à violência no ambiente escolar.

Lei nº 4.099	02/01/2023	Torna obrigatória a disponibilização de cadeiras adaptadas em estabelecimentos de ensino no âmbito do Estado do Tocantins e dá outras providências.
Lei nº 4.106	02/01/2023	Institui a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – PEPTEA, no âmbito do Estado do Tocantins.
Instrução normativa nº01	04/01/2023	Estabelece normas sobre os procedimentos necessários para a designação de professores para a extensão de carga horária.
Portaria conjunta seduc/Undime/SiStem as municipais nº 1694	19/12/2023	Orienta e estabelece as normas para o cumprimento do calendário escolar do território do Tocantins
SEDUC/ TO GOV/TO	2023	Documento Orientador Técnico Complementar
Parecer CNE/nº 50/2023	2023	Orientações específicas para o público da Educação Especial -Atendimento da Educação Especial-TEA
Instrução Normativa nº 7	20/11/2022	Estabelece critérios e orienta quanto aos procedimentos de matrícula dos estudantes da Rede Estadual de Ensino do Estado do Tocantins para o ano letivo de 2023.

Lei Complementar nº 1.374	30/03/2022	Institui Planos de Carreira e Remuneração para os Professores de Ensino Fundamental e Médio, para os Diretores Escolares e para os Supervisores Educacionais da Secretaria da Educação, altera a Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968 e nº 500, de 13 de novembro de 1974, as Leis Complementares nº 444, de 27 de dezembro de 1993.
Instrução Normativa nº 02, DOE nº 6.034, de 21/02/2022	07/02/2022	Formação Inicial e Continuada
Instrução Normativa nº 09, DOE nº 6.230, de 15/12/2022	06/12/2022	Orienta e estabelece as normas para o cumprimento do Calendário Escolar Oficial da Rede Estadual de Ensino do Estado do Tocantins para o ano letivo de 2023.
Instrução Normativa nº 10	19/12/2022	Dispõe sobre procedimentos relativos à lotação e remoção de servidor público, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação, para exercício de 2023.
Lei nº 14.303	21/01/2022	Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022.
Resolução CEE-TO nº 169	20/12/2022	Institui o Documento Curricular para o Território do Tocantins DCT/TO – Etapa Ensino Médio, orienta a sua implementação e dá outras providências.

Lei nº 4.065, DOE nº 6236, 26/12/2022	26/12/2022	Dispõe sobre a obrigatoriedade das instituições públicas e privadas e privadas do Sistema de Ensino do Estado do Tocantins, de expedirem diploma em braile para os alunos com deficiência visual.
Lei nº 14.191	03/08/2021	Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no âmbito do artigo 3º, incluindo que deve ser respeitada a diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdocegas e com deficiência auditiva sinalizantes;
Resolução nº 01	25/05/2021	Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância.
Resolução CNE/CP nº 1	05/01/2021	Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.
Decreto nº 6.074 DOE nº 5.575	30/03/ 2020	Estabelece medidas de redução e de controle das despesas de custeio e de pessoal do Poder Executivo Estadual, e adota outras providências
Resolução nº 06	08/05/2020	Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação escolar-PNAE

RESOLUÇÃO CNE/CP N°1	27/10/2020	Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação continuada de Professores da Educação Básica e instituiu Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada).
Resolução CD/CNDE nº 20	02/12/2020	Altera a Resolução/CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.
Instrução Normativa nº 008	16/10/2020	Estabelece diretrizes para a operacionalização do Programa Evasão Escolar: Nota Zero, nas unidades escolares da Rede Estadual de Ensino. Fora da Escola não Pode!
Resolução CEDCA/TO nº 09	20/10/2020	Dispõe sobre o Projeto Político Pedagógico - PPP das unidades de acolhimento institucional e familiar de crianças e adolescentes e do sistema socioeducativo do Estado do Tocantins.
Decreto nº 1225	28/09/2020	Resolução CEE/TO- CEB/CP N° 235/2020, exarado no Processo Administrativo - SGD nº 2020/27000/004943, RESOLVE: Art. 1° RENOVAR, no período de cinco anos, o Reconhecimento do Curso Técnico em Enfermagem Integrado ao Ensino Médio, na Modalidade Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, ofertado pela Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto, localizada em Palmas/TO.
Lei 4.065	26/12/2020	Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que “institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990”, para incluir como permanente o caráter do laudo que diagnostique o transtorno do espectro autista.

Resolução CNE/CEB nº 3	21/11/2018	Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.
Portaria nº 1.432	28/12/2018	Estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio.
Lei nº 13.146	06/07/2015	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)
Lei nº 11.947	16/06/2009	Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências.
Decreto nº 6.094	24/04/2007	Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas do PDE. Resolução CD/FNDE nº 29, de 20 de junho de 2007.
Decreto nº 6.040	07/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
Lei nº 10.098	19/12/2000	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Guia alimentar para a População Brasileira	2019	Ministério da Saúde – Visa promover a Alimentação Saudável
Lei nº 13.840	05/06/2019	Estabelece a exigência de promover ambiente escolar seguro, adotando estratégias de prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas.
Documentos Curricular do Tocantins – DCTs	04/12/2019	APROVA o Documento Curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, para o Território do Tocantins, fundamentado na Resolução CNE/CP nº 02, de 22 de dezembro de 2017, que institui e orienta acerca da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).
Lei Federal nº 13.722	04/10/2018	Torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimento de recreação infantil.
Lei nº 13.663	14/05/2018	Altera o artigo 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino.
Portaria nº 1.024	04/10/2018	Define as diretrizes do apoio financeiro por meio do Programa Dinheiro Direto às escolas participantes do Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio.
Portaria nº 331	05/04/2018	Institui o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular – Pro BNCC e estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para sua implementação.

Lei nº 13.415	16/02/2017	Alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu mudanças na estrutura do ensino médio.
Portaria Seduc nº 3166	18/09/2017	Regulamenta o art. 65 do Regimento Escolar 2017, aprovado pela Resolução CEE/TO nº 082, de 03 de agosto de 2017.
Resolução CNE/CP nº 2	22/12/2017	Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.
Lei nº 2.977	08/07/2015	Aprova o Plano Estadual de Educação do Tocantins – PEE/TO (2015-2025) e adota outras providências.
Lei nº 13.005	25/06/2014	Aprova o Plano Nacional de Educação.
Resolução nº 05	22/06/2012	Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica.
Lei nº 11.947	16/06/2009	Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica.

Manual pa ra Operacionalização do PNAE/TO – Módulos 1 e 2; Portaria Interministerial nº 1.010	08/05/2006	Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional.
Lei nº 1.616	13/10/2005	Dispõe sobre a transferência de recursos do Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada às Unidades Executoras, representadas pela Associação de Apoio à Escola/ Conselho Escolar.
Resolução RDC nº 216	15/09/2004	Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviço de Alimentação.
Parecer CNE/CEB nº 17/2001	03/07/2001	Diretrizes nacionais para a Educação Especial na Educação Básica
Lei nº 9.795	27/04/1999	Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
CFB	1998	Seção I, Art. 206, inciso VI Dispõe sobre a gestão democrática do ensino público;
Lei 10.639 que altera a Lei nº 9.394	20/12/1996	A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no 9.394/96 (Brasil, 1996), no Capítulo III, art. 4º, inciso III, diz que é dever do Estado garantir o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”

Lei nº 8.069	13/07/1990	Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
Lei nº 7.853	24/10/1989	Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social. Define como crime recusar, suspender, adiar, cancelar ou extinguir a matrícula de um estudante por causa de sua deficiência, em qualquer curso ou nível de ensino, seja ele público ou privado.
Manuais SEDUC/TO		Manual Técnico para Manipuladores de Alimentos; Manual de Instruções para Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar

ESTRUTURAS CURRICULARES

SECRETARIA DA
EDUCAÇÃO



Praça dos Girassóis, Esplanada dos Secretários, S/N
Palmas - Tocantins - CEP 77.001-930 Tel: +55 63 3218 1400
1419
www.semtec.to.gov.br

ESTRUTURA CURRICULAR PARA O ENSINO MÉDIO - ENSINO MÉDIO - REGULAR

Vigência: A partir de 2023
Regime: Anual
Turno: Matutino e Vespertino
Carga horária total: 3.600 h/a
Entrada: 7h /13h
Intervalo: 15 min (9h30-9h45/15h30-15h45)

Dias Letivos: 200
Semanas letivas: 40
Duração da hora/aula: 50 minutos
Dias letivos semanais: 5
Saída: 11h25min/17h25min

Intervalo: 15 min (9h30-9h45/15h30-15h45)															
FORMAÇÃO GERAL BÁSICA	ÁREA DO CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA SEMANAL						CARGA HORÁRIA ANUAL						CARGA HORÁRIA TOTAL
			1ª SÉRIE		2ª SÉRIE		3ª SÉRIE		1ª SÉRIE		2ª SÉRIE		3ª SÉRIE		
			P	NP	P	NP	P	NP	P	NP	P	NP	P	NP	
	Linguagens e suas tecnologias	Língua Portuguesa	4	2	3		4		160	80	120		160		520
		Educação Física	1		1		1		40		40		40		120
		Arte	1		1				40		40				80
		Língua Inglesa	1		1		1		40		40		40		120
	Matemática e suas tecnologias	Matemática	4	1	3		3		160	40	120		120		440
		Biologia	2		1		1		80		40		40		160
	Ciências da Natureza e suas tecnologias	Física	2		1		1		80		40		40		160
		Química	2		1		1		80		40		40		160
		História	1		1		1		40		40		40		120
	Ciências Humanas e sociais aplicadas	Geografia	1		1		1		40		40		40		120
		Filosofia	1		1				40		40				80
		Sociologia	1				1		40				40		80
CARGA HORÁRIA TOTAL DA F.G.B.			21	3	15		15		840	120	600	0	600	0	2.160
INTEGRAÇÃO FORMATIVOS	UNIDADES CURRICULARES	UNIDADES CURRICULARES	1ª SÉRIE		2ª SÉRIE		3ª SÉRIE		1ª SÉRIE		2ª SÉRIE		3ª SÉRIE		CARGA HORÁRIA TOTAL
			P	NP	P	NP	P	NP	P	NP	P	NP	P	NP	
		Projeto de Vida	2	1	1		1		80	40	40		40		200
		Trilhas de Aprofundamento	0	0	8	4	8	4	0	0	320	160	320	160	960
		Eletivas	2	1	1	1	1	1	80	40	40	40	40	40	280
TOTAL DE AULAS DO I.F.			4	2	10	5	10	5	160	80	400	200	400	200	1.440

TOTAL DE HORAS/AULAS

30

30

30

1200

1200

1200

3600

SECRETARIA DA
EDUCAÇÃO

TOCANTINS



Prça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N
Palmas – Tocantins – CEP 77.001.910 Tel: +55 63 3218
1400/1415
www.seeduc.to.gov.br

Cód. da Estrutura no SGE
000

7.3 - ESTRUTURA CURRICULAR III - ENSINO MÉDIO - CICLO SEQUENCIAL DE CORREÇÃO DE FLUXO III

Vigência: a partir de 2025
Turno: Matutino e Vespertino
Carga horária total: 1.500 h/a
Entrada: 7h /13h
Intervalo: 15 min
Duração da hora/aula: 50 minutos

Dias Letivos Anuais: 200
Dias Letivos Semestrais: 100
Semanas Letivas Anuais: 40
Semanas Letivas Semestrais: 20
Dias letivos semanais: 5
Saída: 11h25min/17h25min

ÁREA DO CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	Ciclo III - Módulo 1		Ciclo III - Módulo 2		Ciclo III - Módulo 3		TOTAL
		Aulas Semanais	Aulas Semestrais	Aulas Semanais	Aulas Semestrais	Aulas Semanais	Aulas Semestrais	
Linguagens e suas Tecnologias	Língua Portuguesa	4	80	4	80	4	80	240
	Língua Inglesa	1	20	1	20	1	20	60
	Arte	1	20	1	20	1	20	60
	Educação Física	1	20	1	20	1	20	60
Matemática	Matemática	4	80	4	80	4	80	240
	Física	2	40	2	40	2	40	120
Ciências da Natureza	Química	2	40	2	40	2	40	120
	Biologia	2	40	2	40	2	40	120
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Geografia	2	40	2	40	2	40	120
	História	2	40	2	40	2	40	120
	Filosofia	1	20	1	20	1	20	60
	Sociologia	1	20	1	20	1	20	60
Atividades Integradas	Projeto de Vida	1	20	1	20	1	20	60
Parte Diversificada	Oficina de Leitura	1	20	-	-	-	-	20
	Redação	-	-	1	20	-	-	20
	Oficina de Matemática: Resolução de Problemas	-	-	-	-	1	20	20
TOTAL		25	500	25	500	25	500	1500

OBSERVAÇÕES:

I – Os temas contemporâneos, contemplados no art. 7º, inciso VIII, § 1º da Resolução nº24/2019, devem ser trabalhados de forma transversal e integradora em todos os componentes curriculares;

II – História do Tocantins e Geografia do Tocantins compõem os programas de História e Geografia, respectivamente;

III – Os conteúdos de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Arte e História, conforme a Lei nº 11.645/2008 que altera a Lei nº 9.394/96, modificada pela Lei nº 10.639/2003;

IV – A música (Educação Musical) deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo (contemplando também a outras linguagens artísticas), conforme a Lei nº 11.769/08 que foi acrescida na Lei de nº 9394/96, art. 26 §6º;

VII – As práticas corporais do Componente Curricular de Educação Física, devem ser tematizadas com maior profundidade e de forma lúdica, considerando sua realização no contexto de lazer e saúde.



Verifique a autenticidade deste documento em <https://sgd.to.gov.br/verificador> informando o código: D1F4D49B01E5F328

ESTRUTURA CURRICULAR PARA O CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM INTEGRADO À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
ESCOLA ESTADUAL FREDERICO JOSE PEDREIRA NETO

Vigência: 2022

Regime: Semestral

Turno: Noturno

Carga horária total: 3.000 h/a e Estágio Supervisionado 400

Entrada: 18h50min

Dias letivos: 200

Semanas letivas: 20

Duração da hora/aula: 50 minutos

Dias letivos semanais: 5

Saída: 22h10min

Saída: 18h50min			ÁREA DO CONHECIMENTO		COMPONENTES CURRICULARES		CARGA HORÁRIA SEMANAL												CARGA HORÁRIA ANUAL												CARGA HORÁRIA TOTAL	
1ª Per		2ª Per					3ª Per		4ª Per		5ª Per		6ª Per		1ª Per		2ª Per		3ª Per		4ª Per		5ª Per		6ª Per							
P	NP	P					NP	P	NP	P	NP	P	NP	P	NP	P	NP	P	NP	P	NP	P	NP	P	NP	P	NP					
FORMAÇÃO GERAL BÁSICA	Linguagens e suas tecnologias	Língua Portuguesa	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	40	20	40	20	40	20	40	20	40	20	360							
		Educação Física	-	-	1	-	-	1	-	-	1	-	-	1	-	-	20	-	-	20	-	-	20	-	60							
		Arte	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	20	-	-	20	-	-	60							
		Língua Inglesa	1	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	20	-	-	-	20	-	-	20	-	-	60								
	Matemática e suas Tecnologias	Matemática	1	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	20	20	40	20	40	20	40	20	40	20	320							
		Biologia	1	-	1	-	-	-	1	-	1	-	1	-	20	-	20	-	-	20	-	20	-	20	100							
	Ciências da Natureza e suas tecnologias	Física	1	-	1	-	1	-	-	1	-	-	-	20	-	20	-	20	-	-	20	-	20	-	80							
		Química	1	-	1	-	-	1	-	-	1	-	1	-	20	-	20	-	-	20	-	-	20	-	80							
	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	História	1	-	-	-	1	-	1	-	-	-	1	-	20	-	-	-	20	-	-	-	20	-	80							
		Geografia	1	-	1	-	-	-	-	1	-	1	-	20	-	20	-	-	-	20	-	20	-	20	80							
		Filosofia	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	20	-	-	-	20	-	-	-	20	-	20	-	80							
		Sociologia	-	-	1	-	-	-	1	-	1	-	1	-	-	-	20	-	-	20	-	20	-	20	80							
CARGA HORÁRIA TOTAL DA F.G.B.			10	2	11	2	9	2	9	2	11	1	11	2	240		260		220		220		240		260	1440						
ÁREA DO CONHECIMENTO			UNIDADES CURRICULARES		CARGA HORÁRIA SEMANAL												CARGA HORÁRIA SEMESTRAL												CARGA HORÁRIA TOTAL			
					1ª Per		2ª Per		3ª Per		4ª Per		5ª Per		6ª Per		1ª Per		2ª Per		3ª Per		4ª Per		5ª Per		6ª Per					
ITINERÁRIOS FORMATIVOS	UNIDADES CURRICULARES	Projeto de Vida	1	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	20	-	-	-	20	-	-	-	20	-	-	60						
		Legislação em Enfermagem	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40						
		Ética em Enfermagem	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	20	20	-	-	-	-	-	-	-	20	-	60						
		Introdução em Enfermagem	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40						
		Políticas de Saúde	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60						
		Biossegurança do Trabalho	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40						
		Psicologia em Enfermagem	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20						
		Anatomia e Fisiologia	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60	-	-	-	-	-	-	-	60						
		Doenças Transmissíveis	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	20	-	-	-	-	-	-	-	40						
		Saúde da criança e do adolescente	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40	20	-	-	-	-	-	-	-	60						
		Saúde da Mulher aplicada a Ginecologia	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40	-	-	-	-	-	-	-	-	40						
		Instrumentalização Científica	-	-	1	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	20	20	-	-	-	-	-	-	20	-	60						
		Noções em Farmacologia	-	-	-	-	2	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40	20	40	-	-	-	-	100						
		Nutrição e Dietética	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	40	-	-	-	-	20	20	80						
		Saúde da Mulher aplicada a Obstetrícia	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40	20	-	-	-	-	-	-	60						
		Neonatalogia	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	20	-	-	-	-	-	-	40						
		Semiotécnica	-	-	-	-	3	-	3	-	3	-	3	-	-	-	60	-	60	-	60	-	60	-	60	240						
		Microbiologia e Parasitologia	-	-	-	-	-	-	1	1	-	1	-	1	-	-	-	-	-	20	20	-	-	20	-	60						
		Neuropsiquiatria	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	20	-	-	-	-	40						
		Enfermagem Médica I	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40	-	-	-	-	-	40						
		Enfermagem Cirúrgica I	-	-	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40	20	-	-	-	-	60						
		Enfermagem em Pronto Socorro	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	40	20	20	20	100						
		Enfermagem Médica II	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	20	-	-	40						
		Enfermagem Cirúrgica II	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	20	-	-	40						
		Saúde do Adulto e do Idoso	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	20	20	20	20	80						
CARGA HORÁRIA TOTAL DA TRILHA DE APROFUNDAMENTO FTP			9	3	9	3	10	3	11	3	8	4	9	3	240		240		260		280		240		240	1500						
CARGA HORÁRIA TOTAL DO I.F.			10	3	9	3	11	3	11	3	9	4	9	3	260		240		280		280		260		240	1560						
TOTAL DE HORAS/AULAS			25		25		25		25		25		25		500		500		500		500		500		500	3000						
ESTÁGIO SUPERVISIONADO			-	-	-	-	-	-	160	-	120	-	120	-	-	-	-	-	-	160	-	120	-	120	-	400						

OBSERVAÇÕES:

I - Os Temas Contemporâneos e Transversais serão trabalhados de maneira interdisciplinar e transversal.

II - História do Tocantins e Geografia do Tocantins compõe os objetos de conhecimento da Área de Ciências Humanas e Sociais e Aplicadas, em especial os componentes curriculares de História e Geografia.

III - Os objetos de conhecimento de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena são ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Arte e História, conforme as leis nº 9.394/1996, 11.645/2008 que altera a lei nº 9.394/96, modificada pela lei nº 10.639/2003;

IV - O ensino da música é objeto de conhecimento obrigatório, mas não exclusivo (contemplando também as outras linguagens artísticas), conforme Lei 11.645/2008 que foi acrescida na Lei nº 9.394/1996. Tal conteúdo deve ser trabalhado no componente curricular de Arte;

V - Os conhecimentos sobre Direitos Humanos são trabalhados de forma interdisciplinar de acordo com o que dispõe a Resolução nº 01 de 30/05/2012, CNE/CP;

VI - A Unidade Escolar que eleger trabalhar com Itinerários Formativos da Formação Técnica e Profissional e FICs, deverá apresentar uma Proposta Pedagógica, conforme estabelecido pelo Resolução do CEE/TO nº 037/2019, Resolução do CNE nº 01/2021 e o disposto no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos ou do Catálogo de FICs;

VII - Os Itinerários Formativos são compostos por: Trilhas de Aprofundamento, Eletivas e Projeto de Vida que compreendem um conjunto de unidades curriculares, possibilitando aprofundar e ampliar aprendizagens em uma ou mais áreas do conhecimento ou no Itinerário de Formação Técnica e Profissional;

VIII - No caso dos Itinerários Formativos de Formação Técnica e Profissional, a carga horária é definida de acordo o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos ou do Catálogo de FICs, observando os pré-requisitos para ingresso. Se houver carga horária remanescente, poderá, a

IX - A unidade curricular de Projeto de Vida que compõe os Itinerários Formativos deverá contemplar temáticas que terão como estratégia de reflexão sobre a trajetória escolar na construção da dimensão pessoal, cidadã e profissional do estudante;

X - As atividades realizadas de forma não presencial, podem contemplar atividades mediadas ou não por tecnologia e deverá constar a intenção da oferta em seu PPP, poderão ainda, ser desenvolvidas por meio de Projetos Integradores;

XI - O horário semanal será construído com carga horária de 25 h/a semanais, porém em sala de aula de 2ª a 6ª feira, teremos somente atividades presenciais de 18h50min às 22h10min, aulas de 50 minutos, as demais aulas (5), uma por dia, deverão ser ofertadas pelo professor e direcionadas para serem realizadas com atividades não presenciais, atendo ao item X acima. Toda a oferta da carga horária não presencial deverá constar no PPP da unidade escolar e a escola deverá comprovar todas as atividades realizadas de forma não presencial.

XII - O lanche será servido antes das atividades de sala de aula.

XIII - A carga horária do Estágio Supervisionado, quando compor a organização curricular do curso, deverá ser acrescida a carga horária do curso e a sua aula ter duração de 60 minutos.



ESCOLA ESTADUAL FREDERICO JOSÉ
PEDREIRA NETO

REGIMENTO INTERNO ESCOLAR 2025

Com base no Regimento da Rede Estadual de Ensino

HORARIO DE AULA

MATUTINO: 07h30min às 11h50min

VESPERTINO: 13h30min às 17h50min

NOTURNO: 18h50min às 22h10min

SÃO DIREITOS DO ESTUDANTE:

I – Ter acesso à educação, atendimento com qualidade, permanência e condições para sucesso no processo de aprendizagem;

II- Ser considerado e valorizado em sua individualidade, sem qualquer discriminação;

III- Ser orientado e ajudado em suas dificuldades de aprendizagem;

IV- Receber seus trabalhos e avaliações devidamente corrigidos;

V- Participar de atividades complementares para a recuperação e adaptação de conteúdos;

VI- Ser ouvido em suas queixas e reclamações;

VII-Recorrer às autoridades escolares quando se julgar prejudicado em seus direitos;

VIII- Eleger seus representantes;

IX- Participar de todas as atividades escolares, mesmo diante de carência de material escolar;

X- Ser informado, oficialmente, quando da necessidade de cursar adaptação e submeter-se à recuperação;

XI- Ter acesso à UE pública e gratuita;

XII- Que os pais e/ou responsáveis tenham ciência do processo pedagógico, bem como participar das propostas educacionais;

XIII-Conhecer os resultados das avaliações internas e externas e ser informado quanto à necessidade de mudanças para a melhoria de sua aprendizagem;

XIV-Participar de todas as atividades pedagógicas desenvolvidas na sala de aula e outras destinadas à sua formação;

XV- Receber informações sobre o seu aproveitamento escolar e sua frequência;

XVI- Ter garantida todas as condições de estrutura física, didática e pedagógica que possibilitem sua aprendizagem.

SÃO DEVERES DO ESTUDANTE

I- Respeitar os regulamentos e normas da escola;

II- Frequentar com assiduidade e pontualidade, às aulas e as demais atividades oficiais da escola;

III- Participar de todas as atividades pedagógicas desenvolvidas na sala de aula e outras destinadas à sua formação;

IV- Desempenhar, com eficiência, as atividades complementares para recuperação e adequação de conteúdos;

V- Abster-se de atos que:

a) perturbem a ordem;

b) ofendam os bons costumes;

c) importem em desacato às leis, às autoridades, aos

professores, aos funcionários da escola e aos colegas;

d) causem dano ao patrimônio, discriminação ou qualquer tipo de constrangimento.

VI- Contribuir para a conservação e valorização dos equipamentos da escola;

VII-Desempenhar com responsabilidade todas as atividades escolares;

VIII- Formalizar no prazo de 24 horas, a impossibilidade de sua participação nas atividades escolares;

IX- Cumprir as determinações da escola, nos prazos que forem estipulados;

X- Comunicar à UE o seu afastamento temporário das atividades escolares, com justificativa documentada;

XI- Informar à escola, excepcionalmente, a impossibilidade de conciliar o seu horário de trabalho com a entrada para a 1ª aula.

É VEDADO AO ALUNO, NAS DEPENDÊNCIAS DA ESCOLA:

a) Portar e consumir drogas, lícitas ou ilícitas;

b) Portar ou utilizar armas;

c) Utilizar aparelho celular, smartphones, fone de ouvido e/ou qualquer outro aparelho sonoro dentro das salas de aula, exceto quando contemplados no planejamento do professor;

d) Danificar o Patrimônio Público.

PARÁGRAFO ÚNICO

Pelo não cumprimento de qualquer desses deveres, o aluno estará sujeito às penalidades previstas nesse Regimento.

MEDIDAS DISCIPLINARES

O ALUNO ESTÁ SUJEITO ÀS SEGUINTE MEDIDAS DISCIPLINARES:

I- repreensão verbal;

II- advertência por escrito;

III- suspensão por até cinco dias úteis, dependendo da gravidade da falta cometida;

IV - transferência para outra unidade de ensino;

V – obrigação de reparar o dano causado à UE.

NÃO SERÁ PERMITIDO

- Danificar os livros didáticos e livros de empréstimos da biblioteca;

- Praticar bullying, racismo, homofobia ou qualquer ato discriminatório aos estudantes e servidores da unidade escolar; Agressão física, psicológica, verbal ou escrita para com colegas e servidores.

- Não será permitido o uso de roupas: blusas transparentes curtas e com decotes, minissaia, shorts;

- Vender qualquer tipo de alimento;

- É expressamente proibido namorar e fumar nas dependências do Colégio;

- Não será permitido nas dependências da escola o uso de Skate, bicicleta bola ou brinquedos sonoros, a não ser quando solicitado pelo professor em momentos planejados para este fim como um instrumento pedagógico;

- É vedada a comemoração de aniversário, bem como a entrega de presentes em período de aula. Poderão fazer comemorações desde que acertado antecipadamente com a Orientação ou Direção.

REGRAS ESPECÍFICAS:

O aluno deverá estar em sala de aula no horário determinado de cada período. Caso o aluno chegue atrasado pela 3ª vez no mesmo mês, o pai e/ou responsável será informado. Os atrasos não serão considerados cumulativos, mas ficarão registrados com falta sendo que, 3(três) faltas consecutivas, entrará na Busca ativa e o aluno será sujeito a ser encaminhado ao Conselho Tutelar, se for menor (CIFI)

- Objetos pessoais de valor como: celular, bicicletas, automóveis e motos, a escola não se responsabilizará por perdas, danos ou reposição. O aluno deverá zelar pelos seus objetos de uso pessoal. É proibida a entrada de automóveis e motos na escola.

- Saídas Mais Cedo para Casa

As autorizações para ausentar-se da Escola durante o período escolar ou saída antes do término das aulas serão fornecidas pela Orientação Educacional mediante ligação e autorização do responsável.

ATENÇÃO!

Pais e/ou responsáveis de estudantes com necessidades educacionais especiais devem apresentar laudo médico no ato da matrícula.

Todo atestado médico deve ser apresentado à Orientação Educacional.

TELEFONES:

ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL: (63) 992096327
(63) 992110126

SECRETARIA DA ESCOLA:

(63) 992099800
(63) 992443452

Ao assinar a matrícula os pais/responsáveis concordam com as normas da Escola.



CALENDÁRIO ESCOLAR

2025 - REGULAR

TERRITÓRIO DO ESTADO DO TOCANTINS

PRAÇA DOS GIRASSÓIS, ESPLANADA DAS SECRETARIAS,
PALMAS/TO - TEL: 63 3218 1400/1419 - WWW.SEDUC.TO.GOV.BR



JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL
D S T Q Q S S	D S T Q Q S S	D S T Q Q S S	D S T Q Q S S
5 6 7 8 9 10 11	2 3 4 5 6 7 8	2 3 4 5 6 7 8	6 7 8 9 10 11 12
12 13 14 15 16 17 18	9 10 11 12 13 14 15	9 10 11 12 13 14 15	13 14 15 16 17 18 19
19 20 21 22 23 24 25	16 17 18 19 20 21 22	16 17 18 19 20 21 22	20 21 22 23 24 25 26
26 27 28 29 30 31	23 24 25 26 27 28	23 24 25 26 27 28 29	27 28 29 30
	30 31	30 31	
MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO
D S T Q Q S S	D S T Q Q S S	D S T Q Q S S	D S T Q Q S S
4 5 6 7 8 9 10	1 2 3 4 5 6 7	6 7 8 9 10 11 12	3 4 5 6 7 8 9
11 12 13 14 15 16 17	8 9 10 11 12 13 14	13 14 15 16 17 18 19	10 11 12 13 14 15 16
18 19 20 21 22 23 24	15 16 17 18 19 20 21	20 21 22 23 24 25 26	17 18 19 20 21 22 23
25 26 27 28 29 30 31	22 23 24 25 26 27 28	27 28 29 30 31	24 25 26 27 28 29 30
	29 30		31
SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
D S T Q Q S S	D S T Q Q S S	D S T Q Q S S	D S T Q Q S S
7 8 9 10 11 12 13	5 6 7 8 9 10 11	2 3 4 5 6 7 8	7 8 9 10 11 12 13
14 15 16 17 18 19 20	12 13 14 15 16 17 18	9 10 11 12 13 14 15	14 15 16 17 18 19 20
21 22 23 24 25 26 27	19 20 21 22 23 24 25	16 17 18 19 20 21 22	21 22 23 24 25 26 27
28 29 30	26 27 28 29 30 31	23 24 25 26 27 28 29	28 29 30 31
		30	

■ Início do ano letivo

□ Dia Letivo

■ Formação Continuada

★ Dia D da Leitura

■ Conselho de Classe Pedagógico

■ Feriado/Recesso

■ Férias

○ Recuperação Final

■ Jets / Parajets

■ Dia da Família na Escola

■ Semana Escolar de Combate à Violência

■ contra a Mulher / "Por todas as Marias"

■ Planejamento Pedagógico

■ Saeto

■ Simulado do Enem

■ Simulado Saeb

■ Formação Continuada Rede Municipal

■ Dia Nacional do Censo Escolar

■ da Educação Básica

■ Evento Institucional PROFE

■ Semana Pedagógica da Equipe Gestora

■ Mobilização e Articulação - PPP

■ Ação PROBEM

FERIADOS

01/01	Confraternização Universal
04/03	Carnaval 2
18/04	Paixão de Cristo
20/04	Páscoa
21/04	Tiradentes
01/05	Dia do Trabalho
19/06	Corpus Christi
15/08	Senhor do Bonfim
07/09	Independência do Brasil
08/09	Padroeira do Estado do Tocantins
05/10	Criação do Estado do Tocantins
12/10	Padroeira do Brasil
02/11	Finados
15/11	Proclamação da República
20/11	Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra
25/12	Natal

DATAS COMEMORATIVAS

22/02	Dia do Higienizador de Ambiente Escolar
27/02	Dia Nacional do Livro Didático
18/03	Autonomia do Estado do Tocantins
19/04	Dia dos Povos Indígenas
10/05	Dia da Família na Escola
15/05	Dia do Assistente Social
11/08	Dia do Estudante
09/08	Dia da Família na Escola
22/08	Dia do Coordenador Pedagógico
27/08	Dia do Psicólogo
09/09	Dia do Coordenador Financeiro
23/09	Dia Estadual da Educação Profissional e Tecnológica
30/09	Dia da(o) Secretária(o) e Aux. Administrativo
12/10	Dia das Crianças
15/10	Dia do Professor
19/10	Dia do Aux. de Monitoramento do Patrimônio Escolar e Meio Ambiente
30/10	Dia do Manipulador de Alimentos
12/11	Dia do Diretor Escolar
04/12	Dia do Orientador Educacional

DIAS LETIVOS

	Janeiro	-
	Fevereiro	21
1º Semestre	Março	20
	Abril	20
	Maio	19
	Junho	19
	Julho	-
	Agosto	20
2º Semestre	Setembro	22
	Outubro	23
	Novembro	19
	Dezembro	15
Total de dias por semestre:		
1º Semestre: 101		
2º Semestre: 99		
Total dias letivos: 200		

1. Início do ano letivo: 03/02/25 e Término do ano letivo: 19/12/25;
2. Os feriados municipais que comprometerem os 200 dias letivos deverão ser repostos;
3. O Conselho de Classe será considerado dia letivo;
4. Início dos bimestres: 1º bimestre 03/02; 2º bimestre 07/04; 3º bimestre 04/08 e 4º bimestre 13/10;
5. O fechamento dos bimestres do Ensino Regular serão: 1º bimestre 04/04; 2º bimestre 27/06; 3º bimestre 10/10 e 4º bimestre 19/12;
6. A recuperação final ocorrerá nos dias 20/12, 22/12 e 23/12;
7. A recuperação final estabelecida nos artigos 170 e seguintes do Regimento Escolar, será

elaborada com os descritores de correção, previamente pelo professor e aplicada e corrigida na data prevista neste calendário, pela equipe administrativa.

8. Os sábados letivos deverão ser utilizados para atividades, projetos de leitura, projetos das áreas de conhecimento e ações de culminâncias que devem estar previstos no PPP;

9. Os dias de pontos facultativos não são considerados para as instituições escolares, desse modo, deverão seguir criteriosamente o calendário letivo.

10. Início do Censo Escolar: 28/05/25;

11. O período das avaliações do SAETO previstas neste calendário poderá ser alterado em razão da logística de aplicação, sem interferência nos dias letivos.